

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
ROGÉRIO PEREIRA DA CUNHA

ELITES REGIONAIS OLIGÁRQUICAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO  
BRASILEIRO: SANTA CATARINA – 1834 A 1851

CURITIBA  
2025

ROGÉRIO PEREIRA DA CUNHA

ELITES REGIONAIS OLIGÁRQUICAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO  
BRASILEIRO: SANTA CATARINA – 1834 A 1851

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima.

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Cunha, Rogério Pereira da

Elites regionais oligárquicas na construção do Estado brasileiro:  
Santa Catarina – 1834 a 1851. / Rogério Pereira da Cunha. –  
Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.  
Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima.

1. Elites (Ciências Sociais) – Santa Catarina. 2. Prosopografia.  
3. Estado. 4. Oligarquia. I. Lima, Carlos A. M. (Alberto Medeiros),  
1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ROGÉRIO PEREIRA DA CUNHA**, intitulada: **Elites regionais oligárquicas na construção do Estado brasileiro: Santa Catarina - 1834 a 1851**, sob orientação do Prof. Dr. CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Agosto de 2025.

Assinatura Eletrônica

26/08/2025 12:39:54.0

CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

26/08/2025 11:52:20.0

ANTONIO CARLOS JUCÁ DE SAMPAIO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

26/08/2025 14:10:27.0

ANDRE LUIZ MOSCALESKI CAVAZZANI

Avaliador Interno (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL)

Assinatura Eletrônica

26/08/2025 19:33:56.0

ADRIANO NERVO CODATO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/08/2025 07:43:40.0

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

Avaliador Externo (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ)

## **AGRADECIMENTOS**

A ideia dessa tese surgiu logo após a defesa de minha dissertação de mestrado, em 2011, época em que pesquisara o tema da formação do Estado brasileiro a partir de uma perspectiva local. Naquele contexto, foi observada a ilha de São Francisco do Sul, no litoral norte catarinense, a partir de um cargo específico – o de Juiz Municipal – e foi possível perceber que os atores que se mantiveram como elite naquele momento de reorientação do Estado foram os sujeitos com algum nível de penetração nos espaços regionais da província. Parecia uma boa ideia seguir as investigações a partir de uma escala mais ampla de observação.

Todavia, nesse mesmo ano de 2011, acabei entrando com mais vigor no mercado de trabalho, que para um historiador ainda com pouca experiência em pesquisa, é a educação básica. Não foi planejado, mas sim imposição da subsistência de quem estava vendo o fim do prazo de vigência da bolsa. Foi a descoberta de um novo interesse e acabei me estabelecendo por lá e o doutorado teve que esperar. Logo veio também a constituição do matrimônio e filho. O doutorado foi ficando cada vez mais longe.

Certo dia, pelos idos de 2019, encontrei o antigo orientador, Carlos Alberto Medeiros Lima nas imediações da universidade. Conversamos por alguns momentos. Tempo suficiente para eu rapidamente expor as ideias guardadas desde 2011. Pouco tempo antes, havia acompanhado a defesa de tese de um amigo contemporâneo de graduação, Sandro Aramis Gomes, algo que também reacendeu o desejo de voltar. Para finalizar, veio o contexto da pandemia em que boa parte da humanidade fez balanços de vida, enterrou rotinas agora observadas de longe e percebidas como sem sentido e se abriu para novos projetos ou ressuscitou ideias antigas. Posso afirmar que esse tripé foi consideravelmente responsável pelo meu retorno à universidade. Havia um desejo muito forte de reencontrar uma vida que não vivi e promover um acerto de contas com meu próprio passado.

Da mesma maneira, o objeto de estudos se tornava cada vez mais inquietante. Observar Santa Catarina se fazia necessário para se compreender as posições assumidas pela comunidade estadual frente aos cenários políticos,

econômicos, sociais e da emergência sanitária vivida com a COVID-19. Eis os pontos que trouxeram o impulso inicial para o percurso dessa tese.

Fazer uma tese de doutorado é um trabalho hercúleo. Em um contexto de anticiência e anti-intelectualismo existem desafios adicionais. A escassez de financiamento levam os jovens pesquisadores ainda não consolidados a terem que abandonar seus projetos em prol do sustento diário. Sempre penso quantos talentos científicos perdemos. Cito meu estimado amigo Márcio Marchioro, que precisou abandonar precocemente seu trabalho, e desejo que ele compreenda que essa tese também foi por ele. Ou, casos como o desse aspirante a pesquisador que precisou trabalhar aproximadamente 50 horas semanais durante todo esse período, de tal modo que os resultados apresentados foram obtidos em horários que deveriam ter sido destinados à família, ao descanso e ao lazer. Peço desculpas ao leitor pelos desabafo anterior e ele de modo algum serve de justificativa para as lacunas e imprecisões desse trabalho.

Gostaria de agradecer primeiramente ao amigo André. Eu pensei em desistir desse trabalho pelo menos uma dúzia de vezes e ele foi o grande responsável para que essa capitulação não acontecesse. Encontrava nele as palavras de apoio e estímulo para prosseguir. Certa vez ele me disse, por outros causos do passado, se sentir em débito comigo. Pois bem, meu amigo, a amizade é reciprocidade. Agradeço também ao amigo Tiago Costa Alcântara, com quem sempre tive escuta ativa para desabafar. Sempre encontrei ao seu lado palavras de apoio e sou muito orgulhoso de nossa longa amizade. Quis a vida que enfrentássemos lado a lado desafios nas mesmas épocas e lugares. Ao companheiro de turma de doutorado Denilton, com quem pude estabelecer trocas e cumplicidades, pois vivíamos a mesma rotina de ter de conciliar carga horária pesada de trabalho, família e tese. Foi muito gratificante também assistir a sua defesa e ver que conseguiu vencer.

Agradeço a Luiz Sanson, amigo e livreiro em Florianópolis, que garantiu meu acesso a alguns materiais que foram fundamentais para essa pesquisa. Também agradeço ao Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) que me deu acesso aos manuscritos digitalizados que foram fundamentais para essa pesquisa acontecer, sobretudo em um cenário de arquivos fechados dada a emergência sanitária. Receber as fontes por meio de um drive tornaram realidade esse trabalho.

Os materiais utilizados do Arquivo Público de Santa Catarina foram coletados em 2008, época em que fiz os levantamentos de materiais para o mestrado. Mas nem por isso também devo deixar de agradecer aos funcionários que naquela circunstância muito auxiliaram. Soube que uma forte chuva atingiu as instalações do arquivo e parte do acervo foi danificado, infelizmente.

Agradeço a professora Crisbelli Domingos por ter me garantido alguma tranquilidade para as últimas etapas da escrita desse trabalho. Agradeço também aos professores André Luiz Cavazzani e Fernando Gil pela leitura do texto de qualificação. Seus apontamentos foram fundamentais para aparar algumas arestas do material bruto apresentado. Tentei seguir a grande maioria das recomendações para a apresentação dessa nova versão do texto.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná. Toda a minha formação aconteceu nela e a considero minha verdadeira segunda casa. Mesmo passando períodos longos sem ir aos seus prédios físicos, quando entro no sexto andar meus sentimentos e memórias sempre me remetem ao dia 22 de abril de 2003, primeira vez em que adentrei no DEHIS. Sou muito grato à universidade e espero que ela também receba esse texto como uma singela retribuição.

É fundamental mencionar Carlos Alberto Medeiros Lima. Fica realmente difícil encontrar palavras para definir minha gratidão por tudo. Nesses dias em que escrevo essas linhas ouvi de um orientando meu: “você é muito tranquilo e atencioso em suas orientações”. Me lembrei imediatamente de Carlos Lima e suas orientações nas épocas do TCC e dissertação de mestrado. Espero um dia, além de sua tranquilidade e atenciosidade, também ser reconhecido por um pedaço da sua capacidade técnica e erudição. Meu agradecimento não é só pelo doutorado, mas por todo o meu trajeto acompanhado por Lima desde o meu segundo ano de graduação nas monografias anuais do PET-História, o TCC do bacharelado em História, o mestrado e agora o doutorado. Sei quanto trabalho dei pela inexperiência, inseguranças, inconsistências técnicas e teóricas, mas sempre encontrei acolhida e disposição em “orientar” o profissional em construção que era e sigo sendo. Sinceramente, trata-se do sujeito mais relevante em minha trajetória profissional e se hoje tenho boa penetração no mercado e um grande portfólio de trabalho, devo a você.

Por fim, agradeço a Roberta Beckert que leu parte desse trabalho e fez ajustes ortográficos. Minha companheira de vida e de luta. Sem o seu suporte

nos acompanhamentos ao nosso amado Rafael, eu não teria tido a tranquilidade para prosseguir. Só nós sabemos os desafios diários que enfrentamos. Acompanhar e batalhar pelo crescimento e desenvolvimento de Rafael é a nossa grande tese de doutorado em que somos coautores. E que o Rafael Beckert da Cunha possa um dia ler esse trabalho e compreender o valor do esforço, da ciência e da educação.

## RESUMO

A presente pesquisa se propôs a investigar o perfil e as ideias políticas da elite dirigente oligárquica de Santa Catarina entre os anos de 1834 e 1851. O local de observação foi a Assembleia Legislativa da Província de Santa Catarina e os deputados que tomaram assento nesse intervalo de tempo. Os objetivos consistiram em investigar como a província, e seus atores sociais, participaram do processo de construção do Estado imperial, assim como observar as ideias políticas que circulavam naquele ambiente. As fontes utilizadas foram documentos gerados no âmbito da assembleia, sobretudo, discussões de comissões, assim como textos de autoria dos deputados encontrados em publicações. Como metodologia foi feito o percurso da análise prosopográfica dos deputados do recorte temporal proposto. Além disso, procedeu-se análise comparativa com outras províncias e espaços como a Assembleia Geral. Do mesmo modo, tentou-se captar as ideias políticas por meio de uma análise do contexto linguístico dos deputados, seja por meio dos documentos institucionais ou de textos localizados. No último capítulo, inclusive, foi analisado o deputado que mais deixou materiais impressos. Ao longo do percurso de pesquisa foi possível observar cenários como prevalência de militares como deputados; desses, os de alta patente com formação na escola real militar mais aderentes ao Partido Liberal e os mais operacionais alinhados ao Partido Conservador. Do mesmo modo, notou-se de parte substancial dessa elite política a adesão ao projeto da monarquia Constitucional representativa.

Palavras-chave: Formação do Estado; Prosopografia; ideias políticas.

## **ABSTRACT**

This research aimed to investigate the profile and political ideas of the oligarchic ruling elite of Santa Catarina between the years 1834 and 1851. The primary site of observation was the Legislative Assembly of the Province of Santa Catarina and the deputies who held office during this period. The main objectives were to examine how the province and its social actors participated in the process of constructing the imperial state, as well as to identify the political ideas circulating within that environment. The sources used consisted of documents produced within the Assembly, especially commission reports and debates, as well as texts authored by the deputies found in published materials. Methodologically, a prosopographical analysis was conducted on the deputies from the proposed timeframe. Additionally, a comparative analysis was carried out with other provinces and institutions such as the General Assembly. The study also sought to capture the deputies' political ideas through an analysis of their linguistic context, based on both institutional documents and other located texts. In the final chapter, particular attention was given to the deputy who produced the most printed material. Throughout the research, it was possible to observe certain patterns, such as the prevalence of military deputies—among them, those of higher rank, educated at the Royal Military Academy, were more aligned with the Liberal Party, while lower-ranking officers tended to affiliate with the Conservative Party. Furthermore, a substantial portion of this political elite demonstrated adherence to the project of a representative constitutional monarchy.

Keywords: State Formation; Prosopography; Political Ideas.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Quantidade de deputados nas Assembleias Legislativas Provinciais .....                                                                        | 64  |
| Quadro 2: Perfil dos deputados jovens .....                                                                                                             | 82  |
| Quadro 3: Perfil dos deputados idosos .....                                                                                                             | 88  |
| Quadro 4: Lista nominativa dos deputados mais presentes e respectivos partidos políticos .....                                                          | 95  |
| Quadro 5: Presidentes de Assembleia Legislativa de Santa Catarina entre 1835 e 1851 e seus respectivos partidos políticos .....                         | 97  |
| Quadro 6: Partidos políticos dos deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina que ocuparam legislaturas no intervalo entre 1835 até 1851 ..... | 103 |
| Quadro 7: Perfil ocupacional por partido político .....                                                                                                 | 103 |
| Quadro 8: Separação por partido político por legislatura 1839-1851 .....                                                                                | 105 |
| Quadro 9: Ocupações e partidos políticos dos deputados de Santa Catarina que receberam graças honoríficas (1845).....                                   | 112 |
| Quadro 10: Deputados eleitos por Santa Catarina para a Câmara (1826-1889) .....                                                                         | 124 |
| Quadro 11: Deputados eleitos pelo Rio Grande do Norte para a Câmara (1826-1889) .....                                                                   | 128 |
| Quadro 12: Deputados eleitos pelo Espírito Santo para a Câmara (1826-1889) .....                                                                        | 129 |
| Quadro 13: Deputados eleitos pelo Mato Grosso para a Câmara (1826-1889) .....                                                                           | 130 |
| Quadro 14: Distribuição da população de Santa Catarina por condição jurídica entre 1787 e 1836. ....                                                    | 165 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1: Quantidade de deputados por província na 3ª legislatura da Câmara dos Deputados (1834-1837).....                                     | 64  |
| Tabela 2: Quantidade de deputados convocados por legislatura na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, 1834 - 1851 .....         | 65  |
| Tabela 3: Perfil etário dos deputados por legislatura .....                                                                                    | 68  |
| Tabela 4: Perfil etário dos deputados por legislatura .....                                                                                    | 69  |
| Tabela 5: Perfil etário geral dos deputados da Assembleia Provincial de Santa Catarina para toda a série de oito legislaturas (1835-1849)..... | 70  |
| Tabela 6: Perfil etário dos deputados na Câmara Geral .....                                                                                    | 71  |
| Tabela 7: Comparação entre as legislaturas de 1834 a 1837 da Assembleia Geral e Assembleia Provincial .....                                    | 72  |
| Tabela 8: Idade média ao morrer daqueles que foram deputados em Santa Catarina entre 1835 e 1851 .....                                         | 76  |
| Tabela 9: Renovação da deputação por legislatura .....                                                                                         | 89  |
| Tabela 10: Quantidade de legislatura por deputado.....                                                                                         | 94  |
| Tabela 11: Perfil ocupacional dos deputados da Assembleia provincial de Santa Catarina* .....                                                  | 109 |
| Tabela 12: Comparativo por província do percentual de deputados provinciais que exerceram três mandatos ou menos * .....                       | 114 |
| Tabela 13: Comparativo por província do percentual de deputados provinciais que exerceram apenas um mandato * .....                            | 115 |
| Tabela 14: Cidade de origem (nascimento) dos deputados de Santa Catarina .....                                                                 | 117 |
| Tabela 15: Índice de suplência por legislatura nas províncias do Ceará e Santa Catarina.....                                                   | 121 |
| Tabela 16: Taxas de renovação por legislatura em cada província .....                                                                          | 122 |
| Tabela 17: Taxas de renovação na Câmara dos Deputados nas primeiras 10 legislaturas (1826-1860).....                                           | 123 |
| Tabela 18: Perfil ocupacional comparativo dos deputados catarinenses do legislativo estadual e da Assembleia Geral .....                       | 126 |
| Tabela 19: Média etária em cada província separada por legislatura .....                                                                       | 134 |

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 20: Perfil ocupacional dos deputados por província divididos por legislatura.....             | 135 |
| Tabela 21: Perfil ocupacional por Assembleia provincial durante a 1ª legislatura – 1835 e 1837 ..... | 137 |
| Tabela 22: Razão entre livres e escravos nas dez províncias com maior população escrava .....        | 199 |

## LISTA DE DIAGRAMAS

|                                                                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Diagrama 1: Relações de compadrio dos juízes municipais de São Francisco do Sul – SC entre 1832 e 1850 ..... | 81 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matriz prosopográfica dos Deputados da Assembleia Provincial de Santa Catarina, 1834-1851 ..... 61

Figura 2: Folha de rosto do livro de Jeremy Bentham..... 149

## SUMÁRIO

|                                                                                        |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução .....</b>                                                                | <b>17</b>  |
| <b>1. A formação do Estado brasileiro na historiografia: palavras iniciais .....</b>   | <b>21</b>  |
| 1.1 Um toque de clássicos .....                                                        | 28         |
| 1.2 Um toque de contemporâneos .....                                                   | 44         |
| 1.3 Elites regionais oligárquicas e construção do Estado Imperial.....                 | 52         |
| <b>2. Análise prosopográfica da elite regional de Santa Catarina.....</b>              | <b>59</b>  |
| 2.1 Perfil coletivo dos deputados da Província de Santa Catarina .....                 | 63         |
| 2.2 Taxas de renovação e partidos políticos .....                                      | 89         |
| 2.3 Elites regionais oligárquicas em uma perspectiva comparada .....                   | 113        |
| <b>3. Ideias políticas no Brasil oitocentista .....</b>                                | <b>141</b> |
| 3.1 Indígenas, catequese e questão agrária .....                                       | 154        |
| 3.2 Escravidão .....                                                                   | 166        |
| <b>4. As concepções de Estado e sociedade de um padre deputado.....</b>                | <b>173</b> |
| 4.1 Um pouco do contexto teológico católico no Brasil das décadas de 1840 e 1860 ..... | 180        |
| 4.2 Falar de si .....                                                                  | 186        |
| 4.3 As concepções de sociedade.....                                                    | 191        |
| 4.4 As concepções de política e Estado .....                                           | 201        |
| 4.5 O clero e a política .....                                                         | 231        |
| <b>Considerações finais .....</b>                                                      | <b>236</b> |
| <b>Apêndice 1 – Algumas discussões sobre o conceito de elites .....</b>                | <b>241</b> |
| <b>Apêndice 2 - Deputados Provinciais - Ordem Decrescente de Idade ao Falecer</b>      | <b>249</b> |
| <b>Fontes.....</b>                                                                     | <b>251</b> |
| <b>Referências bibliográficas .....</b>                                                | <b>253</b> |

## Introdução

Neste trabalho, colocaram-se alguns objetivos com a finalidade de trazer contribuições para a historiografia acerca da construção do Estado no Brasil. Mesmo que traga aportes para uma história regional, salienta-se que a sua escala de observação desejou problematizar aspectos mais gerais. Para tanto, optou-se pelo escrutínio das dinâmicas e movimentações da elite de uma província periférica e com características econômicas e demográficas comedidas. Apesar de suas feições não resultarem em inserções em grandes circuitos políticos ou mercantis, Santa Catarina era um pedaço do todo. Observar as suas dinâmicas próprias, as ideias que circulavam em sua elite de caráter oligárquico, bem como as suas relações com o centro permitem capturar uma fração do Brasil. Em síntese, estão no centro de preocupações da presente pesquisa compreender as dinâmicas internas da referida elite oligárquica e investigar as relações do Estado com esta, sobretudo a partir das recepções e movimentações regionais.

O recorte temporal aqui adotado é o intervalo entre 1834 e 1851. As justificativas para tal recorte residem, em seu ponto inicial, na aprovação do Ato Adicional que introduziu uma série de reformas liberais no cenário político pós-abdicação em que se ressalta a criação das Assembleias Legislativas provinciais; já seu término se dá no início dos anos 1850 para ter uma visão mais integral dos efeitos do Regresso Conservador nas movimentações da elite regional, objeto desse estudo. Em síntese, trata-se das primeiras oito legislaturas das referidas assembleias provinciais.

Como previamente informado, essa elite foi observada a partir de um *locus* muito específico: a Assembleia Legislativa provincial. Essa instituição assumiu grande protagonismo nos anos 1830 quando da sua criação, sobretudo por seu viés legislativo. É bem verdade que existiam limites neste legislar: o presidente de província, a Assembleia Geral e, na década de 1840, o Conselho de Estado eram fiscais das leis que dali provinham e atuavam como regulamentadores. Do mesmo modo, por força do próprio Ato Adicional e sua posterior interpretação, o rol de temas sobre os quais podia legislar apresentava limites.

As assembleias provinciais foram, no contexto político do século XIX, alvo de apaixonadas discussões tendo alas que defendiam com positividade que elas representavam as ambições de autonomia às elites regionais, assim como aqueles que defendiam a necessidade de vigilância, redução de raios de ação e necessidades de repactuações entre instâncias regionais e governo central. Não foi incomum serem interpretadas como símbolo do federalismo que promovera dissidências e conflitos de caráter fragmentários.

O primeiro capítulo desta pesquisa pretende fornecer ao leitor uma síntese que tangencie as discussões historiográficas acerca do tema da formação do Estado no Brasil imperial. Escolhas foram feitas e, consequentemente, o leitor encontrará omissões. Optou-se por discutir os textos clássicos que muitas provocações trouxeram para os debates da temática e, com o mesmo ímpeto, foram lidos, abordados, interpretados e resenhados textos mais atuais que têm encontrado boa acolhida na comunidade de historiadores que se dedicam ao século XIX brasileiro. Um terceiro pilar de textos foi também inserido nessas discussões por serem bastante operacionais para esta pesquisa e por também representarem parte desta tendência historiográfica mais recente: aqueles que abordam a temática da formação do Estado imperial de uma perspectiva provincial.

O segundo capítulo dedicou-se a mencionar alguns conceitos relevantes para este trabalho tais como as noções de *oligarquia*. Nessa toada, consta na forma de apêndice desta tese uma breve discussão bibliográfica e conceitual sobre *elites*. Na sequência foram introduzidas discussões acerca da metodologia dos estudos prosopográficos haja vista que esta metodologia de investigação se fez bastante presente ao longo do capítulo. O leitor será apresentado aos dados obtidos, via o referido método, dos deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no recorte entre 1834 e 1851. Tratam-se ao todo de 83 deputados que ocuparam assento na assembleia nas oito primeiras legislaturas. Por meio da formulação de uma biografia coletiva, foram abordados temas como perfil etário, estrutura ocupacional, taxas de renovação, distribuição geográfica e padrões de carreiras políticas, sejam elas mais meteóricas ou mais consolidadas.

Os dados biográficos dos deputados foram coletados em textos historiográficos, sobretudo dicionários políticos, fontes primárias e a partir do projeto Memória Política de Santa Catarina organizado pela Assembleia Estadual de Santa Catarina e pelo departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.<sup>1</sup>

Após esse exercício, que se ocupou no primeiro momento exclusivamente dos deputados de Santa Catarina, foram estabelecidos padrões comparativos com outras províncias a partir de dados coletados em textos historiográficos ou mesmo a partir de listas nominativas que o autor deste trabalho localizou. O objetivo foi o de verificar os padrões gerais e regionais, bem como avançar na qualificação e compreensão das oligarquias regionais. Somado a isso, comparações com a deputação da Assembleia Geral no Rio de Janeiro também foram operacionais para a busca do objetivo de qualificar as elites regionais oligárquicas.

O terceiro capítulo versou sobre as ideias políticas mobilizadas pelos deputados. Para tanto foram utilizados documentos produzida no âmbito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, já devidamente localizados e transcritos. Trata-se de ofícios trocados entre a assembleia e o presidente de província, discussões parlamentares provinciais ocorridas no interior de comissões internas – essas comissões versavam sobre civilização, catequese, fiscal, câmaras, educação. Além desses documentos, a análise também contou com as atas do triênio 1844 e 1846 (infelizmente para os demais anos as atas foram consumidas por um incêndio na década de 1950) e com documentos avulsos localizados nos arquivos da Casa da Memória Legislativa de Santa Catarina e do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Como o foco foi abordar ideias políticas, objetivou-se discutir a visão dos deputados quanto aos indígenas, escravizados e terras.

O quarto e último capítulo desta tese se dedicou integralmente a analisar as ideias políticas e sociais de um dos deputados, o mais ‘tagarela’ de todos. Trata-se do padre Paiva que deixou livros teológicos, geográficos e históricos,

---

<sup>1</sup> Disponível no sítio: Memória Política de Santa Catarina ([alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br)) Acesso em: 03 ago. 2024.

peça teatral e colunas em jornais. Por meio da análise de suas posições e discursos, na qualidade de um intelectual da província e interlocutor de parcela dos deputados, adentramos em fragmentos do pensamento dessa elite provincial e do pensamento político brasileiro como um todo.

## 1. A formação do Estado brasileiro na historiografia: palavras iniciais

A primeira metade do século XIX brasileiro está inserido naquilo que Reinhard Koselleck chamou de *Sattelzeit*. O historiador alemão se refere a um período de transição histórica ocorrido entre 1750 e 1850. Koselleck utiliza a metáfora da sela para descrever esse período de transição, sugerindo que a humanidade estava "selando" seu destino, decidindo qual caminho seguiria em meio a um período de grandes mudanças.

Essa época foi marcada por eventos como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, o Iluminismo e o surgimento do capitalismo moderno. A *Sattelzeit* foi um momento de descontinuidade e ruptura com o passado, mas também de continuidade e mudança gradual, que levou a transformações profundas nas estruturas sociais, culturais e políticas da sociedade ocidental em um ambiente de emergência de uma cultura política e jurídica moderna que, durante o *Sattelzeit*, conviveria com elementos de Antigo Regime concomitante a incorporação de elementos liberais.

Em sua leitura do *Sattelzeit* na América Latina, Christian Lynch sugere que esse período de transição de um Antigo Regime para uma modernidade deve ser estendido até o início do século XX. Desse modo, para a região, Lynch sugere que o liberalismo produziu a crítica ao absolutismo e os estamentos setecentista, mas antes de parir a democracia no século XX, passou por um período oligárquico liberal no oitocentos com traços de absolutismo ilustrado.<sup>2</sup> Em suas palavras,

[é] preciso imaginar um Sattelzeit ibero-americano diferido, isto é, estendido em relação ao europeu, que duraria de 1770 a 1910. Ele se dividiria em dois grandes momentos. No primeiro período (1770-1850), marcado por conflitos, instabilidade e baixo índice de mudança socioeconômica, o vocabulário político e jurídico do liberalismo ainda convive largamente com estruturas herdadas do Antigo Regime colonial. Passada a tormenta revolucionária, ele acaba reinterpretado nas práticas políticas, que tendem a lhe restringir o alcance, inclusive pela propriedade conferida à necessidade de reconstrução da ordem. No segundo período (1850-1920), impulsionado pela expansão do capitalismo

---

<sup>2</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. O Sattelzeit diferido da América Ibérica: reflexões sobre uma história dos conceitos políticos fora do mundo europeu. **História do Direito**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 387 - 402, dez. 2020. ISSN 2675-9284. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78736>>. Acesso em: 09 mar. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/hd.v1i1.78736>.

européu, o liberalismo começa a revolver de modo mais decidido as camadas mais profundas da velha sociedade colonial. Se se tratava antes de acomodar a liberdade às necessidades da autoridade, agora se trata de adaptar a ordem às exigências da liberdade. Passa-se a criticar abertamente o caráter autoritário do Estado e o monopólio da Igreja sobre o ensino, atacada como inimiga do progresso e da ciência. O liberalismo se torna hegemônico como linguagem política.<sup>3</sup>

Em outro texto, Lynch traz definição mais precisa da proposta de Koseleck para *Sattelzeit* (1750-1850):

Este termo designa o período de transição sofrido pelo sistema político conceitual do Antigo Regime para o constitucionalismo e liberalismo. Acompanhando as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa ocidental, os conceitos políticos teriam sofrido durante aquele século quatro grandes processos: a democratização (alargamento do seu campo de uso por camadas até então alijadas); temporalização (os conceitos passaram a ter o futuro e não mais o passado como referência); ideologização (os conceitos perdem sua dimensão concreta para se tornarem cada vez mais abstratos) e politização (os conceitos passam a adquirir acentuada polissemia por seu emprego por diversos setores na arena política).<sup>4</sup>

Por seu turno, a independência do Brasil, de acordo com João José Reis, não produziu grandes alterações socioeconômicas, mantendo-se em larga medida traços coloniais. O que houve foi uma mudança de mãos em termos administrativos. Os ingleses seguiram influentes e os comerciantes portugueses, apesar do antilusitanismo da época, mantiveram suas posições comerciais. Contudo, a emancipação não foi obra tão somente de uma elite, apesar de ter sido vencedor o projeto das classes mais altas.<sup>5</sup> A fome e as privações atingiam os grupos populares que ficaram mais sensíveis à radicalização em torno de bandeiras como a República e o Federalismo, mesmo sem uma noção conceitual exata dos seus significados. Mas a percepção concreta da carestia e dos abusos era o suficiente para dotarem essas novas palavras do vocabulário político com

---

<sup>3</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. O *Sattelzeit* diferido da América Ibérica: reflexões sobre uma história dos conceitos políticos fora do mundo europeu. **História do Direito**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 387 - 402, dez. 2020. ISSN 2675-9284. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78736>>. Acesso em: 09 mar. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/hd.v1i1.78736>. p. 398.

<sup>4</sup> LYNCH, C. E. C.. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, n. 10, p. 314-334, maio 2015.

<sup>5</sup> REIS, João José. REIS, J. J. A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia 1824-1840. **Revista de História**, [S. l.], v. 54, n. 108, p. 341-384, 1976. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.105679. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105679>. Acesso em: 9 mar. 2023. P. 342.

uma semântica que remetesse a algo melhor do que aquilo que viviam em suas vidas cotidianas.<sup>6</sup>

Tais observações não significam atribuir aos grupos populares ações irascíveis. Pelo contrário: como bem lembra a historiadora Lea Iamashita, os protestos e sua politização eram uma força latente no meio social. A circularidade de ideias associada às memórias e expectativas geravam posições politicamente demarcadas nos grupos populares. Havia, portanto, uma cultura política popular. Ela era heterogênea e longe de ser um vazio simbólico.<sup>7</sup>

João José Reis procede uma comparação entre a lusofobia, característica do período da independência - e em Santa Catarina, espaço territorial objeto desta tese, também observado quando da abdicação, resultando na retirada do presidente da província, português de nascimento, em 1831 - com o antissemitismo na medida em que os portugueses foram utilizados para canalizar os ódios ao estrangeiro que serviu como amálgama para arregimentar a sociedade em torno de um projeto da elite. Esse movimento teve impactos e forças diferentes nas variadas regiões brasileiras e serviu para reforçar uma opinião pública, na embrionária esfera pública brasileira, com sentimentos anticoloniais. Contudo, o prazo de validade deste expediente vai ser curto dada a forte dependência que as comunidades regionais, muitas vezes junto as suas elites, tinham do capital e da atividade comercial dos portugueses.<sup>8</sup>

As observações de Reis vão ao encontro do trabalho de André Luiz Cavazzani que estudou a comunidade portuguesa na baía de Paranaguá no litoral do Brasil Meridional. Cavazzani não encontrou referências profundas de lusofobia na década de 1820, salvo pequenas passagens memorialistas de Antônio Vieira dos Santos. Com uma população em 1830 composta de 13,5% da população masculina livre, os portugueses tinham grande entrada no comércio da vila e como profissionais liberais. Sua presença no tecido social e

---

<sup>6</sup> REIS, João José. *Op. Cit.* p. 343.

<sup>7</sup> IAMASHITA, Léa Maria Carrer. *Modernização e rebeldia: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)*. UnB, 2010. Tese de doutorado. 337p. Ver especialmente capítulo 5.

<sup>8</sup> REIS, João José. REIS, J. J. A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia 1824-1840. **Revista de História**, [S. l.], v. 54, n. 108, p. 341-384, 1976. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.105679. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105679>. Acesso em: 9 mar. 2023. p. 343.

nas atividades produtivas garantiram a formação de redes que amenizaram as hostilidades. Somado a isso, Cavazzani pontua que os cargos de alta hierarquia continuaram, no período imediatamente posterior a independência, sendo ocupados por portugueses e por seus filhos e netos<sup>9</sup>. É possível também aventar que o peso do antilusitanismo fosse variável de região para região, sendo mais perceptível em capitais de províncias e no Rio de Janeiro do que em localidades em que os quadros da burocracia estatal eram predominantemente compostos por membros da elite local. O que se está sugerindo é que o pragmatismo da vida cotidiana e os laços estabelecidos entre os membros das comunidades menores podem ter sido uma blindagem a esse contexto de maior hostilidade a comunidade lusa.

O historiador Marcello Basile, ao fazer uma análise prosopográfica sobre os deputados que tomaram assento na Câmara dos Deputados durante o período regencial observou acentuada redução no número de portugueses eleitos deputados. Apesar de comporem 10% dos deputados presentes na legislatura entre 1830-1833, o número decaiu em comparação com a segunda legislatura (1834-1837). Basile atribui esse fenômeno como uma consequência da abdicação e resultante em uma maior nacionalização da elite política imperial.<sup>10</sup> O trabalho de Basile, portanto, corrobora que no atacado houve um movimento em direção a redução dos portugueses de nascimento nos espaços institucionais. Também é possível propor que com o falecimento de D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), a viabilidade política do projeto dos restauradores foi desestabilizada e as forças de arregimentação do grupo se dissolveram junto com os restos mortais do antigo imperador.

Dentro das correntes políticas faccionalistas do primeiro reinado e do período inicial das regências, o nacionalismo, mais radical nos exaltados, esteve fortemente amparado na xenofobia, sobretudo lusa. Os portugueses eram associados ao absolutismo, ao colonialismo e à desigualdade produzida pela

---

<sup>9</sup> CAVAZZANI, André Luiz. *Tendo o solo por testemunha: população portuguesa na Baía de Guaratuba (c. 1750-1830)*. São Paulo: Alameda, 2015. pp. 120-123.

<sup>10</sup> BASILE, Marcello. *Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas*. IN: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 91-92.

escravização e concentração latifundiária.<sup>11</sup> Contudo, é bem verdade que nem todos os setores viam tais concentrações como um problema.<sup>12</sup>

Como rapidamente citado, o antilusitanismo produziu movimentações políticas em Santa Catarina na medida em que um motim militar derrubou o presidente português em 1831.<sup>13</sup> Esse não foi um fenômeno exclusivo catarinense. A historiografia demonstrou que cenários de conflito em 1831 arregimentados pelo antilusitanismo aconteceram em outros pontos do Brasil. Um outro exemplo é a Setembrada no Maranhão em que lideranças liberais exigiam um expurgo dos portugueses dos postos públicos.<sup>14</sup>

Em certa medida, essa discussão acerca do antilusitanismo é apenas uma franja de um tema mais amplo e complexo que busca investigar as relações entre Estado, sociedade e a formação de uma Nação. Nesse ponto, a historiografia tem apresentado variações interpretativas ao longo das últimas décadas diante do questionamento de quem induziu quem. A nação brasileira produziu um Estado ou o Estado produziu uma nação? A resposta para essa pergunta atualmente é simples, mas sua construção se deu no campo historiográfico.

Sem querer esgotar o tema, existe a interpretação, já amplamente discutida e refutada pela historiografia, que reputa o fenômeno a um binômio de causa e efeito. Exemplo desse tipo de abordagem é encontrada em José Honório Rodrigues, que defende a perspectiva de que a emancipação foi obra de um nacionalismo que precedeu e formou o Estado brasileiro.<sup>15</sup> Nessa interpretação, havia um projeto claramente delimitado por sujeitos portadores de um nacionalismo latente e um sentimento de vocação que os dirigia na engenharia de construção institucional do novo Estado.

---

<sup>11</sup> KRAUSE, Thiago & SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 90.

<sup>12</sup> FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>13</sup> Para o antilusitanismo em Santa Catarina, ver: CORRÊA, Carlos Humberto. *Jerônimo Coelho: um liberal na formação do II Império*. Florianópolis: Insular, 2006.

<sup>14</sup> CIRINO, Raíssa Gabrielle Vieira. *Revisitando a setembrada: disputas e tensões políticas no Maranhão durante a Regência (1831-1833)*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica -CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 39, Jan-Jun, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.1.19> Acesso em: 10 mai. 2023.

<sup>15</sup> RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. Volume 1 pp. 300-303.

Por outro lado, existem abordagens que interpretam as relações entre Estado, sociedade e Nação de forma mais dialética. É o que propõe Richard Graham, que avalia que o fenômeno não pode ser observado de um ponto de vista linear. Para o autor, o Estado fomentou uma nação, contudo, a comunidade era uma das grandes fontes de fortalecimento do Estado, sendo uma relação espiralada.<sup>16</sup> Indo além, a comunidade era a operadora das relações políticas que compunham o Estado em um momento de forte predomínio oligárquico. A construção da institucionalidade foi pressionada pelas demandas de momento das lideranças de clientelas que ocupavam essas mesmas instituições.

Sem o desejo de querer estabelecer momentos de gênese, chama-se a atenção para observar o período regencial como momento chave de compreensão da processualidade da construção do Estado no Brasil. As regências ficaram marcadas pela instabilidade dada a multiplicação de conflitos. Como não há vazio de poder, o momento de instabilidade institucional estimulou as facções nas disputas em torno de projetos variados. Ao mesmo tempo, as classes mais baixas obtiveram janelas de oportunidade para também apresentar suas demandas haja vista os conflitos intraoligárquicos generalizados.<sup>17</sup> O resultado foi um conjunto de rebeliões nas mais variadas regiões brasileiras e com diferentes matizes sociais e políticos. O risco de fragmentação, o desejo separatista, e, em alguns casos, o reformismo social, aflorou em um ambiente tensionado que produziu reflexões e temores em setores da elite. A curva de aprendizado, o cálculo das perdas possíveis, a diligência por manutenção da ordem, escravidão e hierarquias típicas do Antigo Regime por parte deste grupo social os levou a ansiar por freios de arrumação. Ao final da década, o Regresso Conservador buscou materializar tais ímpetos.

Esse ambiente de questionamento da consolidação estatal e disputas de projetos afetou a vida cotidiana. Carlos Alberto Medeiros Lima, em extenso levantamento paroquial de assentos de óbito, aferiu os índices de morte violenta entre as décadas de 1820 a 1870 para algumas áreas brasileiras. O material empírico corroborou que o intervalo de tempo das regências presenciou aumento

---

<sup>16</sup> GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.

<sup>17</sup> KRAUSE, Thiago & SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV, 2022. pp. 85-86.

expressivo da quantidade de homens adultos que tiveram como causa de morte a violência. As áreas de fronteira agrária apresentaram taxas superiores em relação as áreas de ocupações antigas, que já contavam com uma presença mais efetiva do Estado e seu aparato institucional. Segundo Lima, o quadro de violência não pode ser encarado como uma herança colonial, uma vez que a população livre ficou mais vulnerável a ela. Os diferentes grupos locais, movidos por seus interesses, buscaram na violência e na agressividade as ferramentas de imposição das suas vontades. E isso tudo em um ambiente de crise econômica no mundo atlântico, a qual se somou a fatores internos como aumento no preço dos escravizados e deslocamentos produtivos que podem ser simbolizados pelo início cafeeiro. Uma tempestade perfeita. Em síntese, “a violência proliferava quando e onde fosse frágil a capacidade do Estado em construção para impor-se sobre as oligarquias regionais.” Em áreas mais antigas e, por vezes urbanizadas, havia uma “capacidade estatal de impor existências mais pactuadas”.<sup>18</sup>

Amparado nas evidências levantadas e analisadas por Medeiros Lima, o tempo de ocupação dos espaços provinciais representou desafios maiores ou menores para os comissários do Estado introduzirem as resoluções forjadas no âmbito da política imperial. Trata-se de um horizonte que deve ficar no radar ao se analisar espaços provinciais, foco deste trabalho, pois alertam para a necessidade de atenção a multiplicidade de arranjos em províncias que tinham tanto comunidades sedentarizadas a longa data, assim como áreas de expansão de fronteira agrícola. As duas realidades demográficas eram verificadas na maior parte das províncias e será relevante observar que tipo de impactos essa questão trouxe para os arranjos e conflitos nessas oligarquias. Vale lembrar o limbo jurídico em relação a questão agrária: a revogação do sistema de sesmarias em 1822 só foi legislada com a Lei de Terras de 1850. O ambiente tornou-se bastante pantanoso em relação a expansão agrária, fato que abriu janelas de oportunidades para alguns grupos. Oligarquias interessadas na expansão dos seus negócios e potentados locais e regionais movidos por interesses privados agiam sem regulamentação do Estado. Mas, por vezes, o

---

<sup>18</sup> LIMA, C. A. M.. ESTADO E FRONTEIRA AGRÁRIA: CAUSAS EXTERNAS DE MORTES NO CENTRO-SUL BRASILEIRO E NO RECÔNCAVO BAIANO (1820-1870). **Almanack**, n. Almanack, 2022 (31), p. ea01020, 2022.

ambiente de conflitos demandava o interesse por iniciativas de arbitragem estatal, mediada pelas assembleias, conforme verificado em Santa Catarina em documentos que serão discutidos no terceiro capítulo deste trabalho.

Ante o exposto, é possível concluir que a processualidade da construção do Estado imperial se deu em um ambiente marcado pelos tensionamentos e conflitos motivados pelas dificuldades de junção das peças de um mosaico de difícil montagem. Não há surpresas nisso, uma vez que momentos de rearranjos institucionais e de forja de novos regimes sempre são marcados pela instabilidade, conflitos e violência. No Brasil não foi diferente, com intensa divergência de classes e ideologia no pós-independência e pós-abdicação.

A historiografia vem dedicando nos últimos 90 anos bastantes páginas para discutir o tema da formação do Estado imperial em toda a sua complexidade. Sendo assim, chega o momento de abordar as grandes sínteses, interpretações e escolhas de escalas de observação.

## **1.1 Um toque de clássicos**

É consenso que as reflexões de Sérgio Buarque de Holanda em seu texto *Raízes do Brasil* foram relevantes para as discussões sobre a formação do Estado no Brasil e seus operadores. Em sua leitura, a tradição de um passado colonial ibérico produziu efeitos duradouros no Brasil e as competições individuais constituíram forças desagregadoras que tornaram os elos sociais precários. Essa frouxidão entre os indivíduos não nos municiou como país e nação com a capacidade de seguir normas e costumes, sobretudo aquelas forjadas pela racionalidade administrativa.

É clássica a passagem de Holanda em que analisa o papel da família patriarcal e da tradição rural na formação de um Estado no Brasil:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente [de forte presença da família patriarcal e o mundo rural] compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão

política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente do burocrático, quanto mais caracterizados estejam os dois tipos.<sup>19</sup>

É dessa forma que Holanda interpreta no Brasil a formação de um Estado patrimonialista, pois gerido e operado por sujeitos fortemente inseridos em uma tradição patriarcal e rural. Desejos e vontades privadas se sobrepõem a racionalização burocrática e o Estado se transforma em instrumento para viabilizar os anseios particularistas em uma simbiose entre público e privado. O patriarcalismo de tradição ibérica forjado no espaço agrário escravista brasileiro daria as nuances da nossa formação cultural. E como mundo cultural e político não são dissociados, aspectos como violência, interesses de clãs, hierarquias raciais e de gênero, todos típicos do Brasil colonial, representaram freios para a instalação de um Estado racional de tipo burocrático no território.

A família patriarcal possuía características autossuficientes, sendo este, portanto, o modelo de socialização primordial. Dessa maneira, os parâmetros do círculo doméstico são replicados nas demais relações estabelecidas para além da casa. A noção de comunidade, marcada pela incorporação via redes de compadrio, casamentos e agregados, garante a formação de um organograma com posições sociais hierarquicamente demarcadas e que tem como amálgama as relações pessoais. A impessoalidade burocrática encontra entraves para avançar nesse tipo de ambiente. Indo além, o Estado moderno não se encontra no horizonte de compreensões dos sujeitos que estão à frente das instituições políticas. Racionalizações distintas como a de Estado e Igreja ou público e privado não habitam as reflexões sobre como gerir as instituições por não estarem devidamente inscritos nos sistemas culturais e cognitivos locais.

---

<sup>19</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. pp. 145-146.

Dentro de sua filiação intelectual weberiana, Holanda formulou como conceito de tipo ideal o *homem cordial*. Trata-se do indivíduo responsável por inserir o território brasileiro na lógica patrimonialista descrita anteriormente. De acordo com a leitura promovida pelo crítico literário João Cezar de Castro Rocha, este conceito até hoje carece de uma compreensão arqueológica na medida em que sua semântica foi fruto do que Rocha chama de uma *miscigenação hermenêutica*. Mesmo passadas décadas da publicação de *Raízes do Brasil*, ocorrida em 1936, ainda persistem interpretações rasas do conceito de *homem cordial* de Holanda atribuindo-lhe significados oriundos do pensamento freyriano encontrados em *Sobrados e Mucambos*, obra também publicada no mesmo ano de 1936. Nas palavras do crítico literário, “Nobres selvagens ou homens cordiais, provavelmente continuaremos a ler *Raízes do Brasil* segundo o conceito de cordialidade encontrado em *Sobrados e Mucambos* (...)”.<sup>20</sup> Em outra passagem, o intérprete define que:

Apesar de o conceito ser atribuído somente a Sérgio Buarque, seu entendimento mais comum associa cordialidade à amizade, simpatia, disponibilidade emocional. Ou seja, o conceito é atribuído a Sérgio Buarque, mas, quanto à interpretação, a proposta de Gilberto Freyre triunfou!<sup>21</sup>

Rocha está sugerindo que as reflexões de Freyre povoaram com mais força a tradição cultural brasileira. De fato, a persistência na mentalidade coletiva de noções como a de *democracia racial*, mesmo já tendo sido refutada pela historiografia dos últimos 50 anos, mostram o impacto das ideias de Freyre na formação cultural brasileira. Parte disso advém pelo fato de o texto de Holanda, apesar de mais sintético, não ter tido a mesma penetração no imaginário social. Pode-se aventar que as diferentes filiações intelectuais podem ser uma chave interpretativa para o desenvolvimento deste cenário na medida em que a

---

<sup>20</sup> ROCHA, João Cezar de Castro. *As origens e os equívocos da cordialidade brasileira*. IN: ROCHA, João Cezar de Castro & ARAÚJO, Valdeir Lopes. **Nenhum Brasil Existe: pequena enciclopédia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. pp. 205-219.

<sup>21</sup> ROCHA, João Cezar de Castro. *As origens e os equívocos da cordialidade brasileira*. IN: ROCHA, João Cezar de Castro & ARAÚJO, Valdeir Lopes. **Nenhum Brasil Existe: pequena enciclopédia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 216.

antropologia cultural americana e suas discussões racialistas circulavam com mais força do que a sociologia alemã weberiana.

Ante o exposto, para se entender a interpretação do Estado brasileiro para Sérgio Buarque de Holanda é fundamental compreender os seus operadores, o *homem cordial* na acepção que o pensador paulista lhe conferiu. Diz Holanda que:

[...] permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informadas no meio rural e patriarcal. Seria **engano** supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.<sup>22</sup>

O *homem cordial* não se caracteriza pela atitude cortês ou cosmopolita, mas pela passionalidade. É interessante recuperar a definição de *cordial* trazida por Raphael Bluteau para o século XVIII: “remédio que conforta o coração”; adj. “de coração”.<sup>23</sup> Ele vive de impulsos e de seus apegos passionais. Como paixão e ódio caminham próximas, a violência é um expediente comum do *homem cordial*. Trata-se de um sujeito pouco afeito as mudanças produzidas pela modernização. Um sujeito que no século XIX se vinculava muito mais a uma visão romântica do mundo do que um entusiasta da sociedade liberal burguesa. Esse é o operador do Estado que trará uma cultura política muito própria na forja do patrimonialismo.

Não há, para o *homem cordial*, legitimidade em um Estado distante, frio e racional. Só há legitimidade nas ações que ele próprio conduz, a partir da sua consciência de certo e errado e seus valores tradicionais. Por essa razão, ao atuar como operador das instituições do Estado, ele compreende a ação como um préstimo, uma doação que está fazendo para a sua comunidade; e seu *modus operandi* doméstico é replicado em suas atuações na vida pública, fator

---

<sup>22</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. pp. 146-147. *Grifos nosso*.

<sup>23</sup> BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da lingua portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau*. Disponível em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K) (usp.br) Acesso em: 08 jul. 2024.

que gera uma massividade dos interesses privados e pessoais no Estado. Este último visto como uma extensão da casa, da família patriarcal e do mundo rural.

Em texto posterior, da década de 1960, publicado na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, Holanda trará outro ponto de relevo para a discussão sobre a formação do Estado: trata-se do que o autor classificou como “as influências regionais”. Holanda identificou forte influência de políticos baianos nos quadros políticos do Brasil império, algo também visto por observadores da época. Esse fenômeno foi classificado por estes como “baianismo”. Além da Bahia, destacavam-se também Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essas quatro províncias formariam o que o autor classificou como *dominação tetrárquica*, que exerceu destacado papel até a década de 1860 na administração imperial. Paulistas naturais ou adotivos (no caso Vergueiro) que assumiram postos na alta administração, o conseguiram mais por suas qualidades pessoais do que pela relevância de sua província, diz Holanda<sup>24</sup>. Aqui o historiador pareceu minimizar o tamanho que o setor cafeeiro vinha adquirindo mesmo em fins da primeira metade do século XIX.

Ao usar a denominação *dominação tetrárquica*, conceito retirado do mundo político imperial romano, Holanda sugere que as quatro províncias assumiram a cabeceira da condução do Estado brasileiro. Escolher o termo tetrarquia tem um peso que parece sugerir que as decisões tomadas por cada grupo regional político tinha a ambição de resolver os problemas específicos do seu naco territorial. Ou seja, temas sensíveis e a condução política estatal estariam a cargo de elites regionais que não necessariamente estabeleceriam entre si comunicação e que por vezes poderiam se entender como forças concorrentes. Há fragilidades nessas posições assumidas por Holanda, todavia elas trazem algum tipo de protagonismo às elites regionais pertencentes a províncias de maior porte do ponto de vista econômico e demográfico.

Quais seriam as razões para a proeminência dessas quatro províncias? Sem ser explícito, Holanda sugere que a forte vinculação ao Coimbrismo e uma

---

<sup>24</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II – O Brasil Monárquico, Vol. 7. **Do Império a República**. pp. 319-320. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 316-325.

tradição regional de formação de lideranças explicariam o papel exercido por essas elites regionais.<sup>25</sup> Além disso, diz o autor que:

[...] a economia mais dinâmica e expansiva de certas áreas se pode dar alguma importância na formação dos grupos dirigentes do país, apesar da forte centralização do poder, mas também mostram que elas não prevaleceram sobre preferências regionalistas ditadas pela tradição. E o curioso é que, num sistema político onde os Governos hão de corresponder às maiorias parlamentares, nem esse fator basta para quebrar os critérios e padrões derivados daquelas preferências. Assim, Minas Gerais que tem 20 deputados, dará 18 ministros, ao passo que a Bahia dá 26 ministros, tendo só 14 deputados. [...] a reação à excessiva centralização tende a criar focos de descontentamento que se tornam mais agudos naturalmente nas áreas mais dinâmicas, cujos interesses, cada vez mais exigentes, não parecem devidamente considerados.<sup>26</sup>

Apesar dos problemas conceituais que o termo *tetrarquia* pode suscitar, Holanda chama a atenção para o peso das elites regionais na condução de um Estado que, embora seja marcado pela centralização, é sensível às demandas de províncias de grande porte. Conclamar os membros dessas elites regionais é, na interpretação de Holanda, uma forma de pacificar os descontentamentos regionais. Há aqui a sugestão de que se fazer elite imperial era obra de pertencer a regiões relevantes e barulhentas na reivindicação de seus pleitos<sup>27</sup>. E, por seu turno, Holanda entende que a cessão de espaços na institucionalidade era manobra do Estado imperial para pacificar e amalgamar as partes junto ao todo.

Por seu turno, Raymundo Faoro, em sua obra *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, apresenta uma das mais sofisticadas interpretações sobre a formação do Estado brasileiro, articulando conceitos oriundos da tradição weberiana, sobretudo o de dominação tradicional, com uma leitura crítica da experiência política luso-brasileira. Sua análise do processo é central para compreender os fundamentos históricos que sustentaram a consolidação de um modelo estatal fortemente centralizado, patrimonialista e

---

<sup>25</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II – O Brasil Monárquico, Vol. 7. **Do Império a República**. pp. 319-320. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 316-325.

<sup>26</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II – O Brasil Monárquico, Vol. 7. **Do Império a República**. pp. 319-320. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 319-320.

<sup>27</sup> Se os sujeitos em questão, que eram conclamados para ocuparem os cargos, se viam como parte dos interesses do Estado imperial ou comissários de suas elites regionais, é uma outra análise.

marcado pela prevalência de um estamento burocrático sobre as dinâmicas sociais emergentes. Para Faoro, a transição do Brasil colônia ao Império não representou uma ruptura efetiva com o passado português, mas sim a continuidade de uma estrutura de poder fundada na separação entre o Estado e a sociedade civil. Esse Estado, de origem patrimonial, não se edificou a partir das demandas ou pressões de uma burguesia ascendente, como nas experiências ocidentais clássicas, mas consolidou-se como um aparato autônomo, ocupado por um corpo burocrático que monopolizava os mecanismos de dominação e reprodução da ordem social<sup>28</sup>.

A década de 1830, marcada pela abdicação de D. Pedro I e pela experiência das Regências, foi interpretada por Faoro como um momento de grande tensão institucional, em que o Estado passou a ser disputado por facções que, apesar das divergências, não romperam com a lógica do patronato político. A descentralização propiciada pelo Ato Adicional de 1834 representou, no plano jurídico, um avanço liberal, mas no plano concreto foi neutralizada pela permanência de estruturas de poder local que operavam segundo a lógica do favor e do compadrio. A ausência de um processo efetivo de autonomia das províncias revela, segundo Faoro, o caráter fictício das reformas institucionais, que em nada alteravam a essência patrimonialista da máquina estatal. Essa situação se intensificaria com a chegada de D. Pedro II ao trono em 1840, simbolizando o início de uma nova etapa de centralização monárquica que se consolidaria ao longo da década de 1840. Faoro aponta que a centralização não apenas reorganizou o sistema político, mas fortaleceu o papel do Poder Moderador como instância suprema de arbitragem, conferindo ao imperador prerrogativas que ultrapassavam os limites do constitucionalismo liberal<sup>29</sup>.

Nesse ponto, sua análise aproxima-se e ao mesmo tempo se distancia de outros clássicos da interpretação do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque formula a ideia de um “homem cordial” e destaca o predomínio da lógica privatista sobre o público, o que explicaria a fragilidade das instituições racionais-burocráticas no país. Embora Faoro

---

<sup>28</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2012. Ver capítulos 9 e 10.

<sup>29</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2012. Ver capítulos 8 e 9.

também compreenda a persistência de vínculos personalistas no seio do Estado, sua ênfase recai sobre a autonomia e a coesão de um estamento burocrático que, paradoxalmente, não se identifica com a sociedade civil, mas se perpetua como camada dirigente<sup>30</sup>. Na leitura que Marcelo Jasmin fez da obra de Faoro,

[...] um quadro administrativo se apropria, como se fossem privados, dos poderes de mando e das possibilidades econômicas que lhes correspondem transformando os mecanismos judiciais e militares em fundamentos jurídicos da posição *estamental* privilegiada.<sup>31</sup>

Para Faoro, o Império foi o momento de máxima expressão do modelo estamental, em que a política se organizava em torno do acesso ao Estado e não da disputa programática ou ideológica. Os partidos, liberais ou conservadores, funcionavam como instrumentos de ocupação dos cargos públicos, desprovidos de base social orgânica ou de compromissos com transformações estruturais. A eleição deixava de ser mecanismo de representação para se tornar parte de um sistema de legitimação do poder já constituído. O Parlamento, ao invés de ser o *locus* do conflito entre interesses divergentes, transformava-se em prolongamento da burocracia, em que os mandatos operavam como moeda de troca no jogo de clientelas<sup>32</sup>.

Nesse sentido, a década de 1840, com a consolidação do Segundo Reinado, não representou o amadurecimento institucional de um Estado nacional burguês, mas a reafirmação do modelo patrimonialista, agora sob a forma de um parlamentarismo tutelado pelo imperador. O Poder Moderador, previsto na Constituição de 1824, foi reinterpretado por Faoro não como um instrumento de equilíbrio entre os poderes, mas como o pilar central da dominação burocrática. Ao assumir o poder de dissolver a Câmara, nomear ministros e controlar os rumos da administração, o imperador operava como vértice de uma máquina de poder autônoma e autorreferente<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2012. pp. 103-107.

<sup>31</sup> JASMIN, Marcelo. *A viagem redonda de Raymundo Faoro em Os Donos do Poder*. IN: ROCHA, João Cezar de Castro. **Nenhum Brasil Existe: Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. p. 359.

<sup>32</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2012. Ver capítulo 10.

<sup>33</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2012. Ver capítulos 8 e 9.

Em consonância com a leitura de Marcelo Jasmin da obra de Faoro, o patrimonialismo *estamental* foi um óbice ao desenvolvimento do capitalismo moderno no Brasil, uma vez que os agentes produziram uma leitura muito particular do pensamento político liberal. Ou seja, cabia, em explícita contradição, ao Estado o papel de indutor do liberalismo. Nas palavras de Jasmin,

A análise elabora assim uma estrutura de dominação que cinde Estado e nação, tornando o primeiro termo polo exclusivo de toda iniciativa social, econômica e política, e relegando a segunda à condição de espectadora informe das consequências deletérias do capitalismo politicamente orientado. A anemia econômica é também a anemia política, e se a falta do capitalismo industrial é a razão do subdesenvolvimento, a inexistência de classes autônomas explica o caráter autoritário e excludente da política nacional. O resultado é que não há sociedade civil independente, pensamento liberal ou capitalismo racional – signos pressupostos da modernidade – mas dominação patrimonial, estamental e burocrática.<sup>34</sup>

A originalidade da leitura de Faoro reside na demonstração de que o Estado brasileiro, mesmo em momentos de aparente abertura liberal, manteve sua essência estamental e patrimonial. A lógica do poder não emergia da sociedade civil, nem tampouco da representação democrática, mas de um corpo de funcionários e letrados que se apropriavam do aparelho estatal como extensão da casa do príncipe, segundo o modelo herdado do absolutismo português. Ao contrário do modelo weberiano clássico, em que a burocracia surge como forma racional de dominação legal, no caso brasileiro ela aparece como instrumento de fechamento e exclusão, operando por meio de relações pessoais e fidelidades hierárquicas<sup>35</sup>.

Já José Murilo de Carvalho produziu, na década de 1980, uma das interpretações mais originais sobre a formação do Estado brasileiro. Ele parte da questão do porque a América espanhola se fragmentou e a América portuguesa se manteve coesa após o período colonial. Ao analisar as características da “*elite política imperial*” brasileira, define que a construção do Estado foi viabilizada em virtude de uma homogeneidade ideológica e de

---

<sup>34</sup> JASMIN, Marcelo. *A viagem redonda de Raymundo Faoro em Os Donos do Poder*. IN: ROCHA, João Cezar de Castro. **Nenhum Brasil Existe: Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. p. 361.

<sup>35</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2012. pp. 35-46 e pp. 103-107.

socialização dos membros dessa elite burocrática. A formação em Direito na Universidade de Coimbra educou magistrados alinhados com um modelo de Estado centralizado, tributário do iluminismo português e sua excessiva ênfase no Estado. Ao mesmo tempo, esses magistrados fundiram burocracia e elite política, pois ocupavam postos de trabalho dentro da estrutura estatal e também eram, com frequência, nomeados para cargos no executivo e em alguma medida eleitos para o legislativo. Ou seja, mais do que representantes da sociedade na vida política, eles eram porta vozes do Estado e fizeram a opção pela monarquia constitucional, centralizada e unitária.<sup>36</sup>

Carvalho, portanto, apresenta uma interpretação na qual a construção do Estado é obra de uma elite política composta por bacharéis que não eram representantes de nenhuma classe específica ou região e que possuíam relativa autonomia e o compromisso com a centralização. As decisões e escolhas forjadas por esse grupo eram pulverizadas pelo interior do império por meio de uma cadeia de funcionários do Estado composta por juizes, delegados e presidentes de província. Contudo, a capacidade do Estado - sobretudo da burocracia imperial – de chegar às localidades após as reformas de 1840-1841 é relativizada pelo autor que, amparado nos escritos do Visconde do Uruguai, argumenta que a estrutura era excessivamente centralizada e alocava o grosso dos funcionários no governo central. A presença desses funcionários nas províncias era reduzida e nas localidades praticamente inexistente. Por isso, as províncias tinham um papel de destaque como entrepostos políticos entre governo central e local, pois elas eram a forma mais ágil de contato entre centro e localidade.<sup>37</sup> Há nesse sentido um destaque a ser dado aos indivíduos que ocuparam cadeiras na Assembleia Geral e no Senado. Na leitura de Jonas Vargas, esses indivíduos devem ser classificados como mediadores responsáveis por conectar anseios locais/regionais com os da burocracia estatal e fazer a acomodação entre os dois polos e seus respectivos projetos. Eram, portanto, operadores da política que tinham que equilibrar os pratos entre oligarquias regionais, das quais eram parte, e partícipes do Estado

---

<sup>36</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Especialmente parte I. pp. 13-246.

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 152 e 138.

imperial<sup>38</sup>.

Carvalho aponta que a partir da circulação espacial e institucional dos funcionários, fossem eles da magistratura ou do executivo, permitiu-se seu acesso a uma carreira no Estado que possibilitava ascensão na elite política imperial. Os cargos de Juiz Municipal e Promotor eram considerados a porta de entrada para a carreira dentro dos quadros do Estado, principalmente se a nomeação fosse para municípios ricos e de população mais densa. Do mesmo modo, o posto de presidente de província, considerado de segundo escalão, poderia ser uma maneira promissora de vencer eleições para a Câmara ou de ser nomeado posteriormente a algum cargo ministerial.<sup>39</sup>

Em síntese, Carvalho entende que a processualidade da construção do Estado no Brasil foi obra de um grupo de juristas e magistrados, ligados à burocracia e aos cargos políticos, orientados por valores ideológicos homogêneos – fornecidos pela formação educacional no escopo do iluminismo português coimbrão e carreira política - afinados com a lógica do Estado centralizado. As elites locais, os proprietários de terras e grandes comerciantes possuíam, na sua visão, um papel secundário e não diretamente ligado ao processo. Participavam apenas na medida em que seus interesses, sobretudo dos agroexportadores, eram levados em conta por essa elite política, pois as receitas das atividades dos grandes proprietários sustentavam a estrutura estatal.<sup>40</sup> A grande afinidade, homogeneidade e alinhamento entre os membros que compunham a elite burocrática teria sido responsável pela estabilidade, unicidade de projeto e capacidade de coligar politicamente mesmo ante pequenas divergências que existiam no interior desta elite estatal.

Há na interpretação de Carvalho um peso substancial atribuído ao que chamar-se-á de centro de poder, ou, nas palavras do autor, burocracia central, seja ela civil ou militar. Já os variados grupos sociais, não em sua totalidade,

---

<sup>38</sup> VARGAS, Jonas. *Um império de cruces, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico*. IN: HEINZ, Flávio M. **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

<sup>39</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.. pp. 121-123.

<sup>40</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 263-289.

encontrariam guarida nas casas parlamentares e o mundo político seria fruto das interações e intersecções entre essas duas camadas.

O peso das burguesias nacionais moldaria o perfil das elites e dos Estados, sendo, no caso luso, uma elite burocrática - com homogeneidade resultante do recrutamento, ideologia e da socialização entre os seus componentes - haja vista o fracasso da revolução burguesa no mundo português. A burocracia portuguesa, que atravessou o Atlântico em 1808 e de forte tradição coimbrã seria a base da formação estatal brasileira.<sup>41</sup> Há, portanto, em Carvalho uma redução das potenciais participações das elites regionais no processo de modelagem do Estado imperial. Há, inclusive, a defesa de que a elite burocrática agia com independência frente aos grandes proprietários. Elite burocrática e classe proprietária viveriam cenários de aproximações e afastamentos, de alianças e tensionamentos e um movimento denominado pelo autor de “dialética da ambiguidade” em que prevaleceu o senso de sobrevivência de um projeto único pautado no Estado unitário e com força suficiente para assegurar a manutenção da escravização.

Se a elite cafeeira era, na opinião de Carvalho, relativamente ignorada por essa alta burocracia de Estado, o que se dirá das forças regionais? Os faccionalismos locais foram contidos, na visão de Carvalho, pela robusta e coesa elite burocrática. Em caso contrário, o Brasil teria sido vitimado pela instabilidade que poderia resultar na fragmentação. É importante ressaltar que esse modelo proposto por Carvalho, que é notadamente muito refinado e já amplamente discutido pela historiografia, apresenta lacunas para se pensar a totalidade das décadas do período imperial, conforme se verá adiante. Ao se levar em conta somente o produto que consistiu na não fragmentação territorial brasileira, ignora-se processos e tensionamentos de caráter centrífugo que, apesar de terem sido majoritariamente derrotados – ao menos se for balizado pelo fracasso dos movimentos republicanos e separatistas -, produziram um dinamismo histórico e dialético nos referidos processos e participaram da construção dos contornos do Estado Imperial. A modelação da institucionalidade estatal, dado seu caráter recente e portador de alguma instabilidade, era manejada também

---

<sup>41</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 27-34.

pelos interesses das oligarquias regionais. Em síntese, defende-se aqui que aquilo chamado de poder central não foi estabelecido de forma irretocável tal qual um projeto arquitetônico. Há nesse processo histórico um bocado de erosões ao projeto original dos artífices carvalhianos causadas pelas regionalidades. Aí reside a complexidade de se compreender os contornos e essências deste Estado.

Para Carvalho, as tensões no período regencial que resultaram em rebeliões e colocaram em risco os interesses econômicos e sociais da elite foram catalisadores para acelerar a poda de arestas no interior do grupo e aperfeiçoar a homogeneização ideológica. Nessa linha, não haveria por parte desses atores qualquer tipo de vocação em direção a pautas federalistas. Estas passam a ser associadas a riscos em que havia poucos dispostos a correr. Ao se responder algumas questões pelas lentes propostas por Carvalho, pode-se inferir que quem governa é uma elite burocrática com alto grau de homogeneidade. Ela governa orientada por valores ideológicos muito particulares que a vinculam a uma cultura política de certo absolutismo ilustrado e é empoderada pelos donos do dinheiro tão somente na medida em que assegurem a manutenção de uma ordem agroexportadora, latifundiária e escravista.

Na mesma década de 1980 surgiu a tese de doutorado de Ilmar Rohloff Mattos que rapidamente foi publicado na forma de livro sob o título *O tempo Saquarema*.<sup>42</sup> Seu objeto de pesquisa também é a formação do Estado no Brasil durante o império e o autor, inserido em uma tradição intelectual marxista, parte das reflexões de Caio Prado Júnior e sua abordagem sobre o *Sentido da Colonização*. Mediante esta filiação analítica, Mattos observa o setor agroexportador com grande peso, sobretudo o cafeeiro que assumia protagonismo em fins da primeira metade do século XIX.

Mattos vai produzir um olhar para o que denominou *moeda colonial* como sendo formulada por continuísmos do período anterior em que marcadamente o Brasil se inseria no capitalismo como fornecedor de matérias-primas produzidas com base em uma ordem fundada no latifúndio e na escravização de africanos

---

<sup>42</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017. A primeira edição do livro foi publicada em 1987.

e seus descendentes. Há aqui forte influência de Caio Prado. A exploração do sobre-trabalho de um grande contingente de seres humanos transformou-se no ponto central dos anseios senhoriais e o grupo político alvo do estudo de Mattos, os saquaremas, vai ter como bússola a manutenção da estabilidade da escravização e do tráfico haja vista as desestabilizações produzidas nesta atividade com a lei de 1831. A identidade política imperial, portanto, foi assentada em uma pauta que não era apenas cafeeira, mas de todo o território e suas mais variadas províncias e localidades haja vista a alta pulverização da posse de escravizados no Brasil do século XIX. O escravismo era um valor social enraizado capaz de produzir unidade e a segurança da sua continuidade tinha força suficiente para que proprietários de escravizados de regiões não cafeeiras - muitos nem poderiam ser classificados como abastados - reconhecessem legitimidade nos políticos do café como representantes dos seus interesses. A questão do escravismo exerceu papel aglutinador e o setor cafeeiro atuou como porta-voz.

No campo político, Mattos defende que as feições do Estado imperial brasileiro foram fortemente influenciadas pelo Regresso Conservador em fins da década de 1830 e na seguinte. Seu argumento é construído com base em uma abordagem dedutiva a partir das vicissitudes das legislações concebidas no período, sobretudo a Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1840. Há no contexto, para Mattos, uma oposição entre mercadores e proprietários rurais. O autor não é taxativo, mas implicitamente sugere uma associação entre os primeiros e as reformas federalistas dos anos iniciais das regências e aos segundos o papel de liderança na forja dos freios representados pelo Regresso Conservador que inauguravam um novo período, “o tempo saquarema”. Em uma das notas de rodapé de seu texto, Mattos traz esse raciocínio, que compõe parte da sua tese principal:

[...] dois momentos ou “equilíbrios” podem ser considerados, caracterizando a relação em curso [de tensionamento entre setores usurários e agrários]: o primeiro é traduzido pela lei regencial de 30 de agosto de 1833 que fez cessar o privilégio da impenhorabilidade de minas, engenhos e escravos, incluindo entre as coisas passíveis de execução os escravos maiores de catorze anos e as escravas maiores de doze anos, e por meio desta decisão põe em evidência os interesses dos que detinham o capital mercantil-usurário, em especial os comissários; o último é representado pela lei

hipotecária de 1863, e os decretos complementares de 1865, que estipulava que nenhum empréstimo podia ser superior à metade do valor da garantia real, e que, em caso de execução, o credor devia receber o imóvel mas ficava obrigado a restituir ao devedor em dinheiro a diferença, o que, no essencial, transformava os devedores em credores dos seus credores.<sup>43</sup>

Em síntese, “o tempo saquarema” foi marcado pela predominância de uma elite latifundiária, cafeeira, dependente da mão de obra escravizada e ciosa de manter a integridade territorial. Esses interesses passam a ser dominantes na lógica de gerenciamento do Estado imperial e, portanto, direcionam os caminhos tomados. Cabia ao centro de poder, simbolizado pela Coroa e o poder central, zelar por esses interesses. Nas palavras do autor, “a Coroa ocupa, agora, o lugar da região”.<sup>44</sup> Contudo, isso não significa sobreposição irrestrita. A lógica saquarema não era cabível apenas ao Sudeste cafeeiro, apesar do privilégio do café. Há a forja de um projeto capaz de captar aquilo que é comum às diferentes oligarquias regionais, ou seja, a manutenção de uma ordem escravista e latifundiária. Homens ligados ao café são relevantes e muitas vezes, pelas posições ocupadas, porta vozes sensíveis aos interesses particulares das províncias. Em síntese, para Mattos, o projeto saquarema não produziu um esvaziamento total e completo dos poderes locais e regionais. Apesar de subalternos na composição da política imperial, havia margem de ação para as elites regionais.

O Estado imperial é, para Mattos, forte na medida em que, para além do monopólio da elaboração das leis, também traz para si a sua execução e fiscalização. Nesse sentido, os bacharéis que compõem a burocracia do Estado são peça relevante, não existindo espaços tão confortáveis para práticas patrimonialistas. Todavia, ao contrário de Carvalho que enxerga neste último grupo o papel de artífices da institucionalidade do Estado, Mattos os define apenas como executores do projeto da elite proprietária saquarema.

O historiador Ricardo Salles, em leitura do trabalho de Mattos, se posiciona favorável a interpretação do autor de *O tempo saquarema*. Ambos

---

<sup>43</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 97 (nota de rodapé 175).

<sup>44</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 98.

utilizam categorias conceituais gramscianas como os conceitos de *classe nacional* [classe senhorial para o caso brasileiro], *revolução passiva* e *intelectuais*. Defende Salles, em linha com Mattos que:

A formação da classe senhorial e de uma nova camada de intelectuais autorizam a caracterização do Império do Brasil como um caso de revolução passiva, muito mais que o mero processo de *aggionamento* de antigas camadas dirigentes e dominantes. O Império do Brasil foi um império monárquico, agrário e escravista, de feição burguesa, tanto no sentido econômico, quanto no sentido moral e intelectual. Esse Império repousou sobre uma hegemonia de classe – a da classe senhorial escravista nucleada em torno da produção cafeeira da Bacia do rio Paraíba do Sul – construída a partir da direção moral e intelectual exercida pelo grupo saquarema fluminense e mantida pela hegemonia política conservadora que resultou desse processo.<sup>45</sup>

Outro autor que já pode ser considerado clássico e contribuiu para os debates da formação do Estado no Brasil do século XIX foi Richard Graham. Sua obra foi originalmente publicada em 1990. Ao avaliar o contexto imediatamente posterior a independência, Graham sugere que o território brasileiro era marcado pela fragmentação política, pela baixa adesão de áreas do Norte e Nordeste do Brasil ao jovem imperador e por fortes sentimentos regionalistas.<sup>46</sup> Com esse começo de trajeto e com as dificuldades de legitimação do Estado central, a manutenção da unidade era naquele contexto ainda uma incógnita. O território não se fragmentou e ao longo do século XIX as lideranças políticas construíram amarras que asseguraram a manutenção do unitarismo. Para Graham, o caminho político que redundou nesse resultado foi o estabelecimento de relações clientelistas.

Os interesses materiais e econômicos dos grupos mais abastados teriam impactado na formação de uma cultura política e esses indivíduos teriam pessoalmente participado de forma ativa da construção da referida cultura como operadores de redes clientelares. As ameaças de reformismo social, o descontrole sobre as massas e os resultados dos movimentos contestatórios geraram o ímpeto necessário para que essa elite, por senso de sobrevivência e

---

<sup>45</sup> SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, n. 4, p. 5–45, jul. 2012. p. 24.

<sup>46</sup> GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.

ciosa de seus privilégios, atuasse em prol da construção de uma ordem. Em síntese, o pragmatismo das elites regionais em proteger os seus interesses e posições está na raiz do processo de construção do Estado brasileiro e atuou como freio de ímpetus autonomistas que apresentaram insegurança para a manutenção de posições. A legitimidade de D. Pedro II perante boa parte dos habitantes do Brasil e as necessidades de freios aos anseios populares levaram essa elite a abraçar o governo central e participar dele. Desordens em um espaço fortemente escravocrata apresentavam riscos que essa elite não estava mais disposta a correr em nome de sonhos autonomistas.

## 1.2 Um toque de contemporâneos

A historiografia clássica atuou como ponto de partida e reflexão e seguiu suscitando debates. Novos estudos elaborados nos programas de pós-graduação nos últimos 30 anos têm buscado revisitar questões antigas e, ao mesmo tempo, abrir novos flancos de discussões, sobretudo a partir de novas abordagens e *corpi* documentais.

Em trabalho no início dos anos 2000, Maria Fernanda Vieira Martins estudou o segundo Conselho de Estado durante o segundo reinado.<sup>47</sup> Em suas investigações, Maria Martins concluiu que o Conselho de Estado foi um órgão político relevante na política imperial. Teve uma dinâmica complexa que permitiu uma ampla participação das elites políticas na tomada de decisões, o que o tornou um espaço de negociação e construção de consensos entre as diferentes facções políticas. O fato de a autora usar elites no plural demonstra seu desalinhamento com a interpretação de José Murilo de Carvalho na medida em que este último, conforme já abordado, atribui a formação do Estado a uma elite burocrática homogênea a partir das experiências de formação em Coimbra.

Um dos pontos relevantes da contribuição de Martins para o debate historiográfico foi o de reconhecer a complexidade de agentes e fatores na dinâmica de formação histórica do Brasil do século XIX. Nesse sentido, apesar

---

<sup>47</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

de dar vasto destaque as permanências do Antigo Regime na conformação política brasileira do século XIX, naquilo que chamou de *a velha arte de governar*, a autora não ignorou aspectos como as movimentações populares em busca de direitos e, sobretudo, as graduais incorporações que o ideário liberal trazia ao cenário de construção política estatal.<sup>48</sup> Em síntese, a cultura política brasileira que redundou na formação do Estado imperial era susceptível a influências de diferentes matizes, apesar do grande peso das permanências do Antigo Regime. Apesar de parecer uma constatação dedutiva, é preciso reconhecer que são poucos os trabalhos historiográficos com a coragem de encarar essa realidade e sustentar empiricamente a referida interpretação.

Martins evidencia no Conselho de Estado um dos pilares da política no segundo Império, sendo instância consultada nos mais variados temas. O forte teor de conciliação que vigorou até fins da década de 1860 passava muito pelo filtro dos conselheiros. A efemeridade dos gabinetes traziam grande rotatividade aos cargos governamentais, inclusive nos espaços provinciais, visando acomodar os variados interesses do grupo que ocuparia o poder. Com o passar das décadas, esse modelo foi cobrando seu preço e contribuiu para o enfraquecimento da política de conciliação, produziu fissuras no poder central a medida em que as instituições envelheciam e foi incapaz de atender as expectativas quanto a celeridade das reformas almejadas por alguns setores.<sup>49</sup> A lentidão das reformas ou mesmo o controle das narrativas reformistas deve ser observada como anseio de setores mais conservadores, muito presentes no Conselho de Estado, em que valia a máxima ‘se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude’.

É notório que ao escolher como título de seu texto *A velha arte de governar*, Martins desejava dar forte peso a supostas permanências do Antigo Regime na política imperial brasileira do século XIX, tal qual Arno Mayer demonstrou para a Europa. Ela sustenta tais conclusões a partir da compreensão do peso das redes sociais e clientelares na consolidação das

---

<sup>48</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Ver especialmente o capítulo 1.

<sup>49</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. pp. 330-331.

posições dos atores que compunham o Conselho de Estado. Dessa maneira, Martins produz uma nova interpretação a partir de um velho prisma, qual seja, o de que o Estado brasileiro do século XIX foi assentado no patrimonialismo weberiano, anteriormente já abordado por Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Os interesses particulares, sobretudo financeiros com reverberações no social, levariam os atores à frente do Conselho de Estado a reproduzirem velhas práticas políticas que eram típicas da monarquia corporativa portuguesa. Neste ponto, a autora deixa transparente suas conexões intelectuais com as reflexões de António Manuel Hespanha.

Ao enfatizar o peso das conexões pessoais e familiares, a partir do conceito de redes, extraído de Giovanni Levi, a autora afirma ter encontrado uma maneira mais operacional de analisar o seu objeto de estudos do que a noção de clientela. Contudo, apesar dessa observação, há uma aderência de sua tese às propostas de Richard Graham, já discutidas anteriormente. Para Martins, as redes apresentam características mais plásticas ao passo que as clientelas são mais rígidas por terem métricas mais individuais. A amplitude das redes engloba setores distintos e grupos variados e capturam com mais clareza o dinamismo típico das relações sociais e políticas. Nas palavras da autora:

Assim entendida, a noção de rede permite exatamente extrapolar o sentido de troca individual, usualmente associado à ideia das práticas clientelares, quando se considera a inserção desses indivíduos em suas redes de relacionamentos, que por definição apresentam uma composição mutável, englobando setores distintos e variados, e na qual, inclusive, os objetivos e interesses pessoais moldam-se e ajustam-se aos interesses coletivos bem como às diferentes conjunturas. As relações que essas redes retratam mostram uma realidade heterogênea, ambígua e dinâmica, espelhando as tensões características dos grupos e indivíduos nela envolvidos, mas garantem o espaço da ação individual, da liberdade de ação e reação a conjunturas específicas que permitem as transformações que se verificam nessas sociedades.<sup>50</sup>

Ao enfatizar o papel das redes na condução da política e formação do Estado imperial, Maria Martins demonstrou, por meio do método prosopográfico, a capilarização e as teias que sustentavam a arquitetura do poder. Assim sendo,

---

<sup>50</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p. 225.

no campo político, aspectos regionais interagiam com aspectos mais gerais e representaram, sobretudo a partir das décadas de 1850-1860, freios à centralização do poder que encontrava dificuldades em se fazer hegemônico sobre os interesses provinciais.<sup>51</sup>

Em leitura feita por Ricardo Salles da tese de Martins, o historiador argumenta que a autora evidenciou grande peso ao setor mercantil na condução das redes que passavam pelos conselheiros de Estado. Ela, com isso, defende que os proprietários eram secundários no processo. Essas conclusões de um lado caminhariam na direção proposta por João Fragoso<sup>52</sup> de investigar o papel das elites mercantis e, por outro, na direção de Carvalho de minimizar o papel da classe senhorial. Todavia, como pontua Salles, as elites não eram homogêneas e muito menos especialistas em termos de atividades econômicas. Salles pondera que o trabalho de Martins evidenciou a preponderância dos interesses da classe proprietária, ou seja, suas conclusões acabaram por corroborar a tese de Ilmar Mattos.<sup>53</sup> Há fragilidades em segregar de maneira tão enfática o mundo mercantil do mundo agrário. As aproximações também existiam e não eram irrelevantes. A busca por ‘vitoriosos’ e forças hegemônicas levaram Carvalho e eleger os bacharéis coimbrãos, Ilmar Mattos os saquaremas e Martins os conselheiros.

Outro historiador que tem se debruçado sobre a temática da construção do Estado no Brasil imperial é Christian Edward Cyril Lynch. Há uma distinção entre esse autor para os demais: sua análise consiste em se debruçar sobre um recorte temporal mais longo, indo da independência até o fim da república do Café com Leite. Com essa estratégia, Lynch produziu uma grande síntese sobre o trajeto institucional e do pensamento político brasileiro.

Lynch, nesse amplo recorte, subdivide a história política brasileira em três períodos: a monarquia (1822-1860) marcada pela representação-personificação; a oligarquia (1860-1889) com a sua representação-mandato; e,

---

<sup>51</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Ver especialmente capítulo 5.

<sup>52</sup> FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>53</sup> SALLES, Ricardo. *Resenha: a velha arte de governar*. Almanack Braziliense, nº 8, novembro de 2008.

por fim, a democracia (1889-1930) com ampliação de participação política. Ou seja, as vicissitudes políticas de uma sociedade moderna podem ser lidas de maneira esquemática passando por um primeiro momento monárquico/autocrático; um segundo momento aristocrático/oligárquico; e um terceiro momento democrático. Antes de aprofundar as suas leituras sobre o período que interessa para essa pesquisa, vale a pena ressaltar a conclusão do autor de localizar no Brasil – e na América Latina como um todo - uma disfunção entre as ideias políticas e práticas políticas com os desenhos institucionais que foram elaborados pelos artífices do Estado. A razão disso consiste que tais ideias, originalmente concebidas em locais que o autor chama de “países centrais”, encontraram nos espaços ex-colônias (“países periféricos”) realidades de maturação estatal diferentes daquelas desfrutadas em áreas da Europa como França e Inglaterra e nos Estados Unidos da América.<sup>54</sup>

Dessa forma, Lynch defende que o intervalo entre 1822 e 1860 foi marcado pelo poder centralizado e autoritário nas mãos do imperador na medida em que os poderes locais, de forte tendência oligárquica e centrífuga, são subtraídos dos atores que se apresentavam como alternativa política durante a ruptura institucional. Apesar do longo trecho, ele sintetiza de maneira satisfatória a tese de Lynch. Em suas palavras,

[...] a ordem monárquica não é o governo oligárquico: aquela é um governo autoritário e centralizador a que os oligarcas se submetem e apoiam resignados por reputá-lo preferível à anarquia, na esperança de que, recuperada ou instaurada no futuro a estabilidade, as coisas ‘voltem ao normal’, ou seja, a um regime oligárquico, de paridade entre o monarca e os oligarcas. Tanto assim que, ao contrário da ordem oligárquica, onde as decisões são tomadas por consenso, a característica da etapa monárquica é a autonomia decisória do governante [...] A pretensão do monarca não pode ser realizada, porém, sem a prévia monopolização do poder de dizer a lei (legislativo) e, em decorrência, do exercício legítimo do poder coativo (jurisdicional e policial). A monopolização da violência exige a criação de um aparato burocrático encarregado de velar pela execução, nas províncias, das decisões tomadas pelo soberano na capital. O reconhecimento do Estado como centro irradiador do poder legitima sua intervenção no domínio socioeconômico e serve para uniformizar a administração, o direito e a economia territorial, eliminando ou neutralizando as pretensões autárquicas dos chefes locais. [...] o Estado fomenta a criação de uma identidade comunitária que cria um espaço comum de experiências e amplia o horizonte de expectativas. [...] O êxito da etapa monárquica de construção do Estado-Nação cria, pois, as condições de transição da monarquia à oligarquia, que começa com a contestação da ordem monárquica pelos

---

<sup>54</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. pp. 19 e 23.

grupos que brandem contra o despotismo e a tirania em nome do progresso e da liberdade. Formado por proprietários rurais e dedicado ao comércio das cidades, o elemento aristocrático ou oligárquico começa a considerar a inconveniência de que seus interesses dependam de um governo onipotente, autônomo e irresponsável. Aproximados e fortalecidos pela integração operada na fase monárquica, os diversos grupos oligárquicos se articulam para incrementar o próprio capital político junto ao poder por meio de reformas que criem mecanismos representativos aptos a responder às suas demandas, reduzindo a autonomia do príncipe ou submetendo-a à sua agenda.<sup>55</sup>

Em linhas gerais, o processo de construção do Estado envolveu, para Lynch, centralização política. Esse tipo de medida se fazia necessária para gerar consensos autoritários para manter a ordem, integridade territorial e interesses dessa mesma oligarquia alijada do poder. A tarefa de construção do Estado-Nação era hercúlea e viabilizada somente mediante a capacidade de se manter um hiato entre construção e fortalecimento institucional de um lado e anseios da sociedade heterogênea de outro. Para lidar com potenciais insatisfações, o sistema monárquico criou mecanismos peculiares de representação para essa oligarquia se sentir partícipe do processo. Essa representação envolvia o envio de deputados para as assembleias provinciais, que detinham algum nível de atuação legislativa e para a Câmara dos Deputados.<sup>56</sup>

Teria sido, dessa forma, uma genuína habilidade dos artífices do Estado, os coimbrãos da geração de 1790 para usar a expressão de Kenneth Maxwell<sup>57</sup>, a grande responsável por, nas palavras de Lynch, construir uma “monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia”, sobretudo a partir das suas contribuições para o desenho assumido pela constituição de 1824, a mais longeva da história brasileira.<sup>58</sup> Nas palavras de Lynch, o projeto monarquista coimbrão e o projeto oligárquico provincial eram, em essência, distintos. Diz ele,

De retórica realista, tributária do despotismo ilustrado, unitária e interventora, a proposta coimbrã constituía um projeto em que o político prevalecia sobre o econômico; que, na

---

<sup>55</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. pp. 24-27.

<sup>56</sup> Sobre a Câmara dos Deputados, alguns pontos serão discutidos no próximo capítulo.

<sup>57</sup> MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986. pp. 373-382.

<sup>58</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

prática, não reconhecia a preexistência de uma Nação anterior ao Estado e que, arrogando-se o papel de cria-la, fundava a representação da soberania nacional na autoridade monárquica. Já a aristocracia rural provincial brasiliense pendia para um modelo monárquico *sui generis* em que a Coroa estivesse cerceada de um lado por um legislativo nacional indissolúvel e, de outro, por vinte governos provinciais autônomos [...]. De retórica idealista, tributária do liberalismo de tendência democrática, federalista e liberista, a proposta da aristocracia das províncias apresentava uma concepção na qual o econômico prevalecia sobre o político.<sup>59</sup>

Tal divergência traria pontos de tensionamento entre os anseios localistas e as escolhas dos artífices do Estado. As disputas entre as duas perspectivas seriam mais visíveis nos momentos iniciais da construção do Estado e só foram freadas pela perda de controle que as reformas liberais da década de 1830 trouxeram. A anarquia, a elevação da violência, as rebeliões e o flerte com a guerra civil promoveram um recuo das oligarquias regionais.

O regresso conservador marca o ápice das disputas de narrativas entre os dois grupos, assim como também o conluio para a busca de uma alternativa. Lynch monitorou os debates parlamentares desse período, sobretudo a partir da atuação do liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos e sua adesão a proposta do regresso.<sup>60</sup>

Christian Lynch utiliza a nomenclatura semifederal para se referir a monarquia brasileira no intervalo entre 1834 e 1860 em que prevaleceu, na interpretação do pesquisador, um “federalismo mitigado”.<sup>61</sup>

Por seu turno, Wanderley Guilherme dos Santos utiliza o termo “monarquia semiabsolutista” ou um “absolutismo mitigado” para o intervalo entre 1826, ano da instalação da Câmara dos Deputados e 1889 quando foi proclamada a república. Santos assenta sua interpretação na compreensão de que, apesar do sistema representativo parlamentar, o “institucionalmente irresponsável” poder moderador garantia ao imperador forte capacidade de

---

<sup>59</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. pp. 48-49.

<sup>60</sup> Cf. LYNCH, C. E. C.. *Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)*. **Almanack**, n. 10, p. 314–334, maio 2015.

<sup>61</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. pp. 57-58. Ver também: LYNCH, C. E. C.. *Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)*. **Almanack**, n. 10, p. 314–334, maio 2015. p. 317.

intervenção nos gabinetes, papel central na escolha dos senadores, na nomeação de conselheiros e arregimentação de lealdades por meio da concessão de comendas. O espaço de manobra oposicionista era apequenado pela engenharia institucional comanda pelo imperador.<sup>62</sup>

Para Santos, houve uma anuência do setor escravista com esse modelo no qual a classe de proprietários assegurou o funcionamento do sistema via controles eleitorais para garantir um modelo de alta rotatividade de membros das oligarquias nos cargos representativos. A baixa reincidência dos mesmos nomes nos cargos legislativos somado a alta rotatividade de gabinetes e presidentes de província geravam fluidez nos espaços de representação e os instrumentos necessários para a supremacia do Poder Moderador.<sup>63</sup>

Em ensaio elaborado pelas historiadoras Maria Fernanda Vieira Martins e Maria Letícia Corrêa, viceja a interpretação de que a centralização e a formação do Estado imperial foi produto do consentimento e acolhimento das elites locais/regionais sem tanto peso para forças militares ou burocráticas de viés coercitivo.<sup>64</sup> Em linha com essa leitura proposta pelas referidas historiadoras, formas oligárquicas de se vivenciar a experiência estatal em uma monarquia constitucional liberal são de captura essencial para a interpretação do processo. Dessa maneira justifica-se a escolha desse trabalho em mirar a escala de observação em elites regionais para obter clarividência analítica e contribuir com os debates historiográficos.

Thomas Flory, por sua vez, defende a tese de que o período de intenso liberalismo federalista no Brasil foi a partir 1827, quando da criação do juízo de paz com amplos poderes e eleito localmente, passando pelo Código do Processo de 1832 e freado a partir do Ato Adicional em 1834 quando as lideranças municipais precisariam transpor os espaços locais e alcançar os regionais para

---

<sup>62</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 1, 2013, pp. 9-37. Argumentos de Santos serão debatidos de forma mais intensa no capítulo 2 deste trabalho.

<sup>63</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 1, 2013, pp. 9-37

<sup>64</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira & CORRÊA, Maria Letícia. *Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil*. ACERVO, RIO DE JANEIRO, V. 25, Nº 2, P. 17-30, JUL./DEZ. 2012 – P. 24.

se manter elite.<sup>65</sup> O Código do Processo representou um ganho de ímpeto de uma descentralização gerida pelo município. As ações do poder central se tornam reféns da ação dos potentados locais que ocupam os cargos para os quais foram eleitos pelos seus concidadãos.<sup>66</sup>

Já Ivo Coser aponta que mesmo antes do Regresso Conservador, os liberais já haviam compreendido os limites das reformas liberais contidas no Código do Processo de 1832. A escolha pela municipalidade dos cidadãos ativos para ocupar cargos relevantes como o de juiz de paz começaram a ser tolhidos pelas próprias Assembleias Legislativas provinciais, como as de São Paulo e Pernambuco que instituíram prefeitos escolhidos pelo legislativo provincial e assumiam prerrogativas do juizado de paz. Os liberais moderados não estavam alinhados a potenciais reformas populares e iniciam as reformas do Estado Imperial por dentro das províncias, ou seja, tais reformas foram obras das elites provinciais. Nesta interpretação, o Ato Adicional configurou um recuo anterior à Lei de Interpretação de 1840.<sup>67</sup>

### 1.3 Elites regionais oligárquicas e construção do Estado Imperial

A historiadora Kelly Eleutério Machado Oliveira demonstra que as cortes vintistas já discutiam a mudança de nomenclatura de capitania para província. A razão reside nas semânticas em que capitania remetia a unidade com relativa autonomia ao passo que província, a partir da leitura feita pela autora de Alejandro Agüero, seria etimologicamente vinculado a *víncio* que significa atar, vincular.<sup>68</sup> Em síntese, a definição do vocábulo e sua semântica para o século

---

<sup>65</sup> FLORY, Thomas. El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

<sup>66</sup> COSER, Ivo O conceito de federalismo e a idéia de interesse no Brasil do século XIX. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 941–981, 2008.

<sup>67</sup> COSER, Ivo O conceito de federalismo e a idéia de interesse no Brasil do século XIX. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 941–981, 2008.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *O tempo da província: revisão bibliográfica crítica da política imperial no Brasil oitocentista*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica (online). Recife, ISSN: 2525-5649, vol. 38, jul-dez, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.2.15> Acesso em: 05 abri. 2024.

XIX remete as partes que formam um todo. Partes indissociáveis, com algum grau de conexão e, sem elas, não existe o todo.

Esta síntese semântica inicial serve como introdução às discussões que estão por vir relacionadas a uma perspectiva historiográfica que vem enfatizando o papel das províncias, e suas elites, na formação do Estado imperial brasileiro. Miriam Dolhnikoff, uma das pesquisadoras mais vocais nessa trilha interpretativa, argumenta que a construção do Estado brasileiro, ao contrário do que defendem Carvalho e Mattos, não foi obra da imposição de um grupo central com forte coesão ideológica, mas sim de um arranjo, marcado, é bem verdade, por tensões e disputas, entre as variadas elites regionais. As relações entre centro e regiões devem ser observadas em uma perspectiva de mão dupla na qual os discursos políticos de ambos os espectros devem ser levados em conta juntamente com as materializações políticas. Segundo a autora:

[...] as elites regionais constituíram-se também em elite política, cujo desejo de autonomia não era sinônimo de uma suposta miopia localista e estava acoplada a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional. A vitória deste projeto determinou, desde então, a decisiva influência dos grupos regionais no jogo político nacional.<sup>69</sup>

Em um primeiro momento, as conclusões apresentadas pela autora levam a defesa da necessidade, conforme já expressado anteriormente, de averiguar as relações estabelecidas entre oligarquias regionais e Estado. Do mesmo modo, tornam mais prementes a compreensão das expectativas redistributivistas e suas variações regionais. Sem se pensar as especificidades locais, que podem ser bastante heterogêneas em um território do tamanho do Brasil, tais conclusões expressas no excerto anterior, em contraposição ao que afirma a sua autora, corroboram a tese de Mattos, qual seja a de que o escravismo foi suficiente para aglutinar as elites regionais em torno do projeto saquarema.

A questão é o calibre dos efeitos da lei de Interpretação do Ato Adicional, a Reforma do Código do Processo Criminal e da recriação do Conselho de

---

<sup>69</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. IN: JANCSÓ, István. (Org): **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. pp. 432-433.

Estado sobre as autonomias das oligarquias regionais. Para a autora, tais movimentos do regresso não trouxeram grandes mudanças e, por essa razão, ocorreu um pacto federalista no qual as elites regionais foram alçadas a condição de elite dirigente do Estado. Como se verá adiante, Dolhnikoff faz extenso levantamento sobre São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, todavia é possível que a observação de outras áreas possa revelar cenário mais variado. As três províncias analisadas por Dolhnikoff foram palco de revoltas no contexto das regências e primeira década de D. Pedro II, – Levante Liberal de 1842, Praieira e Farroupilha – fator que pode ter inclinado a autora em direções interpretativas que possuem dificuldades de se fazer generalizantes tal qual se enunciou.

O trecho a seguir da historiadora é longo, mas fundamental para o debate:

[O] modelo consagrado a partir da década de 1830 e mantido depois do regresso, a autonomia convivia com um centro com força suficiente para garantir a unidade é que se pode atribuir a esse regime características federalistas, considerando que o federalismo é, como define Preston King, um arranjo institucional adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central), definidos constitucionalmente. Enquanto o centro assume a responsabilidade do governo nacional, as instâncias regionais respondem pelos assuntos locais. Além disso os grupos regionais têm capacidade de interferir nas decisões do centro, mediante sua participação em uma das duas câmaras que compõem o parlamento. Todos esses elementos estavam presentes no modelo adotado em 1834, quando foi aprovada a emenda constitucional que o consagrava, o chamado Ato Adicional, e permaneceram durante todo o Império. Nesse processo, constituiu-se uma elite política regional que integrava o Estado nacional e se responsabilizava por ele.<sup>70</sup>

Em alinhamento com a autora, entende-se que os operadores políticos eram, na prática, membros de elites regionais. Do mesmo modo, os anseios localistas modelavam os discursos e as ações políticas. O que, contudo, se sugere é que existiam heterogeneidades nas províncias. A capacidade de se dar respostas locais aos problemas locais poderia ser dependente de socorros externos. E estes, por seu turno, prometidos ou esperados na medida em que posturas de submissão frente ao Rio de Janeiro fossem anunciadas e

---

<sup>70</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. IN: JANCSÓ, István. (Org): **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. pp. 433-434.

assumidas. Em caso de capacidade interna para lidar com as questões, a autonomia poderia ser realidade mais difusa e ansiada. Já em casos de contextos mais marcados por precarizações, recorrer ao mundo externo à província era um caminho. Em certo sentido, tal cenário possuía aproximações com as relações estabelecidas no período colonial entre câmaras municipais e monarquia.<sup>71</sup>

Em sua obra *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*, a autora defende a tese de que as reformas promovidas pelo Regresso Conservador, seja a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), a Reforma do Código do Processo (1841) e mesmo a recriação do Conselho de Estado (1841) não suprimiram o arranjo federativo desenhado nos anos iniciais das Regências. Para a autora, a relativa autonomia gozada pela elite provincial a fez satisfeita com o processo de construção do Estado. Segundo a autora:

[...] o grupo dominante em cada província pôde cuidar, a partir do Ato Adicional, dos seus negócios de maneira a atender suas principais demandas imediatas, o que os tornava parceiros razoavelmente satisfeitos da construção do Estado Nacional. O mesmo não se pode dizer de outra reforma importante aprovada em 1832, o Código de Processo Criminal, que ampliava as atribuições do juizado de paz. Neste caso as reformas liberais produziram resultados diversos dos esperados. Os juízes tornaram-se homens poderosos, que usavam o cargo para defender seus interesses privados. Em vez de aplacar as tensões locais, o juizado de paz acabou servindo para acirrá-lo, na medida em que foi utilizado como instrumento na disputa pelo poder dentro da localidade. O mesmo pode se afirmar sobre os prefeitos. Nas províncias em que o cargo foi criado, eles muitas vezes acabaram se tornando instrumentos das facções locais, apesar de serem nomeados pelo presidente [de província].<sup>72</sup>

A observação de Dolhnikoff em relação a um movimento de centralização provincial vai em linha com dados levantados e analisados em trabalho anterior feito sobre Santa Catarina<sup>73</sup> em que, no caso dos juízes municipais, foi possível concluir que o presidente de província acabava escolhendo indivíduos menos

---

<sup>71</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. Tem esta povoação sofrido veixames: A câmara de São Francisco do Sul na década de 1820. Curitiba: UFPR, 2007. Trabalho de conclusão de curso 69f.

<sup>72</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto federativo: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 126.

<sup>73</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)* / Rogério Pereira Cunha. – Curitiba, 2011. 188 f.

inseridos nas redes locais – verificados pela circulação dos juízes nas redes de compadrio - e que apresentavam maior capacidade de circulação provincial.

Nesse caminho, a autora sugere que as ações do Regresso Conservador foram mais direcionadas ao judiciário e aos juízes eleitos, fato que na prática significava agir contra o empoderamento das elites municipais e transferir suas atribuições a funcionários nomeados pelo governo central, assim como desassociar as assembleias provinciais da magistratura. Tais caminhos não teriam sido capazes de produzir extensos esvaziamentos das autonomias provinciais uma vez que diversos outros temas ainda eram passíveis de serem legislados pelas assembleias provinciais. Contudo, existem contradições a esta posição na medida em que Dolhnikoff afirma que a década de 1840 produziu uma série de golpes nas elites regionais: além da já citada perda de ação em relação aos cargos judiciários, em 1841 também houve uma nova lei, produzida na assembleia geral, em que a escolha dos vice-presidentes de província agora seria uma prerrogativa exclusiva do poder central. Destaca-se que anteriormente a escolha era feita a partir de uma lista sêxtupla elaborada pelas próprias assembleias provinciais, tornando-as parte relevante da escolha desse nome. Em ambiente de alta rotatividade de presidentes, províncias muitas vezes passavam vários meses de um mesmo ano sendo governadas pelo vice-presidente, momento, portanto, em que as elites regionais controlavam não só o legislativo, mas também o executivo provincial. Somado a isso, legislação de 1850 reformulou a forma de escolha dos oficiais da Guarda Nacional que passou a ser feita diretamente pelo presidente da província.<sup>74</sup> Indo além, em caso de desacordo entre lei proposta e veto do presidente, a lei só seria aprovada por dois terços dos deputados, número bastante expressivo e haveria também um controle exercido pelo Conselho de Estado.<sup>75</sup>

Em síntese, existem movimentos na década de 1840 em que se consolidaram mecanismos de controle sobre os poderes provinciais. Talvez sem perceber, elites regionais vivenciavam processos análogos aos experimentados pelas municipalidades algumas décadas antes. Faz-se uma leitura que isso não

---

<sup>74</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. IN: JANCÓS, István. (Org): **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 444.

<sup>75</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

necessariamente significa o fim de um pacto federalista, mas representa o seu refinamento na medida em que a maturação das institucionalidades consegue fazer maior frente ao oligarquismo regional.

Reforça-se novamente que, apesar do grande refinamento na argumentação, um ponto que fragiliza a tese da autora reside em suas posições serem tomadas a partir, tão somente, da análise das províncias de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, palcos das supracitadas revoltas. Além do mais, as duas primeiras províncias eram classificadas de grande porte, com assembleias provinciais que comportavam 36 deputados e, conseqüentemente também com números mais robustos de representantes na Assembleia Geral, e a última classificada como de médio porte tendo em sua assembleia provincial 28 deputados.<sup>76</sup> Suas experiências em revoltas a partir de anseios localistas e críticas à fiscalidade, produziam inclinações federalistas ao se sentirem preteridas em seus interesses produtivos e mercantis.

Em síntese, o peso e protagonismo no cenário nacional podiam reverberar em poder de barganha perante o poder central, inclusive tendo como resultado o ganho de musculatura de projetos autonomistas. Dentro de uma perspectiva de redistributivismo estatal, era de se esperar que províncias de maior envergadura pudessem se sentir repelidas na distribuição dos recursos; que sentissem que davam mais do que recebiam, fato que poderia estimular vocação nas suas elites provinciais para projetos mais atrelados ao federalismo. Evidente que ter tamanho não significava automaticamente aderir a um modelo federalista. O caso do Rio de Janeiro, como capital, é emblemático haja vista que desde o período joanino era agraciado com rendas públicas para avançar em suas modernizações. Em vetor oposto, o caso do Nordeste açucareiro também pode ser retomado em que os ressentimentos em relação a investimentos, auxílios e redistributivismo estatal geraram descontentamentos.

Diante das discussões até aqui trazidas, se torna agora necessário adentrar a realidade da província de Santa Catarina a partir de três diferentes dimensões: a) observar a biografia coletiva da classe dirigente que ocupou

---

<sup>76</sup> No próximo capítulo será trabalhado a classificação estabelecida pelo Estado imperial que ordenava as províncias de acordo com seu tamanho demográfico e econômico e, conseqüentemente, peso político.

cargos na assembleia provincial; b) observar parcela do seu repertório político via discursos e ações institucionais e, por fim; c) observar um deputado que era uma das lideranças do Partido Conservador e que teve uma das maiores presenças na assembleia provincial em todo o século XIX catarinense.

## 2. Análise prosopográfica da elite regional de Santa Catarina

Há aproximadamente cinco décadas, Lawrence Stone publicou o seu texto *Prosopography*, no qual se propôs, dentre outros objetivos, a analisar o estado da arte acerca dos estudos baseados nesta metodologia. Este texto se insere no grande balanço e nas propostas historiográficas produzidas pelos debates acadêmicos das décadas de 1960 e 1970 <sup>77</sup>. Além disso, marca também uma retomada da História Política a partir de novas abordagens, metodologias e problemas no que René Remond chamou nos anos 1980 de *uma outra história política*. De maneira geral, a prosopografia passou a ser interpretada como método capaz de permitir melhorias nos estudos do político por meio da História Social.

De acordo com Stone, os avanços verificados entre as décadas de 1930 a 1960 foram possíveis em virtude das extensas publicações biográficas, editadas em séculos anteriores, disponíveis em alguns países. Estas publicações, fruto de uma certa tara por esse tipo de literatura e da disseminação das tipografias a partir do século XVI europeu, foram extensamente utilizadas nos estudos das elites uma vez que os biografados eram no geral membros de parlamentos e da aristocracia, militares ou sujeitos que se destacavam em suas atividades econômicas.<sup>78</sup> Contudo, não se pode desprezar que o afastamento temporal do objeto de estudo é um limitador de acesso a informações sobre o grupo que se deseja pesquisar. Neste sentido, historiadores prosopógrafos possuem desafios diferentes daqueles enfrentados por sociólogos e cientistas políticos prosopógrafos, uma vez que estes, por muitas vezes terem objetos contemporâneos, podem recorrer aos métodos *surveys* que garantem elevadas

---

<sup>77</sup> OLEGÁRIO, Thaís Fleck. Aportes e limites da prosopografia para o estudo da História. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá – MT, vol. 4, n. 2, jul-dez., 2017.

<sup>78</sup> Stone, Lawrence Prosopografia. Revista de Sociologia e Política [online]. 2011, v. 19, n. 39 [Acessado 4 Julho 2021] , pp. 115-137. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>>. Epub 14 Set 2011. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>. Vale destacar que o Brasil entra bem mais tarde neste movimento de construção de textos biográficos. É somente no século XIX, com a chegada das prensas de tipo móveis que este tipo de texto ganhará fôlego. Menciona-se o material organizado por Sacramento Blake já no último quartel do século XIX. Em tempo: reforça-se a necessidade de cuidados metodológicos com este tipo de fonte dado que no geral os textos biográficos publicados são elogiosos e demandam o filtro do pesquisador. Por essa razão, deve-se privilegiar os dados objetivos como: casamento, formação, carreira e cargos e conexões pessoais.

taxas de fidedignidade das informações obtidas dos respondentes.<sup>79</sup> Já os historiadores possuem um caminho mais tortuoso, arquivístico, na coleta de dados para a formulação das biografias coletivas.<sup>80</sup> É um trabalho que, apesar do rigor científico, traz estratégias que beiram o artesanal.

A prosopografia captura indivíduos e grupos presentes em espaços institucionais ou atividades econômicas que constavam nos documentos. Dessa maneira, são sujeitos e grupos que a sua época eram notáveis em suas atividades políticas, econômicas, militares e carreiras. A prosopografia pode ser considerada, portanto, uma estratégia metodológica viável para o estudo das oligarquias. No caso específico do recorte desta pesquisa, o método prosopográfico permite qualificar com maior precisão a elite oligárquica que ocupou espaços institucionais – neste caso a Assembleia Legislativa de Santa Catarina - durante o processo de formação do Estado no Brasil.

Para este capítulo, a pesquisa organizou a construção de uma matriz prosopográfica conforme as orientações de Flávio Heinz e Adriano Codato<sup>81</sup>. Além do arrolamento do nome dos oitenta e três deputados, foi inserido também na matriz: a) cidade de início da trajetória política; b) em quais das oito legislaturas mapeadas o deputado foi eleito e tomou posse; c) datas sobre ciclos vitais – nascimento, casamento e morte -, informações sobre pais, filhos e tios quando localizados; d) perfil social que envolve dados que podem ser obtidos de atividades variadas em que se envolveu ao longo da vida; e) atividade profissional principal; f) situação econômica; g) carreira política; h) conexões interpessoais; i) carreira em instituições militares; j) posições ideológicas – partido político; l) fatores marcantes da trajetória; m) honrarias e distinções. As informações foram obtidas por meio do projeto *Memória Política de Santa*

---

<sup>79</sup> HEINZ, Flávio & CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. IN: PERISSINOTTO, Renato & CODATO, Adriano (orgs). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 251. Sobre os *surveys*, ver capítulo 2 dessa mesma obra. Em síntese, tratam-se de coletas sistemáticas de dados feitos por meio de entrevistas ou questionários que garantem a captura de informações acerca de recrutamentos políticos, opiniões e intenções de voto, por exemplo.

<sup>80</sup> Cf: BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

<sup>81</sup> HEINZ, Flávio & CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. IN: PERISSINOTTO, Renato & CODATO, Adriano (orgs). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015. pp. 301-307. Apêndice 3: Como produzir uma ficha prosopográfica.

*Catarina*<sup>82</sup>, em dicionário político de Walter Piazza<sup>83</sup> e em obra sobre o legislativo de Santa Catarina de Oswaldo Cabral.<sup>84</sup> Em caso de o deputado ter ocupado o posto de governador da capitania ou presidente da província de Santa Catarina, as informações biográficas foram apoiadas no trabalho de Carlos Humberto Correa.<sup>85</sup> Com o objetivo de esclarecer as escolhas metodológicas, serão expostas a seguir imagens da matriz construída.

**Figura 1: Matriz prosopográfica dos Deputados da Assembleia Provincial de Santa Catarina, 1834-1851**

| Nome do deputado provincial                  | Cidade de início da trajetória política                     | Legislaturas                                                                                             | Data ciclos vitais e sociais                                        | Informação sobre os pais, tios ou filhos                                                            |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Francisco de Albuquerque Melo                | Viseu - Portugal                                            | 3ª (suplente). Convocado, não quis assumir.                                                              | Nasceu em 1777 e faleceu em Desterro em 1813 (documento disponível) | Sua filha, Maria do Patrocínio de Albuquerque.                                                      |
| Agostinho Alves Ramos                        | Portugal. Português radicado inicialmente no Rio de Janeiro | 1ª legislatura (licenciou-se em 30 de março de 1813)                                                     | Nasceu em 1777 e faleceu em Desterro em 1813                        | Não teve filhos                                                                                     |
| Agostinho Leitão de Almeida                  | Pernambuco                                                  | 3ª legislatura (suplente); 7ª legislatura.                                                               | Nasceu em 1786 e faleceu em 1868                                    | Seus filhos também foram deputados nos anos seguintes.                                              |
| Anacleto José Pereira da Silva               | Portugal                                                    | 1ª legislatura (suplente convocado); 2ª legislatura.                                                     | Nasceu em 1780 e faleceu em 1849                                    | Casou-se com a catarinense Ana Francisca da Silva.                                                  |
| Antônio Carlos de Carvalho                   | São Miguel da Terra Firme                                   | 7ª legislatura; 8ª legislatura; (foi também eleito para a 9ª)                                            |                                                                     |                                                                                                     |
| Antônio Francisco da Costa                   | Desterro                                                    | 1ª legislatura (licenciou-se do mandato em 02 de março de 1837); 2ª legislatura;                         |                                                                     | Foi casado e teve filhos. Sem informações sobre os pais.                                            |
| Antônio Francisco Mendes                     | Desterro                                                    | 6ª legislatura                                                                                           |                                                                     |                                                                                                     |
| Antônio João Vieira                          | Portugal                                                    | 5ª legislatura (foi também deputado na década de 1860)                                                   |                                                                     |                                                                                                     |
| Antônio Joaquim de Siqueira                  | Rio de Janeiro                                              | 1ª legislatura; 2ª legislatura; 3ª legislatura; 4ª legislatura.                                          | Nasceu em 1805 e faleceu em 1859                                    | Filho de Joaquim José de Siqueira e Maria Cândida.                                                  |
| Antônio José de Melo                         | Sem informação                                              | 3ª legislatura (suplente); 4ª legislatura; 5ª legislatura.                                               | Nasceu em 1808                                                      |                                                                                                     |
| Antônio José Falcão da Frota                 | Portugal (Lisboa)                                           | 1ª legislatura (suplente convocado)                                                                      | Nasceu em período anterior a 1780 e faleceu em 1817                 | Seu filho Antônio Nicolau Falcão da Frota viria a ser deputado.                                     |
| Antônio José Sarmento e Melo                 | Desterro                                                    | 8ª legislatura (suplente) (foi deputado nas décadas de 1817 e 1818)                                      |                                                                     | Filho de Jacinto José de Sarmento e Melo. Casou-se com a catarinense Ana Francisca da Silva.        |
| Antônio Manuel do Souto                      | Sem informação                                              | 1ª legislatura (suplente convocado); 2ª legislatura; 5ª legislatura; 6ª legislatura (suplente convocado) |                                                                     |                                                                                                     |
| Antônio Saturnino de Sousa e Oliveira        | Lages (Nascido em Niterói)                                  | 8ª legislatura (foi também eleito suplente na década de 1809 e faleceu em 1877)                          |                                                                     | Filho do Coronel de Engenheiros Aureliano de Sousa e Oliveira.                                      |
| Ayres da Serra Carneiro                      | Maranhão                                                    | 7ª legislatura.                                                                                          |                                                                     | Fernando Antônio Carneiro Homem de Sousa.                                                           |
| Carlos Maria Duarte Silva                    | Uruguai                                                     | 4ª legislatura; 5ª legislatura; 6ª legislatura; 7ª legislatura.                                          | Nasceu em 1806 e faleceu em 1852                                    | Filho de Diogo Duarte Silva (Português radicado no Rio de Janeiro).                                 |
| Domingos José da Costa                       | Desterro                                                    | 1ª legislatura (suplente convocado)                                                                      | Nasceu em 1776 e faleceu em 1856                                    | Sogra de Júlio Melchior Von Trompowski que viria a ser esposa de seu filho.                         |
| Eleutério José Velho Bezerra                 | Sem informação                                              | 6ª legislatura; 7ª legislatura; 8ª legislatura                                                           |                                                                     |                                                                                                     |
| Estevão Brocardo de Matos                    | Pernambuco                                                  | 1ª legislatura (suplente convocado); 2ª legislatura.                                                     | Nasceu em 1780 e faleceu em 1845                                    | Casou-se com a primeira vez com Maurícia Cândida e depois com a catarinense Ana Francisca da Silva. |
| Felipe José dos Passos de Alencastre         | Porto Alegre                                                | 3ª legislatura (suplente convocado); 4ª legislatura.                                                     | Nasceu em 1793.                                                     | Filho de Felipe José dos Passos e Maria Mantovani.                                                  |
| Fernando Gomes Caldeira de Oliveira Fontoura | Minas Gerais                                                | 2ª legislatura; 3ª legislatura; 4ª legislatura.                                                          | Nasceu em 1809 [Itabirito - MG] e faleceu em 1862                   | Filho de José Bonifácio de Oliveira Fontoura.                                                       |
| Francisco da Silva França                    | Laguna                                                      | 1ª legislatura (suplente convocado); 2ª legislatura.                                                     | Faleceu em 26 de junho de 1856 em Desterro                          | Francisco teve doze irmãos, entre eles, Manuel.                                                     |
| Francisco de Oliveira Camacho                | São Francisco do Sul                                        | 1ª legislatura; 2ª legislatura (licenciou-se em 1837)                                                    | Nasceu em 1784 e faleceu em Joinville em 1862                       |                                                                                                     |
| Francisco de Paula Lacé                      | Sem informação. Ocupação de tabelião em Desterro            | 5ª legislatura (suplente convocado); 6ª legislatura; 7ª legislatura; 8ª legislatura                      |                                                                     |                                                                                                     |
| Francisco Duarte Silva                       | São José                                                    | 5ª legislatura; 6ª legislatura (foi tb na 13ª)                                                           | Faleceu em 1874                                                     | Filho de Duarte José da Silva e Joaquina Rosário.                                                   |
| Francisco Honorato Cidade                    | Desterro                                                    | 7ª legislatura; 8ª legislatura; (foi também eleito para a 9ª)                                            |                                                                     | Filho de João Francisco Cidade e Ana Joaquina.                                                      |
| Francisco José de Oliveira                   | Desterro                                                    | 4ª legislatura; 5ª legislatura; 6ª legislatura.                                                          | Nasceu em 1808 e faleceu em 1877                                    | Filho de José de Oliveira Pais Leme e Felizardo.                                                    |
| Francisco Luís do Livramento                 | Desterro                                                    | 1ª legislatura; 2ª legislatura; 3ª legislatura; 4ª legislatura.                                          | Faleceu em 1844 na cidade do Rio de Janeiro                         | Filho de José Luís do Livramento (que fora deputado provincial em 1834).                            |
| Francisco Rodrigues Pereira                  | Desterro                                                    | 1ª legislatura                                                                                           | Faleceu em 1838                                                     | Filho de um casal com uma africana que viria a ser esposa de seu pai.                               |

<sup>82</sup> Disponível em: < Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)> Acesso em: 11 jul. 2021. Serão agregados com o tempo informações contidas em textos históricos de associados do IHGBSC. Acerca de cuidados e estratégias nestes levantamentos nominativos, ver: CHARLE, Christophe “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea” In: HEINZ, Flavio M. (org) Por outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

<sup>83</sup> PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

<sup>84</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

<sup>85</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

Fonte: < Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)> Acesso em: 11 jul.

62

e interpretações que permitem tal comparação com as províncias do Rio Grande do Sul <sup>86</sup>, do Ceará <sup>87</sup> e da Bahia <sup>88</sup>. Além disso, existem trabalhos robustos sobre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro também <sup>89</sup>.

## 2.1 Perfil coletivo dos deputados da Província de Santa Catarina

Reforçando os dados do grupo, são 83 deputados que foram eleitos e tomaram assento em oito legislaturas entre os anos de 1834 e 1851. Vale lembrar que a província de Santa Catarina tinha autorização para 20 deputados por exercício por se enquadrar entre as menores do Estado brasileiro. Também se ressalta que mais de 20 indivíduos eram chamados em cada legislatura, uma vez que em todas os ciclos legislativos existiram deputados que não tomaram assento e abriram espaços para suplentes ocuparem a vaga.

O quadro a seguir apresenta a distribuição da quantidade de deputados por assembleia conforme o que foi decretado no Ato Adicional de 1834 que separava as províncias de acordo com o peso demográfico, extensão territorial e número de vilas e cidades.

---

<sup>86</sup> VARGAS, Jonas. *PELAS MARGENS DO ATLÂNTICO*: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de doutorado: UFRJ, 2013.

<sup>87</sup> PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

<sup>88</sup> MATTOSO. Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

<sup>89</sup> Destaco que Jonas Vargas publicou texto comparando as Assembleias do Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará. VARGAS, Jonas. *Um império de cruzeiros, togas e espadas*: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico. IN: HEINZ, Flávio M. **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história**. São Leopoldo: Oikos, 2012. Além disso, vale citar também trabalhos que olharam mais para a elite provincial como: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; e outros que produziram extensa análise institucional como: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; LIMA, José Edson Shumann. *A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 2012.

**Quadro 1: Quantidade de deputados nas Assembleias Legislativas Provinciais.**

| <b>Quantidade de deputados</b> | <b>Províncias</b>                                                                                   |
|--------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 36                             | Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo                                         |
| 28                             | Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul                                         |
| 20                             | Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Grão-Pará |

Fonte: Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834. Disponível em: LIM 16 (planalto.gov.br).

Reforça-se que tal divisão não se restringia somente as assembleias provinciais, mas também na Câmara dos Deputados do Império conforme atesta a tabela a seguir. O senado contava com representantes das províncias na proporção de metade da quantidade de deputados na Câmara:

**Tabela 1: Quantidade de deputados por província na 3ª legislatura da Câmara dos Deputados (1834-1837)**

| <b>Província</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Percentil</b> |
|------------------|-------------------|------------------|
| Minas Gerais     | 20                | 19,23%           |
| Bahia            | 14                | 13,46%           |
| Pernambuco       | 13                | 12,50%           |
| Rio de Janeiro   | 10                | 9,62%            |
| São Paulo        | 9                 | 8,66%            |
| Ceará            | 8                 | 7,70%            |
| Alagoas          | 5                 | 4,81%            |
| Paraíba          | 5                 | 4,81%            |
| Maranhão         | 4                 | 3,85%            |
| Pará             | 3                 | 2,88%            |

|                     |   |       |
|---------------------|---|-------|
| Rio Grande do Sul   | 3 | 2,88% |
| Goiás               | 2 | 1,92% |
| Sergipe             | 2 | 1,92% |
| Piauí               | 2 | 1,92% |
| Espírito Santo      | 1 | 0,96% |
| Rio Grande do Norte | 1 | 0,96% |
| Mato Grosso         | 1 | 0,96% |
| Santa Catarina      | 1 | 0,96% |

Fonte: JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. pp. 288-291. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em: 10 ago. 2024. O número de deputados passou por gradativos acréscimos ao longo do século XIX chegando ao patamar de 125 deputados em 1889 ante os 104 evidenciados na terceira legislatura entre 1834 e 1837. O aumento se deu tanto pela elevação do número de representantes por província como também mediante o desmembramento e criação de novas províncias como o Paraná e Amazonas.

É possível corroborar pela comparação entre o quadro e a tabela que há simetria entre tamanho de assembleia provincial e representação provincial na Câmara do Deputados. E, como informado, também havia simetria na representação senatorial. Ressalta-se que a historiografia ainda não conseguiu informar com precisão o papel dessas províncias menores no processo de construção do Estado imperial brasileiro, suas posições quanto ao federalismo, expectativas em relação ao redistributivismo, opiniões entre descentralização e centralização e as ideias políticas que norteavam as suas ações.

Adentrando na realidade de Santa Catarina, foi organizada uma matriz prosopográfica com os dados localizados referentes aos 83 deputados.<sup>90</sup> Dentre os dados coletados, consta a quantidade de deputados eleitos e convocados para cada uma das legislaturas cobertas pela pesquisa.

**Tabela 2: Quantidade de deputados convocados por legislatura na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, 1834 - 1851**

<sup>90</sup> Reforçando que os dados foram obtidos no sítio Memória Política de Santa Catarina, organizado pela Assembleia Legislativa do Estado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, do Dicionário Político de Fernando Piazza e a lista nominativa dos deputados foi obtida no texto referenciado de Oswaldo Cabral.

| <b>Legislatura</b>   | <b>Período</b> | <b>Quantidade de deputados convocados</b> | <b>Porcentual de suplência</b> |
|----------------------|----------------|-------------------------------------------|--------------------------------|
| <b>1<sup>a</sup></b> | 1835-1837      | 36                                        | 80%                            |
| <b>2<sup>a</sup></b> | 1838-1839      | 27                                        | 35%                            |
| <b>3<sup>a</sup></b> | 1840-1841      | 29                                        | 45%                            |
| <b>4<sup>a</sup></b> | 1842-1843      | 29                                        | 45%                            |
| <b>5<sup>a</sup></b> | 1844-1845      | 24                                        | 20%                            |
| <b>6<sup>a</sup></b> | 1846-1847      | 24                                        | 20%                            |
| <b>7<sup>a</sup></b> | 1848-1849      | 23                                        | 15%                            |
| <b>8<sup>a</sup></b> | 1850-1851      | 22                                        | 10%                            |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br).

Por convocados entende-se os 20 deputados eleitos em primeira chamada somados aos suplentes que acabaram sendo convocados em número necessário para fechar a ocupação das 20 cadeiras disponíveis. Vale destacar que à exceção da primeira legislatura, responsável pela implantação da Assembleia, que teve a duração de três anos, as demais legislaturas tiveram a duração padrão de dois anos. Os deputados se reuniam uma vez ao ano, geralmente nos meses de abril e maio. A duração dos trabalhos era entre dois e três meses sendo mais frequente a duração padrão de dois meses. Existiram deputados que ao serem eleitos, compareceram no primeiro ano, mas escusaram-se no segundo demandando o chamamento de suplentes. As razões para essas escusas eram variadas podendo ser a alegação de problemas pessoais como saúde, negócios e viagens ou mesmo por assumirem outros postos políticos como serem convocados para a Assembleia Geral ou mesmo atuarem como presidentes de alguma província do Império brasileiro.

A tabela 2 apresentou uma trajetória decrescente no número de deputados convocados, saindo de 36 na primeira legislatura para 22 no último ciclo capturada por esta pesquisa. Ou seja, durante a implantação da Assembleia Legislativa na província no intervalo de 1835 até 1837, foi necessário convocar 16 suplentes que eram acionados conforme quantidade de votos recebidos por ordem decrescente. Já na última houve a necessidade de convocação de apenas

dois suplentes. Essa trajetória de ocupação corrobora o processo de construção institucional da assembleia e de fortalecimento dessa instância perante a elite regional de Santa Catarina. O contexto da primeira legislatura foi permeado por muitas incertezas oriundas da abdicação de D. Pedro I e das tensões entre os projetos políticos durante as regências. Ainda não havia no horizonte de expectativas clareza acerca da nova instância legislativa criada pelo Ato Adicional de 1834 e quanto aos recursos que seria capaz de gerir ou mesmo sua longevidade enquanto instituição. Basta lembrar a curta vida dos Conselhos Gerais de Província que duraram da Constituição de 1824 até o Ato Adicional de 1834.

Em suma, desconfianças quanto aos rumos da nova instituição, incertezas sobre a quantidade de poder acessado como deputado e até mesmo as lidas diárias da vida podem ter impactado no cenário. Por essas razões, foi necessário recorrer a deputados suplentes em maior volume já que muitos se escusaram e não assumiram as vagas para as quais foram eleitos ou as assumiram apenas temporariamente. É bem verdade que a primeira legislatura foi mais longa, contudo, o número de suplentes chamados é bem superior aos dos demais exercícios.

Na medida em que a década de 1830 foi ficando para trás, na quinta legislatura, a taxa de suplentes reduziu-se para 20% da deputação. Dessa forma, havia um ímpeto maior dos eleitos em assumir seus postos, demonstrando que a instituição era vista naquele contexto como um espaço de exercício de poder, de reforço de posições sociais, de possibilidades de viabilização de projetos políticos e expectativas. Pode-se inferir que na proporção em que o Estado foi se consolidando no Brasil, a Assembleia Provincial de Santa Catarina também se consolidava e, na medida em que essas assembleias provinciais se solidificavam, auxiliavam também no fortalecimento do Estado Brasileiro em uma relação dialética que envolveu acomodações oligárquicas de caráter regionalista e projetos políticos de construção e fortalecimento institucional.

Há aqui, portanto, uma confluência com as conclusões de Maria de Fátima Silva Gouvêa de que as Assembleias Provinciais serviram como espaço de acomodação dos diversos interesses<sup>91</sup> contidos nas expectativas das elites

---

<sup>91</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

oligárquicas províncias, fator que transformou os seus espaços institucionais em fontes de recursos desejadas por esses grupos e, ao mesmo tempo, abriu uma alternativa de negociação e comunicação com os grupos sediados no poder central.

Para avançar no estabelecimento da biografia coletiva, as próximas tabelas demonstram o perfil etário da deputação de Santa Catarina entre os anos de 1834 e 1851.

**Tabela 3: Perfil etário dos deputados por legislatura**

| <i>Legislatura</i> | <i>Amostragem<br/>(nº de<br/>indivíduos)</i> | <i>Média<br/>(anos)</i> | <i>Mais velho<br/>(idade em<br/>anos)</i> | <i>Mais novo<br/>(idade em<br/>anos)</i> | <i>35 anos ou<br/>menos (nº de<br/>indivíduos)</i> |
|--------------------|----------------------------------------------|-------------------------|-------------------------------------------|------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| 1 <sup>a</sup>     | 24                                           | 44,1                    | 60                                        | 29                                       | 6                                                  |
| 2 <sup>a</sup>     | 21                                           | 43,9                    | 58                                        | 29                                       | 8                                                  |
| 3 <sup>a</sup>     | 25                                           | 46,7                    | 63                                        | 31                                       | 5                                                  |
| 4 <sup>a</sup>     | 25                                           | 44,3                    | 58                                        | 33                                       | 3                                                  |
| 5 <sup>a</sup>     | 18                                           | 42,7                    | 60                                        | 23                                       | 2                                                  |
| 6 <sup>a</sup>     | 18                                           | 44,7                    | 63                                        | 25                                       | 2*                                                 |
| 7 <sup>a</sup>     | 17                                           | 45,6                    | 64                                        | 25                                       | 3**                                                |
| 8 <sup>a</sup>     | 14                                           | 46,6                    | 80                                        | 22                                       | 5                                                  |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br). Para fechar a idade foi considerado o primeiro ano da legislatura.

\* ambos abaixo de 30 anos, com 25 e 26 anos.

\*\* todos abaixo de 30 anos, com 25, 27 e 27 anos.

A tabela 3 demonstra uma certa estabilidade no que diz respeito a média etária daqueles que acabaram sendo eleitos e convocados para serem deputados, com oscilações entre os 42 e 46 anos. Já a diferença etária entre o deputado mais velho e o mais jovem ficou em média 36,1 anos, sendo bastante perceptível a ampliação a partir da quinta legislatura em virtude do aumento de deputados muito jovens e de deputados com mais de 60 anos nas duas últimas legislaturas.

A próxima tabela é uma continuidade do anterior com o objetivo de qualificar as informações etárias das diferentes legislaturas:

**Tabela 4: Perfil etário dos deputados por legislatura**

| <b>Faixa etária</b>     | <b>1ª Legislat.</b> |       | <b>2ª Legislat.</b> |       | <b>3ª Legislat.</b> |       | <b>4ª Legislat.</b> |       |
|-------------------------|---------------------|-------|---------------------|-------|---------------------|-------|---------------------|-------|
| <b>Até 30 anos</b>      | 4                   | 16,7% | 1                   | 4,8%  | 1                   | 4%    | 0                   | 0%    |
| <b>31 a 40 anos</b>     | 5                   | 20,9% | 7                   | 33,3% | 8                   | 32%   | 12                  | 48%   |
| <b>41 a 50 anos</b>     | 8                   | 33,3% | 7                   | 33,3% | 6                   | 24%   | 7                   | 28%   |
| <b>51 a 60 anos</b>     | 7                   | 29,1% | 6                   | 28,6% | 9                   | 36%   | 6                   | 24%   |
| <b>Acima de 60 anos</b> | 0                   | 0%    | 0                   | 0%    | 1                   | 4%    | 0                   | 0%    |
| <b>Total</b>            | 24                  | 100%  | 21                  | 100%  | 25                  | 100%  | 25                  | 100%  |
| <b>Não identificado</b> | 12                  | 33,3% | 6                   | 22,2% | 4                   | 13,8% | 4                   | 13,8% |

| <b>Faixa etária</b>     | <b>5ª Legislat.</b> |        | <b>6ª Legislat.</b> |        | <b>7ª Legislat.</b> |       | <b>8ª Legislat.</b> |        |
|-------------------------|---------------------|--------|---------------------|--------|---------------------|-------|---------------------|--------|
| <b>Até 30 anos</b>      | 1                   | 5,6%   | 2                   | 11,1%  | 3                   | 17,6% | 2                   | 14,3%  |
| <b>31 a 40 anos</b>     | 10                  | 55,5%  | 5                   | 27,8%  | 1                   | 5,9%  | 3                   | 21,4%  |
| <b>41 a 50 anos</b>     | 4                   | 22,2%  | 4                   | 22,2%  | 7                   | 41,3% | 3                   | 21,4%  |
| <b>51 a 60 anos</b>     | 3                   | 16,7%  | 6                   | 33,3%  | 3                   | 17,6% | 0                   | 0%     |
| <b>Acima de 60 anos</b> | 0                   | 0%     | 1                   | 5,6%   | 3                   | 17,6% | 6                   | 42,9%  |
| <b>Total</b>            | 18                  | 100%   | 18                  | 100%   | 17                  | 100%  | 14                  | 100%   |
| <b>Não identificado</b> | 6                   | 24,96% | 6                   | 24,96% | 6                   | 26%   | 8                   | 36,32% |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br).

Chama-se a atenção para um primeiro ponto neste momento a partir dos dados apresentados na tabela 4 que consiste em uma presença baixa de homens com mais de 60 anos nas seis primeiras legislaturas tendo um caso na terceira e outro na sexta legislatura. Em contraposição, a sétima e oitava tiveram aumentos expressivos. Uma pena não ser possível avançar na série histórica a fim de verificar se este aumento se tornou uma tendência. Na oitava legislatura o aumento é significativo, ultrapassando os 40%. Existem duas reflexões que

podem ser feitas. A primeira delas consiste em que muitos dos deputados não identificados o fossem por terem idade mais avançada, por vezes não sendo naturais da província de Santa Catarina e sim de Portugal ou de outras áreas. Trata-se apenas de uma suposição de carácter mais metodológico do que analítico. A segunda reflexão diz respeito ao processo natural de envelhecimento destes deputados que vão migrando legislatura após legislatura, de faixa etária e apresentando índices modestos de renovação. No decorrer do capítulo vamos tratar das taxas de renovação na casa e a afirmação acima será corroborada mediante a verificação dos baixos índices de renovação verificados na Assembleia provincial de Santa Catarina.

A próxima tabela auxiliará em mais alguns avanços na compreensão das dinâmicas etárias apresentadas pela elite oligárquica da assembleia.

**Tabela 5: Perfil etário geral dos deputados da Assembleia Provincial de Santa Catarina para toda a série de oito legislaturas (1835-1849)**

| Faixa etária     | Quantidade | Percentual |
|------------------|------------|------------|
| Até 30 anos      | 14         | 8,64%      |
| 31 a 40 anos     | 51         | 31,48%     |
| 41 a 50 anos     | 46         | 28,39%     |
| 51 a 60 anos     | 40         | 24,69%     |
| Acima de 60 anos | 11         | 6,79%      |
| Total            | 162        | 100%       |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br).

A tabela 5 demonstra a existência de uma gradação das faixas etárias dos ocupantes dos cargos na deputação da assembleia de Santa Catarina tendo um salto de grandes proporções dos deputados mais jovens (até 30 anos) para os deputados entre 31 e 40 anos. Este último grupo, dentro dos critérios estabelecidos, compuseram o grupo mais numeroso. Se voltarmos a tabela 3, concluímos que o grupo mais numeroso tinha idade inferior à média dos deputados. Entretanto, a classificação seguinte, de 41 a 50 anos é muito próxima e, por sua vez, ambas não estão muito distantes dos dados obtidos para o grupo mais maduro dos 51 a 60 anos. Em linhas gerais, há um predomínio de

deputados entre os 31 aos 60 anos de idade, sem muito espaços para os muito jovens, assim como há uma notada ausência dos mais experientes. Em certo sentido, os dados acima não causam muito espanto, haja vista que a vida ativa dos indivíduos é mais intensa entre os 31 e 60 anos de idade, sendo este um dado pouco surpreendente.

São realidades distintas, mas vale a pena neste momento proceder uma comparação com análise semelhante produzida por Marcello Basile para a Câmara dos Deputados nos anos 1830 em pleno período regencial.

**Tabela 6: Perfil etário dos deputados na Câmara Geral**

| Faixa etária                                            | Legislatura<br>1830-1833 | Legislatura<br>1834-1837 | Geral      |
|---------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------|
| Até 30 anos                                             | 13,04%                   | 13,10%                   | 16,24%     |
| 31 a 40 anos                                            | 47,83%                   | 48,81%                   | 47,01%     |
| 41 a 50 anos                                            | 21,74%                   | 21,43%                   | 20,51%     |
| 51 a 60 anos                                            | 13,04%                   | 11,90%                   | 11,97%     |
| Acima de 60<br>anos                                     | 4,35%                    | 4,76%                    | 4,27%      |
| Total                                                   | 100%                     | 100%                     | 100%       |
| Média de idade<br>(primeiro ano de<br>cada legislatura) | 40,05 anos               | 40,05 anos               | 39,30 anos |

Fonte: BASILE, Marcello. *Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas*. IN: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 93.

Em um exercício comparativo entre os dados levantados por Basile e os informado na tabela 3, pode-se levantar o fato de que a média de idade dos deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina era 10% superior à dos deputados eleitos para a Câmara dos Deputados. Bastante significativo esse dado na medida em que corrobora que mesmo sendo instância superior e de mais difícil acesso, a Câmara dos Deputados era espaço mais acessível aos mais jovens do que a Assembleia Legislativa, ao menos a catarinense. Seria

esse um indicativo de que havia um entendimento de que as questões mais estruturais da vida, dos negócios e dos interesses oligárquicos eram resolvidas na província?

É possível que a abdicação de D. Pedro, somada ao período mais liberal das regências e a demanda premente de construção de uma elite política imperial fosse responsável por esta abertura aos mais jovens. Mas é curioso pensar que o Rio de Janeiro pudesse ser um atalho para ganho de experiência e rodagem e a maturidade ficasse mais direcionada para a política provincial. Ou mesmo pensar que os espaços provinciais pudessem ser mais almejados pelas lideranças do que o Rio de Janeiro. Pode-se colocar no cálculo também que os mais velhos podem ter optado por seguir centralizando os negócios da família e cabia aos mais novos circular para espaços mais distantes da propriedade rural ou escritório comercial. Contudo, são afirmações muito especulativas uma vez que o perfil etário de outras províncias é desconhecido. Desse modo, são especulações que podem ser consideradas válidas, por ora, para se pensar a realidade catarinense.

Prosseguindo nas comparações, vale observar lado a lado a segunda legislatura da Câmara dos Deputados e a primeira Legislatura da Assembleia Provincial de Santa Catarina, ambas ocorridas no intervalo entre 1834 e 1837.

**Tabela 7: Comparação entre as legislaturas de 1834 a 1837 da Assembleia Geral e Assembleia Provincial**

| <b><i>Faixa etária</i></b>     | <b><i>Assembleia Geral</i></b> | <b><i>Assembleia SC</i></b> |
|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|
| <b><i>Até 30 anos</i></b>      | 13,10%                         | 16,64%                      |
| <b><i>31 a 40 anos</i></b>     | 48,81%                         | 20,80%                      |
| <b><i>41 a 50 anos</i></b>     | 21,43%                         | 33,28%                      |
| <b><i>51 a 60 anos</i></b>     | 11,90%                         | 29,12%                      |
| <b><i>Acima de 60 anos</i></b> | 4,76%                          | 0%                          |
| <b><i>Média de idade*</i></b>  | 40,05 anos                     | 44,1 anos                   |

\* Primeiro ano de cada legislatura.

Fonte: BASILE, Marcello. *Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas*. IN: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 93. & Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

A tabela nos permite comparar e evidenciar duas curvas de inversões entre o perfil etário da Câmara dos Deputados e da Assembleia Provincial de Santa Catarina no mesmo intervalo entre 1834 até 1837. A primeira dessas distorções está entre o grupo de 31 a 40 anos em que a Câmara dos Deputados possui proporcionalmente quase 150% a mais de deputados nessa faixa etária do que a assembleia de Santa Catarina, demonstrando maior abertura a juventude da casa legislativa no Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, por seu turno, havia quase 150% a mais de deputados na faixa etária dos 51 aos 60 anos de idade, demonstrando maior apego da província às lideranças tradicionais, com menores aberturas as alas mais jovens dessas famílias. Portanto, chefias familiares patriarcais mais consolidadas e rígidas.

Alguém entre os seus 31 e 40 anos em 1834 passou a infância e juventude em um Brasil joanino e acompanhou processos de abertura e de formação de uma institucionalidade estatal ao passo que alguém entre os seus 51 e 60 anos em 1834 já era homem feito na época da vinda da família real, tendo uma formação mais solidificada no período colonial. Não se quer sugerir que os jovens eram obrigatoriamente mais progressistas e alinhados as modernizações políticas do século XIX ao passo que os idosos pudessem ser mais conservadores. Se quer chamar atenção para as diferentes historicidades dos grupos que predominavam em cada uma das casas legislativas com o objetivo de avançar na qualificação da elite política oligárquica de Santa Catarina.

Tem um dado que, apesar de pouco expressivo em termos quantitativos, pode auxiliar nas percepções gerais acerca da elite política catarinense na época regencial. Diogo Duarte Silva representou a província de Santa Catarina na Câmara dos Deputados nas três primeiras legislaturas da referida casa. Em 1834, quando foi para o seu terceiro exercício consecutivo como deputado, Duarte Silva contava com 60 anos de idade. Era português de nascimento e teve atuação em cargos como tesoureiro na Junta da Fazenda de Santa Catarina assim como também trabalhou no Tesouro Público Nacional.<sup>92</sup>

Em síntese, há dois pontos aqui em que Santa Catarina contraria as tendências mais gerais observadas por Marcello Basile ou ao menos as

---

<sup>92</sup> Disponível em: Biografias / Diogo Duarte Silva / Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br) Acesso em 09 abr. 2024.

postergou:<sup>93</sup> o primeiro deles consiste em escolher um deputado português em período de acentuação do antilusitanismo e redução da quantidade de portugueses na casa legislativa. Decisão que pode ser atribuída a confiança que a elite regional depositava em Diogo Duarte Silva por tantas vezes ter representado a província (foi deputado constituinte em 1823 e era figura frequente no Conselho Geral da Província). Pode-se também, nesse sentido, aventar a existência de um maior conforto da elite regional com esse perfil de representante.

O segundo ponto consiste em que Diogo Duarte Silva foi um dos 10 deputados da Câmara entre 51 e 60 anos em um universo de 84 deputados para os quais Basille encontrou informações etárias. Ele fazia parte, portanto, do reduzido quadro que compunha 11,9% dos deputados nesta faixa etária na 3ª legislatura entre os anos 1834 e 1837. Santa Catarina, portanto, escolheu um deputado para a Câmara dos Deputados com perfil etário semelhante ao grupo que predominava em sua assembleia, composta por homens mais velhos e distante de média de idade geral e perfil da deputação levantado por Basile.

Em linhas gerais, neste momento da regência, em pleno desgaste do liberalismo mais profundo marcado pelo período Feijó e batendo a porta o regresso conservador, Santa Catarina politicamente seguiu caminhos mais tradicionais, em passo que antecipou o regresso. Figuras políticas mais antigas, ligadas aos quadros do Antigo Regime, tiveram mais longevidade. Vale trazer a informação que os dois filhos de Diogo Duarte Silva, os jovens Carlos Maria Duarte Silva e José Maria da Luz figuraram entre os 83 deputados mapeados por essa pesquisa. Apesar de o tema ser trabalhado na sequência, adianta-se que ambos faziam parte dos quadros do Partido Conservador.

Visando externar ao leitor a fotografia complexa forjada pela política catarinense no período, é preciso citar que após o fim do ciclo de Diogo Duarte Silva na Câmara dos Deputados (mas ressalta-se que Duarte Silva só faleceu em fins da década de 1850), ele foi sucedido pelo jovem liberal Jerônimo Francisco Coelho. Um dos líderes do Partido Liberal na província, chefe de loja maçônica, formado na Academia Real Militar e precursor da imprensa na

---

<sup>93</sup> BASILE, Marcello. *Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas*. IN: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 87-121.

província, Coelho foi escolhido deputado para a Câmara do Deputados com apenas 32 anos de idade na quarta legislatura em 1838 sendo também eleito na quinta legislatura entre 1842 e 1844. Em síntese, Santa Catarina caminhou nas legislaturas subsequentes ao exercício de Diogo Duarte Silva na direção dos padrões mais gerais observados por Basile: deputados jovens e brasileiros natos. Vale citar neste momento que o período de Jerônimo Coelho na Câmara dos Deputados foi especial para o Partido Liberal na província de Santa Catarina haja vista os acontecimentos no Rio Grande do Sul que se alastraram até Laguna, terra de nascimento do deputado.

Seguindo o esforço de problematizar e avançar na compreensão do perfil coletivo do grupo, será analisado a partir de agora o extremo etário da juventude, ou seja, abordar-se-á o perfil individual de cada um dos jovens com especial atenção as suas conexões sociais e carreiras profissionais. Apesar de numericamente ser uma parcela pequena da amostragem dos deputados, não se pode desprezar as informações que este grupo pode revelar acerca do grupo como um todo.

O foco é o entendimento de quais fatores podem ter garantido, mesmo com idade tão baixa, participar desse espaço de poder que, como visto nos parágrafos anteriores, era mais fechado aos jovens. Para tanto, o foco se dará naqueles que assumiram o posto com menos de 30 anos para tentar entender as razões que poderiam levar um jovem, quase duas décadas mais novo do que a média dos deputados, a assumir uma vaga na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina.

Antes de prosseguir, é relevante uma visão panorâmica sobre os dados etários dos deputados. A tabela a seguir aprofunda as informações já apresentadas da média etária. Ele aborda o ciclo vital completo dos deputados em que foram encontradas essas informações para termos um entendimento aproximado da expectativa de vida do grupo.

**Tabela 8: Idade média ao morrer daqueles que foram deputados em Santa Catarina entre 1835 e 1851**

| Quantidade de deputados | Idade média ao morrer em anos |
|-------------------------|-------------------------------|
| 47                      | 69,89                         |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br).

Foram encontrados data de nascimento e falecimento de 47 dos 83 deputados, número levemente superior a 1/2. Os dados revelaram um tempo de vida médio de 68,89 anos e a mediana etária de falecimento foi de 69 anos. Um deputado atingiu idade superior a 90 anos; 11 chegaram a 80 anos ou mais; e dez ultrapassaram os 70 anos de idade.<sup>94</sup>

Retornando ao fenômeno dos deputados que tomaram assento antes dos 30 anos, tal cenário só não ocorreu na quarta legislatura entre 1841 e 1843 demonstrando que era comum a existência de algum jovem na deputação. Observa-se que em números absolutos, a primeira legislatura foi a que mais convocou deputados com menos de 30 anos, todavia não se pode esquecer que foi também a legislatura que mais convocou, evidenciado pela alta taxa de suplência. Percentualmente foi na sétima legislatura em que mais jovens apareceram e nota-se uma consolidação do fenômeno nos três últimos exercícios legislativos. Não é possível afirmar se o feito persistiu após 1851 uma vez que extrapola a baliza temporal proposta por esta pesquisa. Contudo, é curioso e intrigante observar o peso que os jovens e os muito idosos vão assumindo no final da série. Questões geracionais podem ter sido bem mais impactantes após os anos 1850.

Indagações a parte, vamos a um olhar em direção aos deputados muito jovens. Não traremos todos que tinham menos de 30 anos, mas sim os mais jovens dentre eles.

O primeiro deputado a ser analisado é da quinta legislatura entre 1844 e 1845. Trata-se de Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva que a época em que foi deputado pela primeira vez contava com apenas 23 anos de idade. Paiva será

---

<sup>94</sup> Se o leitor desejar, foi inserido como Apêndice 2 um quadro nominativo com a respectiva idade de falecimento dos deputados, organizado em ordem decrescente, juntamente com um gráfico que também informa quadrantes de décadas de nascimento e óbito.

um deputado bastante relevante para esta pesquisa porque deixou extensa obra literária que será analisada no quarto capítulo deste trabalho.

Paiva era padre e chegou a ocupar o posto de Arcipreste da província de Santa Catarina no final de sua carreira religiosa na década de 1860. Na quinta legislatura, ele se enquadrou como um suplente convocado, não ficando originalmente entre os 20 primeiros mais votados na província. Vale lembrar que nesta legislatura tivemos apenas quatro deputados suplentes convocados, demonstrando já certo fechamento. Paiva foi deputado também na sexta, sétima e oitava legislatura, sendo conhecido por meio dos dados levantados que seguiu sendo deputado em períodos posteriores ao recorte desta pesquisa, consagrando-se com um dos deputados que mais legislaturas esteve na assembleia, mesmo tendo falecido relativamente jovem.

Padre Paiva nasceu em Desterro em 1821, falecendo na mesma cidade em 1869, aos 48 anos. Ele era filho de Guiomar Inácia da Silva Pereira e seu pai era Manoel de Oliveira Gomes, português de nascimento e influente comerciante de Desterro.

Os primeiros estudos de Paiva aconteceram na sua cidade natal, Desterro, e seu professor foi ninguém menos que Mariano Antônio Correia Borges que foi Conselheiro Geral da Província de Santa Catarina e deputado da mesma Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina da primeira a sexta legislatura entre os anos de 1835 até 1847. Faleceu em 1849 aos 65 anos.

Entre os anos de 1838 e 1842, pouco tempo antes de sagrar-se deputado, Paiva estudou do Seminário Diocesano São José do Rio de Janeiro. Para viabilizar os seus estudos, Paiva contou com a benesse da província de Santa Catarina que o agraciou com uma pensão de 120 mil réis em cada um dos quatro anos em que se dedicou ao seminário. A província incluiu contabilmente esse gasto na rubrica Instrução Pública. Esse fato é uma evidência da influência da família de Paiva e pode inclusive ser entendido como uma estratégia de recrutamento de quadros para a política provincial. Em 1842, aos 21 anos de idade, o jovem Paiva foi ordenado padre. Sua vida pública foi bastante ativa, com participação em jornais e associações públicas, mas essas temáticas serão discutidas posteriormente. Por ora, para aguçar a curiosidade, menciona-se que nas primeiras décadas de século XX, Paiva era chamado por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina de “o Jacques Bossuet

catarinense”<sup>95</sup>. Mas fiquemos por aqui, porque nesta etapa intenciona-se apenas passar um perfil de trajetória que busca trazer clareza para a precocidade de Paiva no corpo de deputados da província.

Na sexta legislatura entre os anos de 1846 e 1847, além do padre Paiva, tivemos também a eleição do jovem Joaquim Augusto do Livramento com apenas 26 anos de idade. Joaquim era membro da influente família dos Livramento da cidade de Desterro que tinha grande entrada nas atividades mercantis.

Joaquim Augusto do Livramento se casou com dona Dulce Pórcia de Albuquerque e Cavalcanti Livramento. Sua esposa era filha de José Mariano de Albuquerque e Cavalcanti que era cearense de nascimento sendo um dos revoltosos da Revolução Pernambucana de 1817. Foi condenado ao degredo para a Ásia por ter participado da rebelião, mas perdoado na sequência. Foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte de 1823 que viria a ser dissolvida por D. Pedro I. Foi presidente das províncias do Ceará, Sergipe e de Santa Catarina, nesta última entre os anos de 1835 até 1836. Além disso, ocupou postos na Câmara dos Deputados do Império por duas ocasiões representando o Ceará. A jovem Dulce é filha da sua segunda núpcia e, ao que tudo indica, uma parcela pequena da vida política de José Mariano, sogro do deputado Joaquim Augusto do Livramento, se deu em Santa Catarina.

Voltando ao jovem Joaquim Augusto do Livramento. Assim como o padre Paiva, Joaquim também teve uma temporada de estudos fora da província, em São Paulo, onde estudou entre os anos de 1840 até 1843 e se formou em direito. Era, portanto, um bacharel. Logo após se formar e antes de ser eleito deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, atuou como Juiz Municipal em Pelotas, o que era muito comum como ponto de entrada dos jovens bacharéis nas estruturas do Estado Brasileiro. Livramento também teve uma vida pública bastante ativa após ter sido deputado, sobretudo por meio de suas colunas em

---

<sup>95</sup> FLORES, Altino. Apud: PEREIRA, Ney Brasil. *O Arcipreste Paiva: uma grande figura da pequena província*. Encontros teológicos nº 42, Ano 20/número 3/2005. p. 98. Altino Flores utilizou a expressão em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 1938.

jornais que circulavam em Desterro. Ele foi uma das lideranças do Partido Conservador na província.<sup>96</sup>

Na sétima legislatura entre os anos de 1848 e 1849, além do já conhecido padre Paiva, agora com 27 anos, tivemos também a eleição de João de Sousa Melo e Alvin, nascido em Desterro, que tinha a idade de 25 anos. O jovem João Alvin era filho de Miguel de Sousa Melo e Alvin, português de nascimento oriundo de Santarém com formação militar e filho de uma família abastada que veio para o Brasil junto com a corte joanina. Em Portugal, o pai de Miguel de Sousa Melo e Alvin era morgado de Maia, Cadaval e Painho. Miguel Alvin, que se casou com dona Maurícia Elisa Meneses, filha de influente família de Desterro, ocupou postos como o de Conselheiro do Império e Conselheiro da Província de Santa Catarina. Foi também deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina nas primeiras quatro legislaturas entre os anos de 1835 até 1843 chegando em vários exercícios a ocupar o cargo mais alto da mesa diretora de presidente da assembleia. Foi também presidente da província de Santa Catarina entre os anos de 1830 e 1831, quando foi vítima de um motim militar motivado pelas péssimas condições, atrasos no soldo e forte sentimento então vigente em Desterro de antilusitanismo. Foi também presidente da província de São Paulo entre os anos de 1841 e 1843, período bastante sensível dada a revolta liberal. Além do jovem João Alvin, Miguel também era pai de Francisco Cordeiro Torres Alvin, futuro barão de Iguatemi.

Voltando ao jovem João Alvin: seguiu trajetória similar ao seu pai e irmão e fez estudos militares no Rio de Janeiro, entre os anos de 1839 e 1841, se formou como engenheiro e bacharel em matemática. Teve destacada ação em Santa Catarina na construção de fortes, edifícios, sistemas de abastecimentos de águas e auxiliava nas questões de demarcação de terras.

Ainda na sétima legislatura, além do padre Paiva e de João Alvin, também foi eleito deputado o jovem José Mendes da Costa Rodrigues com então 27 anos. José Rodrigues nasceu em Desterro, mas sua família produziu intensa trajetória política em Itajaí. Ao longo de sua vida teve caminho profissional

---

<sup>96</sup> Além das informações biográficas já trazidas no corpo do texto, Livramento foi também Juiz Municipal de Desterro (1864-1872), Deputado na Assembleia Geral (1848-1856) e procurador da Fazenda Provincial (1857-1860). Era dono do jornal *Mercantil* e membro da irmandade Nossa Senhora dos Passos.

variado sendo reconhecido pelas atividades mercantis que exercia e ao mesmo tempo atuava como advogado provisionado, com liberdade para operar o direito mesmo sem ter a formação de bacharel. Antes de ser deputado, também prestou serviços militares e recebeu a patente de sargento. Como militar serviu em Laguna em fins da década de 1830, antes de ser deputado, durante a guerra contra os farrapos.

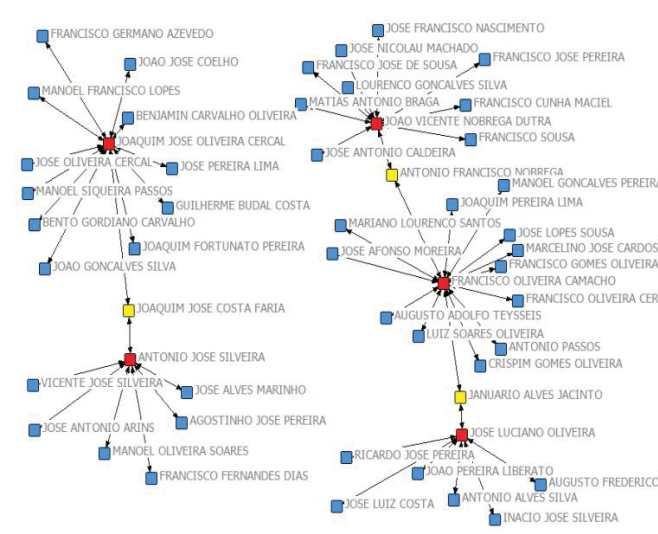
Na oitava legislatura, entre os anos de 1850 e 1851, além do padre Paiva com 29 anos e de Joaquim Augusto do Livramento com 30 anos, tivemos também a eleição do jovem Manoel José de Oliveira com apenas 23 anos e natural de São Francisco do Sul. Manoel Oliveira era filho do comerciante e militar José Luciano de Oliveira, que lutou durante os conflitos do sul na década de 1810 e fora deputado na mesma Assembleia Legislativa Provincial na legislatura anterior.

Há indicações de que a família de José Luciano de Oliveira possuía conexões com a família de Francisco de Oliveira Camacho, que foi importante liderança na vila de São Francisco do Sul e deputado também na assembleia provincial de Santa Catarina. Era pertencente aos quadros do Partido Conservador. Tal inferência se dá por ambos, que foram Juízes Municipais na vila de São Francisco do Sul, serem compadres de Januário Alves Jacinto, proprietário de escravizados<sup>97</sup> conforme pode ser observado no diagrama a seguir:

---

<sup>97</sup> Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

**Diagrama 1: Relações de compadrio dos juizes municipais de São Francisco do Sul – SC entre 1832 e 1850**



Fonte: CUNHA, Rogério Pereira da. *Juizes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)*. PPGHIS-UFPR: Dissertação de mestrado, 2011. p.96.

O jovem Manoel José de Oliveira, além de seguir carreira militar tal qual o pai, também atuou como advogado provisionado. Manoel parece ter sólidas redes de relações em São Francisco do Sul e Itajaí, pois conforme levantamento, ela consta como padrinho de 28 crianças entre os anos de 1844 e 1850 sendo, entre essas, cinco crianças ilegítimas.<sup>98</sup> Existem relatos de que atuou como advogado provisionado e se envolveu em muitas causas relacionadas aos direitos de negros forros e nascidos livres.

Em síntese, mapearam-se cinco casos de jovens que foram eleitos para ocuparem cargos de deputado na assembleia provincial de Santa Catarina. Pode-se afirmar a sua juventude a partir de dois critérios: a) são aproximadamente duas décadas mais jovens do que a média etária dos deputados; b) a expectativa de vida dos deputados era próxima a 70 anos.

Alguns pontos relevantes sobre esses cinco jovens podem ser levantados permitindo o estabelecimento de padrões que serão expostos no quadro a seguir e no corpo do texto:

<sup>98</sup> Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

**Quadro 2: Perfil dos deputados jovens**

| Nome                              | Carreira principal               | Trajetória familiar | Cidade de trajetória política | Partido Político    |
|-----------------------------------|----------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------------|
| João de Sousa Melo Alvin          | Militar – engenheiro             | Militar             | Desterro                      | Partido Liberal     |
| Joaquim Augusto do Livramento     | Advogado – bacharel              | Comércio            | Desterro                      | Partido Conservador |
| Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva | Padre                            | Comércio            | Desterro                      | Partido Conservador |
| José Mendes da Costa              | Advogado provisionado e comércio | Comércio            | Desterro/Itajaí               | Partido Conservador |
| Manoel José de Oliveira           | Advogado – provisionado          | Comércio            | São Francisco/Itajaí          | Partido Conservador |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Pode se chamar a atenção para os seguintes pontos: todos eles faziam parte de clãs familiares relevantes, inseridos em robustas redes, o que garantiu oportunidades, como financiamento de estudos, ou mesmo votos para serem eleitos mediante a mobilização de redes clientelares.

Se tem conhecimento de que ao menos três deles fizeram estudos em outros centros urbanos, destacando-se o seminário e a escola militar no Rio de Janeiro e a faculdade de Direito em São Paulo. Há um predomínio de famílias ligadas as atividades mercantis conseguindo reproduzir seus quadros com mais velocidade do que as que se dedicavam exclusivamente a atividades agrárias.

Observa-se também um predomínio da elite de Desterro em inserir seus jovens nos quadros políticos. Trata-se da capital da província, portadora de um

número maior de eleitores e com atividade econômica mais dinâmica do que as outras áreas como São Francisco do Sul, Itajaí, São Miguel, Laguna e Lages.

O exercício da advocacia, mesmo sem a formação de bacharel, foi um elemento de ascensão dos mais jovens para uma trajetória política na Assembleia. Operar o direito juntamente com a formação acadêmica fora da província foi um dos gatilhos garantidores de certa precocidade nos quadros da deputação em Santa Catarina. Chama-se a atenção também que o direito foi a estratégia das famílias mais tradicionais, que viviam na província já a longa data. Os filhos de portugueses seguiram carreiras não jurídicas sendo um formado padre e outro engenheiro militar. É possível inferir que esta tendência de famílias portuguesas, em suas primeiras gerações de brasileiros natos, possa estar conectado a certo desencantamento luso a ascender à condição de elite política imperial brasileira. A historiografia, via José Murilo de Carvalho e Sérgio Adorno<sup>99</sup>, já demonstrou a operacionalidade da formação jurídica como estratégia para ascender aos altos estamentos da burocracia estatal, todavia o antilusitanismo pode ter produzido constrangimentos nessas famílias que optaram por formações mais tradicionais e consideradas vocacionais como a militar e religiosa.

O militar João Alvin, inclusive, teve também o irmão militar como já mencionado. Seu pai era filho de morgado que vieram para o Brasil com a corte joanina, ou seja, pertenciam a uma família de longa trajetória na nobreza portuguesa que muito provavelmente valorizava uma carreira militar genuína.

Três deles possuem claramente uma ocupação principal, sem haver indícios de atividades paralelas a essa ocupação: um padre, um engenheiro-militar e um bacharel. Os outros dois construíram carreiras mais heterogêneas associando a advocacia provisionada com a produção rural e o comércio.

Esta pesquisa abordará na sequência questões relativas aos partidos políticos, todavia também é necessário chamar a atenção para esta questão neste momento. Conforme o Quadro 2, a maioria dos jovens eram vinculados ao Partido Conservador. Dos quatro indivíduos jovens vinculados ao partido, constata-se uma heterogeneidade em termos de formação: um bacharel, um

---

<sup>99</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. E: ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019.

padre e dois comerciantes que exerciam o direito na condição de provisionados. O único que fazia parte dos quadros do Partido Liberal era o militar João de Sousa Melo e Alvin.

Assim como foi oportuno observar o trajeto do grupo mais jovem, far-se-á na sequência um acompanhamento do trajeto dos mais idosos a ocuparem o posto de deputados para ver o que esse pequeno grupo pode revelar.

Começamos na terceira legislatura entre 1840 e 1841, quando foi eleito deputado na Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina, Francisco de Albuquerque Melo que a época contava com 63 anos de idade. Português de nascimento natural do Viseu, fez trajetória militar começando no Regimento de Linha em Pernambuco. Foi alçado à tenente-coronel em 1817. Se envolveu na Revolução Pernambucana, sendo preso e exilado em Lisboa. Após receber o perdão em 1818, foi nomeado para alguns cargos, dentre eles o de presidente da província de Santa Catarina entre os anos de 1825 e 1830.

Vale destacar que ele, que faleceu em 1843, ficou na condição de suplente, não figurando, portanto, entre os mais votados e, ao ser convocado, escusou-se em assumir um posto na deputação.

Ainda na terceira legislatura, figurou entre os deputados Joaquim Soares Coimbra então com 61 anos de idade. Ele era natural do Rio de Janeiro e consta como deputado somente na já referida legislatura. Assumiu o posto na condição de suplência, sendo um dos nove deputados convocados naquele exercício.

Joaquim Soares Coimbra era filho de Aniceta da Conceição Zuzarte Pinto e de Manoel Soares Coimbra. Seu pai era militar e foi o décimo governador da capitânia de Santa Catarina em fins do século XVIII entre os anos de 1791 e 1793. A família seguiu prestando serviços militares em Santa Catarina sendo Joaquim promovido a capitão da Companhia de Granadeiros do Regimento de Infantaria de Linha da ilha de Santa Catarina pelo príncipe regente em 1801. Dez anos depois, em 1811, foi alçado à comandante do Regimento Militar de Terra Firme no Rio Grande do Sul, quando as tensões na fronteira sul estavam altas.

Vale destacar que Joaquim Soares Coimbra foi convocado na condição de suplente – sendo, portanto, também um dos nove deputados chamados -, não ficando entre os 20 mais votados e apareceu como deputado nesta única legislatura. Faleceria poucos anos depois em 1844.

Na sexta legislatura, de 1846 a 1847, aos 63 anos foi eleito Mariano Antônio Correia Borges, citado anteriormente por ter sido professor do padre Paiva. Mariano viria a falecer poucos anos depois, em 1849. Ele anteriormente atuou no Conselho Geral do Província na primeira e terceira legislatura. Apesar de constar que quando jovem teve a patente de Sargento-mor, ao que tudo indica, ganhava a vida como professor dos filhos abastados de Desterro.

Na sétima legislatura entre os anos de 1848 e 1849, foi eleito Agostinho Leitão Almeida aos 62 anos. Ela já havia sido deputado na terceira legislatura e figurou na deputação nas décadas de 1850 e 1860. Faleceu em 1868 aos 82 anos. Agostinho era oriundo de Pernambuco e teve destacada atuação como contador. Começou a carreira na Junta da Fazenda do Rio Grande do Norte, mas lá foi alvo de uma tentativa de assassinato. Receoso pela sua integridade física, se mudou para a província de Sergipe e na sequência para Santa Catarina onde atuou a partir de 1837 como Procurador Fiscal da Província da Fazenda. Também teve atuação em outras esferas como Juiz Municipal, dos Órfãos e como Delegado. Em Santa Catarina, pela sua pequena envergadura demográfica e econômica, era muito comum ter em cargos do judiciário sujeitos sem formação jurídica.<sup>100</sup>

Sua trajetória no Nordeste foi bastante intensa e as confusões em que se envolveu certamente estão relacionadas a conflitos de interesses que não foram possíveis mapear. Mas ao que tudo indica, fez uma trajetória política sólida em Santa Catarina corroborado pelas notícias de que seus filhos, José Leitão de Almeida e Francisco Leitão de Almeida, apareceram na lista de deputados na província com intensidade a partir da década de 1870, logo após o falecimento do pai.

Agostinho Leitão Almeida, juntamente com outras figuras ilustres da província, foi agraciado em 1845 quando da visita do imperador D. Pedro II após o encerramento da Guerra dos Farrapos, com a Ordem do Cruzeiro, a Ordem de Cristo e como Comendador da Ordem da Rosa.

Nessa mesma sétima legislatura, tivemos a eleição de Francisco de Oliveira Camacho então com 64 anos de idade. Camacho já é figura mapeada

---

<sup>100</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)*. PPGHIS-UFPR: Dissertação de mestrado, 2011.

em trabalhos anteriores.<sup>101</sup> Das oito legislaturas analisadas, ele esteve presente em seis delas e contava com enorme prestígio institucional como revela o ofício abaixo remetido pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina ao presidente da província em março de 1838 quando Camacho contava com 54 anos de idade:

Tendo a Assembleia Legislativa Provincial Approvado o Parecer da sua Commissão de Poderes, em que esta, com quanto lastime não haver no seio da Representação Provincial Deputados, que, como o Senr.<sup>r</sup> Francisco de Oliveira Camacho emcorraõ com suas luzes, e conhecimento das precisoẽs peculiares aos districtos onde residem, para a melhor direcção dos trabalhos da Assembleia, foi todavia de opiniaõ, que, attentas as rasoẽs expostas pelo mesmo Senr.<sup>r</sup> Camacho, seja ele escuso de comparecer na presente Sessão, fasendo-se-lhe aSsim constar, e chamando-se o immediato em votos para substituil-o: tenho a honra de participar a VS. semelhante deliberação, para que a faça chegar ao Conhecimento do Ex.<sup>mo</sup> Senr.<sup>r</sup> Presidente da Provincia, afim de que S. Ex.<sup>a</sup> se digne de mandar expedir ordem á Camara da Capital para esta remeter o competente Diploma ao Suplente á quem tocar.<sup>102</sup>

Sabe-se que seu pai era originário de Laguna, ao sul, e o deputado Camacho possuía propriedades de São Francisco do Sul até Itapocoroy, na porção norte, com conexões até Itajaí. Ocupou diversos postos em São Francisco do Sul como presidente da câmara e juiz municipal. Além disso, teve ampla carreira militar conforme será exposto da sequência. Sua circulação institucional e seus negócios na produção rural, sobretudo farinha de mandioca, foram responsáveis por elevar seu prestígio a tal ponto de ser ressaltado pelos demais deputados a importância de se ter indivíduos como ele na assembleia provincial.

Francisco de Oliveira Camacho quando jovem, aos 17 anos, foi enviado para Desterro com a finalidade de receber instruções para uma futura carreira eclesiástica com o padre Francisco José Ramos. Como não prosseguiu nos estudos, retornou para São Francisco do Sul onde iniciou trajetória militar.

No início da década de 1820, ainda antes da independência do Brasil, Camacho se encontrava na condição de Comandante do Batalhão de Caçadores

---

<sup>101</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. *Francisco de Oliveira Camacho: a trajetória de um grande proprietário em uma região de abastecimento*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Ver também: CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)*. PPGHIS-UFPR: Dissertação de mestrado, 2011. Ver especialmente o capítulo 4.

<sup>102</sup> Ofício de 08 de março de 1838 da secretária da Assembleia para a secretaria da Presidência. Livro de Offícios da Assembleia Legislativa Provincial para o Presidente de Província (1834-1850). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

Milicianos. Era protegido e empoderado por seu compadre – Camacho batizou e criou como se fosse sua filha uma rebenta bastarda -, o então governador de Santa Catarina João Vieira de Tovar Albuquerque. Camacho não teve filhos biológicos e a jovem se casou com um afilhado seu de nome Crispim Gomes de Oliveira e ambos foram os herdeiros do espólio do tenente-coronel Camacho, quando do seu falecimento em 1864. Ainda na década de 1820, o já coronel se envolveu em uma série de querelas com os seus subordinados devido aos excessos de castigos físicos e por utilizar a força de trabalho dos milicianos para os seus projetos pessoais. Disso resultou uma representação assinada por muitos moradores da vila solicitando a destituição do coronel do comando do batalhão de milicianos. Mas enquanto Tovar foi governador, tal demanda não prosperou.

Na década de 1830, Camacho atuou como Juiz Municipal da vila de São Francisco do Sul, como vereador da Câmara Municipal e já começou a figurar como deputado na Assembleia provincial. Se envolveu no início da década de 1840 em uma experiência de colonização francesa de viés fourierista. Ele doou as terras para a implantação do grupo liderado pelo médico homeopata francês, Benoît Mure.

Apesar das relações de proximidade com Mure, que o elogiava em veículos de imprensa como um sujeito esclarecido, acabou se envolvendo em uma polêmica com o grupo de franceses ao tentar se envolver sexualmente com uma menina da comunidade de apenas 13 anos de idade, a partir da estimulação alcoviteira do próprio Mure, seguindo orientações de Fourier de que adolescentes deveriam ser sexualmente iniciadas por homens mais velhos.

Por fim, tivemos José Maria Pinto que foi deputado na oitava legislatura, última coberta por esta pesquisa, quando já contava com 80 anos de idade. Situação bastante atípica. Era natural de Goiás e se casou com Mariana Josefa Peneda. Ela era filha do português capitão Lourenço José Peneda que desempenhou funções no Regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina em fins do século XVIII. José Maria Pinto ganhava a vida como comerciante, tendo inclusive assumido o cargo de Conselheiro de Fiscalização da Capitania ligado ao controle da aduana portuária. Apesar de não ser militar de formação, lutou na guerra no Sul em 1811, sendo, portanto, um veterano de guerra.

**Quadro 3: Perfil dos deputados idosos**

| Nome                           | Ocupação principal | Partido político    | Dados gerais relevantes                                  |
|--------------------------------|--------------------|---------------------|----------------------------------------------------------|
| Francisco de Albuquerque Melo  | Militar            | —                   | Se envolveu no movimento liberal de Pernambuco em 1817.  |
| Joaquim Soares de Coimbra      | —                  | —                   | Veterano da guerra no Sul.                               |
| Mariano Antônio Correia Borges | Professor          | —                   | Foi Sargento-mor                                         |
| Agostinho Leitão de Almeida    | Contador           | —                   | Serviu em várias instituições ligadas a Fazenda Pública. |
| Francisco de Oliveira Camacho  | Proprietário rural | Partido Conservador | Atuação militar e política intensa em sua vila.          |
| José Maria Pinto               | Comerciante        | —                   | Veterano da guerra no Sul.                               |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Em síntese, entre os deputados idosos existe ainda mais heterogeneidade do que o observado entre os jovens. Dos seis abordados, apenas para Camacho foi possível localizar a filiação partidária. Do ponto de vista da atividade principal, existe a mesma dessemelhança. O único ponto em comum, que pode ser estendido a vários homens daquele tempo, é um passado com algum tipo de formação militar e/ou atuação, sendo dois deles veteranos da guerra de 1811. Vale ressaltar que as memórias da participação de catarinenses nesse conflito do início do século eram rememoradas ainda nos anos 1850 e os veteranos colhiam muita deferência em virtude desse capítulo de suas vidas. Eram considerados exemplos de cidadãos que honraram e engrandeceram a província.<sup>103</sup>

<sup>103</sup> Ver a esse respeito o livro de memórias do também deputado na assembleia provincial de Santa Catarina Manoel Joaquim de Almeida Coelho. COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Obra Completa*. Florianópolis: IHGSC, 2008.

## 2.2 Taxas de renovação e partidos políticos

A partir deste momento, observar-se-á dois fatores sobre a elite oligárquica regional instalada na Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina. A primeira delas consiste em observar os índices de renovação entre as diferentes legislaturas. O objetivo consiste em avaliar os níveis de abertura e fechamento dos acessos a entrada no grupo. Para tanto, também serão levantados dados sobre a quantidade de legislaturas de participação dos deputados. Na sequência será feita uma análise sobre as vinculações partidárias.

A tabela a seguir apresenta informações sobre as renovações de legislatura para legislatura. Sua elaboração levou em conta o aparecimento de nomes novos. Desprezou-se a primeira legislatura e seus 36 nomes por se tratar de um momento de precursão.

**Tabela 9: Renovação da deputação por legislatura**

| <i><b>Legislatura</b></i> | <i><b>Total de deputados</b></i> | <i><b>Deputados novos</b></i> | <i><b>Percentual de deputados novos</b></i> |
|---------------------------|----------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------------|
| <b>2<sup>a</sup></b>      | 27                               | 3                             | 11,11%                                      |
| <b>3<sup>a</sup></b>      | 29                               | 7                             | 24,14%                                      |
| <b>4<sup>a</sup></b>      | 29                               | 6                             | 20,68%                                      |
| <b>5<sup>a</sup></b>      | 24                               | 5                             | 20,83%                                      |
| <b>6<sup>a</sup></b>      | 24                               | 4                             | 16,66%                                      |
| <b>7<sup>a</sup></b>      | 23                               | 10                            | 43,47%                                      |
| <b>8<sup>a</sup></b>      | 22                               | 10                            | 45,45%                                      |
| <b>TOTAL/MEDIA</b>        | 178                              | 46                            | 25,84%                                      |

Fonte: CABRAL, Oswaldo. *Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina: suas legislaturas e legisladores (1835-1974)*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, s/ data. pp. 31-39.

As taxas de renovação apresentaram-se inferiores à média da série na maior parte das legislaturas. Caminho diferente pode ser percebido tão somente nos dois últimos mandatos da série quando as taxas de renovação foram superiores a 40% demonstrando ter sido esse um padrão atípico e elevado. A

pesquisa não vai avançar nas próximas legislaturas para verificar se essa era uma nova tendência, mas é possível concluir, ao comparar com dados trazidos pelas tabelas anteriores, que as duas últimas legislaturas foram permeadas por fenômenos novos.

O primeiro deles já evidenciado anteriormente é que a sétima e a oitava legislatura contaram com a menor taxa de suplência da série (15% e 10%, respectivamente) em um mesmo cenário em que as taxas de renovação ultrapassaram os 40%. Ou seja, o pessoal novo, eleito, desejava muito o posto. Essas duas últimas legislaturas estão inseridas no recorte de 1847-1851. Trata-se de um período em que é sabido da existência de intensos conflitos dentro da elite regional de Santa Catarina em função das instalações do mercado municipal de Desterro<sup>104</sup>. É possível inferir que o ambiente de maior animosidade tenha mexido com as eleições, bem como com o ímpeto dos deputados que ficaram mais propensos a assumir seus cargos e ocupá-los em nome dos interesses do seu grupo e para não abrir oportunidades ao grupo opositor.

Chama-se a atenção também que a oitava legislatura apresentou para toda a série o maior crescimento de deputados acima dos 60 anos de idade. Não se trata da maior média etária dos dados arrolados (essa pertenceu a terceira legislatura); foi a segunda maior média de idade da série. Mas o índice superior a 40% de deputados acima dos 60 anos tornou essa legislatura singular sob esse ponto de análise.

Avaliar alguns casos traz compreensões acerca das questões relativas à renovação e acesso de novos deputados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Vamos aos três casos observados na segunda legislatura, entre 1838 e 1839, em pleno período da guerra dos farrapos e início dos seus avanços sobre a província.

O primeiro deputado novato a ser mencionado foi Fernando Gomes Caldeira de Oliveira Fontoura que contava a época com 30 anos de idade. Ele viria a ser deputado também na terceira e quarta legislatura. Era médico e recebeu sua formação na França. Não há indicação a qual partido político pertencia, mas sabe-se que seu irmão José Bonifácio Caldeira de Andrade, militar com formação em matemática na França, era dos quadros do Partido

---

<sup>104</sup> Cf. PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: ED. UFSC, 1995.

Liberal. José Bonifácio foi deputado entre a quarta e a sétima legislatura. Ambos são mineiros de nascimento. Ao que tudo indica, os irmãos construíram carreira em Santa Catarina por meio das suas aptidões profissionais, um como militar e matemático, vinculado a missões de engenharia e o outro na medicina. Em relação a Fernando, portanto, é possível inferir que sua formação profissional em medicina tenha sido o principal fator a catalisar seu trajeto na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Reforça essa afirmação o documento abaixo em que a assembleia cogita financiar o estudo de um jovem catarinense em medicina dada a escassez de profissionais dessa área para atender as demandas:

Tendo a Assembleia Legislativa Provincial Approvado o requerimento das Comissões reunidas de Orçamento, e de Camaras Municipaes, em que, para darem o seu parecer sobre o Officio da Camara da Capital, que V.S. me enviou em 3 do corrente, ponderando a necessidade de se destinarem soccorros á hum Jovem da Provincia, que o habilitem á estudar, e formar-se em Medicina em huã Universidade, visto não haver na Cidade hum Medico, de que carece; e bem assim a precisaõ da construcção de hum Relogio publico na Torre da Matriz; exigem, que, por intermedio da Presidencia, se ordene á referida Camara envie as seguintes informações: 1.<sup>a</sup> si já está designado o jovem, que hade hir estudar Medicina, e si já tem os estudos preparativos necessarios: 2.<sup>a</sup> que quantia será mister consignar-se-lhe mensalmente para suamanutenção na Academia, ou Universidade, onde terá de ir estudar, e formar-se: e 3.<sup>a</sup> si a Camara já está inteirada da quantia em que importará a aquisição, colocação, e conservação de um relógio publico, e qual he ella; aSsim me cumpre participar a V.S. para que sendo presente ao Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Presidente da Provincia, haja S. Ex.<sup>a</sup> de mandar expedir as ordens precisas a semelhante respeito.

Deos Guarde a V.S. Secretaria d'Assemblea Legislativa Provincial 8 de Março de 1838

Manoel da Costa Pereira

Silverio Candido de Faria<sup>105</sup>

O segundo deputado a se inserir como novato na segunda legislatura foi Marcos Antônio da Silva Mafra. Era negociante, filho de portugueses, com conexões com Lages, envolvido, portanto, com propriedades de criação de gado. Tinha 45 anos de idade quando do seu primeiro mandato. Em 1839, no segundo e último ano da legislatura, houve o avanço das tropas farroupilhas até Laguna. Mafra cedeu seu armazém ao presidente da província para ser uma espécie de quartel militar aos recém-recrutados, contribuindo, portando, para a defesa do Estado Imperial e contenção do movimento revoltoso. Era um sujeito engajado

---

<sup>105</sup> Ofício de 08 de março de 1838 da secretária da Assembleia para a secretaria da Presidência. Livro de Offícios da Assembleia Legislativa Provincial para o Presidente de Província (1834-1850). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). f. 13.

em auxiliar obras públicas e contribuir para a importação de livros para compor o acervo da biblioteca pública de Desterro. Foi deputado nas legislaturas seguintes até a sexta findada em 1847. Apesar de ele ser novato, vale destacar que seu irmão, José da Silva Mafra havia sido deputado na primeira legislatura, compondo, inclusive, a mesa diretora na condição de primeiro secretário e figurava entre os eleitos da segunda legislatura. Marcos Antônio é pai do futuro senador do Império, o Conselheiro Mafra que teve destacada atuação durante as disputas com o Paraná pela área do Contestado.

O terceiro deputado foi Vicente de Paula Oliveira Vilas-Boas. Ele era militar que viria a ser eleito também para a terceira legislatura, mas escusou-se por estar envolvido nos esforços militares de contenção do avanço dos farrapos por Santa Catarina. Contava na época com 48 anos de idade. Dessa maneira, portanto, percebe-se em dois dos três novatos envolvimento direto na causa imperial frente a revolta farroupilha e o terceiro como alguém que potencialmente ascendeu devido a sua atividade profissional.

Da segunda para a terceira legislatura (1840-1841) ocorreu uma taxa maior de renovação em um total de sete novos deputados. Um dos novatos foi José Antônio Rodrigues Pereira. Esse sujeito construiu uma trajetória ocupacional como militar. Pertencia ao Partido Liberal, mas lutou em favor do Estado Imperial no Rio Grande do Sul. Ele vai se destacar na elite catarinense. Apresenta-se dois argumentos para reforçar essa afirmação: o primeiro é que já em seu primeiro mandato, conseguiu a proeza de ser eleito para a mesa diretora na condição de segundo secretário; o segundo é que ocuparia o cargo de deputados nas próximas quatro legislaturas, estando entre os 15% dos deputados mais eleitos para a assembleia provincial no recorte desta pesquisa. A informação sobre os deputados mais atuantes serão expostas adiante na tabela 10 e quadro 4.

Outro novato dessa legislatura foi o militar José Pereira Sarmiento que também figurou entre os 15% dos deputados mais eleitos (sendo eleito para as próximas cinco legislaturas) e chegou ao posto de presidente da Assembleia entre os anos de 1850 até 1853. Agostinho Leitão de Almeida foi outro nome novo dessa legislatura que viria também a ser eleito na sétima. Ele atuava como contador em órgãos ligados a arrecadação alfandegária, conforme já informado anteriormente. Antônio José de Melo também adentrou a assembleia pela

primeira vez nesta legislatura. Era médico cirurgião e acabaria também sendo eleito para mais três outras legislaturas. Em síntese, como os dados da tabela 9 apresentaram, geralmente os novos deputados acabavam se perpetuando na instituição em legislaturas subsequentes.

Na quarta legislatura (1842-1843) entrou como novato Carlos Maria Duarte Silva, filho do já citado português que representou Santa Catarina na Câmara dos Deputados nas três primeiras legislaturas, Diogo Duarte Silva. Carlos Maria seria eleito nas próximas três legislaturas. Assim como o pai, atuava em cargos relacionados a fiscalização tributária com entrada mais forte no porto de Desterro.

Também debutou nesta legislatura Francisco José de Oliveira que construiu carreira como advogado provisionado e foi admitido na Junta da Fazenda Pública da província. Viria a ser eleito para as duas próximas legislaturas. Outro nome foi o de José Bonifácio Caldeira de Andrade que tinha formação militar e matemática cursada na França e seria uma das lideranças do Partido Liberal em Santa Catarina. Caldeira de Andrade conseguiu, inclusive, o feito de ter sido o novato a atingir o mais alto cargo em uma mesa diretora já em seu primeiro ano como deputado: foi vice-presidente da Assembleia em 1842. Como citado anteriormente, era irmão do também deputado Fernando Gomes Caldeira de Oliveira Fontoura.

Na quinta legislatura chegaram, dentre outros, os novatos Francisco Duarte Silva (apesar do sobrenome, não era parente de Diogo Duarte Silva), que era bacharel e negociante. Membro do Partido Liberal, se envolveu intensamente nos conflitos intraelite acerca da construção do mercado público em fins da década de 1840; e Marcelino Antônio Dutra, jornalista e membro do Partido Liberal que se tornaria o grande desafeto do já citado padre Paiva.

Após avaliar os trajetos dos novatos, avaliar-se-á a quantidade de legislaturas que cada um dos oitenta e três deputados foi eleito e convocado.

**Tabela 10: Quantidade de legislatura por deputado**

| <i>Quantidade de legislatura(s)</i> | <i>Quantidade de deputados</i> | <i>Percentual</i> |
|-------------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| <b>1</b>                            | 34                             | 40,96%            |
| <b>2</b>                            | 17                             | 20,48%            |
| <b>3</b>                            | 7                              | 8,43%             |
| <b>4</b>                            | 12                             | 14,45%            |
| <b>5</b>                            | 4                              | 4,81%             |
| <b>6</b>                            | 6                              | 7,22%             |
| <b>7</b>                            | 3                              | 3,61%             |
| <b>TOTAL</b>                        | 83                             | 100%              |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Conforme a tabela 10, 70% dos indivíduos que ocuparam a deputação o foram no máximo em três legislaturas. Como era de se esperar, o percentual mais alto se localiza entre os indivíduos que ocuparam assento na Assembleia uma única vez. Esses mais de 40% são marcados pela heterogeneidade. É necessário afirmar que existem casos em que o aparecimento em uma única legislatura ou duas se deveu, em partes, ao recorte desta pesquisa que se limitou apenas até a oitava legislatura iniciada em 1849. O ciclo vital dos deputados também interferiu em alguns casos. Sujeitos muito idosos no início da série ou indivíduos muito jovens no final da série impactaram os números.

É o caso, por exemplo, de Antônio José Sarmiento de Melo que apareceu como deputado na última legislatura da série pela primeira vez com 31 anos de idade. Sabe-se que ele seguiu figurando entre os deputados nas legislaturas das duas décadas seguintes. Ou o caso de Estevão Brocardo de Matos que foi deputado nas três primeiras legislaturas, falecendo logo após o fim do seu último mandato. O mesmo ocorreu com Francisco Rodrigues Pereira que foi deputado na primeira legislatura e faleceu no ano seguinte ao término do seu primeiro mandato. São, portanto, deputados que aparecerem em número pequeno de legislaturas em virtude do momento do ciclo vital em contraposição ao recorte da pesquisa.

Além das questões metodológicas expostas acima, também foram fatores que implicaram na limitação do número de legislaturas para um deputado o fato de terem migrado de Santa Catarina ao assumir novos negócios ou cargos em outras províncias. Também existem casos em que o deputado não foi eleito novamente, configurando uma redução da sua presença na assembleia dentro de uma dinâmica natural de transição entre os membros que compõem uma elite. É o caso de Antônio Francisco Mendes que foi deputado somente na sexta legislatura (1845-1846). Ele seguiu vivendo sua vida em Desterro até a década de 1860 atuando como secretário do Hospital de Caridade, mas figurou como deputado somente na referida legislatura.

Vale a pena olhar para a outra ponta do tabela 10: deputados que aparecem como os mais frequentes na deputação. Esse pequeno grupo pode representar uma espécie de elite da elite oligárquica. O quadro a seguir nos apresenta esses deputados de forma nominativa.

**Quadro 4: Lista nominativa dos deputados mais presentes e respectivos partidos políticos**

| <b>Quantidade de legislaturas</b> | <b>Deputado</b>                  | <b>Partido</b> | <b>Ocupação principal</b> |
|-----------------------------------|----------------------------------|----------------|---------------------------|
| <b>5</b>                          | Antônio Joaquim de Siqueira      | -----          | Bacharel                  |
| <b>5</b>                          | José Antônio Rodrigues Pereira   | Liberal        | Militar                   |
| <b>5</b>                          | José da Silva Mafra              | Liberal        | Militar                   |
| <b>5</b>                          | Marcos Antônio da Silva Mafra    | -----          | Comerciante               |
| <b>6</b>                          | Francisco de Oliveira Camacho    | Conservador    | Proprietário rural        |
| <b>6</b>                          | Jerônimo Francisco Coelho        | Liberal        | Militar                   |
| <b>6</b>                          | João Francisco de Sousa Coutinho | -----          | Serviço público           |
| <b>6</b>                          | José Pereira Sarmento            | Conservador    | Militar                   |
| <b>6</b>                          | Mariano Antônio Correia Borges   | -----          | Professor                 |
| <b>6</b>                          | Tomás Silveira de Sousa          | Liberal        | Médico                    |
| <b>7</b>                          | Polidoro do Amaral e Silva       | -----          | Bacharel                  |
| <b>7</b>                          | Severo Amorim do Vale            | Conservador    | Bacharel                  |
| <b>7</b>                          | Silvério Cândido de Faria        | -----          | Serviço público           |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

É possível perceber relativo equilíbrio na distribuição partidária com três membros do Partido Conservador e quatro do Partido Liberal. Ressalta-se que na década de 1830, os partidos políticos ainda não eram uma realidade. Por essa razão, alguns deputados não possuem situação partidária definida. A temática partidária será discutida adiante.

Já a questão ocupacional é mais segura de ser definida. Mas também se chama a atenção para o fato de que essas classificações acabam definindo tipos ideais não necessariamente condizente com a complexidade da realidade social.<sup>106</sup> Trata-se de um ambiente não habituado a intensas especializações profissionais, sendo muito comum a figura do produtor-negociante que, com ou sem formação militar, exercia cargos de defesa e muitas vezes ocupava espaços institucionais nos mais variados cargos da administração municipal e provincial. Levou-se em conta ao produzir tal classificação em tipos ideais a ocupação primeiramente pela formação e depois pela qual os sujeitos eram mais reconhecidos em seu meio social. Seguindo este procedimento, foi possível promover uma classificação para todos os treze deputados que aparecem como mais recorrentes na Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina. Os resultados encontrados vão na direção de uma intensa heterogeneidade e equilíbrio nas formações e ocupações profissionais. São quatro militares, mas vale destacar que dois deles, apesar da formação, tiveram trajetórias profundas e relativamente precoces na vida política, não tendo tanto tempo no serviço militar. São eles Jerônimo Francisco Coelho e José da Silva Mafra. Já José Antônio Rodrigues Pereira combateu no Rio Grande do Sul, mesmo pertencendo aos quadros do Partido Liberal. Entre os militares, inclusive, predominou a vinculação a este partido político. A única exceção foi José Pereira Sarmento que estava vinculado ao Partido Conservador. Estes dois últimos militares também atuaram como delegados e sub-delegados em Desterro.

Na sequência temos três bacharéis em direito. Antônio Joaquim de Siqueira fez até o terceiro ano de direito em Coimbra. Depois se transferiu para a faculdade de direito de São Paulo onde concluiu sua formação. Passou mais tempo, portanto, em Coimbra do que em São Paulo. Supõe-se que Polidoro do Amaral e Silva também tenha feito sua formação em Coimbra haja visto ter nascido em 1793. E Severo Amorim do Vale sabidamente se formou em Coimbra

---

<sup>106</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais: Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. pp. 21-22. Andrade observa que a elite do sul de Minas Gerais era composta predominantemente pela figura do fazendeiro/negociante que levava ao mercado parte da sua produção. É proprietário de terras e, ao mesmo tempo tem inserção na vida pública via ocupação de espaços políticos e cargos. Dessa maneira, o comerciante e o fazendeiro e até mesmo o militar são quase que tipos ideais em um ambiente não habituado a intensas especializações profissionais.

em 1831. Temos, portanto, três coimbrãos entre os mais frequentes na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Severo Amorim do Vale, o único que foi localizado a filiação partidária, no caso o Partido Conservador, ocupou o cargo máximo de presidente da Assembleia provincial nos anos de 1847, 1848 e 1849. Nesses três anos, Amorim do Vale também foi por aproximadamente cinco meses presidente da província. Vale destacar que esse foi o contexto em que já se chamou a atenção para a quantidade de deputados jovens e idosos, além dos conflitos internos em torno do mercado público.

Junto aos bacharéis, podemos inserir mais dois deputados que tinham carreiras autônomas sendo um professor e o outro médico. Dos dois deputados classificados como atuantes no serviço público, ambos estavam ligados a instâncias de arrecadação fiscal. Por fim também temos um comerciante e um proprietária rural.

Pensando ainda em termos de uma definição de uma elite da elite oligárquica, vale a pena destacar os nomes dos indivíduos que ocuparam a presidência da Assembleia. Para um intervalo de tempo de dezenove anos (1835-1853), sendo que em cada ano havia a formação de uma mesa diretora, teve-se apenas seis indivíduos que ocuparam a presidência. O quadro 5 apresenta as informações de forma detalhada.

**Quadro 5: Presidentes de Assembleia Legislativa de Santa Catarina entre 1835 e 1851 e seus respectivos partidos políticos**

| Nome                                   | Quantidade de exercícios | Anos                                     | Partido Político | Ocupação |
|----------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------|------------------|----------|
| <b>Manoel Paranhos da Silva Veloso</b> | 2                        | 1835 e 1838                              | Liberal          | Bacharel |
| <b>Miguel de Souza Melo e Alvim</b>    | 4                        | 1836, 1837, 1839 e 1840.                 | Conservador      | Militar  |
| <b>Jerônimo Francisco Coelho</b>       | 1                        | 1841.                                    | Liberal          | Militar  |
| <b>Tomás Silveira de Souza</b>         | 5                        | 1842, 1842, 1844, 1845, 1846 (renunciou) | Liberal          | Médico   |
| <b>Severo Amorim do Vale</b>           | 4                        | 1846, 1847, 1848, 1849                   | Conservador      | Bacharel |
| <b>José Pereira Sarmiento</b>          | 4                        | 1850, 1851, 1852 e 1853                  | Conservador      | Militar  |

Fonte: CABRAL, Oswaldo. *Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina: suas legislaturas e legisladores (1835-1974)*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, s/ data. pp. 31-40.

O quadro revela que, apesar do equilíbrio de três presidentes para cada filiação partidária, o Partido Conservador ocupou a presidência o dobro do tempo que o Partido Liberal. Esse fenômeno replica em escala padrão semelhante ao observado por Cléa Sarmiento nos gabinetes ministeriais, ao longo do segundo reinado, em que, apesar do relativo equilíbrio numérico dos gabinetes, o tempo de chefia exercido pelo Partido Conservador é superior ao do Partido Liberal.<sup>107</sup>

Há uma pergunta para a qual esta pesquisa no momento não tem resposta, mas que poderia ser reveladora se o cargo era motivo de conflitos e disputas: por qual razão o liberal Tomás Silveira de Souza renunciou ao cargo sabendo que o seu vice, Severo Amorim do Vale, era do Partido Conservador? Adiante será demonstrado que no ano seguinte a sua renúncia, marcado pelo início da sétima legislatura, houve uma inversão de forças na assembleia provincial e o Partido Conservador formou maioria pela primeira vez da série.

Na questão ocupacional, nota-se um equilíbrio entre militares e profissões liberais. Contudo, ressalta-se que Jerônimo Coelho, apesar da formação militar, construiu carreira como político e jornalista, sobretudo.

A formação político-partidária será uma realidade do Brasil Império somente em fins da década de 1830. A parte inicial dessa pesquisa, portanto, cobre um período em que essas organizações ainda não estavam ativas.

Max Weber fornece uma definição de partido político como relações associativas baseadas no recrutamento de membros que atuam como operadores visando obter fins objetivos e/ou vantagens pessoais. Buscam, portanto, obter poder para os seus líderes e espaços institucionais para os seus membros e associados. São orientados por objetivos de classe (estamento), concretos e/ou ideológicos. Existem partidos em locais onde já há consolidada uma associação (Estado) da qual os membros do partido almejam influenciar e intervir nas direções tomadas.<sup>108</sup>

A formação de partidos visa operacionalizar o controle do poder político em uma comunidade. Não se pode perder de vista que a formação desses

---

<sup>107</sup> SARMENTO, Cléa. *Estabilidade Governamental e Rotatividade de Elites Políticas no Brasil Imperial*. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, 1986, pp. 166. Ver tabela 12.

<sup>108</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1994. Vol. 1. p. 188.

partidos se insere em um período de predomínio de oligarquias no controle dos espaços regionais em contraposição a um Estado central que buscava viabilizar-se.

O historiador Erik Hörner chama a atenção que as primeiras décadas de formações associativas partidárias foram marcadas por pautas difusas e por grupos com interesses diversos que orbitavam nessas agremiações. Os rótulos de conservadores e liberais não informam tanto quanto se pensa. Além disso, a partir de sua leitura do cientista político Giovanni Sartori, Hörner sugere que a entrada em cena de partidos na política imperial só ocorre após a consolidação das pactuações políticas, não sendo as agremiações parte integrante do processo constitutivo da criação do Estado-nação. Trouxeram impacto ao processo, mas só após a sua gênese. Nesse sentido, Hörner habilmente chama a atenção sobre a cautela em se lidar com a partidarização entre as décadas de 1830 e 1840, pois há riscos de o pesquisador, de forma anacrônica, enxergar organizações partidárias que seriam cristalizadas somente na segunda metade do século após experiências, processos históricos e teorizações feitas por políticos e pensadores posteriores como Justiniano José da Rocha, Theophilo Ottoni, Joaquim Nabuco e Américo Brasiliense.<sup>109</sup>

Em sua leitura da visão clássica da política brasileira formulada pelos próprios intérpretes do século XIX, Hörner pontua que o agrupamento dos liberais teria iniciado a sua aglutinação logo após a abdicação e se dividiam em dois espectros: moderados e exaltados. Apesar de ambos optarem pelo modelo monárquico, o primeiro era favorável a centralização monárquica com participação efetiva do legislativo na condução nacional ao passo que o segundo grupo era favorável ao federalismo. Já os conservadores comporiam a partir do regresso conservador e os abalos gerados pelas tensões políticas do período regencial. Hörner também defende que a criação de sistemas partidários, em fins da década de 1830, demonstra relativa maturação do constitucionalismo do jovem Estado e, ao mesmo tempo, representa a estruturação da arena política como legítima, talvez mais legítima, e menos perigosa do que outros métodos

---

<sup>109</sup> HÖRNER, Erik. *Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX*. In: MARSON, Izabel Andrade & OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Edusp, 2013. pp. 213-240.

bastante experimentados ao longo da regência. A “partição” das opiniões em grupos marcados por alguma coesão sem colocar em risco a integridade da nação e território tratou-se de um avanço político.<sup>110</sup>

O Brasil se aproximava de uma receita maquiavelista de estruturar o conflito no interior das instituições – e o legislativo seria palco destacado – visando gerar algum nível de civilidade que favorecesse a longevidade do sistema. Claro que esse tipo de receita era mais aplicável em áreas de ocupação mais antiga e presença mais consolidada do Estado, sobretudo na porção territorial próxima ao litoral.<sup>111</sup> Contudo, no formato brasileiro, não havia espaços para a “plebe” nos campos institucionais. Tratava-se de um método que visava criar palco menos violento para os conflitos e acomodações intra-elite com seus ímpetos oligárquicos. Todavia, o elemento da violência seguia presente na vida política da época e era vivenciado, sobretudo, nos processos eleitorais.<sup>112</sup>

Nesse sentido, Christian Lynch sugere que entre fins da década de 1830 e início da seguinte, o regresso conservador representou um freio de arrumação que, se por um lado, se ancorou na personificação de D. Pedro II para seguir o propósito de consolidação do Estado, por outro, fragilizou o sistema representativo baseado em mandatos parlamentares. O preço pago pelo processo de reorientação pós-reformas liberais foi o de pôr fim “a honestidade eleitoral que prevalecera nos primeiros quinze anos do sistema representativo” iniciado lá no primeiro reinado.<sup>113</sup>

Em suas palavras,

Havia certo consenso entre os líderes políticos, inclusive os *luzias*, quanto à prioridade concedida à autoridade em detrimento da liberdade eleitoral, devendo inclinar-se a representação eletiva ao poder ministerial, à testa da qual estava o imperador. Por isso,

---

<sup>110</sup> HÖRNER, Erik. *Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX*. In: MARSON, Izabel Andrade & OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Edusp, 2013. pp. 213-240.

<sup>111</sup> Carlos Alberto Medeiros Lima discute para esse período o aumento da ocorrência de mortes causadas pela violência e suas conclusões caminham para a compreensão de que tal fenômeno era mais recorrente em áreas de fronteira agrária e frágil presença estatal e seus comissários. Ver: LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **ESTADO E FRONTEIRA AGRÁRIA: CAUSAS EXTERNAS DE MORTES NO CENTRO-SUL BRASILEIRO E NO RECÔNCAVO BAIANO (1820-1870)**. **Almanack**, n. Almanack, 2022 (31), p. ea01020, 2022.

<sup>112</sup> LIMONGI, Fernando. *Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência*. Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014.

<sup>113</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. p.60.

a fraude e a compressão passaram a ser empregadas indistintamente por liberais e conservadores, quando se alternavam no poder, em benefício do governo.<sup>114</sup>

Como já abordado no capítulo anterior, na leitura feita de Lynch observa-se a sua tese de que o período entre 1822 e 1860 foi marcado por forte centralização do poder, intensificada a partir do regresso, em um formato com roupagem representativa. Na prática, Lynch sugere que aspectos oligárquicos não tinham espaço na corte, contudo esperneios de ciosos por oligarquia poderiam ser vislumbrados nas províncias.

Voltando a questão partidária, Mônica Dantas, em sua leitura do texto do historiador Jeffrey Needell sobre a formação dos partidos políticos no Brasil, apresenta a interpretação crítica de que é um equívoco avaliar que os indivíduos se associavam de forma partidária pensando em atender interesses momentâneos e pragmáticos. Havia entre os grupos níveis de coerência ideológica e socioeconômica. Somado a isso, Needell também exprobra a associação, considerada por ele rasteira, dos conservadores ao absolutismo. Havia, portanto, entre os dois partidos alguns pontos de convergência sendo o modelo da monarquia representativa um desses pontos. Tanto liberais como conservadores estavam inseridos em um “ideário liberal” conforme a semântica do termo na primeira metade do século XIX. Ambos os grupos fechavam questão também em relação ao tema da escravização. Os pontos não pacíficos consistiam nas definições a serem adotadas pelo judiciário, alguns contornos das assembleias provinciais e na quantidade de poder que os gabinetes deveriam concentrar.<sup>115</sup>

Jeffrey Needell pondera que durante as discussões e votações para o Ato Adicional de 1834, vários políticos com perfil moderado que viriam a fazer parte do Partido Conservador votaram em conjunto com os exaltados em prol da referida emenda. As motivações desses moderados eram receios em relação aos restauradores conseguirem reintroduzir D. Pedro I e seu absolutismo no poder novamente. Contudo, com a notícia do falecimento do monarca, que

---

<sup>114</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. p.61.

<sup>115</sup> DANTAS, Mônica Duarte. *Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 40-47, nov. 2009.

chegou ao Brasil em fins daquele mesmo ano, houve ambiente mais previsível para operar uma ruptura entre deputados mais moderados com os considerados radicais. A aversão ao que consideravam extremismos – seja a república democrática ou o absolutismo –, os sacolejos dos primeiros cinco anos da Regência e a leitura de que havia a necessidade do estabelecimento de um Estado forte que assegurasse a continuidade da escravização africana foram os elementos aglutinadores que reuniam lideranças políticas do Sudeste e Nordeste em torno do novo partido, a época chamado Partido da Ordem ou popularmente conhecidos como saquaremas. A nomenclatura Partido Conservador viria a ser adotada somente na década de 1850.<sup>116</sup>

Já quanto ao Partido Liberal, Needell pontua que ele não era tão homogêneo em seu princípio. Reunia sob seu guarda-chuva monarquistas, federalistas e sujeitos com posturas mais em prol de uma república democrática. Apesar de portar algum traço de convergência ideológica, tratou mais de uma agremiação em que a conveniência e o oportunismo político tiveram papel aglutinador. Para o autor, portanto, fechar questões era um pouco mais complexo no Partido Liberal.<sup>117</sup>

Ricardo Salles de alia a Needell e sua leitura quanto a composição dos partidos políticos. Para Salles, o agrupamento liberal era marcado pela pouca organicidade em virtude da fraqueza das pautas coletivas. A incoerência doutrinária deste grupo tornava o ambiente político mais fácil para o Partido da Ordem que, em torno dos interesses dos grandes proprietários, foi capaz de apresentar maior coesão interna sobre pautas como o reestabelecimento do tráfico de escravizados entre 1835-1837 e o Regresso Conservador sob liderança dos saquaremas.<sup>118</sup>

As interpretações de Needell não são consensuais na historiografia. Richard Graham sugere que fatores ideológicos são pouco relevantes na

---

<sup>116</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 5-22, nov. 2009. Sobre a interpretação de Jeffrey Needell sobre a ação política dos Conservadores em relação as leis abolicionistas, ver a crítica de Sidney Chalhoub: CHALHOUB, Sidney. *Os conservadores no Império do Brasil*. Afro-Ásia, 35 (2007), 317-326. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21135/13723> Acesso em: 25 abr. 2024.

<sup>117</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 5-22, nov. 2009.

<sup>118</sup> SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, n. 4, p. 5-45, jul. 2012. p. 20.

composição dos partidos políticos no século XIX. As parentelas e laços pessoais eram mais preponderantes. Contudo, vale reafirmar nesta etapa que foram verificados em Santa Catarina pelo menos dois casos de parentelas que tinham membros nos quadros de ambos os partidos.

Arthur Roberto Germano Santos percebeu no Maranhão tanto a linha interpretativa de Needell quanto a de Graham uma vez que as dinâmicas partidárias do Rio de Janeiro, fortemente influenciada por visões mais ideológicas, interferia na política provincial, assim como também os conflitos entre bemtevis (liberais) e cabanos (conservadores) pelo controle eleitoral e dos recursos provinciais eram pontos de fissura e tensões no seio da elite provincial.<sup>119</sup>

**Quadro 6: Partidos políticos dos deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina que ocuparam legislaturas no intervalo entre 1835 até 1851**

| <b>Conservador</b> | <b>Liberal</b> | <b>Não localizado</b> |
|--------------------|----------------|-----------------------|
| 21                 | 21             | 41                    |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

**Quadro 7: Perfil ocupacional por partido político**

| <b>Conservador</b>  |   | <b>Liberal</b>      |   |
|---------------------|---|---------------------|---|
| <b>Proprietário</b> | 4 | <b>Proprietário</b> | 1 |
| <b>Militar</b>      | 6 | <b>Militar</b>      | 9 |
| <b>Comerciante</b>  | 5 | <b>Comerciante</b>  | 4 |
| <b>Bacharel</b>     | 2 | <b>Bacharel</b>     | 2 |
| <b>Professor</b>    | 1 | <b>Professor</b>    | 0 |
| <b>Religioso</b>    | 1 | <b>Religioso</b>    | 0 |
| <b>Médico</b>       | 1 | <b>Médico</b>       | 2 |

<sup>119</sup> SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Dominação local e padrão de liderança: disputa política e organização partidária na província do Maranhão (1840/1857)*. Almanack, Guarulhos, n. 31, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236-463331ea01120> Acesso em: 02 mai. 2024.

|                              |   |                              |   |
|------------------------------|---|------------------------------|---|
| <b>Servidor *</b>            | 1 | <b>Servidor</b>              | 1 |
| <b>Jornalista</b>            | 0 | <b>Jornalista</b>            | 1 |
| <b>Advogado provisionado</b> | 0 | <b>Advogado provisionado</b> | 1 |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Os dados pontuam que no Partido Liberal havia uma presença de militares 50% superior em relação a esse grupo ocupacional no Partido Conservador. Os militares acabam compondo um grupo um tanto heterogêneo, então vale a pena observar esses dois grupos partidários para verificar que tipo de informação é possível obter acerca desses indivíduos com formação militar.

Um primeiro olhar comparativo entre os nove militares do Partido Liberal e os seis que pertenciam ao Partido Conservador revela que a parcela liberal era marcadamente detentora de formação intelectual mais robusta nas escolas militares e para além das técnicas específicas da arma de infantaria. Um desses nove deputados militares é o já citado Jerônimo Francisco Coelho, fundador da loja maçônica em Santa Catarina. Sua formação foi como engenheiro militar pela Academia Real Militar e chegou ao posto de Brigadeiro do Exército Brasileiro em 1855, muito mais por seu trânsito político do que por seus feitos militares. Outro exemplo foi o liberal João de Sousa Melo e Alvin também formado em engenharia pela Academia Real Militar. Foi responsável pela condução de projetos de fortes, demarcou terras, projetou edifícios e sistemas de abastecimento de água. Nesse grupo também podemos inserir José Bonifácio Caldeira de Andrade que, após se formar cadete, foi enviado pelo exército para ter formação na França. Era matemático e engenheiro. Outro exemplo foi o já citado José da Silva Mafra que chegou à condição de Tenente Coronel Adido do exército em 1831 e depois viria a ser senador do Império. Segundo Oswaldo Cabral, a grande maioria das lideranças do Partido Liberal nos anos 1830 e 1840 em Santa Catarina eram membros da Sociedade Patriótica nos anos anteriores, vinculada a maçonaria.<sup>120</sup>

<sup>120</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da política em Santa Catarina durante o Império*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

Já em relação aos militares vinculados ao Partido Conservador, nota-se um predomínio de sujeitos mais operacionais. É o caso de Vicente de Paula Silveira Vilas-Boas que combateu em Laguna durante a Revolta dos Farrapos. Predomina entre os militares do Partido Conservador serem em sua maioria praças que chegavam a alcançar altas patentes por mérito. O único que foi localizado que estudou em escola militar foi Miguel de Sousa Melo e Alvin que estudou na academia da Marinha. Ele é pai do liberal João de Sousa Melo e Alvin sendo mais uma família marcada por cisões partidárias.<sup>121</sup> Já foi apontado pela historiografia referente ao final do século XIX que a Marinha tinha posturas mais tradicionais e conservadoras do que o Exército.<sup>122</sup> A base empírica aqui não é robusta, mas observa-se em Santa Catarina maior tendência dos formados em escola superior do exército de aderirem ao Partido Liberal e da academia da Marinha a aderirem ao Partido Conservador.

**Quadro 8: Separação por partido político por legislatura 1839-1851**

| <b>Legislatura</b>   | <b>Conservador</b> | <b>Liberal</b> | <b>Não localizado</b> |
|----------------------|--------------------|----------------|-----------------------|
| <b>3<sup>a</sup></b> | 6                  | 6              | 16                    |
| <b>4<sup>a</sup></b> | 7                  | 10             | 12                    |
| <b>5<sup>a</sup></b> | 4                  | 10             | 10                    |
| <b>6<sup>a</sup></b> | 6                  | 9              | 9                     |
| <b>7<sup>a</sup></b> | 9                  | 4              | 11                    |
| <b>8<sup>a</sup></b> | 10                 | 4              | 9                     |
| <b>Total</b>         | 42                 | 43             | 67                    |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Percebe-se a partir dos dados do Quadro 8 relativo equilíbrio na quantidade de mandatos entre membros do Partido Conservador e Liberal.

<sup>121</sup> Anteriormente foi citado um caso na família Livramento também como exemplo de divisão partidária. Esse pode ser um indício de que as lealdades de parentela estavam perdendo espaço para as posições ideológicas oriundas da formação bem como motivadas por fatores geracionais.

<sup>122</sup> FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 246.

Mesmo equilíbrio verificado para a quantidade de deputados associada a cada uma das agremiações conforme o quadro 6. Esse tipo de equilíbrio não foi a realidade de todas as províncias. Arthur Roberto Germano Santos, em análise que procedeu sobre a Assembleia provincial do Maranhão entre 1840 e 1857 verificou algum predomínio do Partido Liberal na deputação.<sup>123</sup>

Novamente os dados demonstram as singularidades da sétima e oitava legislaturas (1847-1851) em relação as anteriores. Conforme visto anteriormente, nelas ocorreram fenômenos como aumento dos deputados com mais de 60 anos, baixos índices de suplência e agora arrola-se a inversão no jogo de forças entre conservadores e liberais tendo os primeiros formado pela primeira vez da série uma maioria na casa parlamentar. Ressalta-se que a observação se insere durante o processo de construção das pautas e projetos partidários. Ou seja, mais do que divergências ideológicas, tais partidos podem ter abrigado naquele cenário bandos que competiam pela gestão dos recursos institucionais. Somado a isso, como pontua Fernando Limongi, apesar da nova lei eleitoral de 1846 ter revogado as anteriores de 1824 e 1842, o governo seguia com capacidade de ingerência nos resultados eleitorais.<sup>124</sup> Em 1848 ocorreu a transição do gabinete liberal de Francisco de Paula Sousa para o conservador de Pedro de Araújo e Lima. Para Jeffrey Needell, o quinquênio entre 1848 e 1853 representou uma espécie de ápice do Partido Conservador no controle da política imperial (a época ainda chamado Partido da Ordem).<sup>125</sup> Contudo, a historiografia tem demonstrado que esse nexos entre gabinete e vitórias eleitorais não era tão generalizado como defendido por Needell. Cita-se novamente o caso maranhense em que Arthur Germano Santos pontua que mesmo diante do gabinete conservador entre 1848 e 1853, seguiu havendo um predomínio dos liberais do Maranhão.<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup> SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Dominação local e padrão de liderança: disputa política e organização partidária na província do Maranhão (1840/1857)*. Almanack, Guarulhos, n. 31, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236-463331ea01120> Acesso em: 02 mai. 2024.

<sup>124</sup> LIMONGI, Fernando. *Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência*. Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014.

<sup>125</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 5-22, nov. 2009.

<sup>126</sup> SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Dominação local e padrão de liderança: disputa política e organização partidária na província do Maranhão (1840/1857)*. Almanack, Guarulhos, n. 31, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236-463331ea01120> Acesso em: 02 mai. 2024.

A historiografia já levantou dados acerca da composição dos gabinetes entre 1847 e 1889. José Murilo de Carvalho chamou a atenção para a curta duração desses gabinetes ministeriais e trouxe a observação de que os gabinetes conservadores tendiam a ter maior duração do que os gabinetes liberais.<sup>127</sup> Já Ricardo Salles trouxe o levantamento completo dos dados:

Quanto à distinção entre os partidos, dos 32 gabinetes formados de 1847 até o final do Império, os Liberais estiveram à frente de 17 deles, o que representa 53,1% do total, e os Conservadores, de 15, representando 46,9%. Contudo, em termos de tempo no poder, os Liberais, no todo, dominaram por 15 anos e cinco meses, mas os Conservadores o fizeram por 27 anos. Assim, estes detiveram o poder por 63,6% de todo o tempo, enquanto os Liberais o fizeram por 36,4%. O tempo, apesar dos números, corrobora o argumento da hegemonia política conservadora.<sup>128</sup>

O período é predominantemente posterior ao desta pesquisa, mas as alterações ocorridas a partir de fins da década de 1840 são passíveis de serem usados para se compreender os fenômenos até aqui observados quanto as duas últimas legislaturas observadas entre 1847 e 1851, de forte predomínio do Partido Conservador [da Ordem]. Mas pensando de forma mais intrínseca o recorte deste trabalho, o próprio Ricardo Salles traz dados referentes ao grupo que ocupava o centro de poder nas décadas de 1830 até 1847:

De 1831 a 1835, tivemos as Regências Trinas, provisória e permanente. Apesar de ter sido um período de compromisso, podemos considerar esse período como predominantemente liberal, dada a série de reformas empreendidas, culminando com o Adicional de 1834, e que seriam, na prática, anuladas pelo Regresso. A regência de Antônio Feijó, de 1835 a 1837, foi inequivocamente liberal. Após a breve regência provisória de Araújo Lima, um interregno de compromisso, sua regência de setembro de 1837 a julho de 1840, marca o início do período conservador por excelência. O golpe da maioria e o governo que o segue, de julho de 1840 a março de 1841, por sua vez, são liberais. Os conservadores voltam ao poder e nele permanecem até fevereiro de 1844. Em seguida vem o quinquênio [sic...triênio] liberal, até maio de 1847, quando é criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 210-211.

<sup>128</sup> SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, n. 4, p. 5-45, jul. 2012. p. 24.

<sup>129</sup> SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, n. 4, p. 5-45, jul. 2012. p. 24.

A segunda metade da década de 1840, é marcada por um contexto muito próprio envolvendo uma série de fatos e processos: a recente visita de D. Pedro II a Santa Catarina e a generosa distribuição de honrarias abriria o período; tal visita marcava a finalização da Revolta dos Farrapos e a vitória do Estado Imperial na região Sul; e existiam disputas no interior das elites que foram materializadas nas tensões acerca da construção da praça do mercado em Desterro; em termos mais macro, a década de 1840 sofreu alterações no seu sistema eleitoral com as legislações de 1842 e 1846. Na leitura de Fernando Limongi, as simplificações eleitorais, marcada pelos superpoderes da Mesa Eleitoral e a condução do processo pelos sujeitos aclamados pelos cidadãos como probos e dignos de deferência, ficaram no passado. As novas regras de qualificação do corpo de eleitores tornariam os pleitos muito mais complexos. Até 1840, a violência se dava sobremaneira em cenários de equilíbrio de forças entre as facções. Em situações marcadamente desequilibradas, o grupo minoritário tendia a se retirar da disputa e deixar o campo aberto para os majoritários. Ou seja, os conflitos, quando ocorriam, eram horizontais entre os indivíduos que disputavam diretamente os recursos. Entre 1842 e 1846, a qualificação dos eleitores era feita por uma junta composta por Juiz de Paz, Pároco e Delegado, tendo este último, representante direto do governo, poderes mais amplos. A seleção dos eleitores era, portanto, enviesada e tendenciosa. A partir de 1846, o juiz de paz adquire centralidade maior, mas sem, com isso, impedir a capacidade do governo de interferir. Contudo, a transição das tensões da Mesa Eleitoral para a Qualificação dos eleitores produziu alteração no sentido dos conflitos: no primeiro momento eram horizontais, entre as lideranças políticas; no segundo momento passam a ser verticais ao interferirem no quadro de eleitores.<sup>130</sup>

Cléa Sarmiento, ao rapidamente analisar a questão das eleições e das legislações eleitorais no período imperial, sugere que as alterações nas leis eleitorais eram um tipo de resposta às pressões de novas forças sociais que ansiavam participar do jogo político. Tinham, portanto, forte caráter conservador para assegurar os interesses da elite imperial frente as pretensões das oligarquias provinciais. “Mudar para que tudo permaneça como está”. Trata-se

---

<sup>130</sup> LIMONGI, Fernando. *Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência*. Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014.

de legislações que surgiam de uma busca por reequilíbrio autoritário na medida em que o Parlamento era excluído do debate e o desenho legislativo fica restrito a um pequeno círculo político.<sup>131</sup>

Para complementar a avaliação prosopográfica da deputação catarinense que vem sendo desenvolvida ao longo das últimas páginas, é relevante observar a estrutura ocupacional dos indivíduos que ocuparam a Assembleia provincial no intervalo de 1835 e 1851. Todavia, novamente se reforça a concepção de que uma estruturação ocupacional só é possível por meio do estabelecimento de tipos ideais que não são de todo aderentes a realidade social marcada por ausência de hiperespecializações. É necessário ponderar que um militar não vivia exclusivamente do seu soldo. Ele era também um proprietário que tinha alguma entrada no pequeno ou grande comércio. Do mesmo modo, é incomum o comerciante que é proprietário tão somente de uma porta comercial.

O jornalista não vivia exclusivamente da sua redação. Foi possível encontrar quem congregava também outras atividades como ser advogado provisionado. Não era incomum sujeitos inseridos no serviço público também terem os seus negócios particulares. Apesar dessa complexidade, havia também os indivíduos que viviam exclusivamente de uma única atividade: eram os padres, professores, parte dos bacharéis e médicos. Todavia, para fins de notícias metodológicas, reforça-se que as classificações seguiram a ocupação pela qual o indivíduo era socialmente reconhecido. Isto posto, a tabela a seguir traz um panorama ocupacional dos 83 deputados:

**Tabela 11: Perfil ocupacional dos deputados da Assembleia provincial de Santa Catarina\***

|                     |    |       |                        |    |       |
|---------------------|----|-------|------------------------|----|-------|
| <b>Proprietário</b> | 5  | 6,2%  | <b>Serviço Público</b> | 10 | 12,3% |
| <b>Militar</b>      | 29 | 35,8% | <b>Religioso</b>       | 3  | 3,7%  |
| <b>Comerciante</b>  | 15 | 18,5% | <b>Professores</b>     | 2  | 2,5%  |
| <b>Bacharel</b>     | 9  | 11,1% | <b>Jornalista</b>      | 1  | 1,25% |
| <b>Médico</b>       | 6  | 7,4%  | <b>Advogado prov.</b>  | 1  | 1,25% |

<sup>131</sup> SARMENTO, Cléa. *Estabilidade Governamental e Rotatividade de Elites Políticas no Brasil Imperial*. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, 1986, pp. 150.

\* Não foram encontradas informações para dois dos 83 deputados. No serviço público predominou indivíduos ligados a instâncias tributárias.

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

O grupo mais representativo na assembleia era composto por indivíduos com formação, experiência e socialmente reconhecidos como militares. Há dentro deste grupo algumas variações, conforme já visto anteriormente. Outras serão trazidas. Existem, por exemplo, sujeitos que estudaram em escola superior militar e exerceram suas atividades ocupacionais predominantemente nos corpos militares. É o caso, por exemplo, de Patrício Antônio Sepúlveda Everard que atuou como engenheiro militar em obras na província e além dela. Também pode ser enquadrado neste perfil José Antônio de Lima que estudou em escola militar, formando-se em medicina e atuou predominantemente como cirurgião-mor do exército, cargo para o qual foi nomeado em 1826. Além desses, citam-se novamente os casos de Jerônimo Francisco Coelho e José da Silva Mafra.

É possível sugerir que a formação e pertencimento aos corpos militares era uma estratégia que viabilizava a entrada e/ou principalmente o pertencimento a elite regional em Santa Catarina. O número de militares é três vezes maior que o de bacharéis e quase cinco vezes mais do que os médicos demonstrando que aquela elite tinha um apetite maior por esse tipo de formação e trajeto, optando muitas vezes por ele para a reprodução dos seus filhos como parte da elite regional. Existe aqui resquícios de um passado colonial em que Santa Catarina muitas vezes se via como área contígua a fronteira e suas tormentas do Sul e toda a instabilidade envolvida no processo histórico de definição daquelas fronteiras.

Vale lembrar que até 1858 não existiam no Brasil cursos de engenharia que fossem separados da formação militar. Sendo assim, mesmo que não fosse o desejado, àqueles que optassem pela formação em engenharia, automaticamente acabavam ingressando na carreira militar. Como apontado nos parágrafos anteriores, essa foi a realidade de alguns dos deputados que eram vinculados à caserna e tinham a formação em engenharia obtida na Escola Militar.<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *Jerônimo Coelho: um liberal na formação do II Império*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 95.

O segundo grupo mais numeroso era o dos comerciantes. Novamente reforça-se que a classificação foi estabelecida por meio de tipos ideais. Certamente muitos desses negociantes tinham também propriedades rurais, mas socialmente eram reconhecidos por suas carreiras nos negócios. Os indivíduos classificados como negociantes eram predominantemente de Desterro, capital, corroborando que esta compunha a principal praça mercantil da província.

Ao passo que os proprietários, por exemplo, são predominantemente de outras regiões da província. Cita-se Antônio Saturnino, de Lages; Francisco de Oliveira Camacho, de São Francisco e; José Francisco Coelho, de Laguna. Sobre estes últimos, conforme corrobora o Quadro 7, eles tendiam mais as fileiras do Partido Conservador. O único pertencente ao Partido Liberal encontrado era justamente José Francisco Coelho, tio da grande liderança do partido em Santa Catarina, Jerônimo Francisco Coelho. Sem desentendimentos políticos no interior da família Coelho, portanto – diferentemente da família Livramento que pertencia predominantemente ao Partido Conservador com exceção de Miguel Joaquim do Livramento que fazia parte dos quadros do Partido Liberal ou dos Melo e Alvin citados anteriormente.

O ano de 1845 foi um ano bastante especial para a elite regional de Santa Catarina que recebeu a visita do Imperador D. Pedro II, que fez uma viagem pelo Sul do Brasil para marcar o fim da Revolta dos Farrapos. Nesta ocasião ocorrida em novembro daquele ano, o Imperador agraciou com honrarias e distinções 43 membros da elite regional. Foram concedidas as honrarias de Comendador, Oficial e Cavaleiro da Ordem da Rosa e de Cavaleiros da Ordem de Cristo. A lista dos condecorados foi publicada no jornal *O relator catharinense* em novembro de 1845.<sup>133</sup>

Desses, 19 pertenciam ao corpo de deputados analisados por essa prosopografia. Os dados nominativos podem ser verificados no quadro a seguir:

---

<sup>133</sup> Ver: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/relator/889750> Acesso em: 19 abr. 2024.

**Quadro 9: Ocupações e partidos políticos dos deputados de Santa Catarina que receberam graças honoríficas (1845)**

| <b>Nome</b>                               | <b>Partido</b> | <b>Ocupação</b>          | <b>Honraria</b> |
|-------------------------------------------|----------------|--------------------------|-----------------|
| <b>Thomás Silveira de Souza</b>           | Liberal        | Médico                   | Comendador      |
| <b>Agostinho Leitão de Almeida</b>        | Conservador    | Negociante               | Comendador      |
| <b>Marcos Antônio da Silva Mafra</b>      | -----          | Negociante               | Comendador      |
| <b>João Francisco de Sousa Coutinho</b>   | -----          | Serviço Público          | Oficial         |
| <b>Eleutério José Velho Bezerra</b>       | -----          | Serviço Público          | Oficial         |
| <b>Francisco Duarte Silva</b>             | Liberal        | Bacharel                 | Oficial         |
| <b>Patrício Antônio Sepúlveda Everard</b> | -----          | Militar                  | Oficial         |
| <b>Agostinho Alves Ramos</b>              | Conservador    | Negociante               | Cavaleiro       |
| <b>Severo Amorim do Vale</b>              | Conservador    | Bacharel                 | Cavaleiro       |
| <b>José Maria do Vale</b>                 | Conservador    | Médico/<br>Negociante    | Cavaleiro       |
| <b>João Pinto da Luz</b>                  | Conservador    | Negociante               | Cavaleiro       |
| <b>Francisco Rodrigues</b>                | -----          | Padre                    | Cavaleiro       |
| <b>Silvério Cândido Faria</b>             | -----          | Serviço Público          | Cavaleiro       |
| <b>Polidoro Amaral e Silva</b>            | -----          | Bacharel                 | Cavaleiro       |
| <b>Francisco José de Oliveira</b>         | Liberal        | Advogado<br>Provisionado | Cavaleiro       |
| <b>Francisco de Oliveira Camacho</b>      | Conservador    | Proprietário             | Cavaleiro       |
| <b>Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva</b>  | Conservador    | Padre                    | Cavaleiro       |
| <b>Antônio Manuel do Souto</b>            | -----          | Militar                  | Cavaleiro       |
| <b>José da Silva Ramos</b>                | -----          | Militar                  | Cavaleiro       |

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/relator/889750> e Memória Política de Santa Catarina ([alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br))

Daqueles que foram identificados a filiação partidária, nota-se predomínio de membros do Partido Conservador sobre o Partido Liberal. E na questão ocupacional, percebe-se que negociantes e bacharéis foram mais agraciados do que os militares, demonstrando descolamento com as tendências observadas quanto a composição da elite oligárquica ocupante da assembleia provincial.

### 2.3 Elites regionais oligárquicas em uma perspectiva comparada

O objetivo desta etapa é o de promover uma comparação entre a deputação de diferentes assembleias provinciais no Brasil da primeira metade do século XIX. Por comparação, assume-se as proposições trazidas por Renato Perissinotto em artigo de discussão bibliográfica e teórica acerca do método comparativo. O referido autor ancora-se na perspectiva de que a comparação é uma “operação mental que confere maior confiabilidade às proposições causais”.<sup>134</sup> Em síntese, comparar permite maior precisão e qualificação do objeto de estudos representado pelas oligarquias regionais.

A comparação se dará em termos regionais visando delimitar perfis de elites provinciais e averiguar constantes e variáveis entre elas. Em alguns momentos também serão feitas comparações entre elites provinciais em espaços provinciais e centrais (Assembleia Geral) com objetivo de captar aproximações e distanciamentos. Foram arrolados dados obtidos a partir do trabalho de outros pesquisadores respeitando a similaridade metodológica com os levantamentos feitos até aqui para a província de Santa Catarina. A inspiração para esses exercícios foram dadas por Jonas Vargas.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> PERISSINOTTO, Renato. *Comparação e história na ciência social*. IN: HEINZ, Flávio M. **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e História**. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 13-32.

<sup>135</sup> VARGAS, Jonas. *Um império de cruces, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, Ceará e da Bahia no período monárquico*. IN: HEINZ, Flávio (org). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação histórica**. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 115-144.

**Tabela 12: Comparativo por província do percentual de deputados provinciais que exerceram três mandatos ou menos \***

| Bahia | Rio Grande do Sul | Ceará | Santa Catarina |
|-------|-------------------|-------|----------------|
| 80%   | 81%               | 85%   | 69,87%         |

\* Os dados referentes a Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará são consolidados para a baliza temporal de 1835 a 1889. Santa Catarina tem o recorte bem menor de 1835 a 1851.

Fonte: VARGAS, Jonas. *Um império de cruces, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, Ceará e da Bahia no período monárquico*. IN: HEINZ, Flávio (org). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação histórica**. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 115-144. E: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

O recorte temporal da série analisada por Jonas Vargas é mais longo que o de Santa Catarina, mas os resultados apresentados demonstram que nas três províncias analisadas por ele a rotatividade de deputados em mandatos era maior do que em Santa Catarina. Em síntese, no Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia, um contingente de tão somente 20% dos deputados ou menos era capaz de se fazer presente em quatro ou mais legislaturas e, reforçando, dados esses capturados em um horizonte de tempo maior do que o selecionado para Santa Catarina.

Em Santa Catarina o número de deputados com mais de três mandatos ultrapassava os 30%. Havia nesta última proporcionalmente um número mais alargado das lideranças e daqueles capazes de povoar por mais tempo a assembleia. Seria em Santa Catarina mais complexo viabilizar-se como cacique político e assegurar relativa hegemonia na política? Ou trata-se de um compartilhamento de poder inserido em uma lógica típica da cultura política local? Pode este ser um indício de que se fazer elite da elite era mais simples por lá? Seria aquele um ambiente mais ou menos tensionado e conflituoso? Questões sem respostas por ora. Há apenas a certeza de que a liderança política em Santa Catarina era mais fragmentada, ampliada, pulverizada e consolidada.

A tabela a seguir pode trazer clarificações para algumas das questões anteriormente levantadas:

**Tabela 13: Comparativo por província do percentual de deputados provinciais que exerceram apenas um mandato \***

| Bahia | Rio Grande do Sul | Ceará | Santa Catarina |
|-------|-------------------|-------|----------------|
| 44,6% | 50,6%             | 48%   | 40,96%         |

Fonte: \* Os dados referentes a Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará são consolidados para a baliza temporal de 1835 a 1889. Santa Catarina tem o recorte de 1835 a 1851.

Fonte: VARGAS, Jonas. *Um império de cruces, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, Ceará e da Bahia no período monárquico*. IN: HEINZ, Flávio (org). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação histórica**. São Leopoldo: Oikos, 2012. pp. 115-144. E também: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Em comunicação com os dados de que o topo da pirâmide em Santa Catarina era mais largo, nota-se pela tabela anterior que, ao adentrar a Assembleia Provincial de Santa Catarina, o deputado tinha mais chances de voltar em mandatos seguintes do que os seus congêneres cearenses, baianos e gaúchos. O Rio Grande do Sul, por outro lado, é o mais instável para os deputados novatos: mais da metade deles jamais voltariam para a assembleia provincial. As informações sinalizam na direção da existência de uma elite regional mais ampliada, por vezes coesa, em Santa Catarina se comparada com a sua vizinha sulista. Esses cenários certamente traziam implicações aos contextos eleitorais, sem perder de vista a tendência geral brasileira do tensionamento.<sup>136</sup>

Jonas Vargas apresenta que no Ceará apenas 2% dos deputados ultrapassaram sete mandatos, na Bahia foram 2,4% e no Rio Grande do Sul foram 4,8%. Em seu levantamento, Vargas acompanhou mais de duas dezenas de legislaturas (27 para ser mais exato) ao passo que para Santa Catarina, este trabalho acompanhou apenas as oito primeiras. Em Santa Catarina, 7,22% dos deputados alcançaram seis mandatos e 3,61 chegaram a sete mandatos no curto intervalo de tempo entre 1835 e 1851. Esses dados novamente reforçam que as elites do Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia davam possibilidades menores para os novatos se manterem na assembleia e a sua elite da elite tinha um tamanho mais encolhido, com caciques consolidados e hegemônicos. Já em

<sup>136</sup> Até o presente momento não foi possível localizar fontes e dados primários que permitam analisar o funcionamento eleitoral de Santa Catarina. Trata-se de uma curiosidade intelectual a ser enfrentada em trabalhos futuros.

Santa Catarina, o grupo de indivíduos que mais vezes ocuparam assentos era mais ampliado.

Em contrapartida, o número de indivíduos que chegavam uma única vez na assembleia de Santa Catarina era menor, demonstrando circulação intraelite menos variada, sem grandes novidades. Os espaços institucionais tinham “donos” mais reconhecidos. Por um lado, a menor incidência de novatos pode denotar dinâmicas eleitorais muito próprias. Parte da historiografia que se dedica a estudar as eleições no século XIX vem sugerindo que muitas vezes os pleitos ocorriam entre grupos com assimetria de forças, fato que desarmava palcos conflituosos pelo recuo tático do grupo que já se reconhecia como derrotado<sup>137</sup>; por outro lado, um topo de pirâmide de líderes mais alargado pode representar acomodação de conflitos nos espaços institucionais entre os grupos políticos denotando maior maturação das instituições estatais. Erik Hörner argumenta que o desfecho das revoltas liberais de São Paulo e Minas Gerais em 1844 foi peça fundamental para a pacificação dos conflitos políticos, colocando freios nos embates nas praças públicas e transferindo a conflitividade para o interior das instituições políticas.<sup>138</sup>

Esse topo alargado em Santa Catarina pode ser uma consequência da antiguidade da região, com tentáculos estatais mais consolidados, e da pouca influência política exercida por políticos oligarcas oriundos de áreas de fronteira agrícola. Ressalta-se que o peso de uma deputação lageana era, de fato, bastante reduzido, conforme se verá na tabela a seguir. Ao longo da série de deputados analisados neste trabalho das oito primeiras legislaturas, apenas dois dos 83 tiveram algum trajeto social mais conectado com a vila de Lages.

---

<sup>137</sup> Limongi sugere que em ambientes de forte desnível de força entre os grupos, era possível verificar a desistência e recolhimentos dos mais fracos, em um reconhecimento tácito e antecipado da derrota que viria. Esse expediente reduzia em partes os tensionamentos que poderiam induzir a contextos de violência. Ver: LIMONGI, Fernando. *Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência*. Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014.

<sup>138</sup> HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. 376 p. Tese: USP, São Paulo, 2010. p. 15.

**Tabela 14: Cidade de origem (nascimento) dos deputados de Santa Catarina**

| <i>Cidade/vila</i>                       | <i>Quant. de deputados/percentual</i> |       |
|------------------------------------------|---------------------------------------|-------|
| <b><i>Desterro</i></b>                   | 38                                    | 45,8% |
| <b><i>São José</i></b>                   | 2                                     | 2,4%  |
| <b><i>São Miguel</i></b>                 | 2                                     | 2,4%  |
| <b><i>Laguna</i></b>                     | 2                                     | 2,4%  |
| <b><i>São Francisco do Sul</i></b>       | 3                                     | 3,6%  |
| <b><i>Lages</i></b>                      | 2                                     | 2,4%  |
| <b><i>Outras (fora da província)</i></b> | 36                                    | 41%   |

Fonte: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Nota-se em Santa Catarina um predomínio da cidade de Desterro como *locus* de formação do grosso da elite regional. Tal processo se deve ao desenvolvimento mercantil e centralidade administrativa estabelecida já a longa data.

Laguna e São Francisco, áreas de ocupação igualmente antigas no litoral e mais vinculadas à vida agrária, poucos deputados mandavam. Os que eram eleitos, como os membros da família Coelho de Laguna e Francisco de Oliveira Camacho<sup>139</sup> em São Francisco se destacavam por terem ampla circulação pelo espaço provincial. Lages era área de ocupação recente. Conforme já informado, teve-se dois deputados oriundos do planalto, mas ambos eram nascidos em outras regiões, como Antônio Saturnino originário de Niterói, e se estabeleceram na região para desenvolver seus negócios conectados ao gado e tropeirismo.

A província de Santa Catarina também abria muitas possibilidades a sujeitos de outras regiões do Brasil e da Europa (com uma quantidade razoável de portugueses). Muitos desses portugueses são de idade mais avançada e viviam em Santa Catarina desde o fim do século XVIII e início do XIX. Eram, geralmente, militares que se dirigiam para a região para prestar serviços e

<sup>139</sup> A circulação provincial de Francisco de Oliveira Camacho já foi discutida em trabalho anterior. Trata-se de um caso excepcional que estabeleceu relações marcadas pelo tensionamento com o grupo de mercadores de São Francisco do Sul e acabou ampliando suas conexões com outras áreas litorâneas, sobretudo Desterro. Ver: LIMA, Carlos Alberto Medeiros & CUNHA, Rogério Pereira da. *Trajetórias sociais de proprietários em áreas sulistas de abastecimento na primeira metade do século XIX*. VIII Congresso Brasileiro de História Econômica. Campinas, 2009.

acabaram por lá se estabelecendo. Além disso, como vimos, alguns dos deputados, como o padre Paiva e os Melo Alvin, eram brasileiros de primeira geração, filhos de portugueses. Os não catarinenses eram geralmente sujeitos vinculados as atividades militares ou profissionais com qualificação como bacharéis e médicos. Outros tantos se destacavam no serviço público em agências fiscalizadoras de tributos.

Jonas Vargas traz, a partir do trabalho da Katia Mattoso, que, pensando nos deputados provinciais da Bahia no intervalo de 1835 a 1889, 70% deles eram oriundos de Salvador e 15% do Recôncavo, havendo, portanto, grande concentração da capital como *lôcus* da elite regional. Já no Ceará, a origem provincial dos deputados era bastante diluída, não tendo uma área que se destacasse em relação às demais. O município de Aracati foi o mais relevante chegando tão somente a 14% dos deputados cearenses. Fortaleza era responsável por 8%. No Rio Grande do Sul, por seu turno, 34% eram naturais de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, não apresentando grande concentração regional. Realidade mais similar, portanto, à cearense e bastante distante da baiana.<sup>140</sup>

Foram também localizados dados para a Paraíba referentes ao grupo de deputados que compôs a primeira legislatura. Dos 28 deputados, foi possível averiguar a origem de 15 deles. Esses indivíduos são oriundos das mais diferentes regiões da província, vindo de oito diferentes localidades. Dos identificados, um terço era proveniente da capital, outras três regiões foi cada uma responsável por 13,3% e as demais quatro regiões enviaram cada cerca de 6,6% dos deputados.<sup>141</sup> Apesar de o peso da capital ter sido mais elevado na Paraíba do que no Ceará e Rio Grande do Sul, a diversidade regional se tornou marca em comum entre as três províncias.

Ressalta-se que as três províncias (Paraíba, Ceará e Rio Grande do Sul) eram classificadas pelo governo imperial como de médio porte. Não se trata de uma coincidência, mas de uma correlação. A classificação estatal para definir o

---

<sup>140</sup> VARGAS, Jonas. *Um império de cruzes, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, Ceará e da Bahia no período monárquico*. IN: HEINZ, Flávio (org). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação histórica**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 125.

<sup>141</sup> MARIZ, Celso. *Memória da Assembleia Legislativa*. Edição comemorativa do sesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. João Pessoa: [s.n.], 1987.

porte de uma província se amparava em peso demográfico e atividade econômica. Ao ser analisada em seu conjunto, era mais comum uma província adquirir o status de médio porte ou grande porte na medida em que se pulverizava em seu território vários focos (vilas e/ou cidades) que fossem adquirindo relevo na demografia e economia regional, e, conseqüentemente, peso político regional. O caso baiano tem suas especificidades dada a sua grande centralidade no cenário colonial.

Em relação a indivíduos de fora da Província, no Ceará eles compunham tão somente 10% e no Rio Grande do Sul chegaram a 19% na segunda metade do século XIX.<sup>142</sup> Santa Catarina apresenta índices bem superiores (43,4%), demonstrando ser espaço mais aberto a indivíduos que construam parte de seu trajeto político em outras regiões. Esse é um ponto que merece uma análise mais detida.

No século XVIII existiram movimentos migratórios em Santa Catarina voltados a um projeto de expansão agrária e estratégia militar, sendo o caso mais conhecido e estudado o dos açorianos. Trata-se de um momento muito específico, marcado por rivalidades com a América espanhola, tratados de divisão do território e a conseqüente necessidade de ocupação. Não se pode desprezar a construção na região de um espaço marcado pela operacionalidade militar e área produtora de farinha para o abastecimento do mercado interno. Essa suposta missão dentro do tabuleiro estratégico dos interesses lusos no Sul foi um indutor de jovens (alguns nem tão jovens assim) militares remetidos para a região. É interessante notar que o seu litoral não é uma área de fronteira direta com a América hispânica, mas possui uma posição estratégica para assegurar a logística para manter qualquer tipo de confronto que ocorresse no Prata.

Essa pode ser uma chave interpretativa para o entendimento do peso que as conexões com o mundo militar produziram na formação dessa elite regional. Sugere-se que houve a formação de uma cultura política bastante habituada a chegada de lideranças externas à comunidade e ungidas pelo poder estatal.

---

<sup>142</sup> VARGAS, Jonas. *Um império de cruzes, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, Ceará e da Bahia no período monárquico*. IN: HEINZ, Flávio (org). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação histórica**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 126.

Esse tipo de movimento pode ter inserido uma lógica de valorização do elemento externo e militar.

Ainda tratando dessa questão da abertura dos espaços institucionais para indivíduos oriundos de outras regiões, é bastante oportuno recuperarmos os dados apresentados no Quadro 4 que trouxe uma lista nominativa dos 13 deputados que mais vezes tomaram assento na assembleia. São quatro deputados que alcançaram cinco legislaturas; seis deputados com seis legislaturas; e três deputados com sete legislaturas. Desses 13 indivíduos, dez são naturais de Santa Catarina e apenas três deles oriundos de outras províncias brasileiras (dois do Rio de Janeiro e um baiano). Há um ponto em comum entre esses três indivíduos que figuraram nesse seleto grupo: todos são bacharéis em Direito. Muito oportuno notar que apesar da abertura aos forasteiros, a elite da elite seguia sendo ocupada com certa exclusividade por catarinenses de famílias tradicionais.

Há na província uma carência de jovens com formação superior, pois eram poucos os catarinenses que estudavam direito em São Paulo ou Olinda ou mesmo faziam academia militar no Rio de Janeiro. As razões para isso precisam ser melhor investigadas. Pode-se, nesse sentido, caminhar apenas no campo das hipóteses: carência de recursos para esse tipo de investimento (vale lembrar que os estudos do padre Paiva foram custeados pelo erário público); não clareza sobre os potenciais ganhos que poderia trazer ao clã familiar ter um dos seus jovens bacharel; vocação regional para tarefas mais vinculadas aos meios militares por ser região próxima à fronteira; interpretação de que atividades agrárias ou mercantis eram mais aderentes às necessidades do clã; segurança na recepção desse tipo de profissional oriundo de outras regiões e na sua captura pelos oligarcas para serem comissários dos seus interesses; compreensão de que as oportunidades geradas na burocracia de Estado eram insuficientes para atender às expectativas.

Em momento anterior, foi demonstrado que as médias de idade dos deputados catarinenses eram relativamente elevadas quando comparadas a dos Deputados da Câmara, por exemplo. Além disso, mostrou-se que um iniciante na assembleia provincial tinha mais chances de prosseguir nela do que seus pares em outras províncias. Somado a isso, o número de deputados com vários mandatos é superior. Todos esses dados podem corroborar uma percepção de

maior consolidação e formação de grupos hegemônicos. Também podem ir na direção de relativa carência de quadros no interior dessa elite.

Em relação aos índices de suplência, - deputados que não foram eleitos em primeira chamada, mas acabam sendo convocados em virtude de escusas dos eleitos -, foi possível levantar os dados referentes à província do Ceará em comparação com Santa Catarina:

**Tabela 15: Índice de suplência por legislatura nas províncias do Ceará e Santa Catarina**

|                | (%) CEARÁ | (%) SANTA CATARINA |
|----------------|-----------|--------------------|
| 1 <sup>a</sup> | 25%       | 80%                |
| 2 <sup>a</sup> | 14,2%     | 35%                |
| 3 <sup>a</sup> | 3,6%      | 45%                |
| 4 <sup>a</sup> | 0%        | 45%                |
| 5 <sup>a</sup> | 3,6%      | 20%                |
| 6 <sup>a</sup> | 3,6%      | 20%                |
| 7 <sup>a</sup> | 10,7%     | 15%                |
| 8 <sup>a</sup> | 32,1%     | 10%                |

Fonte: PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 116 (tabela XI). E: Memória Política de Santa Catarina ([alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br))

Por suplência está se atribuindo os casos em que deputados originalmente eleitos para compor o número regimental de deputados não tomavam posse ou abandonavam seus mandatos durante a legislatura e os subsequentes da fila são chamados. Esses subsequentes eram os suplentes. A exceção da oitava legislatura, em todas as demais o Ceará sempre teve índices de suplência menores que os de Santa Catarina. Havia, portanto, menor disposição na província nordestina de não assumir o mandato. Em Santa Catarina foi mais intensa a necessidade de chamar suplentes devido às escusas por parte de alguns deputados.

Se, por um lado Santa Catarina apresentava número mais reduzido de deputados com um único mandato e um número mais alargado de deputados

com vários mandatos, por outro tinha uma necessidade mais amplificada em convocar suplentes. Em alguma medida, tem-se indicações de que estar na assembleia era muito mais almejado e disputado entre os membros da elite cearense do que pelos catarinenses.

Existem duas perspectivas possíveis para os catarinenses: visão de que a assembleia provincial pouco recurso mobilizava e sua capacidade de atender aos interesses oligárquicos tinham limites intensos (contudo sem perder de vista que a queda gradual da taxa de suplência demonstra que tal visão era aos poucos relativizada); e consolidação mais nítida de um núcleo oligárquico somado a baixos índices de maturação de uma esfera pública, ciosa de representação e participação, e bastante acomodação regional com lógicas mais tangentes as práticas de Antigo Regime. É também possível aventar que o mundo político e o mundo econômico fossem vistos como instâncias desassociadas e o compromisso com os negócios do clã fosse mais mobilizador de interesses e energia.

Foi possível também comparar as duas províncias e trazer os dados referentes a Paraíba em relação as taxas de renovação de novos deputados:

**Tabela 16: Taxas de renovação por legislatura em cada província**

|                | Ceará | Santa Catarina | Paraíba* |
|----------------|-------|----------------|----------|
| 2 <sup>a</sup> | 59,4% | 11,11%         | 53,57%   |
| 3 <sup>a</sup> | 37,9% | 24,14%         | 53,57%   |
| 4 <sup>a</sup> | 64,3% | 20,68%         | 46,42%   |
| 5 <sup>a</sup> | 51,7% | 20,83%         | 21,42%   |
| 6 <sup>a</sup> | 51,7% | 16,66%         | 75%      |
| 7 <sup>a</sup> | 51,6% | 43,47%         | 39,28%   |
| 8 <sup>a</sup> | 64,9% | 45,45%         | 67,85%   |

\* Na Paraíba não foi possível obter o levantamento dos suplentes sendo as informações restritas aos 28 deputados originalmente eleitos.

Fonte: PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 116 (tabela XI). MARIZ, Celso. *Memória da Assembléia Legislativa*. Edição comemorativa do sesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. João Pessoa: [s.n.], 1987. E: *Memória Política de Santa Catarina* (alesc.sc.gov.br)

O Ceará e a Paraíba apresentam taxas de renovação mais robustas do que Santa Catarina, demonstrando maior circulação de indivíduos na elite provincial. Havia uma concorrência maior no Ceará por espaços na assembleia provincial do que em Santa Catarina. Além disso, em Santa Catarina era menor a rotatividade, demonstrando uma elite provincial mais consolidada. Por outro lado, os índices mais amplos de forasteiros demonstra que construir trajeto político em Santa Catarina poderia ser mais simples do que no Ceará.

Torna-se relevante neste momento trazer dados similares para a Assembleia Geral com a finalidade de comparar os dados provinciais com a política na corte.

**Tabela 17: Taxas de renovação na Câmara dos Deputados nas primeiras 10 legislaturas (1826-1860)**

| <b>Legislatura</b>    | <b>Percentual de renovação</b> |
|-----------------------|--------------------------------|
| <b>2<sup>a</sup></b>  | 65%                            |
| <b>3<sup>a</sup></b>  | 62%                            |
| <b>4<sup>a</sup></b>  | 65,35%                         |
| <b>5<sup>a</sup></b>  | 75,25%                         |
| <b>6<sup>a</sup></b>  | 79,61%                         |
| <b>7<sup>a</sup></b>  | 56,6%                          |
| <b>8<sup>a</sup></b>  | 82,88%                         |
| <b>9<sup>a</sup></b>  | 50,44%                         |
| <b>10<sup>a</sup></b> | 81,7%                          |

Fonte: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 1, 2013, p. 11.

As taxas de renovação na corte se aproximam mais das realidades observadas no Ceará e Paraíba. Observando as medianas, a Câmara na corte teve uma taxa de 65,35% ao passo que Ceará e Paraíba tinham, respectivamente, 51,7% e 53,57%. Já Santa Catarina apresenta a mediana de 20,83% de taxa de renovação. Se olharmos para uma média com base nos dados percentuais, o cenário se replicará tendo a Assembleia Geral a média de renovação 68,75%, Ceará e Paraíba respectivamente 54,5% e 51%. Já Santa

Catarina se consolida com a menor taxa média de renovação, em 26%, bem abaixo de suas congêneres e da corte.

Ainda pensando em compreender as especificidades catarinenses dentro de um quadro comparativo, faz sentido trazer os levantamentos de Wanderley Guilherme dos Santos. Diz ele que:

Foram eleitos, ao longo de todo o período [1826 e 1889], 1129 deputados [para a Câmara]. Destes, 819, ou 73% do total, só cumpriram um mandato, e 238, equivalentes a mais 21%, participaram apenas de duas legislaturas. Somados, 94% de todos os deputados imperiais serviram, no máximo, por seis anos, 10 deputados permaneceram 12 anos e somente 1 esteve na Câmara, tudo somado, por 18 anos, em 63 anos de atividade parlamentar ininterrupta.<sup>143</sup>

Santos complementa as informações pontuando que 59 deputados ocuparam o cargo por três mandatos e dois parlamentares conseguiram ser deputados por cinco mandatos.<sup>144</sup>

Chama a atenção que Santa Catarina elegeu entre 1826 e 1889 um total de 13 deputados para a Câmara. O quadro a seguir apresenta essas informações:

**Quadro 10: Deputados eleitos por Santa Catarina para a Câmara (1826-1889)**

| Deputado                           | Ocupação           | Mandatos                  | Total    |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------|----------|
| <b>Jerônimo Fr. Coelho</b>         | Militar            | <b>4º, 5º, 6º, 10º</b>    | <b>4</b> |
| <b>Jesuíno Lamego Costa</b>        | Militar            | <b>10º, 11º, 14º, 15º</b> | <b>4</b> |
| <b>Diogo Duarte Silva</b>          | Tesoureiro         | <b>1º, 2º, 3º</b>         | <b>3</b> |
| <b>Joaquim Aug.<br/>Livramento</b> | Bacharel           | <b>7º, 8º, 9º</b>         | <b>3</b> |
| <b>Francisco Carlos da<br/>Luz</b> | Militar/professor  | <b>11º, 15º, 16º</b>      | <b>3</b> |
| <b>João Silveira de Souza</b>      | Bacharel/professor | <b>12º, 13º, 17º</b>      | <b>3</b> |
| <b>João Souza Mello Alvin</b>      | Militar            | <b>12º, 13º, 17º</b>      | <b>3</b> |

<sup>143</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 1, 2013, p. 11.

<sup>144</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 1, 2013, p. 12. Ver tabela 2.

|                                 |          |                 |          |
|---------------------------------|----------|-----------------|----------|
| <b>Alfredo E. Taunay</b>        | Militar  | <b>18º, 20º</b> | <b>2</b> |
| <b>Manoel da Silva Mafra</b>    | Bacharel | <b>18º, 19º</b> | <b>2</b> |
| <b>Manoel N. F. Galvão</b>      | Bacharel | <b>14º</b>      | <b>1</b> |
| <b>Thomaz Pedro Bitencourt</b>  | Militar  | <b>16º</b>      | <b>1</b> |
| <b>Duarte Paranhos Schutel</b>  | Médico   | <b>19º</b>      | <b>1</b> |
| <b>Francisco Xavier P. Lima</b> | Bacharel | <b>20º</b>      | <b>1</b> |

Fonte: JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. pp. 279-399. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em: 20 ago. 2024.

As informações apresentadas corroboram a percepção de que a província de Santa Catarina tinha muitas particularidades e se apresentava em algumas ocasiões como um ponto fora da curva. A julgar pelos dados consolidados anunciados por Wanderley Guilherme dos Santos, Santa Catarina teve 53,85% dos seus deputados que serviram na Câmara entre os 6% que tiveram mais de dois mandatos. Surpreendente também notar que dos dez casos encontrados por Santos de deputados que desfrutaram de quatro mandatos, dois são catarinenses (correspondendo a 20% do total). Santa Catarina, com seus 13 deputados, representou tão somente 1,15% dos parlamentares que serviram a Câmara durante o período imperial.

Outro ponto relevante consiste em notar que quanto mais no início da série histórica, maior a tendência de encontrarmos deputados catarinenses que concentravam mandatos. Somente em fins da década de 1860 em diante teremos deputados com passagem única pela câmara em concomitância com deputados que conseguiam repetir o feito com duas passagens, como Alfredo Taunay e Manoel da Silva Mafra - este último inclusive com trajeto nacional como presidente da província do Espírito Santo, Ministro da Justiça em 1882, filho de deputado provincial Marcos Antônio da Silva Mafra (com cinco mandatos entre 1834 e 1847) e sobrinho do também deputado e senador José da Silva Mafra.

Ressalta-se que até a nona legislatura, entre 1853 e 1856, Santa Catarina enviava um único deputado para a Câmara. Somente a partir da décima legislatura, no triênio de 1857 e 1860 é que a província passou a contar com dois

deputados representantes. Esses números se referem ao piso da representação provincial na Câmara e somente quatro províncias tiveram esse status entre 1826 e 1889: além de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso também contavam com a representação mínima prevista com um deputado até meados da década de 1850 e depois passando para dois representantes. O Amazonas e o Paraná também contavam com representação mínima, contudo, são províncias criadas posteriormente.

É válido também propor uma comparação entre a estrutura ocupacional dos deputados catarinenses que serviram na assembleia provincial com aqueles que ocuparam cargos na Câmara dos Deputados com a finalidade de se verificar se existem semelhanças e afastamentos.

**Tabela 18: Perfil ocupacional comparativo dos deputados catarinenses do legislativo estadual e da Assembleia Geral**

| <b>Ocupação</b>     | <b>Geral</b> | <b>Estadual</b> | <b>Ocupação</b>        | <b>Geral</b> | <b>Estadual</b> |
|---------------------|--------------|-----------------|------------------------|--------------|-----------------|
| <b>Proprietário</b> | 0%           | 6,2%            | <b>Serviço Público</b> | 7,7%         | 12,3%           |
| <b>Militar</b>      | 46,1%        | 35,8%           | <b>Religioso</b>       | 0%           | 3,7%            |
| <b>Comerciante</b>  | 0%           | 18,5%           | <b>Professores</b>     | 0%*          | 2,5%            |
| <b>Bacharel</b>     | 38,5%        | 11,1%           | <b>Jornalista</b>      | 0%           | 1,25%           |
| <b>Médico</b>       | 7,7%         | 7,4%            | <b>Adv. prov.</b>      | 0%           | 1,25%           |

\* Apesar de dois deputados aparecerem como professores, levou-se em conta suas formações profissionais que os permitiram lecionar sobre suas áreas. Um era professor de matemática após sua formação em engenharia militar e o outro professor de direito.

Fonte: JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. pp. 279-399. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em: 20 ago. 2024. E: Memória Política de Santa Catarina ([alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br))

Um dos dados que pode ser percebido é que os negociantes, relativamente presentes na assembleia provincial, não aparecem na Câmara dos Deputados. Seria essa uma percepção de que os assuntos relacionados aos seus negócios eram mais bem dirigidos a partir de um controle e presença no legislativo provincial? É possível que sim, haja vista as prerrogativas que a assembleia provincial tinha em relação as rendas públicas e tributos.

Outro ponto a se destacar é o quanto os bacharéis ganham campo. Tudo começa com Joaquim Augusto do Livramento na sétima legislatura. Trata-se de um deputado já discutido neste capítulo dado ter sido um dos mais jovens a assumir o posto de deputado provincial e provavelmente um dos primeiros catarinenses e obter o título de bacharel nas faculdades de direito brasileiras. Além disso, foi uma relevante liderança do Partido Conservador em Santa Catarina. Todavia, ressalta-se que a presença de bacharéis na representação dos catarinenses no Rio de Janeiro foi mais intensa a partir da década de 1860. Há um predomínio de militares nas primeiras legislaturas. E, de maneira inversamente proporcional, a presença de militares se torna menor ao final da série.

Esses dados vão de encontro a interpretação de Christian Lynch que sugere o cooptação feita pelas oligarquias regionais do bacharelismo, alçando esses últimos como comissários dos interesses regionais na Câmara dos Deputados.<sup>145</sup>

Em números absolutos, trazidos por Santos, tem-se que no total 72 deputados ocuparam três ou mais mandatos ao longo do intervalo entre 1826 e 1889. Somente a província de Santa Catarina teve sete deputados nessa condição, perfazendo 9,72%, ante sua baixa representatividade no total de deputados provinciais que serviram a Câmara (1,15%). Aqui fica uma curiosidade que pode e deve ser respondida: teriam tido Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso padrão semelhante? Trata-se de províncias que, como Santa Catarina, tinham um único deputado como representante até a década de 1850 e finalizaram o período monárquico com dois deputados. Antes de avançar nessa questão, vale a pena trazer uma interpretação de Christian Lynch que sugere que o sistema eleitoral era facilmente manipulado durante boa parte do segundo reinado pela organização das províncias em distritos únicos, sendo o capital o ponto de apuração, com forte ingerência dos presidentes de província.<sup>146</sup> As quatro províncias citadas foram organizadas dessa forma

---

<sup>145</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano*. O Poder Moderador e o pensamento político imperial. 421 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007

<sup>146</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 61.

durante todo o recorte imperial, ao contrário das províncias maiores que vivenciaram períodos de divisão por distritos eleitorais.

Nos quadros a seguir serão apresentados dados sobre Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso que podem indicar respostas para a questão anterior:

**Quadro 11: Deputados eleitos pelo Rio Grande do Norte para a Câmara (1826-1889)**

| <b>Deputado</b>                | <b>Ocupação</b>    | <b>Legislaturas</b>                                                                                                            | <b>Total</b> |
|--------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Amaro C. Bezerra Cavalcanti    | Bacharel           | 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup> ,<br>13 <sup>a</sup> , 17 <sup>a</sup> , 18 <sup>a</sup> , 19 <sup>a</sup> | <b>7*</b>    |
| Tarquinio B. Sousa<br>Amaranto | Bacharel/professor | 15 <sup>a</sup> , 16 <sup>a</sup> , 18 <sup>a</sup> , 20 <sup>a</sup>                                                          | <b>4</b>     |
| José M. B. Castelo Branco      | Bacharel           | 12 <sup>a</sup> , 17 <sup>a</sup> , 19 <sup>a</sup>                                                                            | <b>3</b>     |
| Casimiro José M. Sarmento      | Bacharel           | 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup>                                                                                                | <b>2</b>     |
| Otaviano C. R. da Câmara       | -----              | 9 <sup>a</sup> , 14 <sup>a</sup>                                                                                               | <b>2</b>     |
| Francisco G. da Silva Junior   | Bacharel           | 14 <sup>a</sup> , 16 <sup>a</sup>                                                                                              | <b>2</b>     |
| João Manoel de Carvalho        | Padre              | 15 <sup>a</sup> , 20 <sup>a</sup>                                                                                              | <b>2</b>     |
| Agostinho Leitão de Almeida    | -----              | 1 <sup>a</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| José P. A. e Albuquerque       | -----              | 2 <sup>a</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| Francisco de Brito Guerra      | Padre              | 3 <sup>a</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| Basilio Quaresma Torreão       | -----              | 4 <sup>o</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| Manoel Assis Mascarenhas       | Bacharel           | 5 <sup>a</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| André de A. Maranhão Junior    | -----              | 6 <sup>a</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| João Carlos Wanderley          | -----              | 8 <sup>a</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| José Joaquim da Cunha          | Prof. Matemática   | 9 <sup>a</sup>                                                                                                                 | <b>1</b>     |
| José Xavier Garcia Almeida     | Coronel            | 10 <sup>a</sup>                                                                                                                | <b>1</b>     |
| Gabriel Soares R. da<br>Câmara | Bacharel           | 11 <sup>a</sup>                                                                                                                | <b>1</b>     |
| José Maria Albuquerque<br>Melo | Bacharel           | 13 <sup>a</sup>                                                                                                                | <b>1</b>     |

\* Os dados levantados sobre Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti contradizem os levantamentos anunciados por Wanderley Guilherme do Santos em que o referido autor afirma ter encontrado

um único deputado com seis mandatos, sem citar quem era, e este teria sido o recorde. Amaro esteve presente em sete legislaturas. Além disso, Santos afirma ter extraído seus dados da obra de Barão de Japeri, mas deve querer se referir ao Barão de Javari.

\*\* Provavelmente vinculado a guarda nacional e não a formação militar.

Fonte: JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. pp. 279-399. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em: 20 ago. 2024.

## Quadro 12: Deputados eleitos pelo Espírito Santo para a Câmara (1826-1889)

| Deputado                     | Ocupação   | Legislaturas                                            | Total |
|------------------------------|------------|---------------------------------------------------------|-------|
| José F. da Costa Pereira Jr. | Bacharel   | 15, 16 <sup>a</sup> , 19 <sup>a</sup> , 20 <sup>a</sup> | 4     |
| José Feliciano H. de Araujo  | Bacharel   | 12 <sup>a</sup> , 13 <sup>a</sup> , 17 <sup>a</sup>     | 3     |
| José B. Baptista Pereira     | Bacharel   | 1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup>                         | 2     |
| Luiz P. de Couto Ferraz *    | -----      | 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup>                         | 2     |
| Antônio Pereira Pinto        | Bacharel   | 10 <sup>a</sup> , 11 <sup>a</sup>                       | 2     |
| Luiz Antônio da Silva Nunes  | Bacharel   | 11 <sup>a</sup> , 14 <sup>a</sup>                       | 2     |
| Custódio Cardoso Fontes      | Bacharel   | 13 <sup>a</sup> , 14 <sup>a</sup>                       | 2     |
| Heleodoro José da Silva      | Médico     | 15 <sup>a</sup> , 16 <sup>a</sup>                       | 2     |
| Leopoldo A. D.Melo e Cunha   | Matemático | 18 <sup>a</sup> , 19 <sup>a</sup>                       | 2     |
| João Clímaco de A. Rangel    | Padre      | 3 <sup>a</sup>                                          | 1     |
| Marcelino P. Ribeiro Duarte  | Padre      | 4 <sup>a</sup>                                          | 1     |
| Manoel Freitas Magalhães     | Padre      | 5 <sup>a</sup>                                          | 1     |
| José F. A. A. Monjardim      | Coronel**  | 6 <sup>a</sup>                                          | 1     |
| Luiz José Ferreira de Araujo | Bacharel   | 9 <sup>a</sup>                                          | 1     |
| José Ferreira Souto          | Bacharel   | 12 <sup>a</sup>                                         | 1     |
| Francisco G. A. Meireles     | Médico     | 17 <sup>a</sup>                                         | 1     |
| Daniel Acioli de Azevedo     | Bacharel   | 18 <sup>a</sup>                                         | 1     |
| Joaquim M. D. E. Câmara      | Bacharel   | 20 <sup>a</sup>                                         | 1     |

\* Visconde de Bom Retiro.

\*\* Provavelmente vinculado a guarda nacional e não a formação militar.

Fonte: JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. pp. 279-399. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em: 20 ago. 2024.

**Quadro 13: Deputados eleitos pelo Mato Grosso para a Câmara (1826-1889)**

| <b>Deputado</b>              | <b>Ocupação</b> | <b>Legislaturas</b>                              | <b>Total</b> |
|------------------------------|-----------------|--------------------------------------------------|--------------|
| José Joaquim de Carvalho     | Militar         | 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> | <b>3</b>     |
| Joaquim R. de Lamare         | Militar         | 11 <sup>a</sup> , 12 <sup>a</sup>                | <b>2</b>     |
| Caetano Xavier Silva Pereira | Bacharel        | 12 <sup>a</sup> , 13 <sup>a</sup>                | <b>2</b>     |
| Ernesto Camilo Barreto       | Padre           | 14 <sup>a</sup> , 15 <sup>a</sup>                | <b>2</b>     |
| José M. Silva Paranhos Jr.   | Bacharel        | 14 <sup>a</sup> , 15 <sup>a</sup>                | <b>2</b>     |
| Eusebio José Antunes         | Negociante      | 16 <sup>a</sup> , 20 <sup>a</sup>                | <b>2</b>     |
| Augusto C. de Pádua Fleury   | Bacharel        | 18 <sup>a</sup> , 19 <sup>a</sup>                | <b>2</b>     |
| Gabriel G. M. de Mendonça    | -----           | 1 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| Antônio José da Veiga        | Bacharel        | 2 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| Antônio Luiz P. Silva Manso  | -----           | 3 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| Antônio Navarro de Abreu     | -----           | 4 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| João Crispiniano Soares      | Bacharel        | 7 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| Manoel Alves Ribeiro         | -----           | 8 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| Viriato Bandeira Duarte      | Bacharel        | 9 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| Silvério F. de Araujo Jorge  | Bacharel        | 9 <sup>a</sup>                                   | <b>1</b>     |
| Antônio Peixoto de Azevedo   | Militar         | 10 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| José Delfino de Almeida      | Negociante      | 10 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| Antônio Correa do Couto      | Bacharel        | 11 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| Joaquim José de Assis        | Bacharel        | 13 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| Carlos José de Sousa Nobre   | Médico          | 16 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| Joaquim Mendes Malheiro      | Bacharel        | 17 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| José V. Couto de Magalhães   | Bacharel        | 17 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| Antônio Gonçalves Carvalho   | Bacharel        | 18 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| José Maria Metello           | Bacharel        | 19 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |
| Barão do Diamantino*         | Proprietário    | 20 <sup>a</sup>                                  | <b>1</b>     |

\* É provável que seja Antônio de Cerqueira Caldas.

Fonte: JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. pp. 279-399. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220525> Acesso em: 20 ago. 2024.

O primeiro ponto a se destacar consiste no número de deputados que cada província apresentou no recorte entre 1826 e 1889. Claro que, quanto menor for o número de deputados, maior é a tendência de concentração de mandatos em poucas mãos. Santa Catarina novamente demonstra suas particularidades. Foram 13 deputados (em um total de 31 mandatos contabilizados). Já Rio Grande do Norte e Espírito Santo, contaram cada um com 18 deputados (tendo a primeira província 33 mandatos contabilizados e a segunda 30). Já o Mato Grosso apresentou o padrão mais pulverizado com 25 deputados em seus 33 mandatos.

Outro ponto a se reafirmar consiste na ausência de militares entre os deputados que representaram Rio Grande do Norte e Espírito Santo e o número bem abaixo de Mato Grosso (com 14,3% se excluirmos os deputados sem indicação de ocupação) em relação a Santa Catarina. O Mato Grosso apresenta maior heterogeneidade ocupacional tendo no rol de deputados também proprietários e negociantes, que não aparecem nas outras províncias. O histórico catarinense do período colonial, quando espaço territorial tratado como militarmente estratégico, envolvendo destacamentos de militares portugueses, assim como as guerras no Sul entre 1811 e 1813 são pontos relevantes para se pensar esse predomínio de militares na composição da oligarquia regional local. Já em relação ao Mato Grosso, o fato de se tratar de uma província bastante longínqua do litoral em relação as outras três pode ter impactado em suas dinâmicas próprias de formação e consolidação da sua elite. Santos sugere que:

[...] o rodízio dos representantes oligárquicos facilitava a governabilidade, sem desgastantes e prolongados conflitos entre o Executivo e o Legislativo, ao mesmo tempo em que dava oportunidade de participação na vida pública aos membros das reduzidas elites locais do século XIX. [...] A monarquia absolutista brasileira, com o concurso dos poderes escravistas locais, evitou que se formasse uma oposição parlamentar experimentada e duradoura, capaz de criar mecanismos de resistência ao Poder Moderador.<sup>147</sup>

Santos certamente está a sugerir que a capacidade de intervenção da monarquia nos pleitos eleitorais era francamente utilizada para se chegar a esse resultado. Trata-se de um *modus operandi* do poder central em manter o controle

---

<sup>147</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 1, 2013, pp. 10-12.

por meio da duração precoce de mandatos, gabinetes e presidentes de província, assim como assegurar certa rotação de gabinetes entre Liberais e Conservadores para assegurar que o modelo não seria alvo de desejos de ruptura. A expectativa de retorno do grupo recém retirado do poder ao próximo gabinete garantia o apaziguamento dos ânimos. Seria a perpetuação de um modelo já consagrado no período colonial e bem mapeado por Stuart Schwartz quanto a burocracia colonial em que a rotatividade dos membros da burocracia pode ser lida como estratégia de dificultar a vinculação do corpo burocrático com os interesses locais.<sup>148</sup> Há, portanto, uma sensação de representatividade sem dar peso aos representantes. Essa leitura está em consonância com as sugestões interpretativas de Lynch problematizadas no capítulo anterior.

Duas conclusões são significativas para esse momento da reflexão: a primeira delas consiste em notar a forte presença de militares na composição da elite catarinense. Lembrando que o ser militar aqui nos interessa muito mais como formação do que como forma de se ganhar vida haja vista que muitos deles também conduziam outros negócios em paralelo, mas eram socialmente reconhecidos como militares e passaram por algum nível de formação e, com alguma frequência, pertenciam a famílias tradicionalmente ligadas a caserna; a segunda é a de corroborar, via taxas de renovação baixas quando comparada aos pares, que a elite de Santa Catarina tinha um dinamismo próprio que consistia em bases mais estreitas de deputados iniciantes e cumes mais alargados aos veteranos. Os membros dessa elite tinham posições mais consolidadas, fato que criava empecilhos para a ampliação do grupo ao mesmo tempo, e em certa contradição, com a realidade de ter uma abertura relativamente alargada para indivíduos de outros locais que desejassem construir trajetórias políticas por ali, desde que portadores de formação profissional reconhecida pela comunidade política. Esse último ponto já demonstrado em tabela anterior ao pontuar que em torno de 40% dos deputados provinciais eram originários de outras províncias e percentual parecido eram oriundos da capital Desterro. Tais profissionais forasteiros só teriam chances se optassem por se fixar na capital. Mas, não custa lembrar, que o topo da elite da elite era predominantemente ocupado por catarinenses de nascimento.

---

<sup>148</sup> Cf. SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

A partir das conclusões de Santos, é possível questionar: Santa Catarina apresenta certo desvio do padrão de alta rotatividade, tanto em sua assembleia provincial como na Geral, dos membros da elite nos cargos eletivos representativos. Seria esse um sinal de maior proximidade com o Rio de Janeiro em franca reprodução de padrões coloniais, como lembrou Carvalho sobre as relações diretas entre Rio de Janeiro e Santa Catarina? Essa questão só poderia ser respondida com uma análise sobre os dados eleitorais, mas é difícil crer, dado o seu caráter oligárquico, que os pleitos fossem livres de tensionamentos.

Cléa Sarmiento também observou o fenômeno, visto por Santos para os deputados, da alta rotatividade. Ela enfocou nos gabinetes e seus ministros. A autora concluiu que “importava aos participantes do jogo político – um círculo muito restrito – transitar por diversas posições de poder, na Corte ou na Província, o que redundava, concretamente, numa alta taxa de circulação e mobilidade da elite imperial”.<sup>149</sup> Seu estudo consiste em investigar sobre os índices de estabilidade política verificados durante o império e suas conclusões dão notícias de que as maiores taxas de estabilidade eram obtidas logo após as dissoluções da Câmara, após momentos de crises unitárias e durante gabinetes chefiados por militares. Em suas palavras:

Isto significa que o corte abrupto do debate político que se travava no Parlamento retirava temporariamente da cena política o “poder desestabilizador” do sistema [a Câmara em seu viés representativo], passando o Estado a decidir sobre as questões cruciais apenas com base em círculo restrito, composto pelo Gabinete de Ministros, pelo Senado e pelo Conselho de Estado. [...] Um outro aspecto a ressaltar é que, nos momentos em que a unidade nacional estava em questão, o índice de estabilidade governamental mostrouse também alto. [...] nos momentos de alta estabilidade do governo há uma maior centralização do poder, como também não é coincidência o fato de que, nesses momentos mais estáveis, o poder se encontrava nas mãos dos conservadores.<sup>150</sup>

Por estabilidade, a autora entende a durabilidade dos gabinetes acrescidos de ausência ou pouca relevância de sacolejos políticos como revoltas

---

<sup>149</sup> SARMENTO, Cléa. *Estabilidade Governamental e Rotatividade de Elites Políticas no Brasil Imperial*. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, 1986, pp. 139-175.

<sup>150</sup> SARMENTO, Cléa. *Estabilidade Governamental e Rotatividade de Elites Políticas no Brasil Imperial*. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, 1986, p. 150 e 153. Em trabalho posterior, Sérgio Eduardo Ferraz se debruçou sobre a mesma problemática da estabilidade do governo e durabilidade dos gabinetes e concluiu que a instabilidade dos ministérios e constantes revezamentos entre o Partido Liberal e Conservador foram resultantes de tensionamentos entre Executivo e Legislativo, sobretudo a Câmara dos Deputados. Ver: FERRAZ, Sérgio Eduardo. *A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889)*. Revista de Sociologia Política, vol. 25, nº 62, 2017, pp. 63-91.

ou tentativas de ruptura constitucional. Em síntese, ao se pensar em representação oligárquica das províncias na corte, tanto Sarmento quanto Santos defendem que a coroa possuía eficientes mecanismos de controle dos debates e decisões. Havia um botão antipânico disponível para ser apertado, que consistia nas dissoluções, sempre que necessário. Por essa razão a defesa de ambos os autores de que o período é marcado pela presença do absolutismo viabilizado pelo Poder Moderador. Mas ao mudar o cenário observado da corte para a província, pontua-se que dissoluções de assembleias provinciais não eram realidade constante. Cabia ao presidente de província observar os passos do legislativo representativo das elites oligárquicas. Tensões ocorriam e a própria taxa elevada de circulação dos presidentes, com presenças efêmeras nas províncias, fazia parte do mecanismo político.

Após essa exposição, é necessário voltar as comparações entre a deputação de diferentes províncias. A tabela a seguir compara a média etária dos deputados cearenses e catarinenses que serviram as suas assembleias provinciais:

**Tabela 19: Média etária em cada província separada por legislatura**

|              | <b>CEARÁ</b> | <b>SANTA CATARINA</b> |
|--------------|--------------|-----------------------|
| <b>1ª</b>    | 40 anos      | 44,1 anos             |
| <b>2ª</b>    | 44,8 anos    | 43,9 anos             |
| <b>3ª</b>    | 34,9 anos    | 46,7 anos             |
| <b>4ª</b>    | 29,6 anos    | 44,3 anos             |
| <b>5ª</b>    | 36,3 anos    | 42,7 anos             |
| <b>6ª</b>    | 37,3 anos    | 44,7 anos             |
| <b>7ª</b>    | 43 anos      | 45,6 anos             |
| <b>8ª</b>    | 41,2 anos    | 46,6 anos             |
| <b>MÉDIA</b> | 38,4 anos    | 44,8 anos             |

Fonte: PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 116 (tabela XX). E: Memória Política de Santa Catarina ([alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br))

Em Santa Catarina a média de idade dos deputados é 6,4 anos superior a observada no Ceará. A assembleia cearense apresentava-se como uma possibilidade mais palpável aos jovens da sua província do que sua congênere catarinense. Trata-se de mais um dado a corroborar a conclusão do maior fechamento verificado na elite catarinense que demorava mais para produzir renovações. Esse fato pode ser indicativo de maiores cristalizações no ideário político catarinense.

A tabela a seguir revelará características ocupacionais das diferentes elites provinciais:

**Tabela 20: Perfil ocupacional dos deputados por província divididos por legislatura**

|           | Ceará          |                  |              |             | Santa Catarina |                   |              |        |
|-----------|----------------|------------------|--------------|-------------|----------------|-------------------|--------------|--------|
|           | bacha-<br>réis | enge-<br>nheiros | médi-<br>cos | pa-<br>dres | bacha-<br>réis | enge-<br>nheiros* | médi-<br>cos | Padres |
| <b>1ª</b> | 8,6%           | -                | -            | 22,8%       | 11,1%          | 2,8%              | 2,8%         | 2,8%   |
| <b>2ª</b> | 12,5%          | -                | 3,1%         | 21,9%       | 14,8%          | 3,7%              | 7,4%         | -      |
| <b>3ª</b> | 27,6%          | -                | 3,4%         | 24,1%       | 17,2%          | 3,4%              | 10,3%        | -      |
| <b>4ª</b> | 39,3%          | -                | -            | 25%         | 17,2%          | -                 | 13,8%        | -      |
| <b>5ª</b> | 31%            | -                | 3,4%         | 13,8%       | 16,8%          | 4,2%              | 8,4%         | 4,2%   |
| <b>6ª</b> | 27,6%          | -                | 6,9%         | 13,8%       | 12,5%          | 4,2%              | 12,5%        | 4,2%   |
| <b>7ª</b> | 19,3%          | -                | -            | 22,6%       | 17,4%          | -                 | 4,3%         | 4,3%   |
| <b>8ª</b> | 37,8%          | -                | -            | 18,9%       | 9,1%           | -                 | 9,1%         | 9,1%   |

\* Todos os engenheiros localizados entre os deputados de Santa Catarina são formados em instituições militares e atuavam na engenharia a partir de suas funções militares.

Fonte: PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 116 (tabela XV). E: Memória Política de Santa Catarina ([alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br))

No Ceará existe forte presença de padres da deputação ao passo que em Santa Catarina esta presença é modesta. Conforme visto no tabela 11, em Santa Catarina havia forte predomínio de militares. É possível comparar esta configuração com a capturada por Jonas Vargas para o Rio Grande do Sul em que “até a década de 1850, os membros da burocracia, como os magistrados, os padres e os militares, formariam a maioria da Assembleia provincial, oscilando

entre 35% e 41% dos deputados.”<sup>151</sup> Vargas não separa por grupo e apresenta seus dados de forma mais genérica. Pode-se levantar a questão: eram então os outros 60% aproximadamente negociantes e proprietários?

Voltando aos sacerdotes, a historiadora Françoise Jean de Oliveira Souza fez um levantamento prosopográfico acerca dos padres políticos na Câmara do Deputados e Senado. Suas conclusões dão conta de que a partir da década de 1840 ocorreu um decréscimo razoável da presença dos religiosos nessas instituições. De acordo com os seus levantamentos, na primeira legislatura (1826-1829) da Câmara, 22,5% eram clérigos; na segunda legislatura (1830-1833), 22% eram religiosos; na terceira legislatura (1834-1837), 24%; e na quarta legislatura (1838-1841), 16%. O fim das regências e início do Segundo Reinado representaram freios às figuras dos padres políticos. A autora sugere que esse fenômeno seria produto de alterações na legislação eleitoral, que reduziram o poder do clero na condução dos pleitos, ocorrendo uma alteração significativa na composição da Assembleia Geral a partir da década de 1870, que passou a contar mais com fazendeiros e bacharéis.<sup>152</sup> No último capítulo desse trabalho no qual será discutida a trajetória de um padre deputado, será demonstrado que existiam mais elementos nesta equação que levam em conta dinâmicas da própria Igreja e a ascensão do discurso ultramontano.

É possível notar que o mesmo fenômeno capturado por Souza ao tratar dos padres-políticos na Assembleia Geral também é observado na Assembleia Provincial do Ceará em que há algum nível de redução de membros do clero na deputação provincial a partir da quinta legislatura (1844-1845). Em Santa Catarina, apesar do aumento observado na última legislatura, são números muito marginais - e pequenos em termos absolutos sem margem estatística segura - que distanciavam o clero de maiores relevâncias para a política provincial. Temas relacionados aos religiosos e a política serão trabalhados com maior profundidade no último capítulo quando se discutirá a trajetória política do padre Paiva em Santa Catarina.

---

<sup>151</sup> VARGAS, Jonas. Um império de cruzes, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, Ceará e da Bahia no período monárquico. IN: HEINZ, Flávio (org). Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação histórica. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 132.

<sup>152</sup> SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial brasileiro*. Almanack Braziliense, Nº 8, 2008. pp. 127-137.

Ainda se debruçando sobre perfis ocupacionais, se levarmos em conta apenas a primeira legislatura, entre os anos de 1835 e 1837, é possível agregar também os dados referentes a Minas Gerais e Espírito Santo. Trata-se de uma comparação entre províncias com diferentes grandezas aos olhos do Estado imperial uma vez que Minas Gerais estava no primeiro grupo, com 36 cadeiras para deputados, Ceará no segundo grupo com 28 cadeiras e Santa Catarina e Espírito Santo no terceiro e último grupo com apenas 20 vagas na deputação.

**Tabela 21: Perfil ocupacional por Assembleia provincial durante a 1ª legislatura – 1835 e 1837**

|                       | <b>MG*</b> | <b>CE</b> | <b>SC</b> | <b>ES*</b> |
|-----------------------|------------|-----------|-----------|------------|
| <b>Bacharéis</b>      | 19,4%      | 8,7%      | 11,1%     | 0%         |
| <b>Proprietários</b>  | 25%        | 17,1%     | 9%        | 0%         |
| <b>Militares</b>      | 0%         | 5,7%      | 38,8%     | 35%        |
| <b>Negociantes</b>    | 16,7%      | 5,7%      | 16,6%     | 5%         |
| <b>Padres</b>         | 13,9%      | 17,1%     | 2,7%      | 25%        |
| <b>Func. Públicos</b> | 2,8%       | 17,1%     | 13,7%     | 15%        |
| <b>Professor</b>      | 8,3%       | 0%        | 2,7%      | 0%         |
| <b>Outros</b>         | 2,8% **    | 8,6% ***  | 2,7%****  | 0%         |
| <b>Não localizado</b> | 11,1%      | 20%       | 2,7%      | 20%        |

\* Tanto Minas Gerais como o Espírito Santo não trazem dados dos deputados suplentes, somente, respectivamente, os 36 e os 20 deputados eleitos em primeira chamada.

\*\* Minerador.

\*\*\* 2,9% armador e 5,7% serventuário de justiça.

\*\*\*\* Médico.

Fonte: PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. p. 116 (tabela XVII). OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *A Assembleia provincial de Minas Gerais e a formação do Estado Nacional brasileiro, 1835-1845*. Tese de doutorado: UFOP, 2018. p. 103. GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo do oitocentos*. Vitória: Edifes, 2017. p. 53. E: Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br)

Em Minas Gerais, o grupo majoritário era o dos proprietários rurais. Existe na classificação de Kelly Eleutério Machado Oliveira nomes destacados como proprietários e outros como agricultores. A autora não especifica quais seriam as distinções entre um proprietário e um agricultor. Como dificilmente um mero agricultor posseiro com poucas posses seria classificado como elegível e eleito, adotou-se o procedimento de também os classificar como proprietários. Reforça-

se também a ausência de indivíduos com carreira militar e o fato de os proprietários serem acompanhados de perto, em termos numéricos, por bacharéis e negociantes.

Já no Ceará destaca-se o equilíbrio numérico entre padres, proprietários rurais e funcionários públicos que atingiam, somados, mais de 50% da representação parlamentar. Por outro lado, destaca-se o baixo número de negociantes e militares que, somados, levemente ultrapassavam os 10% da casa.

Já em Santa Catarina o destaque, como já mencionado em passagens anteriores, cabia aos militares com representação superior a um terço. O segundo grupo, dos negociantes, equivalia a um sexto da casa, inferior a metade dos militares. É verdade que conforme já pontuamos, no caso de Santa Catarina em que a classificação ocupacional foi feita por esta pesquisa, optou-se por elencar a atividade pela formação e reconhecimento social. É sabido que muitos desses militares tinham propriedades, escravizados e negócios. Mas o fato de a formação militar e/ou os préstimos feitos nessa área se sobressaírem na região demonstra a relevância que trajetórias militares tinham em uma província próxima à fronteira, com histórico de contribuições com os conflitos do Sul e em pleno período de Farroupilha. Indica também que valores típicos do Antigo Regime se faziam mais persistentes.

Em relação ao Espírito Santo, o mesmo grupo dos militares também tem maior peso. Pode ser um indicativo de que em províncias menores a carreira militar pudesse representar maiores possibilidades de pertencimento a elite. Como já afirmado, esses militares também tinham negócios ou propriedades. Todavia, o fato de socialmente serem reconhecidos antes como militares demonstra que esse tipo de ocupação era mais mobilizadora de prestígio do que outras. Nos levantamentos feitos por Rodrigo da Silva Goularte também aparecem 15% de servidores. Eles são magistrados, mas não foi informado se eram bacharéis ou magistrados leigos, algo bastante comum em pequenas províncias.<sup>153</sup>

---

<sup>153</sup> GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo do oitocentos*. Vitória: Edifes, 2017. Sobre magistrados leigos em províncias menores, consultar: CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, Província de Santa Catarina (1832-1850)*. UFPR, dissertação de mestrado, 2011. 188f.

Para os objetivos estabelecidos para este capítulo e a tese como um todo, é oportuno olhar lado a lado Santa Catarina e Sergipe. A base de dados de apenas uma única legislatura é pequena, muito sensível a situações pontuais e de contexto, mas pode oferecer possibilidades de observação de padrões e particularidades. Um padrão que novamente se ressalta diz respeito à similaridade do peso dos militares em ambas as províncias. É possível inferir que em regiões menores do ponto de vista demográfico e econômico, a posse de terras, escravizados e o controle de áreas portuárias não era suficiente para garantir primazia. Contribuições militares e o envio dos filhos para receberem tal formação parecem ter sido estratégias eficientes para se fazer e se manter elite oligárquica. Foi um capital político que produziu distinção e representou uma ponte entre o sujeito e a governança provincial.

Um Estado é composto por instituições, que, naquele contexto ainda estavam em formação. E essas instituições demandam recursos para funcionarem. Os menores índices de circulação de capital não inviabilizam a presença do Estado, mas podem gerar frouxidão institucional que demandava uma maior presença de comissários inseridos em braços armados. O maior flerte com a pobreza e carestia, a incapacidade de manter tropas regulares, a pouca presença de um judiciário bacharelesco em contraposição a um leigo, as poucas forças policiais para exercer controle sobre a população, poderiam demandar esforços maiores para a manutenção da ordem. Empoderar sujeitos com trajetos militares era uma alternativa de maior pactuação de viés autoritário.

Já um ponto de afastamento de Santa Catarina em relação ao Sergipe é que na primeira já havia uma consolidação de negociantes, proprietários e bacharéis (mesmo sendo esses muitas vezes oriundos de outras províncias) ao passo que em Sergipe essa proporção era ocupada pelos religiosos que tinham grande peso entre a deputação da referida província.

Para a província da Paraíba foram encontrados dados parciais dessa primeira legislatura quanto ao perfil ocupacional sendo possível apenas identificar a quantidade de religiosos que ocuparam a primeira legislatura sendo o equivalente a 14,3%<sup>154</sup> ficando também bem acima do percentual de Santa

---

<sup>154</sup> MARIZ, Celso. Memória da Assembléia Legislativa. Edição comemorativa do sesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. João Pessoa: [s.n.], 1987. p. 30.

Catarina para esse grupo, equilibrado com Minas Gerais e Ceará e abaixo do Espírito Santo.

Existe um ponto factual lembrado por José Murilo de Carvalho que pode ser relevante para a conclusão dessas discussões e o olhar sobre o próximo capítulo: em fins do século XVIII, a capacidade de interferência do Vice-rei era pouco significativa, salvo “apenas as capitanias diretamente ligados ao Rio de Janeiro (São Pedro, Santa Catarina e Colônia de Sacramento).”<sup>155</sup> Apesar da experiência gaúcha com a Revolta dos Farrapos e a independência do Uruguai, é possível que parte das lideranças catarinenses ainda tivessem o registro em seus arquivos de certa submissão a autoridades centrais e seguiam ciosos por sua proteção e redistributivismo. Pequenas províncias poderiam concluir que a não adoção de práticas de viés federalista pode representar uma estratégia de legitimação de proteção e auxílios por parte do Estado imperial. Algo que guardava algumas similaridades com o período do absolutismo ilustrado português. Dentro do pacto político em torno da monarquia constitucional representativa, essas pequenas províncias poderiam tender mais a receber benesses do que a sustentar privilégios abocanhados por províncias maiores. Desejos mais autonomistas poderiam ser castrados pela percepção de que tinham mais a barganhar do Estado do que a ser subtraído. Pode ser, portanto, um caso de expectativas quanto ao redistributivismo estatal.

---

<sup>155</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 14.

### 3. Ideias políticas no Brasil oitocentista

O processo de formação do Estado brasileiro deve ser visto de uma forma ampliada, não se restringindo apenas ao aparato institucional. Conforme discutido até aqui, não ocorreu apenas a formação de um Estado, mas também a formação de uma elite política que, a depender da sua envergadura, circulava e dominava os espaços locais, regionais e/ou centrais.

Essa elite política, ou melhor, essas elites, eram formuladoras e portadoras de discursos políticos em que davam vazão aos seus pensamentos, ideias, expectativas e projetos, bem como mobilizavam suas experiências pregressas para elucidar as suas leituras de mundo e intervir na realidade. Dentro de um ambiente de incipiências no Brasil das primeiras décadas do século XIX, carecia-se de grandes teóricos produtores de sínteses divulgadas no formato de livros que poderiam circular em espaços mais amplos e entre clubes de leitores. Dessa maneira, a apreensão do pensamento político brasileiro nas primeiras décadas dos pós-independência precisa ser capturada nos espaços específicos de fala dos operadores da política que se constituíam em elites mandantes com perfil oligárquico.

O poder legislativo, desta forma, é uma das chaves de acesso às ideias políticas. Pocock, - expoente da escola de Cambridge ou enfoque *collingwoodiano* como mais recente vem sendo chamado o grupo de pesquisadores ingleses dessa corrente de estudos da história do pensamento político<sup>156</sup> – que aborda as ideias políticas a partir do contextualismo linguístico e teórico, defende a perspectiva de que aqueles que se interessam pelas ideias devem tratar os discursos como ações.<sup>157</sup> Pensamentos vocalizados perante uma plateia de notáveis que institucionalmente ladeiam o interlocutor, por vezes opositores políticos que tensionavam com réplicas, ou mesmo textos escritos com algum grau de circulação são ferramentas de reação a acontecimentos passados que visam alterar fatos presentes e controlar processos futuros.

José Murilo de Carvalho, ao analisar a temática da retórica como chave de interpretação da História intelectual brasileira no século XIX, sugere que a

---

<sup>156</sup> JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. p. 11.

<sup>157</sup> POCKOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013. pp. 63-82

virada linguística, da qual participam efetivamente Pocock e Skinner, envolve a recuperação da dimensão retórica dos discursos. O texto dos nossos interlocutores com o passado devem ser avaliados sobre vários prismas: a linguagem, o autor e os seus leitores/ouvintes. Nas palavras de Carvalho, “a retórica não busca apenas convencer, operação que [se] faz mediante raciocínios lógicos. Ela pretende persuadir, mover à vontade, o que exige uma grande variedade de argumentos de natureza não-lógica”<sup>158</sup> que, muitas vezes atendem a modelos estéticos, sonoros e conceituais de um contexto espacial e temporal específico. Sendo assim, a virada linguística e historicista proposta pela escola inglesa é legítima e profícua para a compreensão do político.

O processo de legitimação de um interlocutor é, em partes, forjado nas dinâmicas sociais. Sua capacidade de levar um ouvinte a ação é diretamente proporcional ao seu carisma e nível de respeitabilidade/autoridade construído. Em partes, além do trajeto social individual, pode também ser fruto de uma *herança imaterial*, para usar um termo de Giovanni Levi<sup>159</sup>, dada pelo histórico familiar. Outro instrumento de legitimação pode ser obtido por algum nível de erudição, ao menos aparente, que leve o interlocutor a recorrer a autoridade de outrem, seja um pensador ou político de notável reconhecimento, de sua época ou do passado, para sustentar as suas posições. Por vezes podem também os discursos fazerem amplo uso de adjetivação como estratégia de fortalecimento de laços, via formas públicas de declaração de deferência, para manter a arregimentação de grupos políticos e consolidar solidariedades. Em síntese, sua autoridade perante a localidade é elemento fundamental na obtenção do convencimento e as estratégias de construção dessa autoridade podem ser múltiplas.

Christian Lynch, ao avaliar o processo de modernidade política no Brasil durante o século XIX, argumentou que a teoria política produzida por operadores políticos nos quadros do legislativo brasileiro não foi insuficiente, em termos de substrato e profundidade, aos teóricos europeus ou norte-americanos. A maior reverberação destes últimos se deve mais ao sucesso material, político e militar dos seus países e condições mais adequadas de circulação dos impressos do

---

<sup>158</sup> CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topói, Rio de Janeiro, Nº 1, 2000. pp. 136-137.

<sup>159</sup> LEVI, Giovanne. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

que a uma superioridade intelectual dos seus escritos em relação as ideias formuladas no Brasil.<sup>160</sup> Esta razão é suficiente para justificar o estudo de todo e qualquer ator político que tenha circulado por espaços institucionais brasileiros e tenha deixado suas ideias nos documentos institucionais e textuais.

Lynch, ao propor métricas de compreensão dos conceitos políticos mobilizados no século XIX, traz definição mais precisa da proposta de Koseleck para *Sattelzeit* (1750-1850) já apresentado no primeiro capítulo deste trabalho:

Este termo designa o período de transição sofrido pelo sistema político conceitual do Antigo Regime para o constitucionalismo e liberalismo. Acompanhando as transformações socioeconômicas ocorridas na Europa ocidental, os conceitos políticos teriam sofrido durante aquele século quatro grandes processos: a democratização (alargamento do seu campo de uso por camadas até então alijadas); temporalização (os conceitos passaram a ter o futuro e não mais o passado como referência); ideologização (os conceitos perdem sua dimensão concreta para se tornarem cada vez mais abstratos) e politização (os conceitos passam a adquirir acentuada polissemia por seu emprego por diversos setores na arena política).<sup>161</sup>

Trata-se de um trecho magistral para se pensar o novo momento da modernidade política, sobretudo ao reconhecer as apropriações dos vocábulos por diferentes agentes e setores, produzindo cenários de polissemia<sup>162</sup>, assim como por reconhecer o futuro como o novo horizonte de expectativas. Embora o chamado contextualismo linguístico tenha aprimorado a sensibilidade dos historiadores para os “atos de fala” inseridos em disputas específicas, é fundamental reconhecer que os atores políticos operavam também com repertórios intelectuais estruturados, informados por tradições do pensamento político ocidental. Diga-se de passagem, compreender essas tradições é um grande desafio intelectual para o pesquisador que geralmente demanda intensa entrada nos *corpi* documentais e anos de pesquisa e mapeamento profundo do pensamento político moderno e seus teóricos.

---

<sup>160</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano*. O Poder Moderador e o pensamento político imperial. 421 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007. p. 18.

<sup>161</sup> LYNCH, C. E. C.. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, n. 10, p. 314–334, maio 2015.

<sup>162</sup> Nesse ponto, é oportuno novamente chamar a atenção para a tese de Lea Iamashita. IAMASHITA, Léa Maria Carrer. *Modernização e rebeldia: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)*. UnB, 2010. Tese de doutorado. 337p.

Tais tradições, ainda que adaptadas às condições locais, ofereciam às elites do período modelos de organização institucional, justificação do poder e princípios de governo, permitindo-lhes articular respostas políticas situadas a partir de linguagens herdadas e ressignificadas. A linguagem, portanto, não se limita ao seu uso pragmático no embate retórico, mas se vincula à estrutura mais densa da “língua” política, que articula ideias supratemporais a projetos históricos, políticos e pessoais.

Na historiografia brasileira recente, existem trabalhos de grande fôlego que se propõem a buscar, de forma arqueológica, essas filiações ideológicas e intelectuais dos operadores da política imperial. Marcello Basile, por exemplo, buscou as vinculações dos liberais moderados no contexto da Regência. Segundo o autor, entre 1831 e 1840, o Brasil experimentou um “laboratório da nação”, no qual se ensaiaram formas institucionais capazes de enfrentar a instabilidade política, sem romper com os pilares da ordem imperial. Nesse cenário, os moderados recorreram a autores como Locke, Montesquieu, Guizot e, principalmente, Benjamin Constant, cujos escritos forneceram categorias úteis à construção de um Estado representativo, mas dotado de freios que garantissem sua estabilidade.<sup>163</sup> A separação de poderes, a defesa de um governo representativo que evitasse tanto o despotismo quanto a anarquia, e a valorização da autoridade como instrumento de progresso foram elementos centrais nesse vocabulário. A presença dessas referências não se dá de maneira mecânica, mas adaptada às condições locais: a defesa da Guarda Nacional, a promulgação do Ato Adicional, as reformas jurídicas — todas essas iniciativas encontram respaldo conceitual na teoria liberal europeia, ainda que aplicadas a um contexto escravizador e periférico.

Esse tipo de articulação entre tradição e contexto também é objeto de análise em Christian Lynch. Em sua tese, o autor investiga a emergência do Poder Moderador como expressão do pensamento monarquiano no Brasil do século XIX. Para Lynch, os intérpretes do Império buscaram equilibrar liberdade e ordem por meio de um “quarto poder” que pudesse intervir nos momentos de crise, sem romper com os fundamentos do regime representativo. Essa

---

<sup>163</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 61.

concepção, segundo o autor, nasce de uma apropriação seletiva do liberalismo francês — especialmente das ideias de Benjamin Constant — combinada com a tradição do direito público português e com o conservadorismo político de Guizot.<sup>164</sup> A forma como o Poder Moderador foi concebido revela uma tensão entre dois polos: de um lado, a preocupação com o arbítrio; de outro, a necessidade de garantir a unidade do Estado diante da potencial fragmentação regional. O discurso monarquiano, portanto, operava em um espaço discursivo no qual a tradição liberal europeia era reinterpretada de modo a justificar uma arquitetura institucional peculiar ao Brasil.

As análises de Basile e Lynch, embora voltadas a momentos distintos, convergem na percepção de que a linguagem política imperial não pode ser entendida apenas como resposta ao contexto imediato. Ambos os autores demonstram que os discursos políticos do período se enraízam em tradições intelectuais transnacionais, que funcionam como gramáticas disponíveis para a construção de projetos de poder. A “especificidade do político” no Brasil reside precisamente nessa capacidade de hibridização semântica: categorias como “moderação”, “representação”, “progresso” ou “autoridade” circulam entre os atores, ganhando sentidos específicos a depender da conjuntura e dos interesses em jogo.

Christian Lynch, em artigo, propõe que os países periféricos não apenas importam conceitos políticos elaborados nos centros europeu e norte-americano, mas os reinterpretam à luz de seus próprios dilemas históricos, institucionais e sociais. Essa recepção periférica não se limita a uma reprodução mimética: ao contrário, implica uma recriação contextualizada, em que ideias como representação, soberania, regresso ou centralização são moduladas segundo os interesses das elites imperiais. Lynch mostra que, no Brasil oitocentista, o conceito, por exemplo, de *regresso* — comumente associado, na Europa, à contenção dos avanços democráticos — foi ressemantizado como parte de um projeto de restauração da autoridade imperial, em face dos temores provocados

---

<sup>164</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano*. O Poder Moderador e o pensamento político imperial. 421 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007. Ver especialmente capítulo 2.

pelas revoltas provinciais e pelo expansionismo das ideias republicanas.<sup>165</sup> Tal interpretação corrobora o quão gelatinoso é esse campo de estudos que busca as vinculações entre as tradições do pensamento político moderno ocidental com o repertório político mobilizado no Brasil império, e na América Latina de forma geral.

Seguindo na apresentação dos recentes avanços da historiografia sobre a temática, a articulação entre tradição e contexto pode ser ainda mais bem ilustrada pela leitura que Carlos Alberto Medeiros Lima faz do pensamento econômico de Nicolau Vergueiro. Lima demonstrou como Vergueiro se inspirou nos ilustrados napolitanos e ibéricos, particularmente em Antonio Genovesi, para propor um modelo de intervenção estatal voltado à promoção do progresso agrícola e da colonização europeia. A defesa de políticas de incentivo à imigração, à abertura de estradas e à produção interna revela um pensamento que, embora ancorado nas exigências práticas da economia cafeeira paulista, dialoga com uma tradição ilustrada que valorizava o papel do Estado como promotor da felicidade pública.<sup>166</sup> Trata-se, novamente, de um caso em que o contexto local é iluminado pela persistência de tradições intelectuais, – mesmo em um ambiente de modernizações políticas - que conferem densidade histórica aos discursos parlamentares. É oportuno adiantar nesse momento que os achados de Lima para Vergueiro são tangentes ao ideário dos deputados catarinenses, conforme se verá no decorrer das próximas páginas, nas defesas que faziam, sobretudo, do progresso agrícola e seus incentivos a colonização.

Cuidados metodológicos são necessários em empreitadas de busca do contextualismo linguístico. A partir da leitura de Marcelo Jasmin sobre Quentin Skinner, pondera-se que, ao contrário do que por muito tempo pontuou uma metodologia da História mais enraizada e hegemônica no campo francês, o pesquisador deve se despir de suas expectativas presentes ao estudar o pensamento político do passado. Procurar as respostas do seu próprio mundo é um descuido que pode induzir a anacronismos. É necessário que haja uma

---

<sup>165</sup> LYNCH, C. E. C.. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, n. 10, p. 314–334, maio 2015. pp. 318-319.

<sup>166</sup> LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Por um rosário de penitências: ideário político de Nicolau Vergueiro, bacharel, parlamentar, fazendeiro e negociante de grosso trato (1811-1859)*. Curitiba: UFPR, 2023. pp. 41-43.

conexão entre os conceitos mobilizados pelo pesquisador intérprete e a linguagem do período estudado para não se incorrer no que Skinner denominou mitologia das doutrinas. Não à toa esse movimento metodológico foi batizado pelos pesquisadores de Cambridge como “virada historicista”. Outro cuidado é o de não partir do lugar comum de que necessariamente existia uma lógica cartesiana nas ideias políticas expressas pelos interlocutores utilizados como chaves interpretativas de um determinado contexto espacial e temporal (mitologia da coerência). Por fim, deve-se ter a cautela de não querer antecipar em nossos interlocutores quadros mentais que ainda viriam a acontecer (mitologia de prolepse).<sup>167</sup>

Analisar a linguagem, dessa maneira, constitui uma estratégia de apreensão do contexto social, cultural e das práticas sociais partilhadas pelo interlocutor com o seu grupo social e seus ouvintes. Não existem hiatos entre linguagem e mundo, pois os atos de fala estão inseridos em lógicas próprias de seu tempo que permitem a captura de fragmentos de realidade. Não é apenas o exame de palavras e seus significados, mas a compreensão de realidades sociais com algum nível de densidade. Ainda além, em uma segunda dimensão, as palavras não são mais entendidas, sob a óptica da filosofia da linguagem, como representação do real, mas sim como instrumentos de produção de ação sobre esse real.<sup>168</sup>

Nesse sentido, a captação de intencionalidades assume caráter analítico relevante, mas não central. A centralidade reside na compreensão da linguagem, no caso, a linguagem política. Deve-se reconhecer a necessidade de pluralizar a perspectiva em linguagens políticas, pois várias delas circulam em um mesmo espaço-tempo. Não há outro caminho, portanto, para um intérprete das ideias políticas do passado senão mergulhar no contexto linguístico do seu objeto de estudo. Há a necessidade, segundo a leitura de Marcelo Jasmin e João Feres de Pocock, de compreender o texto conforme o seu sentido semântico para o

---

<sup>167</sup> JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. p. 15.

<sup>168</sup> AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 10-12.

autor, seus ouvintes e os seus interlocutores dentro do contexto histórico inserido na temporalidade do objeto de estudos.<sup>169</sup>

Para este tipo de empreitada, a filosofia da linguagem é aliada de primeira ordem. J. L. Austin, nos anos 1950, em breve conferência jogou luz a análise linguística ao delimitar os atos locucionários, os atos ilocucionários e os atos perlocucionários. Em linhas gerais, o primeiro consiste em proferir algo, o segundo apresenta uma ação do autor, ao ser dito, e o terceiro induz a produção de ações nos ouvintes.<sup>170</sup>

Ante o exposto, é relevante informar o leitor que essa temática do ideário político será bastante central para o atual capítulo e o próximo. Também é oportuno informar caminhos percorridos para tentar capturar de forma mais direta os repertórios. Primeiramente, dos 83 deputados, foi possível localizar o *inventario post-mortem* de apenas dois deles.<sup>171</sup> A leitura desses documentos não revelaram a existência nos espólios de bibliotecas, coleções de livros ou qualquer obra.

Na sequência, buscou-se nas leituras dos documentos institucionais citações diretas a autores consagrados como pensadores políticos, o que também não foi localizado. Em textos publicados em outras fontes, encontrou-se referências feitas pelo deputado padre Paiva a alguns teóricos do mundo católico, - com destaque para Jacques Bossuet - conforme será mais bem exposto no último capítulo desta tese.

Também se localizou em obra do deputado Manoel Joaquim de Almeida Coelho uma contrarreferência a Rousseau. Trata-se de um texto de memórias do deputado quando atuou militarmente nas querelas do Rio Grande do Sul entre 1811 e 1813. Na obra existem algumas tendências: forte antilusitanismo, colocando na conta das lideranças portuguesas os insucessos militares que a

---

<sup>169</sup> JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. pp. 19-21.

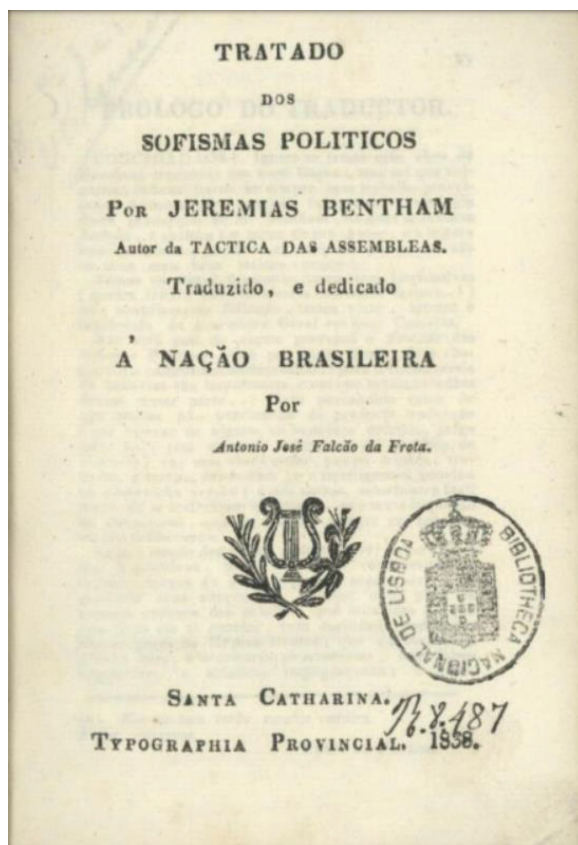
<sup>170</sup> AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. pp. 85-94.

<sup>171</sup> Foram localizados os inventários dos deputados Francisco de Oliveira Camacho e João Pinto da Luz. Museu do Judiciário. Existem outros inventários dos deputados que foram acessados por Ângelo Renato Biléssimo, mas não foi possível o acesso para essa pesquisa devido ao contexto de fechamento dos arquivos durante a pandemia de COVID-19. BILÉSSIMO, Ângelo Renato. *Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Lisboa, 2010.

região viveu em períodos posteriores; um forte sentimento de valorização do ser catarinense, sujeito heroico e laborioso; e a valorização da vocação militar de si próprio e de seus conterrâneos como fundamentais para a manutenção da estabilidade e do território da região. É nesse último contexto que aparece por parte de Coelho uma crítica a Rousseau. Após longas exposições sobre feitos militares, permeados de abnegação e bravura, Coelho refuta a tese de Rousseau de que “o bom cristão não pode ser um bom soldado”, afinal, ele era memória viva de que seus companheiros de trincheira foram sim militares exemplares. Coelho demonstra, portanto, afastamento de Rousseau, considerado radical. Conforme também será explorado no último capítulo, padre Paiva era reticente à filosofia francesa de modo geral.

Por fim, houve uma descoberta bastante interessante: um dos deputados, Antônio José Falcão da Frota, fez uma tradução do livro de Jeremy Bentham *Tratado dos Sofismas Políticos*. A obra foi publicada pela Typographia Provincial de Santa Catarina em 1838, logo após Frota ter sido deputado.

**Figura 2: Folha de rosto do livro de Jeremy Bentham**



Fonte: BENTHAM, Jeremy. *Tratado dos sofismas políticos.*; trad. por Antonio Jose Falcão da Frota. - Santa Catarina: Typ. Provincial, 1838. - VI, 334 p.; 16 cm.

Antes de se entrar em uma análise do texto de Bentham, é relevante rapidamente se compreender quem foi Antônio José Falcão da Frota. Nasceu em Lisboa, em 1780, e veio para o Brasil junto com a corte joanina. Era um militar de carreira. Entrou na Guarda-Marinha em 1791 e chegou a chefe de brigada em 1801. Se tornou segundo tenente em 1805. Saiu de Lisboa embarcado na "nau medusa" acompanhando a família real em 1808. Logo após, em 1808, foi promovido a primeiro tenente. Em 1817 foi alçado à capitão-tenente. Em 1821 se tornou capitão do porto de Montevideo. Foi agente político em Buenos Aires em 1825. Capitão de fragata em 1826 e se reformou em 1829 quando passou a viver em Santa Catarina. Após a independência requereu a cidadania brasileira.<sup>172</sup> Se tornou deputado na província de Santa Catarina durante a primeira legislatura entre 1835 e 1837 (suplente convocado). No ano seguinte de 1838, foi secretário do Governo da Província e, após esse cargo, se transferiu para Porto Alegre em plena revolta dos farrapos. Viveu, portanto, aproximadamente dez anos em Santa Catarina. Seu filho Antônio Nicolau Falcão da Frota viria a ser ministro da Guerra no final do século; seu outro filho Júlio Anacleto Falcão da Frota foi Deputado Geral e senador pelo Rio Grande do Sul. Ambos ocuparam postos no período republicano.<sup>173</sup>

O livro traduzido por um deputado e publicado em período próximo ao exercício da sua deputação pela tipografia da província é um indício de certa influência que Jeremy Bentham (1748–1832) possa ter exercido sobre o pensamento político local. As ideias políticas contidas na obra *Tratado dos Sofismas Políticos* caminham na direção de uma consolidação dos fundamentos do liberalismo jurídico e político nas primeiras décadas do século XIX. O Brasil imperial era, conforme demonstrado pela historiografia já discutida, marcado por um hibridismo entre as heranças absolutistas e os ideais liberais. Nesse sentido, o utilitarismo benthamiano encontrou eco em segmentos ilustrados do

---

<sup>172</sup> PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 300. Sacramento Blake também dedicou um breve verbete para Antônio José Falcão da Frota. Nesse verbete, Blake diz acreditar, mas não ter certeza, que Falcão da Frota nasceu em Desterro, informação essa equivocada. BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro (Volume 1: Letras A-B)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 214 Disponível em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: *Diccionario Bibliographico Brasileiro (Volume 1: Letras A-B)*.

<sup>173</sup> VASCONCELOS, Cláudio Beserra. *Falcão da Frota*. Rio de Janeiro: FGV, s.p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FROTA,%20Falc%C3%A3o%20da.pdf>

funcionalismo público e das elites políticas locais. Desse modo, sugere-se que, a província de Santa Catarina, na década de 1840, assistiu a um movimento interessante: a recepção seletiva e instrumental do ideário benthamiano como ferramenta de legitimação de um projeto de centralização estatal e racionalização administrativa. A obra, publicada originalmente em 1824 e traduzida para o português por um dos deputados catarinenses, é expressão direta desse processo.

Conforme Bentham, os sofismas políticos são instrumentos discursivos utilizados para manter privilégios, travar reformas e manipular a opinião pública sob a aparência de argumentos racionais. Sua classificação dos sofismas - que inclui categorias como o *ad antiquitatem*, o *non sequitur* institucional e o *sofisma do perigo iminente* - revela uma preocupação profunda com os mecanismos de perpetuação da dominação sob o verniz da legalidade e da tradição.<sup>174</sup> É oportuno novamente recordar a percepção de Lynch, citada no início do capítulo, de que a modernidade política passa a ter no futuro, e não no passado, a legitimação dos discursos. Mesmo que para se chegar nessa expectativa de futuro se utilizem de formulações tradicionais com novas roupagens.<sup>175</sup>

Lynch, conforme já exposto, identificou esse período como o *momento monarquiano*, marcado pela consolidação de uma cultura política conservadora, ilustrada e reformista, que buscava conciliar elementos do liberalismo jurídico com a manutenção de uma autoridade estatal forte, centrada na figura do Imperador.<sup>176</sup> A presença do pensamento de Bentham entre os deputados da Assembleia Provincial, especialmente sua crítica à manipulação do discurso político, encaixa-se perfeitamente nesse horizonte ideológico. Não por acaso, a tradução do *Tratado dos Sofismas Políticos* por um deputado local expressa uma tentativa de dotar o legislativo provincial de instrumentos conceituais para o embate político, alinhados a uma visão pragmática e reformista do Estado.

---

<sup>174</sup> BENTHAM, Jeremy. *Tratado dos sofismas políticos*.; trad. por Antonio Jose Falcão da Frota. - Santa Catarina: Typ. Provincial, 1838. - VI, 334 p.; 16 cm. pp. 19-35.

<sup>175</sup> Adianta-se ao leitor que no quarto capítulo, ao se analisar as ideias de um padre deputado, ficará bastante evidente sua visão de um futuro de progresso material e político que seriam alcançados por meio de uma retomada das relações entre Estado e Igreja e em freios de arrumação aos ímpetos de laicização do Estado e padroado. Ou seja, velhas receitas justificadas discursivamente como caminhos para se chegar em um futuro novo.

<sup>176</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano. O Poder Moderador e o pensamento político imperial*. 421 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

A tradução do *Tratado dos Sofismas Políticos* por um deputado da Assembleia Provincial de Santa Catarina não se tratava de mero exercício filológico, mas de um gesto político: trazer para o centro dos debates legislativos a crítica do autoritarismo retórico e a defesa de uma razão pública centrada na utilidade aos interesses oligárquicos.

A apropriação das categorias benthamianas revela não apenas a circulação transnacional das ideias iluministas tardias, mas também sua resignificação no campo político brasileiro, conforme propõe Lynch, ao analisar o *Sattelzeit* ibero-americano.<sup>177</sup> Esse *tempo de transição conceitual* permitiu a coexistência de formas antigas e novas de pensar o poder, evidenciando que os deputados provinciais operavam num campo de ambivalências políticas e linguísticas, no qual a tradição se prestava tanto à legitimação quanto à contestação.

A própria ideia de regresso, debatida nos anos 1838-1840 no Parlamento brasileiro, conforme examinada por Lynch<sup>178</sup>, oferece um contraponto importante para compreender a recepção de Bentham em Santa Catarina. O regresso, ao contrário de uma simples restauração absolutista, era um projeto conservador de reorganização da ordem a partir da racionalidade administrativa e jurídica. Ora, nesse processo, o discurso de Bentham foi funcional ao sugerir que a crítica dos sofismas poderia ser utilizada como instrumento de modernização política e não apenas de oposição às reformas.

A presença do pensamento de Bentham no debate político catarinense da década de 1840 não foi episódica nem acidental. Ela expressava uma tensão típica da modernidade ibero-americana, situada entre a reprodução de formas autoritárias de governar e a emergência de uma racionalidade crítica voltada à reforma institucional. O *Tratado dos Sofismas Políticos* serviu como uma

---

<sup>177</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Sattelzeit diferido da América Ibérica: reflexões sobre uma história dos conceitos políticos fora do mundo europeu*. História do Direito: RHD, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 387-402, jul./dez. 2020. p. 390. Disponível em: Vista do O Sattelzeit diferido da América Ibérica: reflexões sobre uma história dos conceitos políticos fora do mundo europeu

<sup>178</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. *Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o conceito de 'regresso' no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)*. Almanack, n. 10, p. 315, 2015. Disponível em: SciELO Brasil - Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840) Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)

gramática crítica de acusação e defesa, útil tanto para os que desejavam conservar quanto para os que pretendiam reformar o edifício do poder imperial.

Por fim, um ponto relevante sobre a força de ideários políticos e ainda pouco mapeado pela historiografia é sobre os níveis de conexões estabelecidos entre as diferentes elites regionais no plano do compartilhamento das ideias políticas. Não se está fazendo menção as conexões estabelecidas na Assembleia Geral e no Senado<sup>179</sup>, ponto de encontro entre os mediadores das províncias, mas sim ao estabelecimento de comunicação institucional entre as diferentes Assembleias Legislativas Provinciais. Nesse sentido, ressalta-se que elas não eram ilhas, mas estabeleciam trocas corriqueiras de ofícios e divulgação das suas produções legislativas. Em Santa Catarina, foram localizados ofícios de envio das leis aprovadas na província e o recebimento das leis produzidas em outra regiões como Maranhão, Minas Gerais, Oeiras, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Grão-Pará, Rio de Janeiro e Ceará<sup>180</sup>. Existem indícios de que essas trocas tinham alto grau de capilarização, conforme atesta o trecho de um ofício que diz: “Ilustríssimo senhor, tendo deliberado a assembleia legislativa desta província, que se remetesse as assembleias legislativas das demais províncias do império uma coleção dos seus Atos Legislativos”<sup>181</sup>. Essa prática de envio era, inclusive, alvo de cobranças entre as assembleias, conforme atesta o trecho de outro ofício da Assembleia de Santa Catarina dirigida para Oeiras que diz:

Por deliberação da Assembleia legislativa desta província, tenho a honra de transmitir a Vossa Senhoria para ser presente a dessa coleção junta do correio, que contém os seus trabalhos na sessão do ano precedente de 1839, deprecando [pedindo de forma submissa, com deferência] de Vossa Senhoria igual retribuição.<sup>182</sup>

---

<sup>179</sup> Sobre esse tema ver: VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

<sup>180</sup> Ofícios das Assembleias Legislativas Provinciais de Diversas Províncias para a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina de 1837 a 1867. APESC.

<sup>181</sup> 1838 abril 30. Ofício de Francisco Manuel Martins Ramos, 1.º Secretário para o 1.º Secretário da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina, remetendo uma coleção dos Atos Legislativos e solicita também um exemplar da Fala de abertura e 33 atos legislativos da Assembléia catarinense. Alagoas. Doc.06, fl.06. Ofícios das Assembleias Legislativas Provinciais de Diversas Províncias para a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina de 1837 a 1867. APESC.

<sup>182</sup> 1840 fevereiro 24. Ofício de Justino José da Silva Moura, 1.º Secretário para 1.º Secretário da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina, comunicando a remessa da coleção das leis do ano de 1839 para serem arquivadas, e solicita igual retribuição. Oeiras. Doc.20, fl.20. Ofícios das Assembleias Legislativas Provinciais de Diversas Províncias para a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina de 1837 a 1867. APESC.

Pode-se inferir, portanto, que havia uma intensa publicização entre as assembleias sobre as leis aprovadas nas províncias. Esse nível de comunicação pode ter orientado trocas que levaram a algum nível de homogeneização dos Atos legislativos das diferentes províncias. É oportuno citar que além das produções legislativas, essas assembleias também trocavam entre si as falas dos presidentes de província que geralmente abriam as sessões dos anos legislativos. Se esse raciocínio estiver correto, é necessário revisar as noções de federalismo sugeridas por Dolhnikoff e assumir que parte do unitarismo vivenciado no Brasil do século XIX se deveu as trocas legislativas estabelecidas entre as assembleias.

Nesse cenário, singularidades eram possíveis, como apontadas por Dolhnikoff ao abordar que na província de São Paulo foi instituída a figura dos prefeitos. Todavia, a intensa circulação dos atos legislativos entre as províncias pode ter produzido filtros mais gerais, mesmo que as realidades regionais impunham especificidades. Em síntese, padrões legislativos podem ter sido internalizados, sobretudo pelas províncias de menor porte, e, certamente, houve apropriação de experiências vividas e respostas dadas aos contextos políticos e sociais em outros espaços regionais. Essas são sugestões que carecem de mais investigação e ampla utilização de método comparativo para captar as relações e circulação de ideias políticas.

### **3.1 Indígenas, catequese e questão agrária**

A província de Santa Catarina atribuía-se uma identidade agrícola. Nesse sentido, a exploração da terra esteve presente nas discussões dos deputados nos espaços institucionais. Somado a isso, o recorte desta pesquisa no que tange a questão agrária é marcado por um período de hiato na legislação sobre o tema. Com o fim da lei de sesmarias no início da década de 1820, uma nova legislação para regular a questão só apareceria no início da década de 1850. Esse limbo jurídico produziu incertezas, possibilidades, violências e brechas

para projetos de expansão agrária posseira. Nas palavras da historiadora Márcia Mária Menendes Motta,

A ausência de uma legislação unificada e reguladora do acesso à terra permitia a continuação de uma relação conflituosa de poder entre senhores de terras e/ou entre os que desejavam se constituir como tais. [...] simbolizava uma luta para decidir quais seriam os fazendeiros que viriam a dominar politicamente a região, esforçando-se por submeter os pequenos posseiros e arrendatários aos ditames do poder.<sup>183</sup>

Contudo, no caso catarinense, a elite que operava o legislativo provincial, apesar de enxergar oportunidades, apresentava demandas de algum tipo de arbitragem estatal para legitimar seus movimentos. O documento a seguir é extenso, mas bastante elucidativo sobre o tema da terra e as posições assumidas pela classe dirigente catarinense:

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação.

A Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina, solicita em promover, quanto d'ella depende, a prosperidade da sua Provincia, vem representar a esta Augusta Assembleia contra a prohibição de se concederem sesmarias de terras devolutas, que data desde 1823 em que teve observancia a Provizão de 22 de Outubro d'aquelle anno. [espaço] E com quanto esta prohibição seja geral no Imperio, e que geraes provavelmente serão os males de d'ahi tem provindo, a ASsemblea particularizará as razões peculiares á Provincia, que representa, em que funda a sua representação, e são ellas: [espaço] Que a população da Provincia, dando-se pela maior parte aos trabalhos ruraes, e achando-se apinhoadá na Ilha, e no littoral do Continente, onde já esterelizado o solo não compensa as fadigas do cultivador, tende naturalmente a estender-se para o interior, o que pela prohibição das concessões lhe está vedado, quando os verdadeiros intereSses do Paiz dictaõ que cumpre dar impulso a esta tendencia, não só em beneficio da agricultura, do commercio, e da industria, mas taõbem como o meio mais efficas, e por ventura o mais adequado, e menos offensivo, ou de se afujentar, ou de trazer-se ao gremio da aSsociação Brasileira o gentio indomito, e feros que infesta os certoês da Provincia, e attaca amiudo as habitações isoladas, cometendo toda a sorte de depredações, e de flagícios: Que forçando a imperioza Lei da necessidade muitos habitantes a disfrutarem terrenos de que não tem titulo legitimo, ou que o tem somente provizorio e condicional; alem de ficarem aSsim sempre vacilantes as posses, o disfrute de terras a esmo he origem de innumeraveis pleitos, porque dest'arte se occupão muitas vezes como devolutos terrenos que realmente o não estaõ: Que a falta de emprego na lavoura, he parte para que a mocidade da Provincia se de a emigração, quase sempre improficua aos individuos, e nociva ao estado, e favorece a ociozidade e todos os vicios que ella gera. E finalmente, que principiada a povoar regularmente a Provincia, ainda não há hum Seculo, por colonos pobres, aSsolada com passagens repetidas de Tropas, com prestações de corpos militares, com transportes, e com recrutamentos forçados para as guerras do sul, sem proporção alguã com seus meios e população, não tem podido prosperar na razaõ da fertilidade do solo, benignidade do clima, e variedade dos

---

<sup>183</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vértice; Brasília: CNPq, 1998. pp. 39-40.

productos naturaes, nem pode por consecuencia contar grandes fortunas, e vastas propriedades susceptiveis de subdivisão; visto que o que ainda hoje poSsue a grande parte dos descendentes dos primeiros Colonos he o improductivo quinhão do já retalhado quarto de legoa que a estes coube para seu estabelecimento, rezultando d'aqui que progreSsivamente ingroSsa o numero proletarios, classe sempre nociva nas Sociedades.

Por tão ponderozas rasoões, a que não deixará de dar o devido pezo a sabedoria desta Augusta Asemblea, tanto mais quando considerar, que circunscrita a Provincia nhuã extenção de oitenta e seis legoas de comprimento no seu littoral, com fundo irregular, entre doze, e oitenta legoas, e Julgada objecto de deliberação em 29 de Março de 1837 e Com huã população de cerca de settenta mil almas, apresenta ainda huã superface de tres mil legoas quadradas de terrenos devolutos, he que a ASsemblea Legislativa Provincial solicita, e espera, Augustos, e DigniSsimos Senhores que revogada a prohibição de se concederem terras baldias, ou devolutas na Provincia de Santa Catharina, seja o Prezidente d'ella authorizado a concedê-las, ou pela forma estabelecida na Legislação vigente antes da prohibição, ou pelo modo que fixar huã nova Lei, cuja neceSsidade he geralmente reconhecida; e altamente reclamada a bem do publico.

Paço da Asemblea Legislativa Provincial de Santa Catharina em 29 de Março de 1837

Pr.<sup>e</sup> da S.<sup>a</sup>

Livram.<sup>to</sup> Souto

Remettido em 12 de Abril de 1837<sup>184</sup>

Essa representação elaborada pela Assembleia de Santa Catarina foi dirigida para a Assembleia Geral no Rio de Janeiro. <sup>185</sup> Ela foi produzida no âmbito dos trabalhos da Comissão de Estatística, Colonização, Catequese, Civilização, Minas, Bosques, Estradas e Exploração. As comissões eram compostas por três deputados que faziam discussões prévias sobre temas inseridos no guarda-chuva das suas comissões e levavam pareceres preliminares para receber emendas, rejeições e aprovações pelo colégio dos deputados. O documento apresentado já havia recebido aprovação da casa parlamentar e traz consigo, portanto, consensos sobre como a questão era vista pelo conjunto dos deputados.

---

<sup>184</sup> Representação de 12 de abril de 1837 Assembleia da província de Santa Catarina dirigida para a Assembleia Geral. Livro de Pareceres das Comissões de Estatística da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina (1835-1842). Centro de Memória ALESC.

<sup>185</sup> Dois anos antes, a Assembleia provincial já havia remetido para a Assembleia Geral uma resolução para a fixação dos impostos provinciais em que trouxe a seguinte observação: *A maior parte das riquezas que podem tornar notavel e oppulenta a noSsa Provincia jazem escondidas nas extensas matas, ainda virgens que temos, e que só podem ser penetradas, e roteadas por meio de colonisações, que ao paSso que fizerem productivas as terras, pratiquem communicações, e afujentem, ou tragaõ ao gremio da aSsociação Brasileira o gentio indômito e feróz que nos hostilisa, e tras em continuos sustos os homens industriosos e emprehendedores que procurão entranhar-se pelos sertoes para se estabelecerem.* Resolução de 03 de abril de 1835. Livro de Pareceres da Comissão da Fazenda e Orçamento 1835-1841. Centro de Memória ALESC.

Ao se avaliar os recursos retóricos, nota-se, por parte da elite dirigente de Santa Catarina, a tática de apresentar o problema como sendo geral, uma vez que argumentam que outras províncias também certamente enfrentavam desafios em lidar com a questão agrária sem a existência de uma legislação específica. Retoma-se que havia algum grau de comunicação entre as oligarquias dirigentes das diferentes províncias. Ao apresentar a situação como generalizada, esperava-se receber maior apoio da Assembleia Geral para os debates necessários sobre o tema. Como sabido, uma lei para regular a questão agrária só viria treze anos depois.

A elite catarinense tinha amparo em suas generalizações. Ilmar Rohloff Mattos, em suas análises sobre os debates parlamentares no Rio de Janeiro alguns anos depois (1843) percebeu que a questão da arbitragem sobre a terra consumiu boa parte das discussões. É notório o que disse o deputado baiano José Antônio de Magalhães Castro, para quem:

[...] a necessidade de regular a concessão de terras tem-nos sido repetida por diferentes vezes nos diversos relatórios dos ministros da Coroa; a confecção de uma lei sobre sesmarias, que tivesse conexão com a colonização, foi-nos lembrada no início da sessão.<sup>186</sup>

A referência aos ministros é oportuna, pois também foi encontrado indício de que a mesma representação foi enviada pelos deputados de Santa Catarina para o Ministro e Secretário dos Negócios do Império, conforme atesta o ofício a seguir:

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senr.<sup>^</sup>

Passo às mãos de VEx.<sup>a</sup> para ser levada á presença do Ex.<sup>mo</sup> Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o incluso Officio acompanhando huã Representação desta ASsembléa á ASsembléa Geral em que se pede seja revogada a prohibiçaõ de se concederem Sesmarias de terras devolutas, e se authorise o Governo da Provincia a concedê-las

Deos Guarde a V Ex.<sup>a</sup> Paço da ASsembléa Legislativa Provincial em 12 de Abril de 1837.

[I]II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senr.<sup>^</sup> José Joaquim Machado d'Oliveira  
[Pr]esidente da Provincia de Santa Catharina

Miguel de Souza Mello e Alvim  
Prezid.<sup>e</sup> da Assembleia Prov.<sup>al</sup>

---

<sup>186</sup> **Apud:** MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 256.

Oportuno notar que no ofício, existe uma indicação mais direta do anseio recorrente de que o processo de organização da distribuição de sesmarias e terras devolutas deveria ser gerido pelo governo da província. De toda maneira, havia ali um entendimento de tamanho e força de Santa Catarina. Uma província pequena, econômica e demograficamente modesta, de rala representatividade na Assembleia Geral, contando a época com apenas um deputado. Apresentar um problema local como geral poderia surtir algum efeito de sensibilização quanto a urgência do tema. Mostra, portanto, por parte dessa elite dirigente, o entendimento de quais armas dispunham no jogo e dos limites que enfrentavam. Operar nessas condições demandava astúcia para generalizar problemas que eram locais. São recursos narrativos que objetivam ter maior incisividade na ação sobre a realidade.

Em seu discurso institucional, essa elite dirigente procurou travestir seus interesses fundiários como interesses da “população da província”. É notória a narrativa de que havia um impulso natural da população de expansão para o interior. Como se fosse uma vocação. E o domínio sobre os sertões trariam, finalmente, o progresso para a província e os indígenas para a “civilização”.

Essa expansão não era demandada por excedente populacional (a baixa densidade demográfica era uma realidade do território brasileiro como um todo), mas por um uso predatório do solo que embutia desejos de expansão e concentração agrária e de retirar a província de sua letargia como personagem econômica do império. Defendiam que a expansão agrícola era o passaporte para um novo momento.

Há aqui filiações, que não são exclusivas da classe dirigente de Santa Catarina, ao pensamento fisiocrata. Vale recuperar uma passagem de François Quesnay de 1767 em que defende:

---

<sup>187</sup> Ofício de 12 de abril de 1837. Livro de Ofícios da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina - 1835-1837. f. 227. Centro de Memória ALESC.

A divisão das sociedades em diferentes ordens de cidadãos, com alguns exercendo a autoridade soberana sobre os outros, acaba com o interesse geral da nação e introduz a dissensão dos interesses particulares entre as diferentes classes de cidadãos. Esta divisão inverteria a ordem do governo de um reino agrícola que deve reunir todos os interesses em torno de um objetivo capital, a prosperidade da agricultura, que é a fonte de todas as riquezas do Estado e das riquezas de todos os cidadãos [...] Que a propriedade dos bens territoriais e das riquezas mobiliárias seja assegurada a seus legítimos possuidores, porque a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem econômica da sociedade. Sem a certeza da propriedade o território permaneceria inculto. Não haveria nem proprietários nem arrendatários para fazer as despesas necessárias para valorizá-lo e para cultivá-lo, se a conservação da terra e dos produtos não fosse assegurada aos que fazem os adiantamentos destas despesas. É a segurança da posse permanente que permite o trabalho e o emprego das riquezas no melhoramento e cultivo das terras e nos empreendimentos do comércio e da indústria. Só o poder soberano, que assegura a propriedade dos indivíduos, tem um direito primitivo à partilha dos frutos da terra, fonte única das riquezas.<sup>188</sup>

Nesse momento de arranjo político liberal, em pleno período regencial, a Assembleia Geral era vista como legítima na arbitragem que se desejava. Somado a isso, o ideário econômico interpretava a natureza como uma fonte de recursos capaz de produzir desenvolvimento. Cabia a Assembleia Geral produzir um ordenamento adequado para proteger os interesses dos empreendedores dispostos a empatar energia e capital na empreitada. O processo de avanço material e civilizatório era, neste ideário, associado ao processo de expansão pelos sertões para dominação e submissão dos originários e da natureza à lógica dessa classe dirigente. Um ordenamento seria capaz de estimular atitudes que permaneciam “vacilantes” ante a ausência de uma normativa.

José Augusto Pádua traz a analogia de Cantillon, outro pensador fisiocrata, em que a sociedade era comparada a uma árvore: “a agricultura seria a raiz, a população o tronco e as artes e comércio as folhagens”.<sup>189</sup> Esse mesmo historiador chama a atenção para o quanto a perspectiva produtivista da fisiocracia influenciou o setor agrário no século XIX.

Do ponto de vista jurídico, existem três intenções envolvidas na representação: a primeira delas consiste em reduzir querelas entre potentados e posseiros que, com frequência, divergiam quanto a classificação de uma área como devoluta ou não. Uma legislação traria regras para pacificar a questão ou, no mínimo, instrumentos para que a classe dirigente impusesse suas pretensões

---

<sup>188</sup> QUESNAY, François. *Máximas Gerais do Governo Econômico de um Reino Agrícola*. IN: KUNTZ, Rolf (org). **Quesnay: economia**. São Paulo: Ática, 1984. pp. 166-167. Col. Grande Cientistas Sociais.

<sup>189</sup> PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 46.

de maneira legalizada e legítima sobre os pequenos posseiros. O Estado e sua legislação eram os instrumentos que assegurariam a manutenção das posições e do poder; a segunda seria a de trazer segurança jurídica para arregimentar braços, capital e armas para a empreitada. A pacificação seguida pela arregimentação que as expectativas do projeto trariam, seriam capazes de mobilizar homens dispostos a se depararem com os originários; a terceira seria a de frear movimentos de expansão feitos pelas pessoas pobres e manter um controle mais efetivo sobre a oferta de mão de obra. Esse raciocínio será abordado adiante quando discutirmos sobre os supostos impactos que a não arbitragem produzia nos jovens e na população de uma forma geral.

A questão indígena novamente mostra essa classe dirigente jogando o jogo da política imperial. Essa elite, que se vê como agente indutora de civilização, enxerga apenas dois destinos possíveis aos nativos: serem trazidos para o interior da sociedade brasileira por meio de um processo de aculturação assimilacionista; ou serem combatidos, caso demonstrem resistências aos avanços territoriais.

Nesse caminho, a representação se constitui como um artefato discursivo revelador das tensões entre política fundiária, territorialidade indígena e os projetos civilizatórios formulados pelo Estado imperial brasileiro. Ao contestar a vigência da provisão que vedava a concessão de novas sesmarias, os legisladores catarinenses mobilizam uma retórica de utilidade pública, avanço da agricultura e prosperidade regional para justificar a expansão da ocupação fundiária em áreas do interior da província. Contudo, sob tal formulação pragmática e utilitarista, oculta-se uma tentativa de legitimação jurídico-discursiva da expropriação de territórios tradicionalmente ocupados por populações indígenas, apresentadas no documento como sujeitos hostis à ordem político-social-econômica.

Essa formulação linguística associa-se diretamente à lógica assimilacionista que, conforme analisa Kaori Kodama, permeia as diretrizes da política indigenista oitocentista, sobretudo a partir da promulgação do Regulamento das Missões de 1845. A autora demonstra que o binômio “catequese e civilização”, recorrente no vocabulário político e jurídico do período,

- basta lembrar o nome da comissão que produziu o documento aqui analisado
- não deve ser compreendido como mero projeto evangelizador, mas como

operador ideológico de disciplinamento das populações indígenas, inscrito na racionalidade governamental de controle dos corpos, das almas e dos territórios.<sup>190</sup>

A representação catarinense deve ser interpretada, portanto, como parte de um regime discursivo mais amplo que visa legitimar a constituição da propriedade privada mediante a anulação da territorialidade indígena e a conversão dos sujeitos originários em mão de obra produtiva via compulsoriedade do trabalho. É significativa a visão que faz dos originários o deputado Manoel Joaquim de Almeida Coelho, que deixou o seguinte trecho registrado em seu livro de memórias, publicado em 1850: “Os índios viviam em comunidade, e como sempre, afeitos à indolência. Do dia que lhes faltara o regimento e autoridade jesuítica, datava a sua decadência”.<sup>191</sup>

Ao demandar a revogação da proibição das sesmarias sob a justificativa da exaustão do solo litorâneo e da necessidade de conter a ociosidade juvenil, os deputados acionam argumentos moralizantes e economicistas que velam o processo violento de incorporação forçada dos povos indígenas e os mecanismos desejados de controle sobre a mão de obra dos indivíduos pobres. Trata-se de uma narrativa na qual a “civilização” se sobrepõe à diversidade sociocultural autóctone, promovendo a homogeneização política e simbólica da nação em conformidade com os parâmetros eurocêntricos e cristãos da elite imperial e catarinense. Nessa perspectiva, a religião católica era instrumentalizada como matriz normativa e pedagógica, cuja função era constituir sujeitos dóceis, obedientes e integráveis à lógica do Estado-nação que se constituía. Comenta-se neste momento que essa temática será mais bem aprofundada no último capítulo dessa tese quando discutiremos as ideias do deputado padre Paiva.

Os deputados catarinenses defendem que a concessão de terras serviria não apenas para dinamizar a economia e conter o êxodo, mas também para “afugentar” ou “trazer ao grêmio da associação brasileira” os povos indígenas. O discurso legislativo legitima, assim, a violência sob a roupagem de filantropia e

---

<sup>190</sup> KODAMA, Kaori. Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. Ver especialmente capítulo 10 pp. 243-260.

<sup>191</sup> COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Obra Completa*. Florianópolis: Ed. IHGSC, 2005. p. 101.

progresso, articulando o avanço fundiário à suposta missão civilizatória do Estado. A figura do indígena é rebaixada à condição de obstáculo ou instrumento, cuja incorporação ao projeto nacional pressupõe sua anulação enquanto identidade cultural.

Conforme sustenta Kodama, os dispositivos legais e administrativos do Império operavam como engrenagens de um projeto de centralização e expansão territorial que, para se efetivar, exigia a reconfiguração das relações entre Igreja, território e população. A missão evangelizadora, nesse sentido, é alçada à condição de instrumento de governo, mediando a difusão do Estado e o apagamento das diferenças étnicas. A representação da Assembleia de Santa Catarina, ao pleitear a reabertura da distribuição fundiária em nome da segurança e da prosperidade, inscreve-se nesse paradigma de modernidade conservadora e racializada — no qual os povos indígenas eram mobilizados como meios de povoamento, disciplinamento e substituição da força escrava.<sup>192</sup>

Há por parte dessa elite um entendimento de que os nativos arredios eram promotores de medos coletivos entre a população. Por essa razão, a violência era vista mais do que legítima. Adiante, ao se abordar a questão da escravização afro, será exposto um documento de 1835 que orientava a repressão a reunião de indígenas em vias públicas. Do mesmo modo, a busca por viabilizar força militar suficiente para “proteção” contra os indígenas eram recorrentes.

Em outro trabalho foi abordada a construção de uma linha de defesa contra os ataques indígenas no litoral norte catarinense<sup>193</sup>. O documento a seguir também aborda temática semelhante de expansão de forças militares com foco especial nos indígenas, dadas as notícias de propriedades atacadas.

A Assembleia Legislativa Provincial conformando-se com o Parecer da sua Comissão de Estatística, dado sobre a Indicação apresentada a mesma Assembleia por um de seus membros, indicando que ella se dirijisse convenientemente do Governo Provincial para que este haja de sollicitar do Governo Geral a vinda de uma Companhia de Montanha em substituição da outra que aqui estava, e que foi encorporada a Linha do Exercito; me ordena que pelo intermedio de VS.<sup>a</sup> leve esta pretensão ao Conhecimento do Ex.<sup>mo</sup> Senr.<sup>a</sup> Presidente da Provincia, observando a S. Ex.<sup>a</sup> que a força ora pedida deverá concorrer grandemente para auxiliar, e assegurar os moradores do Sertão contra a

---

<sup>192</sup> KODAMA, Kaori. Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. Ver especialmente capítulo 10 pp. 238-239.

<sup>193</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)* / Rogério Pereira Cunha. – Curitiba, 2011. 188 f. Ver capítulo 4.

incurção dos Indigenas, e ajudar áo mesmo tempo a catequese: Seguindo-se tão bem a isto a prosperidade da Provincia, não só pela economia de suas rendas, poupando-se o pagamento de Guardas Nacionaes chamados a serviço Policial, como mesmo pelo incremento que terá a lavoura, aliviando por esta forma os lavradores do peizado serviço das Armas, e afastando de seus lares o terror e o susto, que a apparição de semelhante inimigo costuma derramar nas povoações inermes.

Deos Guarde a V S.<sup>a</sup>

Secretaria da Assembleia Legislativa da Provincia de Santa Catharina, 11 de Março de 1843

III.<sup>mo</sup> Senr<sup>~</sup> Joze da Silva Mafra  
Secretario do Governo da Provincia

Jozé Antonio Roiz' Per.<sup>a</sup>  
1º Secretr.<sup>o</sup> <sup>194</sup>

É evidente que os militares não catequizavam diretamente, mas criavam as condições coercitivas e territoriais para que a catequese fosse possível, quase sempre mediante violência ou imposição cultural. Esse arranjo entre força armada e religião está no cerne da política indigenista do Império - e ajuda a entender como a “catequese” podia aparecer como justificativa de envio de tropas. Trata-se, portanto, de um discurso que mascara a dominação sob o véu da fé, típico de projetos coloniais e autoritários. Além disso, a Assembleia argumenta que a presença da tropa regular traria economia às finanças provinciais e incentivaria o desenvolvimento agrícola, ao permitir que os trabalhadores rurais se dediquem integralmente à lavoura. Esse trecho explicita o entrelaçamento entre segurança, economia e expansão territorial como fundamentos do projeto da oligarquia regional e do Estado imperial, em consonância com o esforço de ocupação interna das regiões meridionais. O ofício, nesse sentido, é ilustrativo da maneira como as elites provinciais do período buscavam conciliar seus interesses locais com a lógica centralizadora do governo imperial.

Voltando a representação elaborada pela comissão de civilização e catequese e aprovado pela assembleia, é relevante seguir em direção a outra seara, pois existem pontos instigantes a serem levantados sobre as críticas da deputação quanto aos processos de migração interna: por quais razões a

---

<sup>194</sup> Ofício de 11 de março de 1843. Livro de Ofícios da Secretária da Presidência - 1841-1843. f. 121. Centro de Memória ALESC.

migração para o interior não resolve o problema das pessoas, é ruim para o Estado e produz vícios nos indivíduos?

Mattos novamente nos dá boas pistas. O autor afirma que na Assembleia Geral no início da década de 1840, “argumentava-se que a dispersão da população por território tão vasto, combinada com o livre acesso à terra, encarecia a mão de obra, dificultava a obtenção de braços para a agricultura, além de entravar a civilização”.<sup>195</sup> Dizia o deputado Rodrigues Torres que:

Outro mal nasce daqui, e é que uma pequena população se espalha sobre uma vasta superfície. Homens assim disseminados, que não podem comunicar-se uns com os outros, trocar as suas ideias, os seus pensamentos, que não podem coadjuvar-se mutuamente, tornam-se bárbaros em lugar de civilizar-se.<sup>196</sup>

Em trabalho anterior, demonstrou-se alguma aderência do litoral de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XIX, com o tráfico de escravizados por meio da análise da razão de sexo entre a população escravizada contida nos mapas populacionais.<sup>197</sup> Todavia, os números absolutos são modestos quando comparadas a outras áreas brasileiras de economia mais dinâmica. Havia, portanto, dependência de mão de obra livre. Sendo assim, essa elite pretende conter pressões inflacionárias sobre o custo do trabalho. A lógica de terra abundante e acessível aos miseráveis dispostos a migrarem para o interior encarecia o custo da mão de obra no litoral e reduzia as possibilidades de apropriação do sobretrabalho.

Indo para outro ponto de análise dos recursos narrativos, Santa Catarina é apresentada como um projeto que ainda não desabrochou devido a uma série de impeditivos; alguns provenientes do próprio Estado que sempre exigiu de lá cotas de sacrifício para sustentar as posições no Sul. Há, por parte da deputação, o desejo de reconhecimento dos sacrifícios feitos pela província pelo bem da manutenção do império via constantes fintas para abastecimento de

---

<sup>195</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 257.

<sup>196</sup> **Apud:** MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 257. Nota de rodapé 113.

<sup>197</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)* / Rogério Pereira Cunha. – Curitiba, 2011. 188 f. Ver especialmente capítulo 3. Sobre esse tema, ver também: GOMES, Luciano Costa. *Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836*. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.3, p.593-615, set./dez. 2017.

pelotões militares, jovens para o recrutamento e demais esforços nos conflitos ocorridos no Sul entre fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

Os dados demográficos apresentados são portadores de algum exagero. Sabe-se, pelo mapa populacional do ano anterior, que a população total da província, incluindo escravizados e administrados, era ligeiramente superior a 61000 indivíduos conforme atesta o quadro a seguir obtido do trabalho do historiador Luciano Costa Gomes:

**Quadro 14: Distribuição da população de Santa Catarina por condição jurídica entre 1787 e 1836.**

| Ano  | Livres | Libertos | Escravizados | Indígenas | Total         |
|------|--------|----------|--------------|-----------|---------------|
| 1787 | 16 177 | 209      | 4 225        | 0         | <b>20 611</b> |
| 1796 | 18 209 | 455      | 5 191        | 0         | <b>23 855</b> |
| 1803 | 21 701 | 485      | 6 191        | 0         | <b>28 433</b> |
| 1805 | 21 756 | 574      | 6 719        | 0         | <b>29 049</b> |
| 1806 | 23 037 | 673      | 6 452        | 0         | <b>30 162</b> |
| 1809 | 23 376 | 622      | 7 337        | 0         | <b>31 335</b> |
| 1811 | 23 753 | 580      | 6 247        | 0         | <b>31 750</b> |
| 1812 | 24 806 | 644      | 7 583        | 0         | <b>33 033</b> |
| 1814 | 24 828 | 533      | 8 302        | 0         | <b>33 663</b> |
| 1819 | 26 622 | 550      | 9 231        | 0         | <b>36 403</b> |
| 1820 | 29 142 | 964      | 9 783        | 0         | <b>40 080</b> |
| 1829 | 38 134 | 1 774    | 12 620       | 855       | <b>53 383</b> |
| 1836 | 45 066 | 3 131    | 13 019       | 163       | <b>61 379</b> |

Fonte: GOMES, Luciano Costa. *Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836*. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.3, p.593-615, set./dez. 2017. p. 613.

Com os dados levantados por Gomes, que apresentam uma taxa de crescimento anual no intervalo entre 1787 e 1836 na ordem de 2,3%, a população da província não teria 70000 habitantes, mas algo próximo a 62 500 indivíduos. A população real seria pouco mais de 10% inferior aos dados trazidos na representação. Isso pode também ser lido como recurso narrativo para reforçar argumentos por mudanças que promovessem alterações desejadas no quadro da questão agrária.

A pauta agrária prosseguiu nos trabalhos da assembleia durante as legislaturas seguintes. Para além das representações enviadas para o Rio de Janeiro, havia também o expediente de provocar a presidência da província para

tentar a liberação. Sobre isso, é indicativo a resposta enviada pelo presidente da província em abril de 1841:

III.<sup>mo</sup> Snr.º

O Ex.<sup>mo</sup> Snr.º Presidente da Província, a cujo conhecimento levei o officio que VS.<sup>a</sup> me fez a honra de dirigir em data de hoje, me ordena declare a VS.<sup>a</sup> em resposta ao que pelo referido officio exige saber a Assembleia Legislativa Provincial: que estando suspensa a auctorisação de se concederem terras, não as concede a Presidencia; mas em alguns casos em que lavradores necessitados pedem o disfructo de algumas porções de terrenos que não tem a extensão precisa para formarem Districtos de Colonias; depois de ouvida a Camara respectiva, e Eresos[?], se os há, concede a Presidencia, estando devoluto o terreno, o disfructe d'elle por meio de um Despacho em que declara que atal terreno ficará o concessionario com o direito que da occupação possa provir-lhe, e sujeito sempre ao que sobre concessões de terras houver de ser competentemente determinado.

Sirva se VS.<sup>a</sup> de levar ao Conhecimento da m<sup>es</sup>a a Assembléa esta resposta de S. Ex.<sup>a</sup>  
Deos Guarde a V.S.<sup>a</sup>

Secretaria da Presidencia em 23 d'Abril de 1841

III.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> José Antonio Roiz Pereira<sup>198</sup>

O presidente reafirma a suspensão da distribuição e traz exceções muito pontuais em que se permite atuar na legitimação da distribuição agrária.

### 3.2 Escravidão

A década de 1830 representou, para o Império brasileiro, um período de intensas instabilidades institucionais, marcado pela abdicação do trono, pela menoridade de Dom Pedro II e pelo regime regencial. Neste contexto, a escravidão não era apenas um traço econômico ou social do Brasil oitocentista: era um pilar da ordem, da autoridade e do imaginário político das elites provinciais. É também um período de adentramento ao modelo político liberal, que adquiria feições muito próprias com características autoritárias.

Em Santa Catarina, como em outras províncias periféricas, o temor de que o sistema escravocrata fosse ameaçado por movimentos de insurreição era amplificado por notícias de revoltas em outras partes do país, como a Revolta

---

<sup>198</sup> Offício de 23 de abril de 1841. Livro de Offícios da Secretária da Presidência - 1841-1843. f. 57. Centro de Memória ALESC. Em 1846, novamente a presidência é questionada: *Deliberando a ASsembléa Legislativa Provincial se exigeSse saber da Presidencia da Província si, pela mesma Presidencia, ou pelo Governo Geral, alguma couza se tem ordenado sobre colonização nas terras devolutas da estrada de Lages pelo Trombudo, bem como que informa sobre o mais que actualmente poSsa haver a tal respeito; aSsim o comunico a VS.<sup>a</sup>, que se servirá leval-o ao Ex.<sup>mo</sup> Senr<sup>~</sup> Prezidente da Província, afim de que S. Ex.<sup>a</sup> se digne mandar satisfazer esta exigência.* Offício de 24 de março de 1846. Livro de Offícios do Presidente de Província – 1835-1848. f. 100. APESC.

dos Malês na Bahia. Essas manifestações de resistência escrava, embora muitas vezes localizadas e rapidamente reprimidas, tinham um efeito simbólico e psicológico considerável sobre os senhores e autoridades políticas ciosas pela manutenção da ordem. O documento a seguir, apesar de extenso, é bastante oportuno para se observar como a elite catarinense pensava a questão. Trata-se de um conjunto de medidas que os deputados recomendaram ao presidente da província quando chegou a notícia da revolta escrava da Bahia.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

A Assembleia Legislativa da Província, tomando na mais séria consideração a fatos que denunciara a Sua Majestade Imperial a Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro em sua mensagem de 17 de março próximo passado, donde se deduz que a insurreição de escravo, ultimamente manifestada na Bahia tem ramificações, não só naquela primeira Província, mas também em todas as outras do Império, e agora juntamente receosa de que os boatos que correm de que os escravos tentam insurgir-se na Província, venham a realizar-se, pois é constante que eles há tempos se mostram atacados, que alguns bandos deles tem aparecido com distintivos, dando vivas ao dia 19 de abril, que se diz a marcado para o rompimento, e que fazem reunião clandestinas; julga que, competindo-lhe velar na guarda da Constituição e das Leis, não lhe deve ser indiferente objeto de tamanha ponderação, e por isso, enquanto não passam os Atos Legislativos de que se ocupa tendentes a prevenir e a reprimir qualquer tentativa de insurreição da escravatura, lembra ao zelo e patriotismo de Vossa Excelência as seguintes medidas de cautela que lhe parece podem ser desde já mandadas executar por Vossa Excelência.

1º Que os Guardas Municipais Permanentes deverão aquartelados ou reunidos em um só ponto.

2º Que a Cidade seja constantemente vigiada de noite por patrulhas armadas e municadas, 4 de infantaria e 2 de cavalaria sendo para este fim auxiliada a Guarda Municipal Permanente com Guardas Nacionais de serviço ordinário, ou [1 palavra] da reserva, ou mesmo com outros Cidadãos que o Juiz de Paz respectivo poderão[?] [illegível]tar.

3º Que seja dispensada a vigilância dos mesmos juizes sobre as casas onde se façam reuniões de homens de cor, e pretos livres, libertos e escravos, a fim de que sejam dispersadas e presos, e punidos os escravos.

4º Que proíbam-se severamente ajuntamentos de negros, e índios nas Tabernas e às portas delas, bem como que escravos tenham casas alugadas ou administrem casas de comércio.

5º Que seja auxiliada a Guarda Municipal Permanente nos dias festivos, e com especialidade nos da próxima semana santa ou dias santos da Páscoa, com Guardas Nacionais comandados por seus próprios oficiais, e Inferiores, podendo abonar-se a estes auxiliares que forem precisos quando houver os mesmos homens de servir mais de um dia, os vencimentos que têm a Guarda Permanente.

6º Que o Comandante do 2º Corpo de Artilharia seja recomendada toda a vigilância no Quartel do Corpo e seu armamento, não dispensando de dormirem no quartel os praças obrigados a morarem nela, e bem assim os oficiais do Estado maior, e ainda mesmo os outros guardas sejam convocados por ordem da autoridade competente em caso urgente.

7º Que os chefes dos corpos de linha e de força policial se prestem imediatamente as requisições de qualquer autoridade que tenha atribuições policiais.

8º Que de inteligência com o Reverendo Vigário da Vara, se determine que a procissão de Sexta-Feira Santa saia logo depois do pôr-se o sol; e que nesse dia do meio dia por diante, além das disposições indicadas haja pronta e municada uma força de 30 homens da Guarda Nacional, lançando-se mão da reserva para isso se for preciso.

9º Que pela Presidência se deem as providências que se julgarem convenientes para que os Distritos de fora da Cidade se segure a tranquilidade pública até que a Assembleia resolva sobre o objeto de maneira que as medidas que adotar sejam extensivas a toda a Província.

10º Que as patrulhas principalmente de noite revistem todos os escravos e libertos, e os prendam para serem punidos, se lhes acharem armas.

11º Que todo o escravo encontrado depois do toque de recolher, que não esteja em companhia de seu senhor, que não traga lampião aceso, ou um bilhete do senhor declarando o motivo da saída, seja preso e punido no dia seguinte policialmente.

A Assembleia determinada a prevenir por todos os meios ao seu alcance os males que receia, deseja ainda que Vossa Excelência a informe de tudo quanto poder saber sobre o objeto de que se trata, a fim de que com o conhecimento de causa, melhor possa decidir-se na escolha de tais meios.

Deus guarde a Vossa Excelência. Sala das sessões em 10 de abril de 1835.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Feliciano Nunes Pires – Presidente da Província.

Miguel de Sousa [Melo e Alvim] – Vice presidente da Assembleia Legislativa Provincial

Jerônimo Francisco Coelho – 1º Secretário da Assembleia Legislativa <sup>199</sup>

É conveniente reforçar que tais diretrizes foram elaboradas nos primeiros dias de existência institucional da assembleia provincial. Nem mesmo um regimento interno com a previsão dos ritos institucionais havia sido concebido ou mesmo suas primeiras leis. Ao detalhar onze medidas preventivas, a Assembleia Legislativa não apenas expressa seus temores frente à possibilidade de levantes, como também torna visível a lógica de contenção e vigilância que estruturava o cotidiano das relações sociais entre senhores e escravizados.

A proposta de aquartelamento das guardas, a intensificação do patrulhamento urbano, a repressão aos ajuntamentos de pretos, indígenas e libertos e até o controle sobre o tempo religioso (como o da procissão da Sexta-Feira Santa) revelam o esforço em disciplinar o espaço público e reduzir as possibilidades de articulação entre os sujeitos negros. Novamente tais orientações mostram a associação entre o liberalismo e o autoritarismo para contenção dos setores sociais marginalizados e explorados daquela sociedade. Medidas policiais eram instrumentos mobilizados para o controle, todavia os recursos para a ampliação desse aparato demonstravam os limites.

A retórica do documento é sintomática. Fala-se em “homens de cor”, “reuniões clandestinas”, “ajuntamentos” e “bilhetes de senhores”, numa linguagem que produz a figura do negro — livre ou escravo — como um corpo suspeito, como um sujeito cuja liberdade ou mobilidade deve ser justificada,

---

<sup>199</sup> Ofício de 10 de abril de 1835. Livro de Ofícios do Presidente de Província – 1835-1848. f. 43-44. APESC.

controlada, autorizada. Do mesmo modo, dada a escassez de forças policiais regulares, pode ser interpretado que o chamamento ao controle social era para toda a sociedade proprietária e livre. A manutenção da ordem não seria possível só pelos braços do jovem Estado, mas pela cooperação de todos que se beneficiavam dela.

É também relevante notar a articulação discursiva entre províncias. A menção explícita à Assembleia do Rio de Janeiro e à insurreição baiana revela uma rede de comunicação e alarme entre elites provinciais, sugerindo uma circulação de discursos sobre a ameaça negra e a necessidade de respostas articuladas. Observa-se que o medo das elites do Brasil oitocentista estava menos ligado a ameaças reais e mais à projeção de um colapso da ordem social caso os escravizados tomassem consciência de sua força coletiva.

Neste sentido, a representação de Santa Catarina se insere no quadro de um Império que buscava, por meio das elites locais e regionais, reforçar a estabilidade institucional a partir do controle dos escravizados. A manutenção da escravidão era, mais do que uma realidade econômica, uma necessidade política que pareceu aglutinar e cimentar as diferentes elites regionais.

Em síntese, o documento da Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1835 oferece um testemunho eloquente sobre a mentalidade política da elite provincial. Enraizada em uma cultura de medo racial e ordenamento autoritário, essa elite via na repressão e na vigilância os instrumentos legítimos para preservar não apenas seus interesses econômicos, mas também o próprio modelo de sociedade que pretendia perpetuar.

A linguagem do medo da desordem e da necessidade de contenção preventiva, como observada nos documentos da Assembleia Legislativa Provincial, ecoa modelos repressivos em circulação no mundo atlântico, e também se atualiza à realidade específica de uma província periférica, marcada por uma elite política que via na escravização não apenas um pilar econômico, mas um instrumento de governabilidade. Como aponta Lynch, os conceitos não circulam de forma neutra; ao contrário, sua recepção nos países periféricos está sempre mediada por projetos de poder locais e por estruturas sociais

profundamente desiguais<sup>200</sup>. Essa leitura contribui para a compreensão das elites políticas das províncias brasileiras como sujeitos ativos na tradução do léxico liberal europeu. No caso de Santa Catarina, percebe-se que a apropriação de categorias como “ordem”, “constituição” e “tranquilidade pública” assumia significados próprios, vinculados ao medo de insurreições escravas, à manutenção das hierarquias raciais e à afirmação de uma autoridade estatal ainda em consolidação. Assim, as ideias europeias ganhavam, no contexto periférico do Império, uma inflexão conservadora e disciplinadora, que dava centralidade à escravidão como fundamento da estabilidade e da governabilidade. Trata-se, portanto, de um processo de circulação desigual e criativa de conceitos, em que o pensamento político europeu era ressignificado em função das estruturas sociais e dos pactos oligárquicos vigentes nas bordas do mundo atlântico, tal qual já havia sido observado por Faoro e seu entendimento sobre os traços particulares do liberalismo no Brasil.

O controle sobre a população escravizada era previsto na lei provincial e contava, para além do aparato policial, também da observância dos proprietários. O ofício a seguir revela as punições de encarceramento e multas pecuniárias para escravizados que circulassem fora dos horários pré-estabelecidos.

Tendo deliberado a ASsembléa Legislativa Provincial, que, por intermedio da Presidencia, se ordene á Camara Municipal da Capital a remeSsa, com urgencia, de huma Postura por ella adoptada, depois do enserramento da ultima SeSsaõ Legislativa, sobre escravos que fosem encontrados, depois do toque de recolher, informando a referida Camara que q<sup>tia</sup>[s] tem entrado em seus Cofres, provenientes de multa por infracções da sobredita Postura: de Ordem da mesma ASsembléa o Communico a VS.<sup>a</sup> para ser presente áo Ex.<sup>mo</sup> Snr' Presidente da Provincia, afim de que S.Ex.<sup>a</sup> se digne mandar expedir as ordens convenientes a respeito  
Deos Guarde a VS.<sup>a</sup> Secretaria da ASsembléa Leg.<sup>a</sup> da Provincia de Santa Catharina  
em 26 de Março de 1840

[Ill.<sup>m</sup>]º Snr~ Bernardo Joaquim de Mattos

Silverio Candido de Faria <sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> LYNCH, C. E. C.. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, n. 10, p. 314–334, maio 2015. p. 315.

<sup>201</sup> Ofício de 26 de março de 1840. Livro de Ofícios do Presidente de Província – 1835-1848. f. 195. APESC.

A representação da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina, datada de 26 de março de 1840, revela a continuidade — e ao mesmo tempo a sofisticação — dos mecanismos de controle social e racial mobilizados pelas elites locais diante da persistência da escravidão como fundamento da ordem imperial. O documento expressa a deliberação para que a Câmara Municipal da capital remetesse, com urgência, cópia da postura municipal que estabelecia sanções a escravizados encontrados nas ruas após o toque de recolher, bem como informações sobre os valores arrecadados com tais multas. Ainda que breve, o conteúdo é altamente revelador, sobretudo ao associar práticas de repressão noturna com a arrecadação fiscal, indicando que o disciplinamento gerava não apenas segurança simbólica, mas também recursos materiais para o poder local investir, dentre outras rubricas, na própria ampliação das forças repressivas. A criminalização do simples ato de circular à noite - a menos que acompanhado por seu senhor ou portando autorização por escrito - já aparecia na fonte de 1835 e se reitera aqui, com o agravante de que a medida foi institucionalizada na forma de postura municipal, incorporando-se ao arcabouço legal da província. A coerção, além de socialmente legitimada, era também monetizada, alimentando os cofres das instâncias do poder local e regional.

Além disso, o pedido formal da Assembleia a Presidência para que se emitam ordens a Câmara Municipal evidencia um modelo de articulação institucional em torno da escravização, no qual diferentes esferas do poder — legislativa, executiva e municipal — atuavam em sincronia, ou ao menos tentavam. Isso revela o grau de consenso entre as elites políticas sobre a necessidade de constante vigilância sobre a população negra, livre ou escravizada, e a consolidação de um pacto social que mantinha a liberdade negra sob suspeição permanente. Esse pacto implicava uma naturalização da repressão cotidiana, base indispensável a estabilidade do Império e à reprodução das hierarquias sociais e raciais.

Observar o Código de Posturas municipal de Desterro, que era emendado e aprovado pelos deputados, é também bastante revelador quanto ao tema da

escravização e do controle social. Tal documento foi publicado nas leis províncias em 10 de maio de 1845, sob o número de Lei 222. Recobra-se que neste mesmo ano ocorreu o fim da Revolta dos Farrapos e a visita, no final do ano, do imperador D. Pedro II a Desterro. Foi também possível captar as discussões sobre essas posturas no livro de atas de 1844-1846.

Há, nas posturas, um capítulo dedicado a *Tranquilidade Pública*. Nele consta o artigo 35 que determina multa aos donos de estabelecimentos – vendeiros – que permitirem que “vadios e escravos” permaneçam em seus comércios “por mais tempo que o necessário para compra” ou que permitam em suas portas “ajuntamento deles, toques ou danças”<sup>202</sup>. A reincidência renderia aumento do valor pecuniário e prisão para o proprietário de estabelecimento infrator. No artigo 38 determina que:

ficam proibidos daqui em diante os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques [...] sendo captivo e achando-se sem licença do seu senhor, será castigado conforme a lei. [...] o senhor que der taes licenças será multado em 4\$000 réis de multa.<sup>203</sup>

As práticas culturais africanas eram vistas como perigosas e a lei também era dirigida aos proprietários, transformando-os em corresponsáveis pela manutenção da ordem. Por outro lado, a existência de uma lei poderia servir para blindar, nas negociações cotidianas com a escravaria, os proprietários que mais confortavelmente poderiam limitar o ir e vir dos escravizados sob argumento de que havia uma lei superior aos códigos da Casa Grande e Senzala que o obrigava a agir de forma menos permissiva.

Na sequência das posturas, existem mais alguns artigos que tratam da questão do controle sobre os escravizados e suas relações com os livres. Existe a proibição de locar imóvel para os escravizados, promover festas em residências das quais participem escravizados ou mesmo novamente um reforço sobre a proibição de circulação de escravizados pelas ruas fora dos horários permitidos.<sup>204</sup> Nesse último ponto, foi localizada uma discussão nas atas da

---

<sup>202</sup> Lei 222 Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro. *Colecção de Leis da Província de Santa Catarina*. Vol. 2. p. 217.

<sup>203</sup> Lei 222 Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro. *Colecção de Leis da Província de Santa Catarina*. Vol. 2. p. 217.

<sup>204</sup> Lei 222 Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro. *Colecção de Leis da Província de Santa Catarina*. Vol. 2. p. 218. Artigos 39, 40 e 41.

assembleia no qual José Pereira Sarmiento, que foi deputado da terceira a oitava legislatura e também ocupou no início da década de 1840 o cargo de delegado<sup>205</sup>, sugere uma emenda no artigo para substituir o termo “andarem nas ruas” por “vagarem nas ruas”<sup>206</sup>. No dicionário Luís Maria da Silva Pinto vagar possui tanto a conotação de “ficar sem proprietário, ficar livre” quanto “falta de ocupação e ociosidade”<sup>207</sup> demonstrando que havia por parte da classe dirigente o entendimento de que havia necessidade de controlar a população e, ao mesmo tempo, essa era uma corresponsabilidade dos proprietários.

#### **4. As concepções de Estado e sociedade de um padre deputado**

---

<sup>205</sup> Memória Histórica de Santa Catarina. Disponível em: Biografias / José Pereira Sarmiento / Memória Política de Santa Catarina. Acesso em: 20 jun 2025.

<sup>206</sup> 33ª Sessão Ordinaria da Assembleia Provincial de Santa Catharina. Livro de Atas da Assembleia Legislativa Provincial (1844-1846). Centro de Memória ALESC. f. 9.

<sup>207</sup> PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. p. 1078. Disponível em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin Acesso em: 20 jun 2025.

O propósito das reflexões que seguem é avaliar as ideias políticas e sociais de um dos deputados que ocupou assento na Assembleia Legislativa de Santa Catarina no período abrangido por esta pesquisa. Trata-se do padre Paiva, figura cujo pequeno fragmento da trajetória política já foi exposta no segundo capítulo ao se tratar de deputados que iniciaram carreira política bastante jovens. De acordo com levantamento feito por Angelo Renato Biléssimo, Paiva esteve entre os deputados que mais legislaturas ocupou Assembleia Legislativa de Santa Catarina ao longo do recorte de 1834 e 1889, totalizando onze oportunidades. Com número igual, somente o deputado Tomás Silveira de Sousa.<sup>208</sup> Este foi um grande feito de Paiva. Ele viveu menos de cinquenta anos de vida e só começou a sua vida pública na década de 1840. A sua precocidade e boa aderência junto à comunidade permitiram esse recorde. Tomás Silveira de Sousa, por seu turno, viveu oitenta e dois anos e já iniciou seu trajeto durante o Conselho Provincial na década de 1820. Dessa maneira, entende-se a trajetória de Paiva como uma das mais significativas dos 83 deputados acompanhados por essa pesquisa.

Para este momento do trabalho, vamos romper a baliza até aqui estabelecida e analisaremos textos do referido padre escritos e publicados em período posterior aos anos 1840. Obras das décadas de 1850 e 1860 também serão trazidas à tona durante esta investigação com o propósito que averiguar a gramática política e social mobilizada pelo padre nas suas exposições. Vale destacar que Paiva se transformou em uma das lideranças do Partido Conservador na província.

Para tanto, far-se-á uso dos textos do padre reunidos na coletânea *Ensaios oratórios*<sup>209</sup> que reúne vinte e cinco sermões ministrados pelo vigário em seu púlpito. Estes textos trazem muito das visões teológicas de Paiva associadas as suas ideias políticas e visões de mundo. Originalmente publicado em 1862, a obra traz discursos ministrados nas paróquias de Santa Catarina, sobretudo Desterro e São José, entre as décadas de 1840, 1850 e início dos anos 1860. Apesar da publicação somente em 1862, é possível afirmar que alguns desses

---

<sup>208</sup> BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Lisboa, 2010. pp. 155-158 (Anexo B)

<sup>209</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaios oratórios*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007.

textos circulavam impressos pela província antes da reunião na coletânea. O que corrobora essa afirmação é que uma das orações, que foi a proferida quando da missa em que o imperador esteve presente em 1845, foi impressa pela Typographia Provincial no mesmo ano do evento<sup>210</sup>. Claro que a ocasião foi atípica. Mas pelas relações de Paiva, pode ser que outras partes deste material circulassem em fascículos antes de 1862, fator que trazia muito mais visibilidade para os seus sermões religiosos bem como alguma influência sobre o corpo eclesiástico da província e o fortalecimento da estima dos fiéis e aliados.

Os vinte e cinco textos não foram organizados de forma cronológica, mas sim quanto a sua essência. Os primeiros doze textos se mesclam entre sermões e panegíricos. Estes últimos sempre dedicados a entidades religiosas como Maria, o Arcanjo São Miguel, o Patriarca São Francisco e Santa Cecília. Na sequência da obra constam cinco orações sendo uma delas dedicada a visita de D. Pedro II conforme informado anteriormente. Seguem três discursos vinculados a situações políticas como eleições e inauguração da cidade de São José. Logo após tem-se duas orações fúnebres, uma delas dedicada a morte de D. João V de Portugal. E, por fim, duas alocuções para celebrar eventos políticos sendo uma destinada para eleições e outra para a data cívica do aniversário da independência.

Os textos inseridos nos *Ensaio oratórios* se inscrevem no campo da sermonística – encarada como etapa do romantismo no Brasil -, que estava em expansão e voga no Brasil oitocentista. De acordo com Maria Renata da Cruz Duran, existem quatro dimensões passíveis de serem apreendidas neste tipo de discurso, a saber: a beleza poética, intencionalidades políticas, contribuições teológicas e proposições filosóficas.<sup>211</sup> Acrescentaríamos uma quinta dimensão, qual seja, das visões do social. Para este capítulo da tese, interessará sobretudo as intencionalidades políticas e as visões sociais presentes nos sermões de Paiva.

---

<sup>210</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Oração de ação de graças que por ocasião da visita de SS.MM. II a vila de São José, no dia 20 de outubro de 1845*. Santa Catharina: Typographia Provincial, 1845.

<sup>211</sup> DURAN, Maria Renata da Cruz. *Frei Francisco de Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo*. Revista Intellectus/Ano 3, Vol 2 – 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5860313.pdf> Acesso em 03 out. 2023.

Nas suas referências intelectuais no campo teológico, Paiva declara as suas filiações. Diz ele na advertência preliminar dos seus *ensaios oratórios* que “procurava inspirar-me lendo os belos sermões de Massillon, de Bourdaloue, de Flechier, do imortal Bossuet, e as orações do nosso Padre Mestre Mont’Alverne.”<sup>212</sup> Ao longo da obra, Bossuet é o mais citado e a alcunha “imortal” demonstra alguma deferência para com o bispo de Meaux e o reconhecimento de certa atemporalidade de seus escritos. Trata-se de uma tradição já propagada por gerações anteriores a Paiva, conforme informa Willian de Souza Martins que reconheceu também entre os sermonistas do período joanino forte influência de Bossuet.<sup>213</sup>

Vale destacar que citações a autores estrangeiros era estratégia de produção de efeito positivo sobre sua plateia com a finalidade de obter índices mais altos de convencimento e legitimação dos seus argumentos perante os ouvintes.<sup>214</sup>

O Frei Francisco do Monte Alverne foi professor do seminário São José, frequentado por Paiva durante a sua formação.<sup>215</sup> Lá ocupava a cadeira de filosofia e retórica.<sup>216</sup> Pelo que será apresentado na sequência, Paiva foi usuário intenso da retórica na construção de seus discursos. Há, portanto, forte presença de Monte Alverne na constituição intelectual do padre alvo das discussões deste capítulo.

Também será utilizado a obra que Paiva considerava a sua mais importante contribuição para Santa Catarina: o seu *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*<sup>217</sup> publicado em 1868 em

---

<sup>212</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaio oratórios*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007. p. 18.

<sup>213</sup> MARTINS, William de Souza. *O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte Joanina (1808-1821)*. *Tempo*, Niterói, UFF, vol. 17, n. 31, 2011, p. 131.

<sup>214</sup> CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topói, Rio de Janeiro, N° 1, pp. 127-130. Ver também: PIMENTA, Vilmar Douglas de Souza & MASSIMI, Marina. *A Palavra e a Imagem na Pregação do século XVII: Um Sermão de Antônio Vieira*. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20 (1), 2006. p. 138. Existe neste texto a seguinte citação de Aristóteles: “dar ao estilo um aspecto estrangeiro, pois o que vem de longe suscita admiração.”

<sup>215</sup> Monte Alverne, acometido por amaurose, se retirou das atividades docentes em 1836, pouco antes da entrada de Paiva no Seminário, e veio a falecer em 1858.

<sup>216</sup> DURAN, Maria Renata da Cruz. *Frei Francisco de Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo*. *Revista Intellectus/Ano 3, Vol 2 – 2004*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5860313.pdf> Acesso em 03 out. 2023.

<sup>217</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC. 2007.

que, por meio de verbetes, traz a descrição das regiões da província e sempre deixa transparecer algumas das suas impressões sociais e leituras de mundo.

O texto do *Dicionário* começa com uma apresentação em que Paiva traz o estado da arte da província, com apontamentos sobre a organização do governo, a catequese e “civilização” dos indígenas, as atividades econômicas e estatísticas gerais – populacionais, comércio, atividade portuária e eleitores -, forças policiais e divisões eclesiástica e judiciária. Em alguns desses tópicos, há algumas breves informações históricas. Consta também nessa apresentação dados geográficos como hidrografia, solo e clima.

Nesta obra, Paiva trouxe 1. 258 verbetes. Em sua grande maioria, a construção textual aborda mais aspectos geográficos do que estatísticos e históricos. Existem possibilidades interpretativas para essas escolhas: uma delas pode ser associada a maior pendor e interesse intelectual para esse tipo de observação mais geográfica. Do ponto de vista empírico, a geografia é mais facilmente observável do que a estatística e a História. O autor depende apenas de si mesmo para coleta de dados ao passo que as outras duas áreas demandam o consumo de outros autores nem sempre existentes ou acessíveis. Em certo sentido, essa interpretação apontaria para uma operação mental mais voltada para a lógica racional e empiria em contraposição a retórica. Todavia, ressalta-se que a retórica possuía um papel estruturante na sua construção discursiva. Afinal, ao estudar em liceus e seminários brasileiros, não pode se menosprezar o papel da retórica na sua formação curricular,<sup>218</sup> e, do mesmo modo como se verá adiante, seus textos são repletos de alegorias e metáforas.

Um outro ponto reside em uma percepção de que, ao passo que a História é obra dos homens, a geografia é a maneira pela qual a criação de Deus se revela aos olhos dos homens.

Escreve Paiva em determinado trecho do seu *Dicionário*:

[...] terras fertilíssimas, cobertas de luxuriante vegetação, produzindo todos os frutos e cereais da Europa, encerrando em seu seio ricas minas de carvão de pedra de superior qualidade, e nascentes de águas termais, e possuindo em fim vastas florestas de preciosas madeiras de construção e extensas planícies, onde nasce espontaneamente a erva-mate, a mamona, o tabaco, a baunilha, o anil, tais são os elementos de riqueza com que a Providência dotou este belo torrão do Novo Mundo, os quais no porvir

---

<sup>218</sup> Cf. DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, UNESP, 2009. 195f.

desenvolvidos e devidamente apreciados colocarão esta província no posto que por direito te compete entre as estrelas do Império de Santa Catarina”<sup>219</sup>

Vê-se que a natureza é observada como uma espécie de passaporte para o desenvolvimento econômico tal qual observado nas discussões da assembleia demonstrada no capítulo anterior. Essa admiração pela natureza era também oriunda das percepções do padre de uma natureza como graça divina sobre sua terra natal.

Outra obra legada por Paiva foi a peça teatral *Elogio Dramático em três épocas*<sup>220</sup> publicada em 1852 quando do aniversário de sete anos da visita do imperador D. Pedro II a Santa Catarina. É um texto de alegoria política no qual traz suas concepções de Monarquia, Liberdade, Despotismo e Guerra Civil ao comparar as experiências do Prata com o Brasil. Trata-se de obra de reverência a atuação do Império brasileiro durante a batalha de Caseros, na Argentina, que opôs o líder Juan Manuel Rosas e seu governo centralista e o general Justo José de Urquiza, este último apoiado pelo Brasil.

Por fim, padre Paiva também foi colaborador e deixou muitas colunas em jornais como *O Novo Íris* (1850-1851), *A revelação* (1852-1853), *O Mensageiro* (1855-1857), *O Argos da Província de Santa Catarina* (1856-1862), *O Cruzeiro do Sul* (1858-1860), *O Catharinense* (1860-1861) e *O Despertador* (1863-1865). Para este capítulo, foram concentrados esforços no jornal *A revelação* por ter sido Paiva o editor único dele e ter escrito muitas colunas para o seu próprio periódico. São no total quarenta e seis exemplares sendo dezoito publicados em 1852 e vinte e oito no ano seguinte. Neste último ano, em virtude de um surto de febre amarela muito forte no litoral brasileiro, Paiva mais republicou colunas de outros periódicos do que elaborou textos autorais.

O *Novo Íris* também foi consultado. Trata-se do jornal vinculado ao grupo político de Paiva (saquaremas). Por conhecer o estilo e vocabulário do padre, localizamos algumas colunas que, mesmo não assinadas, pode-se atribuir com segurança a Paiva. O foco dos escritos dos jornais é verificar se havia

---

<sup>219</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. p. 24

<sup>220</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Elogio Dramático em Três Épocas*. Santa Catarina: Typographia Catharinense, 1852.

congruências com as ideias publicadas na forma de livro nos anos 1860 ou se suas ideias estavam em alguma medida cristalizadas.

Não se pode deixar de afirmar que essas fontes possuem especificidades que devem ser levadas em conta. Uma delas consiste em reconhecer que os *ensaíes oratórios* publicados de Paiva tiveram em um primeiro momento ouvintes ao invés de leitores. Do mesmo modo, sua peça teatral também foi escrita para ser encenada para expectadores. Foram, portanto, originalmente pensadas para produzir impressões, compreensões, significações nos indivíduos que acompanharam esses momentos *in loco* como ouvintes e expectadores. Tais experiências fruídas permitiram que essas elocuções trouxessem algum tipo de impacto para um conjunto de contemporâneos e, inclusive, no próprio interlocutor Paiva. Em um processo dialético, palavras, emoções, ideias e sentimentos puderam, em alguma medida, se materializar em ações tal qual sugere Pocock. Dentro de um contexto linguístico particular - o da província de Santa Catarina nas décadas anteriormente mencionadas, e está por sua vez uma “pequena província” em um Brasil vivendo os sacolejos da sua formação estatal – que determinava “o que poderia ser dito e que, ao mesmo tempo, sofria a ação daquilo que era dito”.<sup>221</sup>

Por outro lado, a outra parcela das fontes foram elaboradas por um autor em busca de leitores e reconhecimento intelectual, produzindo um discurso político e acadêmico de outra matriz, com um público e uma circulação diferentes. Seu dicionário parece relacionado com o desejo de ser lido dentro e fora da província, por um grupo mais seletivo. Havia o ímpeto de se inserir em circuitos letrados e mesmo demarcar posições perante seus conterrâneos. Já suas participações na imprensa estão relacionadas ao processo de formação de uma esfera pública e a demarcação de posições coletivas e políticas bem como a elaboração social de seu *ethos*.<sup>222</sup>

---

<sup>221</sup> POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013. p. 24.

<sup>222</sup> Para se ter um panorama da circulação de jornais e formação de um espaço público em Santa Catarina, ver: PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

#### 4.1 Um pouco do contexto teológico católico no Brasil das décadas de 1840 e 1860

Após as revoluções liberais de São Paulo e Minas Gerais no início da década de 1840, o jovem imperador D. Pedro II optou por compor o quadro dos reverendíssimos com bispos de tradição mais conservadora. Eram os ultramontanos. Buscava-se com isso reduzir a influência de religiosos de perfil mais iluministas como os jansenistas e galicanos.<sup>223</sup> Essa estratégia, juntamente com novas diretrizes da Igreja que impactaram na formação dos padres nos seminários brasileiros, tiveram resultados no médio prazo na medida em que os religiosos se tornavam mais ralos nas rebeliões. É verdade que as rebeliões também rarearam nos anos 1850 e isso pode estar relacionado a um maior comedimento dos religiosos, que tinham grande capacidade de mobilização dada a sua inserção no tecido social das áreas centrais e dos rincões.

Sem dúvidas, a partir da década de 1840, o clero mais liberal foi gradativamente contido no interior da Igreja Católica no Brasil. Os conflitos entre o enfoque tradicionalista e ultramontano de um lado e o liberal de outro iam gradativamente apresentando o projeto vencedor. A visão liberal de que o Brasil sempre fora dominado pelo poder clerical vai perdendo força em contraposição a uma visão de maior vinculação e submissão do clero brasileiro a Roma.<sup>224</sup>

A manutenção do ultramontanismo e sua maior envergadura nas décadas seguintes a 1840, todavia, podem ser vistos como um dos pontos que levaram a ruptura entre Estado monárquico e Igreja no fim do século XIX, em período já posterior a baliza desta pesquisa. Houve, em um primeiro momento, interesses sendo orientados entre Segundo Reinado e Igreja, uma vez que ambos desejavam frear os padres iluministas. Nas palavras de Santirocchi,

A constante participação de clérigos em revoluções e sedições, do final do século XVIII até 1842, levou o governo imperial a implementar uma política de despolitização desse grupo. Tal fato também gerava imensos transtornos para a Igreja, pois os seus ministros, ao se envolverem na política partidária, na maioria das vezes se esqueciam de seus

---

<sup>223</sup> DIAS, Thiago Cancelier. *Questão religiosa catarinense: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864)*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado, 2008. p. 10.

<sup>224</sup> AZZI, Rioldo. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 158.

compromissos espirituais e eclesiásticos, favorecendo o nascimento de correntes heterodoxas como o liberalismo eclesiástico liderado pelo padre Feijó.<sup>225</sup>

Por parte do Estado, o desejo de manutenção de modelos ainda com aspectos atrelados ao absolutismo classificava como prudente os freios contra padres iluministas. Já para os religiosos ultramontanos brasileiros, um alinhamento mais robusto com a Santa Sé evitaria o surgimento de uma Igreja mais brasileira e menos romana. Havia por parte do alto clero, não só o brasileiro, mas romano também, a percepção de que o momento exigia a demarcação de posições antimodernas capazes de frear ímpetos de secularização e de reformismo doutrinário. A Igreja já havia percebido desde o século XVI que o fogo amigo tinha grande potencial para desestabilizar a instituição e abater o seu poder.<sup>226</sup>

Santirocchi afirma que o hibridismo do trabalho religioso, no qual serviam ao mesmo tempo a Santa Sé e ao Estado, potencializou ações de religiosos que trilhavam caminhos concomitantes como ministros religiosos e como atores políticos. A Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana - não à toa também chamada de Revolução dos Padres -, a Confederação do Equador e as Revoltas Liberais do início da década de 1840 corroboram o envolvimento de eclesiásticos em movimentos políticos. A rarefação de religiosos dos movimentos, de acordo com o mesmo autor, foi obra da reforma eleitoral de 1842 e, principalmente, da ascensão dos ultramontanos entre os quadros de lideranças do catolicismo no Brasil.<sup>227</sup>

Até a lei eleitoral de 1842, os párocos eram responsáveis por reconhecer a identidade dos eleitores. Com a referida lei, sua alçada reduziu-se, mas eles ainda eram parte da junta eleitoral presidida pelo juiz de paz e composta também

---

<sup>225</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Afastemos o padre da política: a despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Reinado*. Mneme – Revista de Humanidades, 12 (29), 2011 – jan-jul. p. 187.

<sup>226</sup> CUNHA, Rogério Pereira da. *As letras da fé: formação da Igreja, livros e circulação de ideias na Reforma Protestante*. IN: NICOLAZZI JÚNIOR, Norton Frehse. *500 anos da Reforma Protestante*. Curitiba: Editora Positivo, 2017. pp. 19-33.

<sup>227</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Afastemos o padre da política: a despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Reinado*. Mneme – Revista de Humanidades, 12 (29), 2011 – jan-jul. pp. 187-188.

pelo delegado.<sup>228</sup> Não é coincidência esta lei ter sido aprovada no contexto das revoluções liberais de São Paulo e Minas Gerais. Havia a intensão de reduzir o espaço de atuação dos religiosos no processo eleitoral, na política partidária bem como minimizar suas interferências nas instituições. Ao menos os padres mais alinhados ao liberalismo de Feijó, pois, conforme veremos, padre Paiva representava uma continuidade dos religiosos nos espaços políticos oficiais. Mas um religioso temeroso com as rebeliões e de alinhamento mais tradicional, por vezes saudosos do Antigo Regime.

Para complexificar, não se pode analisar a situação como uma aliança tácita entre monarquia e clero ultramontano. Aliás, o pensamento ultramontano adentra o Brasil antes mesmo da ascensão de D. Pedro II. Ele ganha musculatura como reação a um clero mais iluminista e, muito mais do que uma reação à política, o ultramontanismo foi uma reação às tensões teológicas. Todavia, a criação de bispados, visando abrir espaços para os ultramontanos, foi um expediente utilizado pela política. É o caso verificado no Rio Grande do Sul em 1847 como um desdobramento do contexto da Revolução Farroupilha.<sup>229</sup> Há a clara intenção de controlar a orientação do clero e seus processos de reprodução de quadros para se ter maior previsibilidade sobre o mundo político.

Em síntese, o mundo político tinha o seu cálculo. Não se pode esquecer que o clero do período pode ser encarado como peça da administração pública.

---

<sup>228</sup> DECRETO 157 – 04 de maio de 1842. Disponível em: Legislação Federal - Senado Federal Acesso em: 13 mar. 2023.

<sup>229</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A Igreja e a construção do Estado no Brasil Imperial*. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. 22 a 26 de julho de 2013. p. 6, 11 e 12. Santirocchi traz a posição do ministro dos Negócios Estrangeiros, Ernesto Ferreira França em que “a criação de uma diocese no Rio Grande do Sul era objeto de necessidade reconhecida pelo Governo” e a fala de um deputado da Assembleia Geral que ilustra bem a percepção dos ganhos políticos para a monarquia com a ampliação dos ultramontanos: “Sr. Presidente, todo o governo que compreende a sua missão deve estar inteiramente convencido de que a religião é um dos mais sublimes meios de governar, que ela forma o homem no seu interior, o habilita interiormente para a união social: as leis civis unem os homens pela superfície, mas a religião os une pelo coração. Sendo assim, é inegável que nós devemos lançar mão de todos os meios para tirar deste sublime, deste majestoso princípio todas as vantagens que a sociedade tem direito de esperar. Os meios, em minha opinião, e na opinião da casa são sem dúvida a moralização do clero, a moralização do povo; e para conseguir isto é necessário que tenhamos quanto for possível em cada província prelados encarregados imediatamente da moralização. Todos sustentamos que a disciplina eclesiástica se tem enfraquecido; mas porque tem-se enfraquecido? Tem sido sem dúvida porque a extensão do país tem inabilitado os prelados existentes a levar aos habitantes de todas as dioceses as vantagens de uma moral pura, de uma moral religiosa e social. Logo que reduzirmos as dioceses a pontos mais circunscritos, eles terão ocasião de visitar suas dioceses, de inspecionar por si mesmos os párocos na execução de seus deveres; eles conhecerão de perto quais são os párocos que deixam de explicar o Evangelho. Anais do Parlamento Brasileiro, 1845. Tomo I, 94).

Ao longo da trajetória brasileira, os religiosos sempre tiveram, para além de uma função espiritual, também uma entrada no campo da administração. O modelo de paróquias espalhadas pelos rincões garantia uma capilaridade que o Estado português não tinha e no século XIX, o Estado brasileiro não conseguiu no curto prazo. Nas palavras de Santirocchi,

foi delegada aos párocos uma série de funções civis que praticamente os integraram ao funcionalismo público, ao mesmo tempo em que lhes dava uma considerável influência política sobre as comunidades em que atuavam, devido, principalmente, à importante função que passaram a desempenhar no processo eleitoral. Tal fato levou a uma intensa participação política do clero e a formação de uma espécie de liberalismo eclesiástico, encabeçado pelo padre Feijó.<sup>230</sup>

Abrir espaços institucionais para os seus membros foi uma estratégia para aumentar a circulação dos ultramontanos que, fatalmente, iriam exercer maiores controles e censuras sobre a parte mais iluminista do clero e, com isso, trazer sua cota de contribuição nas restrições quanto as inflamações públicas contra o Estado. Já o mundo eclesiástico aceitava este papel e via nele valor, mas estava mais preocupado com os seus problemas intestinos do que com os problemas do Estado.

Esta não era uma engrenagem de todo azeitada, pois na medida em que a burocracia estatal ganhava forma e musculatura, os choques entre uma elite política em formação, geralmente oriunda do campo do direito e dos operadores legislativos, com os religiosos ultramontanos que assumiram as diretrizes do clero nacional passaram a ser inevitáveis já que existiam pontos de atrito como, por exemplo, a questão do regalismo.

Sobre a elite política, que por razões corporativas assume posições pró-Estado nesta querela, Sérgio Adorno pondera que a união entre setores parlamentares e estamento burocrático em prol de certo tipo de liberalismo, foi capaz de afastar, por um bom período, anseios republicanos e democráticos. Afinal, como dizia um professor da Academia de Direito de Olinda, “dar ao povo o poder de desfazer governos, é legitimar a revolta”. A convergência entre representantes da sociedade votante, e representantes do Estado, via burocracia, dirigiu o processo inicial de formação de uma elite política com

---

<sup>230</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A Igreja e a construção do Estado no Brasil Imperial*. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. 22 a 26 de julho de 2013. p. 1.

orientações alinhadas, mesmo que com alguns conflitos. Era a coesão tácita entre elite governante e elite dirigente. Unidas, elas pariram uma elite política brasileira na primeira metade do século XIX.<sup>231</sup> Os padres iluministas representavam pedras no caminho da incipiente elite política nacional, afinal instrumentalizavam a sociedade às sedições que poderiam derrubar governos, mudar modelos políticos, convulsionar a sociedade, questionar os pilares econômicos e causar instabilidade na burocracia e no legislativo, espaços ocupados pela elite em gestação.

Os ultramontanos serviram a esse projeto da elite política em formação. Não pelo projeto em si, mas sim movidos pelos seus próprios interesses. Em um segundo momento, esta parte conservadora do clero, ao defender que o Papa era mais responsável que o Imperador pelas suas diretrizes, contribuiu para a demarcação de posição de uma instituição concorrente ao jovem Estado em um mundo que caminhava em direção a laicização. Essa foi uma das facetas dos choques modernos e antimodernos do Brasil do século XIX, mas que foram muito mais ocorrentes na segunda metade do século do que na primeira, baliza primordial deste trabalho.

José Murilo de Carvalho produziu comparações entre o corpo eclesiástico e os bacharéis. Esses últimos oriundos de Coimbra. Carvalho vê diferenças marcantes entre padres e bacharéis. Não havia por parte dos primeiros tanta aderência a projetos estadistas. Além disso, as menores possibilidades de ascensão e mobilidade na carreira tornavam os religiosos um grupo mais heterogêneo e, somado a isso, havia menos barreiras nas relações entre esses e a sociedade do que comparativamente os bacharéis e a sociedade. No bacharelismo, os ritos, as instâncias e as camadas burocráticas geravam filtros que impermeavam as relações entre representantes do Estado e sociedade, ao menos a arraia-miúda dela. Por terem mais contato com a sociedade, padres tinham maiores perspectivas de se tornarem líderes populares e ao mesmo tempo travavam maior contato com uma realidade mais dura que por vezes poderia produzir impactos em suas visões de mundo. Sem contar que muitos deles, por vezes, eram também vítimas da dureza do mundo econômico. Por essas razões existem padres na maioria das rebeliões ocorridas no Brasil entre

---

<sup>231</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019. pp. 89-90.

1789 até 1842. Padres mais liberais que se seduziram pelos ideais das revoluções Americana e Francesa, no combate ao absolutismo e no desenvolvimento de liberdades políticas.<sup>232</sup>

Nesta baliza temporal sugerida por Carvalho, em que havia setores do clero com perfil mais liberal, o Estado desejava minimizar os efeitos dos religiosos na ebulição de movimentos contestatórios e separatistas. Já a Igreja estava muito sensível aos discursos mudancistas desses membros, um verdadeiro fogo amigo às movimentações antimodernas da Santa Sé no início do século XIX. Era uma fissura com potencial de fratura. Como exemplo pode ser citado a visão dos padres liberais em relação ao celibato. Tatiana Coelho afirma que o padre Diogo Antônio Feijó constantemente abordava o tema e não disfarçava sua defesa em prol da abolição do celibato clerical. Feijó quando deputado defendeu, inclusive, uma nacionalização da Igreja, ou seja, uma instituição autonomista frente as determinações papais. Uma Igreja mais brasileira do que romana.<sup>233</sup>

Do ponto de vista das relações entre Estado e Igreja, havia um ponto de conflito em torno do desejo da Igreja, simbolizado pela ascensão do ultramontanismo, de submeter os poderes temporais às determinações papais, em contraposição a um Estado que dia a dia se instituía e, dentro dos reflexos da época, desejava o fortalecimento do regalismo e submissão da Igreja.<sup>234</sup> Em alguma medida, este é o pano de fundo no qual o padre Paiva, deputado na Assembleia de Santa Catarina, obteve sua formação eclesiástica, construiu sua trajetória política e atuou como ministro da Igreja na província.

O termo ultramontano remonta ao século XIII francês para se referir as autoridades para além dos Alpes, ou seja, religiosos que ocupavam a burocracia da Igreja com um fiel alinhamento as determinações de Roma. No início do século XIX, esse termo ganhou muito ímpeto em uma França bastante instável em virtude do processo revolucionário. Naquele cenário, o ultramontanismo se filiava a ideias reacionárias que contrariavam a progressiva secularização,

---

<sup>232</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 183.

<sup>233</sup> COELHO, Tatiana Costa. *Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. Niterói: UFF. Tese de Doutorado, 2016. p. 25 e 46.

<sup>234</sup> COELHO, Tatiana Costa. *Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. Niterói: UFF. Tese de Doutorado, 2016. p. 15.

produto da Revolução, bem como os retrocessos vividos pela Igreja na França ao ter suprimido parte substancial dos seus poderes medievais.<sup>235</sup>

Santirocchi informa que nesta França, ao menos a sua porção mais reacionária e conservadora, vivendo os efeitos rebotes da Revolução, o pensamento ultramontano foi responsável por tentar fortalecer o poder papal frente às paróquias locais, reafirmar a escolástica como modelo mental e reflexivo e reestabelecer os jesuítas como braço do mundo católico. Em contrapartida, também delimitou os perigos a serem enfrentados e, se possível, sufocados, como o galicanismo, o jansenismo, o regalismo, o liberalismo, o protestantismo e a maçonaria.<sup>236</sup>

## 4.2 Falar de si

Padre Paiva, conforme abordado no segundo capítulo, esteve entre os mais jovens deputados a participar da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina em seu tempo, tendo sido deputado por várias legislaturas entre as décadas de 1840, 1850 e 1860 até seu falecimento com menos de 50 anos em 1869. Em seus últimos sete anos de vida assumiu a posição de Arcipreste da província. A ele competia, na nova posição, nomear vigários, dar dispensas e agir em nome do bispado na região. A época, Santa Catarina era vinculada ao bispado do Rio de Janeiro.

Quando em 1862 padre Paiva publicou pela typographia Catharinense seu livro contendo *ensaios oratórios*, apresentou um memorial de si mesmo como

Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa; Examinador Sinodal do Bispado do Rio Grande do Sul; Membro de diversas Sociedades Literárias; Professor de Filosofia Racional e Moral do Liceu Provincial; Vigário colado da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, capital da província de Santa Catarina.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A Igreja e a construção do Estado no Brasil Imperial*. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. 22 a 26 de julho de 2013. p. 1.

<sup>236</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A Igreja e a construção do Estado no Brasil Imperial*. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. 22 a 26 de julho de 2013. p. 16.

<sup>237</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaaios oratórios*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007.

Seis anos depois em 1868, poucos meses antes de falecer, quando finalizou sua obra intitulada *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina* publicou novo memorial em que manteve as informações anteriores e acresceu que era

Sócio Honorário do Ateneu Paulista, Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da província de São Pedro, do Ginásio Científico Literário Brasileiro e da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Membro da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e Arcipreste de Santa Catarina.<sup>238</sup>

Houve entre uma obra e outra robusto incremento do currículo autodeclarado de Paiva. A primeira obra, de cunho eclesiástico, recebeu a menção genérica de “membro de diversas sociedades literárias”. Já a segunda, de viés mais científico, mereceu a descrição mais exata com quais grupos intelectuais dialogava e compunha os quadros. Ele de fato não escondia de seus próximos que finalizar o *Dicionário* após cinco anos de intensos trabalhos o satisfazia de prazer. Afinal, foi de fato para época uma obra de grande fôlego que envolveu muitas viagens, pois esteve em muitas das localidades que se tornaram verbetes do seu dicionário.

Não há razões para crer que padre Paiva estivesse publicando uma visão de si exagerada, afinal pertencia a cada uma das instituições mencionadas. Inclusive neste aspecto sua honestidade foi tamanha que não publicou em 1862 que pertencia a Assembleia Legislativa provincial. De fato, naquela 14ª legislatura entre os anos de 1862 e 1863, não ocupou cadeira na deputação. Mas já havia antes sido deputado em pelo menos oito legislaturas. Já havia passado pelos bancos da Assembleia por pelo menos 16 anos. Somados os períodos de reunião do legislativo provincial, teria sido deputado por quase três anos ininterruptos. Fora, inclusive, presidente da casa em meados da década de 1850<sup>239</sup>. Mas silenciou sobre a experiência apresentando apenas as atividades que exercia naquele momento de publicação da sua obra. Haveria para Paiva razão para negligenciar nessa obra de cunho religioso sua trajetória política?

---

<sup>238</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003.

<sup>239</sup> Biografias / Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva / Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br) Acesso em: 20 mar. 2023.

Difícilmente, afinal ao menos na província era figura muito conhecida e era sabido que circulava nestes dois mundos.

A primeira obra foi pensada pelo autor como uma contribuição teológica ao passo que a segunda tinha caráter mais científico. Há, quando da apresentação do *Dicionário*, um ímpeto em trazer melhor descrição de quais sociedades científicas participou e foi sócio. Certamente esta era uma maneira de trazer mais credibilidade ao seu trabalho histórico, geográfico e estatístico. Pode-se inferir que Paiva poderia ter a ambição de ser respeitado e lido fora da província da mesma forma como o era na “pequena província”.<sup>240</sup>

Pode-se inferir também que há uma estratégia por trás da apresentação do memorial: ambos iniciam e fecham com o que potencialmente era mais caro para Paiva. A abertura faz referência as suas honrarias e distinções concedidas pelo Estado monárquico brasileiro que ele tanto defendia. Insígnias que produziam deferência aos seus portadores. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Imperial Ordem da Rosa. Recebeu ambas no ano de 1845 quando contava com apenas 24 anos de idade. Um feito em tanto para alguém tão jovem. A Imperial Ordem das Rosas foi o reconhecimento dado a ele e a vários outros catarinenses pela ação durante a Revolta dos Farrapos. O reconhecimento por terem se mantido leais ao Estado monárquico e atuado na contenção frente ao avanço dos farrapos. Já Cavaleiro da Ordem de Cristo foi um recebimento em decorrência do sacerdócio.

A concessão de ordens honoríficas estava inserida na tradição da monarquia portuguesa que foi mantida no Brasil do século XIX. Em 1825, D. João VI autorizou D. Pedro I a atuar como Grão-Mestre para legitimá-lo como distribuidor de tais benesses aos seus súditos. Dizia a carta de D. João VI, acessada no trabalho da historiadora Camila Borges da Silva:

Sou também servido, como Grão-Mestre, Governador e Perpétuo Administrador dos Mestrados, Cavalarias e Ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, de São Bento de Aviz e de São Tiago de Espada, Delegar, como Delego no dito meu filho, Imperador do Brasil e Príncipe Real de Portugal e Algarves, toda a comprida jurisdição e poder para conferir os benefícios da primeira Ordem e os Hábitos de todas elas no dito Império.<sup>241</sup>

---

<sup>240</sup> A expressão “pequena Província” é do padre José Besen ao se referir sobre os ímpetos de Paiva de levar informações sobre Santa Catarina para um público leitor para além da província. BESEN, José. Apresentação. In: PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaio oratório*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007. p. 11.

<sup>241</sup> BRASIL: *Apontamentos para o Direito Internacional ou coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras acompanhado de uma notícia*

Havia razões que poderiam ter levado Paiva por um outro caminho, desfavorável ao modelo de monarquia desejado no Rio de Janeiro. Afinal, era catarinense de nascimento, inserido em redes à longa data por meio de sua parentela. Poderia ter ido por uma direção que o levasse mais a se identificar com projetos localistas que parcela da oligarquia regional poderia ser portadora. Mas, ao contrário disso, a coroa o compreendeu como um leal comissário regional dos seus interesses. Se no Rio Grande do Sul o jovem Estado imperial padeceu com lideranças religiosas locais que aderiram ao movimento revoltoso, Paiva não jogou este jogo. Ele tinha escolhas, pois poderia ter usado o púlpito para disparar concepções federalistas ou descentralistas. Até mesmo ideias mais radicais como o republicanismo e a democracia, mas não o fez. E não o fez porque essas não eram as suas convicções. E com isso contribuiu, a sua maneira, para o processo de formação do Estado brasileiro. Era um filho da pátria catarinense que não se seduziu por narrativas autonomistas, apesar de reconhecer legitimidade na busca dos interesses provinciais.

É bem verdade que na primeira metade do século XIX, um Vigário colado receber a Ordem de Cristo não era uma agulha em um palheiro<sup>242</sup>, mas para a realidade regional, tal reconhecimento pode ter feito alguma diferença nos egos e no reconhecimento comunitário. Apesar de antiga, era uma província pequena do ponto de vista demográfico, econômico e de representatividade política. Estava longe de ser a vedete da coroa e ter muitos de seus filhos inseridos nos grandes circuitos políticos imperiais. Não se pode, portanto, desprezar a importância de uma honraria dessas em nível regional, sobretudo porque simbolizava o reconhecimento do jovem imperador ao papel exercido por parcela da elite regional quando da Revolta dos Farrapos, que, diga-se de passagem, foi a única das revoltas regenciais conduzidas por uma elite provincial, enquanto as outras teriam como principais protagonistas trabalhadores livres pobres e

---

*histórica, e documentada sobre as convenções mais importantes por Antônio Pereira Pinto. Apud: SILVA, Camila Borges da. As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: O papel das condecorações na construção do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. pp. 39-40.*

<sup>242</sup> SILVA, Camila Borges da. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: O papel das condecorações na construção do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. p. 93.

escravizados<sup>243</sup>. Por outro lado, também pode ter criado em partes dessa elite expectativas quanto a benesses de retribuição do Estado Imperial para uma província tão necessitada como defendiam os seus deputados. Província necessitada, mas leal ao Estado e ciosa de auxílios. Em certo sentido, essa lógica reproduzia de alguma maneira práticas de Antigo Regime português na medida em que as localidades eram, pela tradição, levadas a solicitar benesses e auxílios diretamente a monarquia. Em síntese, o Poder Moderador era alvo de expectativas na produção de justiça e socorros.

A mensagem imperial com as condecorações de 1845 era de que reconheciam, ao menos no plano simbólico, que parcela substancial da elite de Santa Catarina atuou como um anteparo, prejudicando a expansão dos farrapos.

Nas palavras de Camila Borges da Silva,

A importância para o Estado de o vigário ser colado para receber o hábito compreende-se pelo fato do padre em exercício de sua função enraizar-se na freguesia, constituindo-se no braço religioso do poder central. A condecoração era uma demonstração de vinculação de sua autoridade religiosa ao Estado, configurando-se numa representação do poder central em cada pequena localidade.<sup>244</sup>

Voltando ao memorial de Paiva, logo na sequência se refere em ambos como Examinador Sinodal do Bispado do Rio Grande do Sul, o mesmo bispado que fora criado, conforme já mencionado, por uma decisão política visando ampliar os controles sobre o clero riograndense. Paiva simplesmente tinha a incumbência de examinar os ordinandos de uma província que tinha um histórico recente de rebelião. Um histórico recente de padres envolvidos nas rebeliões. Um histórico recente, portanto, de circulação do liberalismo entre o jovem e baixo clero. Era, destarte, responsável direto por etapa substancial de controle da reprodução dos quadros da Igreja no Rio Grande do Sul. Há muita conexão para Paiva entre Igreja, resistência à revolta dos Farrapos e reconhecimento do Estado e da Igreja pelos serviços prestados. É necessário afirmar que tal prerrogativa demonstra que Paiva era entendido pelas lideranças católicas do período, em sua maioria ultramontanas, como um membro confiável e capaz de

---

<sup>243</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 126.

<sup>244</sup> SILVA, Camila Borges da. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: O papel das condecorações na construção do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. p. 95.

promover os filtros necessários para impedir a ordenação de religiosos com tendência iluminista.

E ao término de seu memorial, com a impressão que se quer deixar, apresenta as suas credenciais religiosas. Na primeira obra de 1862 como Vigário colado da Igreja de Nossa Senhora de Desterro e em 1868, quando da publicação do *Dicionário*, repete a ocupação de Vigário e apresenta o cargo mais graduado de Arcipreste das Igrejas da Província de Santa Catarina. Paiva ascende na carreira eclesiástica em pleno fortalecimento ultramontano e em um contexto de estabilização estatal sob D. Pedro II. Em síntese, percebe-se que para Paiva seu ofício eclesiástico e sua lealdade para com a monarquia são dados enfatizados no pequeno espaço descritivo de um currículo. Era como queria ser reconhecido e como gostaria de ficar para a posteridade. Padre Paiva sabia que um memorial de livro impresso era como um epitáfio esculpido em mármore: jamais seria apagado pelo tempo. Há, nesse raciocínio, muita clareza sobre as estratégias utilizadas por Paiva para se consolidar na carreira eclesiástica e política e, ao mesmo tempo, pode-se afirmar que não foi só cálculo racional, mas alinhamento ideológico ao projeto ultramontano e ao Estado imperial, formado por um governo do qual ele participava como agente político, e foi devidamente recompensado por ambas as instituições. Na continuidade de sua descrição de si, Paiva então faz referência a sua vida intelectual e ao magistério.

### **4.3 As concepções de sociedade**

Em seu *Dicionário*, Paiva sinaliza simpatia na associação entre sacerdócio e magistério. Em sua descrição sobre várias vilas e colônias, faz questão de reforçar a informação de que o pároco exerce cumulativamente o magistério público. Isso ocorre, por exemplo, nas descrições da Colônia Dona Francisca com o reverendo Carlos Borgershausen e em Itajaí com o reverendo Francisco Gattone.<sup>245</sup> Em várias outras localidades, Paiva apenas se refere a existência de escolas públicas de primeiras letras para um ou os dois sexos.

---

<sup>245</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. pp. 94-95.

Entretanto em áreas de colonização europeia em que há presença protestante mais robusta, Paiva traz essa informação. Não há aleatoriedade nisso.

O padre faz questão de informar o movimento demográfico da divisão entre os membros de uma e outra religião. Na Dona Francisca, por exemplo, existia uma proporção desconfortável para o padre de 629 católicos para 2.038 protestantes. Já em Itajaí havia 931 católicos para 402 luteranos. Na Colônia Blumenau existiam 581 católicos frente a 2.280 protestantes.<sup>246</sup> Em todas as vilas e colônias que existiam protestantes, Paiva fez questão de registrar esse dado. A associação entre sacerdócio e magistério, tal qual vivenciada pelo próprio Paiva, condizia com uma estratégia de cerrar fileiras espirituais, sobretudo em áreas com presença de protestantes. A educação escolar era vista como um bastião de fortalecimento da sua própria comunidade espiritual e fortalecimento das suas concepções de civilização. Ao que consta, a cisão no mundo cristão e o fim do monopólio católico na teologia cristã não havia sido bem digeridos por Paiva que afirmou que “Calvino, Brêncio e outros” eram “ministros de Satanás”.<sup>247</sup>

Sua posição era claramente antiprotestante. O fato de colonos europeus oriundos de áreas luteranas adentrarem Santa Catarina reforçaram em Paiva essa necessidade de demarcar posição. Como padre católico, sua ação não era mais tão somente manter os catarinenses em dia com a sua religiosidade. Era também frear possíveis crescimentos protestantes a fim de manter a hegemonia católica no território. Em 1852, mais de quinze anos antes de publicar seu *Dicionário*, Paiva publicou a seguinte observação no jornal *A Revelação*, editado por ele mesmo:

O estado de decomposição do protestantismo é evidente. As numerosas conversões para a Igreja romana de pessoas importantes, e entre estas dos mais sábios teólogos protestantes, é prova irrecusável. Uma, porém não menor é o estado de incerteza de muitos anglicanos. Entre outros é o celebre Mr. Palmer, membro distinto da Universidade de Oxford, um dos membros escolhidos pelos bispos anglicanos, para a comissão que lançou os fundamentos da Universidade de Durham.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. p. 92.

<sup>247</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaio oratório*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007. p. 29.

<sup>248</sup> *A Revelação*: revista religiosa e literária. Nº 10. 30 de outubro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 22 set. 2023.

É interessante pontuar que o projeto de imigração europeia para Santa Catarina, levado a cabo pela geração política de Paiva, não era, ao menos pelo padre, visto somente com olhos positivos na medida em que, se por um lado estimulavam a vinda de europeus, desejados por ímpetos eugenistas, por outro, ao padre causava incômodo a presença protestante na província.

Paiva percebe a situação protestante como uma cruzada que demandava esforços evangelizadores. Em 14 de maio de 1853, um Paiva eufórico publicou uma pequena nota para dar publicidade ao que ele considerava uma grande vitória: a conversão de um protestante ao catolicismo.

No dia 1º do corrente mês teve lugar na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro desta Capital, a cerimônia da conversão e batismo de um protestante que ao abraçar o catolicismo tomou o nome de José João Sebastião. [...] Houve numeroso concurso de fiéis, e estes manifestavam em seus semblantes a alegria de que se achavam possuídos pela salvação daquela ovelha que estava desgarrada do aprisco do Senhor. O novo converso depois da profissão de fé e batismo, confessou-se e comungou intra Missa. Concluído o ato muitos dos circunstantes foram abraçar aquele irmão que maior de sessenta anos não quis morrer fora do grêmio da verdadeira Igreja, onde somente podemos encontrar a salvação. Nosso Divino Redentor ilumine a todos aqueles de nossos Irmãos, que ainda vivem nas trevas da morte, e nos conceda por muitas vezes o prazer de testemunharmos atos semelhantes.<sup>249</sup>

Existem evidências que mostram que Paiva não era voz isolada na associação entre magistério e reforço da doutrina católica. Sem dúvidas existiam ainda resquícios da ação dos jesuítas neste ponto até a segunda metade do século XVIII e aparentemente este ainda era um modelo majoritariamente aceito.<sup>250</sup> Paiva, portanto, em suas observações contidas em seu sermão dos anos 1850 e no seu dicionário escrito na década de 1860 se alinha a lei aprovada pela Assembleia Legislativa provincial em 1843, período este inclusive anterior ao surgimento de Paiva na deputação (que iniciou seu trajeto como deputado em 1844). A Lei 182, datada de 29 de abril de 1843 estabelecia que

Art 1º o Presidente da Província fica autorizado a auxiliar pelos cofres provinciais com a quantia de dois contos de réis, o estabelecimento de uma missão da Sociedade Propagadora da Fé, estabelecida em Lyon, a bem da catequese, e civilização dos indígenas, e de vigorar o espírito religioso na população desta província.<sup>251</sup>

---

<sup>249</sup> A Revelação: revista religiosa e literária. Nº 38. 14 de maio de 1853. Disponível em: [Hemeroteca \(bn.br\)](http://hemeroteca.bn.br) Acesso em: 22 set. 2023.

<sup>250</sup> Sobre a educação jesuíta e a expulsão deles no período pombalino, ver: MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: História dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino. Da ilustração portuguesa à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2020. pp. 39-153

<sup>251</sup> Lei Nº 182 de 29 de abril de 1841. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. Vol 2 – 1841-1847. Casa da Memória do Legislativo Catarinense.

Primeiramente é interessante notar que a lei provincial sugere a vinda de religiosos franceses. Há neste início de década de 1840 muitas reticências com os padres nacionais. Os estrangeiros são vistos como mais alinhados ao projeto romano e, ao mesmo tempo, – e parece que esse foi o cálculo da elite política de Santa Catarina – menos susceptíveis e embarcarem em movimentos sociais.

De acordo com Thiago Cancelier Dias, foi por meio deste ato legislativo que ocorreu a chegada de um grupo de jesuítas espanhóis em Desterro. Estes jesuítas estavam no Rio de Janeiro e apresentavam logística mais simplificada e barata para atuarem em Santa Catarina do que religiosos franceses conforme previa a lei. Vale destacar que jesuítas em atuação atendia aos projetos ultramontanos no Brasil da década de 1840. Contudo, segundo os levantamentos de Dias, alguns anos após a chegada do grupo religioso, a presença dos jesuítas produziu fissura na elite política regional uma vez que o grupo associado ao Partido Conservador, do qual Paiva fazia parte, via de forma crítica a ausência de fiscalização sobre o estabelecimento de ensino dirigido pelos jesuítas e o fato de muitos deles serem estrangeiros. Parece que o intenso alinhamento dos jesuítas com Roma produziu alguns desconfortos neste grupo. Aparentemente, o grupo dos Conservadores desejava maiores prerrogativas e mecanismos de controle ao Estado sobre as instituições educacionais. Em contrapartida, os membros do Partido Liberal eram entusiastas dos préstimos educacionais conduzidos pela escola jesuíta em Desterro. Paiva tinha também razões pessoais para se colocar contra a instituição de ensino dos jesuítas, pois teve por um curto período, em início da década de 1850, uma escola que concorria com o colégio jesuítico.<sup>252</sup> Essas posições de Paiva em seu alinhamento com a facção Conservadora permitem corroborar alinhamento, para além das questões pessoais, com o projeto estatal imperial de maneira mais efetiva do que com o projeto ultramontano. Contudo, questões mais pragmáticas como seus interesses pessoais e mesmo a posição assumida pelo grupo político do qual fazia parte devem ter pesado mais nas suas ações do que uma frágil dicotomia nesse momento entre Estado e Igreja.

---

<sup>252</sup> DIAS, Thiago Cancelier. *Questão religiosa catarinense: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864)*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado, 2008. p. 27.

Para clarificar esta querela que se abateu entre Conservadores e Liberais, é legítimo trazer um trecho da fala do presidente da província em 1849 já destacado nos trabalhos de Thiago Dias e na dissertação de Rosmeri Schardong<sup>253</sup>:

Não he lícito duvidar da utilidade, que se pode tirar de um estabelecimento [colégio dos jesuítas] tal nesta capital, e tanto mais, quanto nele importa apenas a medíocre despesa de 600\$000 réis, decretado anualmente para o aluguel de casas dos padres; mas também não se deve omitir a conveniência, a necessidade mesmo, de que o colégio esteja muito imediatamente sujeito a inspeção do Governo da Província; que este conheça os seus estatutos, e que exerça na educação que se aí dá à mocidade brasileira toda a possível fiscalização. Aos próprios brasileiros não é permitido terem estabelecimentos de educação que não esteja sob a imediata fiscalização das autoridades respectivas, e na província hoje está legislado que nenhum indivíduo de um e outro sexo possa abrir escola particular ou qualquer outro estabelecimento de educação sem licença [...]. Ora, se assim está determinado acerca da educação primária, em que os discípulos não tem a aprender mais do que primeiras letras e noções gramaticais, e aritmética, quando muito, não vejo razão plausível para excetuar-se de providência tão salutar, o que respeita a instrução secundária, em que os alunos tem de desenvolver as faculdades intelectuais, em que os professores tem de formar-lhes, para assim dizer, a alma, e o espírito, e de transmitir-lhes inspirações, e princípios, que uma vez recebidos, e professados, com dificuldade se desprezão. Senhores, nós somos brasileiros, e brasileira deve ser a educação de nossos filhos: é sobre este tema, mais que todos, que reclamo a vossa solicitude e o vosso patriotismo. Aproveitemos dos Padres Missionários da Companhia de Jesus, que de tão bom grado se prestam, quanto for a bem da educação instrutiva de nossa mocidade, de acordo com nossas instituições políticas e religiosas; ministrai mesmo os meios de dar incremento ao seu estabelecimento de instrução, para que medre, para que seja duradouro; mas sujeitai-o a ação, e fiscalização da Autoridade.<sup>254</sup>

Severo Amorim do Valle que assina a fala destinada aos deputados era presidente interino. O foi em duas situações: a primeira entre dezembro de 1848 e março de 1849, quando proferiu a fala acima; e de novembro de 1849 até janeiro de 1850 saindo do cargo ao ter sido nomeado desembargador na Relação de Pernambuco.<sup>255</sup> Natural de Salvador, Amorim do Valle nasceu em 1802 e terminou sua graduação em Direito na Universidade de Coimbra em 1831, como informado no capítulo 2. Foi considerado na sua época uma das grandes lideranças do Partido Conservador em Santa Catarina. O curioso é que sua filha, Eugênia Amorim do Valle, era casado com João Silveira de Sousa que

---

<sup>253</sup> DIAS, Thiago Cancelier. *Op. Cit.* p. 40. Ver também: SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro: o Atheneu provincial*. Florianópolis: UFSC, dissertação de mestrado, 1997. P. 29.

<sup>254</sup> Falla, que o Exm. 3º vice-presidente da província de Santa Catarina, o doutor Severo Amorim do Valle dirigiu a Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1º de março de 1849. Desterro: Typographia provincial. Disponível em: [brazil.crl.edu](http://brazil.crl.edu)

<sup>255</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: UFSC, 1983. p. 320.

foi deputado na Assembleia Geral e era filho de José Silveira de Sousa, uma das lideranças do Partido Liberal.<sup>256</sup>

As tensões relativas à formação do Estado imperial se faziam sentir na “pequena província”, afinal o grupo político do qual Paiva fazia parte clamava por mais Estado e instrumentos de controle e fiscalização. Amorim do Valle reconhece em suas palavras que os jovens secundaristas estão em vias de formação da sua pessoa. É necessário zelo e fiscalização para a consolidação da formação de um sujeito aderente ao projeto do Estado. Pode-se supor que também há aqui um componente de nacionalismo que começava a brotar a época. “*Nós somos brasileiros, e brasileira deve ser a educação dos nossos filhos.*”

No *Dicionário*, padre Paiva deixou evidências acerca de seu projeto educacional. Projeto este que pode ser entendido como um projeto civilizatório e de emancipação intelectual dentro do modelo de suas hierarquias e preferências. Em um certo trecho, Paiva argumenta que

Os meninos depois de beberem as inspirações da moral e Religião nos bons livros e nos exemplos de seus pais e mestres, e conhecerem o código das Leis Pátrias, devem estudar física e moralmente o ponto do globo que aprovou a Providência designar-lhes por berço. Os mares, as ilhas, os rios, os montes, as cidades, as vilas e outras localidades, as riquezas naturais dos três reinos da natureza, sua posição astronômica, seu clima, dimensões de seu território, relações com os povos limites, caráter e costumes predominantes de seus continentes, são objetos estes que prendem a atenção infantil, recreação à imaginação, despertam o desejo de um estudo tão instrutivo quão deleitável, e ainda mais desenvolvem seus corações tenros e puros os nobres sentimentos de patriotismo, nacionalidade e fervente dedicação ao torrão que os viu nascer.<sup>257</sup>

O modelo civilizatório de Paiva, portanto, tem como vértice principal a fé que era apreendida no catecismo, com os sacerdotes católicos, com os professores preferencialmente padres e com a família. Esta é a base para a formação do homem para Paiva. Aderente a fé vem a moral, retirada da doutrina católica. Não há como haver moral sem fé. Não qualquer fé, mas a católica oriunda da Santa Sé. Sua visão diz que a civilização do indivíduo advém de sua vivência permeada em instituições. A Igreja, a família e o Estado inseridos no catolicismo e no modelo da monarquia constitucional. E, para completar a

---

<sup>256</sup> Disponível em: Biografias / Severo Amorim do Vale / Memória Política de Santa Catarina (alesc.sc.gov.br) Acesso em 24 abr. 2023.

<sup>257</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. P. 21.

formação de um homem integral, deve haver o amor à pátria de nascimento, a sua província.

Em outro trecho, desta vez retirado do jornal “A Revelação”, Paiva apresenta críticas ao que chama de “filosofismo” – tema que será trabalhado mais adiante - e seu potencial desagregador. Sua preocupação reside em qualificar o que os jovens, ainda em estágio de formação intelectual, deveriam ler. O projeto editorial do jornal citado, inclusive, desejava se apresentar como uma alternativa para que os moços tivessem acesso a ciência mais moderna pela via dos filtros estabelecidos pelo próprio Paiva, editor do semanário. Escreve Paiva que:

Depois que o homem tem formado o seu coração por meio da leitura de artigos morais, ele deseja, e mesmo é necessário alimentar o espírito com alguma literatura. A esta escolha deve presidir a prudência, e bom discernimento, ministrando-lhe artigos que o instruem e ao mesmo tempo o deleitem; a fim de que o fastio que costuma sobrevir durante uma leitura aturada, e estéril não faça desaparecer neste novo adepto da ciência aquele gosto que o animava no estudo das letras.<sup>258</sup>

Paiva utiliza o termo literatura como sinônimo de ciência. Todavia, a leitura das mais de quatro dezenas de edições do jornal demonstraram que inexistiram notícias selecionadas pelo padre acerca de algum avanço científico em início da década de 1850. Paiva, quando era autor, se dedicava mais a escrever sobre temas atinentes as relações entre o clero e a política. E os textos publicados em outros periódicos que eram republicados no jornal *A Revelação* ou versavam sobre a mesma temática das relações entre clero e política, e eram textos alinhados às ideias defendidas por Paiva, ou traziam reflexões vinculadas as discussões metafísicas com olhares sobre educação, família e história. Não foram publicadas matérias sobre uma ciência aos moldes iluministas. Não há, por exemplo, nenhum texto sobre botânica ou mineralogia, mesmo sendo os conhecimentos sobre o mundo natural algo tão vocalizado por Paiva.

Em relação a Escravização de africanos e seus descendentes, padre Paiva deixou alguns indícios das suas convicções. No seu dicionário, dirigido a um público mais letrado, ao descrever uma região denominada Carazinho, o padre deixou a seguinte opinião:

---

<sup>258</sup> A Revelação: revista religiosa e literária. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=767530> Acesso em: 11 set. 2023.

A uberdade do solo muito usado para a plantação de trigo, a benignidade do clima, e índole dos seus povoadores prometem um futuro de prosperidade a este núcleo de colonização nacional. Praza ao céu que no vasto território do Império se multipliquem os estabelecimentos desta natureza, para que se possam apreciar as vantagens do trabalho livre. O diretor desta colônia é o engenheiro civil Carlos Otton Schlappell, cidadão brasileiro.<sup>259</sup>

Neste texto escrito em fins da década de 1860, Paiva demonstra inclinação ao trabalho livre em detrimento do escravizado, contudo, isso não diz muito sobre sua visão acerca dos africanos e seus descendentes, carecendo, por ora, de maiores elementos para se avançar nesta discussão. Todavia, a crítica a escravidão é um elemento de relevo, demonstrando que o projeto de sociedade do padre levava em conta uma gradual supressão da escravização. Outra passagem que corrobora essa interpretação é de que Paiva, ao analisar o movimento demográfico da província para o ano de 1865 afirma que “pode-se calcular com exatidão muito aproximada uma população superior de 60.000 habitantes, e na proporção de 9 livres por escravo.”<sup>260</sup> É interessante que Paiva traz essa estimativa por não crer totalmente nos dados disponíveis nos mapas populacionais que afirmavam existir na província mais escravizados do que o número apontado por Paiva. Nesses mapas para o mesmo ano de 1865, a população da província total era de 133.665 indivíduos sendo destes 16.848 escravizados para 121.817 livres em uma proporção de 7,2 livres por escravizado. Para ignorar esses dados, Paiva argumenta que os levantamentos na parte meridional e ocidental da província são problemáticos. A população de Paiva, portanto, era mais livre e branca do que os dados contidos nos documentos oficiais da província.

Se cruzarmos esse dado fornecido por Paiva com o levantamento de Chalhoub para o censo de 1872, desprezando os movimentos demográficos no intervalo de sete anos entre um e outro arrolamento, tem-se que Santa Catarina só não tem mais livres proporcionalmente que as províncias do Ceará e a Bahia; e está muito próxima da realidade pernambucana.

---

<sup>259</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. P. 92.

<sup>260</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. P. 48.

**Tabela 22: Razão entre livres e escravos nas dez províncias com maior população escrava**

| <b>*Províncias</b>       | <b>Nº de livres para cada escravo</b> |
|--------------------------|---------------------------------------|
| Minas Gerais             | 4,51                                  |
| Rio de Janeiro           | 1,67                                  |
| São Paulo                | 4,35                                  |
| Bahia                    | 11,24                                 |
| Pernambuco               | 8,45                                  |
| Maranhão                 | 3,79                                  |
| Rio Grande do Sul        | 5,41                                  |
| Cidade do Rio de Janeiro | 4,62                                  |
| Alagoas                  | 8,74                                  |
| Ceará                    | 21,61                                 |

\* A ordem das províncias está da maior para a menor população absoluta escrava.

Fonte: CHALHOUB, Sidney. *População e Sociedade*. In: História do Brasil Nação: 1808-2010. SCHWARCZ, Lília (Dir). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 46.

Pode-se inferir que Paiva traz tal observação pôr a julgar relevante sobre a realidade demográfica catarinense. Há aqui um ímpeto de branquear a população residente na província. É oportuno lembrar que em fins da década de 1860 já existiam várias colônias composta por europeus em Santa Catarina, em que muitas delas tinham em seu regulamento a proibição da escravização, mas Paiva faz referência a uma colônia de nacionais, organizada e dirigida por um cidadão brasileiro, mesmo com sobrenome europeu. Se a isso for somada a posição anteriormente trazida do presidente interino da província Severo Amorim do Valle, pode-se sugerir que esta elite catarinense via com algumas reticências os fluxos migratórios de europeus. Amorim do Valle faz referência de a população “ser brasileira” e isso demandava fiscalizar a educação ministrada por padres estrangeiros; já Paiva tinha todos os seus temores já expostos quanto a expansão protestante na província. Em certo sentido, isso pode apresentar contrapontos a visão enraizada de que a elite política regional foi fiadora, sem restrições, da vinda de imigrantes europeus para Santa Catarina. Tensões podem ter surgido no processo. Paiva, em síntese, parece transparecer ao seu leitor seu ímpeto de redução da utilização da mão de obra escravizada na província e, conseqüentemente seu embranquecimento, mesmo que para isso precisasse mobilizar dados estatísticos mais alinhados com as suas convicções.

Em outra passagem, ao descrever um confluente do rio Tijucas Grande de nome rio dos Mondéus, Paiva faz referência a Pai Garcia,

um pretinho que tendo quebrado por suas próprias mãos os ferros de seu cativo, procurou nesta solidão as doçuras da liberdade, que desfrutou por longos anos com sua cara metade, sem que fosse perturbado por seus antigos senhores<sup>261</sup>.

É interessante que a alcunha do referido Garcia remete a filiação religiosa afro-brasileira, mas esse fato não fez Paiva transparecer em seu texto os incômodos que o protestantismo lhes despertavam. Já a utilização “pretinho” denota uma classificação hierárquica.

Em 1852 em coluna publicada no jornal *A Revelação*, Paiva traz:

Não há verdade moral ou civil que não apareça nos parágrafos do Evangelho: todas as filosofias modernas fabricaram códigos morais ao seu modo, que porém decaíram logo e esqueceram: porque a filantropia nasce tão somente do primeiro e único preceito, a caridade ditada pela lei divina: a par da filantropia caminhou a liberdade, e não há escravidão afrontosa que se atreva a subsistir em presença do clarão daquela virtude: a igualdade política derivou do reconhecimento da nossa igualdade e confraternidade perante o Eterno: suavizaram-se as leis, aboliram-se os costumes desumanos: estalaram os grilhões; a mulher reconquistou o respeito e o lugar que lhe era devido no coração do homem: à proporção que as palavras do cristianismo foram soando pelo meio dos séculos, desabaram ou erros ou tiranias; e se algumas passageiras máculas velavam por tempos o seu esplendor, prestes ressurgia mais radiante; podemos dizer que todo o mundo atual, com suas leis, usos, instituições, e esperanças não é senão resultado do verbo evangélico mais ou menos encarnado na civilização moderna. <sup>262</sup>

A uma convicção por parte de Paiva de que o evangelho cristão, mais precisamente católico, é o grande agente civilizador da sociedade. E essa civilização era pautada na caridade e há impacto profundo do pensamento católico na formulação legislativa que promove sociedades mais suaves e livres, pois suas instituições abolem costumes considerados desumanos, como a escravização. Em síntese, havia contrariedade com a escravização, mas não tanto ímpeto em incorporar a população afrodescendente.

---

<sup>261</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. p. 224.

<sup>262</sup> *A Revelação*: revista religiosa e literária. 04 de setembro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 12 set. 2023.

#### 4.4 As concepções de política e Estado

Paiva era padre com trajetória política. As questões da fé cumpriam missão bastante estruturante no seu pensamento. Parece concordar com Maquiavel e Hobbes na percepção de que à fé cabia papel de sedimentação da sociedade e do Estado. Esses dois autores propunham que a Igreja deveria ter um monopólio da fé e, da mesma forma, um Estado, para não ter duração efêmera, deveria se amparar na religião como instrumento de fortalecimento. Contudo, os filósofos políticos defendiam que o Estado deveria exercer controle sobre a Igreja, que, por sua vez, deve ser submissa ao poder temporal. Aqui existe divergência entre o pensamento do padre e os citados autores, conforme se demonstrará na sequência.

Todavia, os três concordavam que a fé era uma esfera da vida humana que atuava de forma colaborativa com a política. Sem ela era muito difícil governar.<sup>263</sup> Paiva claramente enxergava fé católica e Estado em sua forma de monarquia constitucional como esferas indissociáveis – mesmo que independentes –, não sendo a religião estranha à política.

O trecho que segue pode auxiliar no aprofundamento das conexões entre o mundo visível e o invisível contido em Paiva. Ele faz parte de sermão proferido em maio de 1858 pregado em Desterro como um panegírico da descoberta de Vera Cruz.

“Na verdade, os soberanos da terra condecorados com um diadema de ouro, empunhando o cetro e a espada, presidem aos destinos da sociedade, a fim de promover sua aventura temporal, premiando os cidadãos beneméritos, e com a sanção da lei punindo os maus súditos: porém Jesus Cristo, o soberano do Universo, cingindo a divina fronte de uma coroa de espinhos, sustentando sobre os ombros uma cruz, exorta seus filhos a acompanhá-lo até o Calvário, para lhes abrir as portas do Paraíso [cf Mt 11, 18 e 29]. Oh! Que admirável contraste de governos se nos oferece hoje à consideração! Aquele monarca da terra; este, soberano do Universo; aquele ostentando um precioso diadema, para fazer-se respeitar dos povos por seu poder e riquezas; este coroado de agudos espinhos para mover à compaixão as almas mais insensíveis; aquele empunhando a espada para castigar os maus e obrigá-los muitas vezes a abraçar o próprio bem; e este, arrastando um pesado madeiro, convida todos os homens ao Reino do seu Pai, não pela força, mas fazendo-lhes ouvir a voz do seu sangue, que ensopa a terra: aquele finalmente dirigindo a sociedade a conseguir uma ventura temporal e

---

<sup>263</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas. *Poderes invisíveis versus poderes visíveis no Leviatã de Thomas Hobbes*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 23, pp. 23-41, nov. 2004. p. 24.

limitada neste mundo; este guiando as almas pela vereda da virtude a obterem a felicidade eterna na mansão dos justos.”<sup>264</sup>

Paiva enxerga a existência de dois reinos: um deste mundo e o outro no pós-morte. Cada um deles possui seus próprios soberanos. Em alguma medida, existem aqui algumas associações possíveis entre a teoria política de Hobbes com as concepções de Estado e Igreja de Paiva. Ao demarcar a tese de que o poder temporal e o espiritual não são poderes justapostos, Paiva se aproxima da tese hobbesiana de que a Igreja não pode arrogar-se o poder temporal e competir com o Estado a administração das ações humanas neste mundo como se fosse um Estado concorrente.<sup>265</sup> Contudo, estaria Paiva mais preocupado com abusos da Igreja sobre o Estado ou do Estado sobre a Igreja? Existe claramente em suas palavras a defesa de um pendor maior de submissão à Igreja do que ao Estado e na sequência se verá que muito da sua pena será dirigida para denunciar abusos que o Estado vinha cometendo contra a Igreja.

Se a Igreja se sobrepusesse ao Estado, seria capaz de produzir dissensões que podiam levar a guerra civil. É possível que a prudência de Paiva nesta seara esteja vinculada ao contexto recente de envolvimento de membros da Igreja em assuntos estatais e o potencial desagregador que isto produziu. Mas como Paiva se posicionava quando o Estado intervia na religião? Hobbes e Paiva viveram ambientes de guerra civil sendo o primeiro um teórico político e o segundo um operador da política formado pelo pensamento religioso. Ambos reconheciam o papel desempenhado pelas paixões espirituais. Se bem que o componente religioso foi muito mais estruturante no contexto de Hobbes do que no de Paiva. Hobbes, de formação leiga, é partidário da submissão do poder espiritual ao poder temporal. Afinal, como pontuou Koselleck, o absolutismo foi parido no contexto das guerras religiosas como resposta à instabilidade civil.<sup>266</sup> Já Paiva é um sacerdote, mas com experiências diferentes dos sacerdotes ingleses do século XVII. Seria essa submissão da Igreja ao Estado tão evidente para Paiva? Aparentemente não. Seu pertencimento aos quadros religiosos

---

<sup>264</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaio oratórios*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007. pp. 32-33.

<sup>265</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas. *Poderes invisíveis versus poderes visíveis no Leviatã de Thomas Hobbes*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 23, pp. 23-41, nov. 2004. p. 27.

<sup>266</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição a patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

esclarecem seus pendores. São reinos diferentes, que utilizam estratégias diferentes, e possuem finalidades diferentes. Mas como se demonstrará adiante, para Paiva havia uma dependência do Estado da Igreja que era acompanhada de um ímpeto antirregalista.

Em esforço para responder as questões anteriores, é sensível neste trecho a produção de uma hierarquização entre Estado (representação do governante) e Igreja (representação divina). Em seu discurso, Paiva produz dicotomias para expor a sua classificação e, nesse sentido, utiliza-se de vocábulos e metáforas que do ponto de vista da retórica indicam suas compreensões. Os reis são senhores da Terra; Cristo é o senhor do Universo. São grandezas diferentes que podem ser refletidas na forma de conjuntos matemáticos em que a Terra, apequenada, está contida no Universo. Do mesmo modo, a questão da violência também é central nesta hierarquização moral. Os reis produzem violência ativa como forma de transformar o súdito em cidadão, ao passo que Cristo resiste heroicamente à violência. Não se trata de uma passividade, mas de um método moralmente superior de conquistar o propósito. Fica evidente que para Paiva a submissão do corpo ao sofrimento produz expurgo que passa a ser desnecessário quando se alcança Cristo e a cidadania.

Da mesma maneira, o rei é classificado como “monarca”, ou seja, a liderança de uma monarquia que era definida pelo dicionário de Antônio de Moraes e Silva como “Estado governado por um só chefe”. Já Cristo é o “soberano”, ou seja, “aquele que é independente de outra potência humana; supremo”<sup>267</sup>. O Estado corrige os “insensíveis” às suas normas submetendo-os a prisões, suplícios e a violência; Cristo busca corrigir os “insensíveis” pelo seu sacrifício.

Paiva utiliza-se de alegorias para atingir o *tropos*<sup>268</sup>. São instrumentos retóricos privilegiados (juntamente com as metáforas), “pois proporcionam o entendimento, através da excitação da vontade e da imaginação, capacidades do dinamismo psíquico dos ouvintes, pelas vias sensoriais, pelos afetos e pela

---

<sup>267</sup> SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau reformado e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva*. Lisboa. p. 313, 706, 741. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412> Acesso em: 19 set. 2023

<sup>268</sup> Transposição de significados que alternam o sensível e próprio pelo inteligível e figurado.

razão.”<sup>269</sup> São imagens criadas pelo pregador com o objetivo duplo de atingir seus fins religiosos e convencer seus ouvintes a aderirem ao seu projeto político que preza pelo reconhecimento, por parte do Estado, que sem a Igreja não existiria comunidade política. Isso tudo sem mobilizar arsenal crítico à monarquia e a figura do monarca. A necessidade de precisar mobilizar seus ouvintes para tal intento é reflexo da tentativa de conter o avanço da modernidade política, ao menos em sua faceta de tratamento dispensado a religião e ao papel da Igreja neste novo mundo que se transformava.

Paiva transparece perceber que há no Estado um componente coletivo e societário na medida em que a ação dos monarcas da terra estão vinculadas ao controle coletivo. Já o soberano do universo age sobre o indivíduo, já que o livre-arbítrio cabe ao sujeito e o passaporte para o paraíso é individual e intransferível. E é sobre o indivíduo que o discurso religioso age e, na medida de seu sucesso, cria um círculo virtuoso que se alastra pelo tecido social, compondo um quadro que minimiza a necessidade de violência estatal.

O modelo hobbesiano parte do diagnóstico sombrio sobre um estado de natureza hipotético em que o risco de morte violenta é iminente. A solução apresentada é a concentração de poder no soberano, em um contrato social em que se renuncia a parcela da liberdade oriunda do direito natural em prol de um monarca. É a concentração de poder, em sua forma absolutista, a resposta dada por Hobbes e, assim como Maquiavel, existe a perspectiva de que o uso da violência por parte do soberano é legítima como um instrumento de controle de uma natureza humana que é entregue aos vícios, ao egoísmo e as paixões. Paiva, religioso que era e, por ofício, portador de extensa experiência de convívio com os membros da sua comunidade, via o ser humano de maneira mais heterogênea em sua natureza. Cabia ao soberano da terra “premiar os cidadãos beneméritos e com a sanção da lei punir os maus súditos”.

No século XIX, “benemérito” era definido como sujeito digno de honra pelos serviços e obras prestados, sendo trazido pelo dicionário de Raphael Bluteau, revisto por Antônio de Moraes e Silva, como exemplo de uso do termo

---

<sup>269</sup> PIMENTA, Vilmar Douglas de Souza & MASSIMI, Marina. *A Palavra e a Imagem na Pregação do século XVII: Um Sermão de Antônio Vieira*. Psicologia: reflexão e crítica, 20 (1), 2006. p. 138.

a expressão “varão benemérito da pátria”.<sup>270</sup> Há uma força ilocucionária nos atos de fala de Paiva. Aparentemente servir e obedecer às normas do Estado era o que diferenciava um cidadão de um súdito, o que envolve lealdade ao rei, participação pública em instâncias representativas, respeito às leis e fidelidade aos projetos do Estado imperial. Essas duas expressões – súdito e cidadão –, tão antagônicas em um século XIX europeu permeado pelas revoluções liberais, assentavam-se em Paiva em outras premissas envolvidas na obediência e no patriotismo conforme atestam passagens do padre. A monarquia tinha justamente uma das suas razões de existir na prevalência ainda de indivíduos súditos na sociedade; sujeitos que ainda não eram portadores de vocação cidadã. São dois reinos diferentes, mas pelas escolhas de Paiva, aparentemente ele vê Cristo mais próximo dos objetivos de salvar as almas do que o rei de contar com uma totalidade de cidadãos. O amor e o sacrifício são mais efetivos do que a violência, todavia isso não significa que haja qualquer tipo de ilegitimidade nos usos desta última no mundo político. Se o sangue de Cristo salvou a humanidade, o sangue do súdito poderia levá-lo a ser um dia um cidadão. Afinal, “a espada para castigar os maus e obrigá-los muitas vezes a abraçar o próprio bem” era um caminho para a redenção cívica de parte dos brasileiros e cabia ao imperador e ao poder instituído conduzi-los neste caminho, quando necessário. Cristo está um passo à frente, pois seu sangue já havia “ensopado a terra”. A violência e o sangue são redentores para a salvação da alma e para a salvação cívica. No mundo espiritual, esse sacrifício primevo já foi feito; no mundo civil, não se trata de sacrifício, mas de correção que correu solta no contexto das revoltas. Cristo estava muitos passos à frente do rei em seu objetivo final. A Igreja estava mais próxima de obter sucesso na transformação da vida dos indivíduos do que o Estado. Talvez essa fosse uma das razões para que Paiva defendesse com tanto afincamento, como se verá adiante, que o Estado precisava da Igreja e, por essa razão, deveria ser mais zeloso com as demandas materiais do clero brasileiro, bem como assegurar as posições privilegiadas ocupadas por este estamento e garantir a autonomia da instituição frente o mundo político.

---

<sup>270</sup> SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau reformado e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva*. Lisboa. p. 178. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412> Acesso em: 11 abr. 2023.

Cabe ao Estado, a julgar pelas palavras proferidas por Paiva, assegurar as riquezas, a aventura temporal por meio dos seus aparatos institucionais e corrigir aqueles que ainda não estão preparados para o exercício da cidadania. Isso obviamente não representa por parte da Paiva um ímpeto de universalidade cidadã. O Estado teria, dessa maneira, a constante missão de agir como força civilizadora da sociedade. Uma civilização que teria o catolicismo como bússola moral.

A julgar pelas ideias de Paiva e por seu trajeto político, o século XIX na província de Santa Catarina pouco flertou com o divórcio entre Estado e Igreja tal qual a modernidade europeia anunciava em seus processos revolucionários. Princípios teológicos seguiram influenciando nas discussões de natureza jurídica, filosófica, política e histórica.

Em texto publicado no jornal “A Revelação”, no ano de 1852, Paiva nos permite dar mais alguns passos na interpretação acerca do seu entendimento sobre as relações entre Estado e Igreja, civismo e fé.

A Religião é a base primordial da sociedade humana. Sem ela seria impossível conceber a existência de uma Nação. Da Religião derivam as Leis, e da observância das Leis a prosperidade pública. Estes axiomas tão sólidos como a própria verdade, e a convicção em que estamos de que devemos concorrer com o nosso contingente, ainda que fraco seja, para a aventura espiritual e mesmo temporal de nossos irmãos, na dupla qualidade de Cidadão e Ministro[...].<sup>271</sup>

Padre Paiva era portador de uma ideologia que sofria os vieses de sua formação e ofício. Não causa estranhamento suas convicções de que a religião católica era o alicerce da sociedade. Escreve ele na sequência do periódico: “uma crença em geral é a base primordial sobre que assenta a sociedade humana; a razão o demonstra, a experiência o confirma.” [...] “Os preceitos sublimes da nossa religião, a única verdadeira...” sendo o cristianismo a religião das “nações cultas”.<sup>272</sup> Essas posições corroboram o encontro das ideias defendidas por Paiva acerca do papel da religião na sedimentação de uma sociedade com as posições anteriormente trazidas de Hobbes e Maquiavel em suas alegações da importância da religião na duração dos regimes políticos, todavia com o descompasso de Paiva não enxergar submissão do poder

---

<sup>271</sup> A Revelação: revista religiosa e literária. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=767530> Acesso em: 11 set. 2023.

<sup>272</sup> A Revelação: *Op. Cit*

espiritual ao temporal. Isso faz sentido para alguém com a formação que tinha e a posição que ocupava. Mesmo participando das instituições estatais representativas como deputado e vereador, sua formação religiosa e as práticas do dia a dia nas comunidades em que era ministro religioso foram mais significativas na formulação das suas posições. Inclusive, como se verá, Paiva, apesar de compor a representação legislativa, atribuía muitos dos infortúnios presentes e futuros a ela.

Existem mais camadas disponíveis em seu discurso: não há nação sem religião, diz Paiva. Ele demonstra suas certezas de que a religião católica é a parte fundamental das engrenagens que permitiam a existência de um Estado no Brasil. A moral religiosa impacta a produção de leis e a moral religiosa tem parcela de responsabilidade na obediência a essas leis. A nação é forjada pela vivência em doutrina religiosa ao passo que o Estado tem seu funcionamento facilitado por essa tradição de matriz religiosa. Em síntese, em suas posições, quanto mais permeabilidade do catolicismo no espaço territorial, tecido social e instâncias do Estado, maiores serão os índices de governabilidade desse mesmo Estado e menos necessário seria o uso de violência na contenção social. Ela é legítima, mas não desejada.

Apesar de sabermos que Paiva tinha muito entusiasmo pela monarquia como forma de governo em suas feições constitucionais, nota-se, por seu silêncio, que o modelo de governo não é o mais relevante para o funcionamento do Estado. Mais do que isso, a qualidade da nação era o grande determinante e a religião era o agente lapidador da sociedade.

Apesar de produzir em seu discurso, com alguma clareza, separações entre o político e o religioso como, por exemplo, ao falar da “aventura espiritual e temporal”, ou da “dupla qualidade de cidadão e ministro”, na prática Paiva produz intercâmbios em vários momentos entre esses mundos, inclusive enxergando um papel estrutural na religião na conformação de uma nação e na elaboração das leis. Em certo sentido, há a revelação de que para Paiva essas esferas não são mais unívocas, infelizmente diria ele, mas em contrapartida ainda existem muitos pontos de mesclagem. A reafirmação de tradições era a sua estratégia de se posicionar perante as mudanças pelas quais lutava no contexto de modernização política.

Prosseguindo no entendimento de como Paiva percebia as relações entre Estado e Igreja, no mesmo jornal *A Revelação*, de Número sete impresso em outubro de 1852, Paiva publicou o seguinte artigo:

### **A Religião e o Governo**

Querer que um povo qualquer progrida e de passos na estrada do crescimento, sem disseminar no meio dele e arraigá-lo bem as ideias religiosas, é querer um impossível. Ao governo do país incumbe esta tarefa, pois que ninguém lucra mais com o derramamento das luzes e da religião do que os governos. A religião manda que os povos obedeçam fielmente às leis: às leis de um governo que se preza de cumprir sua missão, falando em tese, devem ser sempre justas e boas; estas leis obedecidas farão a felicidade dos governados, e o governo encontrará bases em que se firme para o engrandecimento material do país, sempre que o povo obedecer às leis e se ostentar respeitoso as máximas sagradas da religião. Logo, grande deve ser o interesse dos governos em proteger e propagar a religião entre o povo. É fato provado pela história de todos os povos que os países mais religiosos são os que mais florescentes se mostram. Fato provado pela ação de todos os grandes legisladores do mundo, que conhecendo a necessidade de princípios religiosos no meio das populações, faziam partir sempre suas leis das inspirações de alguma divindade. Como, porém, deve obrar um governo para que se propaguem as ideias religiosas no país? Como, para que seja o povo religioso, para que marche tendo em vista os preceitos da religião e o observe? – Protegendo a religião: dando-lhe todo o apreço que se lhe deve e é necessário; sendo o primeiro em dar o exemplo do respeito, e mais que tudo amparando com os meios ao seu alcance as publicações que tenderem para tal fim. Vejamos se podemos desenvolver esta matéria: a constituição francesa não admite a religião católica romana, senão como da maioria dos franceses: por isso o seu governo sustenta ministros de todos os cultos e dá-lhes uma posição boa na sociedade em relação as funções que exercem. A constituição brasileira, porém, diz que a religião católica romana é a religião do Estado: por isso o governo brasileiro tem uma obrigação mais rigorosa do que o governo francês, que outro qualquer governo, de colocar a religião de sua constituição em uma posição elevada, tanto quanto puderem as suas forças. Logo que o governo assim não faz, o governo, digno de censura, não deve queixar-se quando o povo brasileiro se mostra rebelde as leis emanadas do poder, não deve queixar-se se este povo não se mostra inteiramente dócil, como é seu caráter, pois que não estão ainda as ideias religiosas por tal maneira espalhadas, que garantam a felicidade pública, e uma paz permanente. Ora, o governo, seja dito com toda a liberdade do escritor sincero, não só não dá a religião aquele sabido apreço que fora para desejar, como até em muitas coisas parece rebaixá-la. Não se pode a religião sustentar, sem que seu culto seja suficientemente concorde com a sua sublimidade e grandeza; sem que todos os objetos concernentes a este culto estejam em harmonia; sem que a dignidade das classes da hierarquia eclesiástica seja dignamente sustentada.<sup>273</sup>

O trecho inicial usado nas páginas anteriores para iniciar as discussões desta seção era de fins dos anos 1850 ao passo que este último é do início da mesma década, demonstrando, neste ponto, algum nível de cristalização na forma de se perceber as referidas relações entre Estado e Igreja.

Existem alguns pontos do seu discurso que devem ser analisados: o primeiro deles consiste em Paiva associar a disseminação do catolicismo com a

---

<sup>273</sup> *A Revelação: revista religiosa e literária*. Nº 7 de 09 de outubro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em 22 set. 2023.

ideia de progresso material. Expressões como ‘povo progredir’, ‘governo lucrar’ e ‘engrandecimento material do país’ sendo atreladas à força do catolicismo buscam dar uma função a seita diante dos novos tempos em que o capital vem cada vez mais demonstrando a sua força. Com ironia, lança-se a questão: teria Paiva visto no catolicismo fatores ignorados por Weber? Dentro de suas antimodernidades, Paiva buscava, em sua retórica ao menos, modernizar o catolicismo e reciclar as suas funções sociais. Somente a caridade e o amor ao próximo não seriam capazes de enfrentar os novos tempos. Era necessário apresentar a fé com uma roupagem utilitária e com isso, em certa medida, resistir aos novos tempos de predomínio do capital. A contradição consiste em suas posições anti-iluministas ao mesmo tempo em que assume valores iluministas como o do utilitarismo econômico.

Pode-se concluir que Paiva se enquadra no pensamento romântico reacionário ao produzir uma crítica a sociedade capitalista do século XIX baseado em experiências históricas pregressas. É cedo para tecer comentários sobre suas concepções acerca da igualdade jurídica, todavia seu discurso é claro ao reivindicar ao “estado” do clero papel superior naquela sociedade. Existe aqui saudosismo das antigas relações entre Estado e Igreja, típicas do Antigo Regime, que garantiam as posições elevadas do clero.

As vinculações do pensamento de Paiva ao romantismo reacionário serão trabalhadas em outros momentos deste capítulo. Por ora, vale recobrar a leitura que de Marx faz Michel Löwy de que “o Romantismo é uma visão crítica da civilização burguesa que se refere a um passado no qual a vida humana tinha uma plenitude muito maior.”<sup>274</sup> O saudosismo de Paiva de uma época em que as relações entre Estado e Igreja eram mais próximas, na qual a instituição a qual pertencia ocupava posições de melhor monta, corroboram que as modernidades políticas resultantes das mudanças econômicas e sociais do mundo, eram mal recepcionadas por Paiva. Mais do que malvistas, eram inaceitáveis em um país que constitucionalmente assumiu o catolicismo como religião oficial. Na época em que o pensamento católico estava mais enraizado nos meios sociais e espaços políticos tudo era mais fácil, pensava o padre. Mas,

---

<sup>274</sup> CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. *Marxismo e Romantismo: entrevista com Michel Löwy*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 6, Nº 1/2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/19538> Acesso em: 09 out. 2023.

voltar de todo ao passado era impossível, todavia impor de forma ilocucionária padrões ao futuro por meio de uma modernização conservadora orientada pelo catolicismo era a melhor resposta que o padre conseguia dar para atender aos seus anseios e receios. Se uma modernização era inevitável, que viesse pelos filtros do pensamento católico. A justificativa para isso se dava, no plano retórico, pelo exemplo, ou melhor, contraexemplo histórico representado pela França, e pela narrativa de um futuro assombroso de um Estado com dificuldades de gerenciar uma população revoltosa. Paiva, como se verá, temia muito a guerra civil.

Sempre a França. Conforme demonstrado por William Souza, na época joanina a França também eram o principal alvo dos sermonistas, mas naquela ocasião em virtude das tensões entre Napoleão e a monarquia dos Bragança.<sup>275</sup> Paiva mobiliza sua ojeriza ao país pelo processamento mais adiantado da sua laicização e pelas violências políticas decorrentes do processo revolucionário que redundaram em conflitos civis. Esse era um trajeto perigoso na visão de Paiva e, por suas observações, acreditava que o Brasil seguia o mesmo caminho, afinal “o governo, seja dito com toda a liberdade do escritor sincero, não só não dá a religião aquele sabido apreço que fora para desejar, como até em muitas coisas parece rebaixá-la.”

Lynch, ao fazer sua leitura do *Sattelzeit* de Koselleck, já referido na parte inicial deste trabalho, observa que a transição do Antigo Regime para o constitucionalismo liberal teria viabilizado quatro processos de modernização política. Um deles seria o da *temporalização* em que “os conceitos passaram a ter o futuro e não mais o passado como referência”.<sup>276</sup> Tendo esta perspectiva em vista, é possível inferir o quão preso ao Antigo Regime estava o ideário de Paiva que buscava no passado as respostas para a sua angústia presente em um típico movimento de romantismo reacionário.

Diz Paiva que: “É fato provado pela história de todos os povos que os países mais religiosos são os que mais florescentes se mostram.” Uma pena não

---

<sup>275</sup> Cf. MARTINS, William de Souza. *O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte Joanina (1808-1821)*. **Tempo**, Niterói, UFF, vol. 17, n. 31, 2011.

<sup>276</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, n. 10, maio 2015. p. 315.

trazer a que exemplos históricos se referia. Talvez porque mais do que um raciocínio lógico, fosse essa uma estratégia de retórica para permitir aos seus ouvintes/leitores responder qualquer país de maioria católica que lhes viesse à cabeça. A fluidez discursiva se torna estratégica em suas blindagens intelectuais e produz jogos de sentido ao dar margem para a psique de cada ouvinte/leitor produzir suas significações.

Existem saudades na fala de Paiva: como era bom aos seus olhos as épocas passadas em que membros do alto clero participavam ativamente do Estado ocupando cargos centrais. Como era boa a época em que a questão do Regalismo não era discutida e implementada. E o Brasil, por ter afirmado em carta constitucional o catolicismo como religião oficial tinha um compromisso e uma obrigação com esse retorno. O bacharelismo causou ressentimentos. Para Paiva, os membros da Igreja eram mais capazes de contribuir com a formulação de boas leis do que os bacharéis e demais segmentos sociais que tinham entrada no corpo político. Aliás, os bacharéis poderiam contribuir sim, desde que estivessem devidamente inseridos na lógica católica. Contudo, não era este o caso haja vista os programas das escolas de direito terem se aproximado desde fins do século XVIII do modelo operatório iluminista e terem se afastado da escolástica. Não se pode deixar de ressaltar que é curiosa a contradição de Paiva em defender o governo constitucional e se sentir tão órfão do Antigo Regime.

Paiva estava assombrado com tantas mudanças. E se em algum momento algum calvinista ou luterano chegasse a altas esferas do governo? E se em sua amada província natal, com forte presença alemã, deputados luteranos comesçassem a ocupar cargos na assembleia provincial? Era questão de tempo. Trata-se de um 'governo digno de censura', um 'governo que não dá apreço a religião e a rebaixa' uma vez que reduz o peso de autoridades católicas em seus quadros e abriga tantos outros grupos, por vezes hostis a sua Igreja Católica.

Ao falar que o governo deve apoiar as publicações religiosas, Paiva está se posicionando em um debate muito caro a elite política da província de Santa Catarina: a dependência que os periódicos tinham dos recursos oriundos das instituições políticas que contratavam espaços dos jornais para publicar

documentos oficiais.<sup>277</sup> Além disso, dada a circulação do periódico de Paiva *A Revelação* em outras províncias, sobretudo Bahia, Alagoas, Grão-Pará e Rio de Janeiro, certamente aumentava a reputação dele entre as autoridades eclesiásticas como voz e pena atuante contra a compressão a que a Igreja católica vinha sendo submetida no Brasil. É possível inferir uma correlação entre o esforço de Paiva em manter este periódico durante os anos de 1852 e 1853, sua circulação para além de Santa Catarina, e a sua escolha como arcebispo da província da mesma província na década de 1860. Além do fato de que seu jornal se prestava para demarcar posições perante o clero catarinense e se apresentar como liderança política local.

A questão da imprensa não é secundária no contexto de Paiva. Existem contradições dignas de serem discutidas. A primeira delas consiste que, apesar de Gutenberg ter feito sua revolução na Alemanha em meados do século XV, esses efeitos só serão mais ligeiramente sentidos em Santa Catarina, e no Brasil como um todo, na década de 1830 e com alguns avanços nas seguintes. Ou seja, a modernização política no Brasil veio acompanhada de um poderoso instrumento de disseminação e circulação de ideias, intensificando o fluxo cruzado de informações, posições e tensões. Além disso, dentro de suas antimodernidades, Paiva reconhecia a imprensa como instrumento privilegiado de evangelização. Utilizava meios novos, com maiores possibilidades técnicas de ramificações e capilarizações, para propagar ideias antigas aderentes a sua visão de mundo mais conectada ao Antigo Regime do que a modernidade.

A perpetuação do seu periódico religioso dependia da sua capacidade de mobilizar apoio financeiro. É notável que nessa década de 1850, aconteceram intensos conflitos partidários em Santa Catarina e os jornais eram instrumentos de demarcação de posição nesses embates. Como religioso, Paiva tinha que se equilibrar no fio da navalha: por um lado, publicamente apresentava posições de que os religiosos deveriam se manter mais neutros nas disputas partidárias, apesar de cair nas provocações dos seus adversários na imprensa; por outro cobrava da elite política que as ponderações da Igreja, instituição a qual compunha os quadros, fossem levadas em conta. Há aqui uma estratégia de blindagem retórica em criar uma posição publicamente assumida de que o

---

<sup>277</sup> PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995. pp. 38-40.

indivíduo padre pessoalmente não era relevante, mas a instituição Igreja era. Mas, em certo sentido ele era, e se construiu como tal, em nível regional, uma das grandes vozes da Igreja, simbolizando e falando em nome da instituição. Assim, não falava o indivíduo Paiva, mas a instituição milenar vocalizava por ele. Do mesmo modo, como deputado, não era o indivíduo, mas um representante da Igreja que, por sua posição, conseguia canalizar votos que o asseguraram uma trajetória marcante como um dos deputados mais frequentes na assembleia catarinense no século XIX, mesmo tendo falecido com pouca idade.

Oportuno indagar: o que exatamente Paiva estava chamando de governo? Estaria ele se referindo diretamente a monarquia, ao imperador e ao Poder Moderador? Queria ele se referir ao Poder Legislativo? Ou a uma burocracia de Estado que cada vez mais ganhava musculatura e procurava produzir processos de racionalização no Estado brasileiro? Neste mesmo ano de 1852, em comemoração aos sete anos da visita do imperador a Santa Catarina, Paiva também escreveu a sua peça teatral que era uma ode à monarquia constitucional – material que será abordado mais à frente. Não existem muitos indícios de posições pesadas de Paiva contra o Poder Moderador e muito menos contra o imperador. Ao que tudo indica, trata-se da demarcação de posições antimodernas frente a um Estado que se constituía nos moldes dos Estados Nacionais do século XIX em que, na cabeça de Paiva, o monarca era tão vítima quanto a Igreja. Existe nesse trajeto posições antirregalistas e saudosismo de uma época em que Igreja e Estado possuíam relações mais próximas e horizontais. Além disso, usar o termo vago “governo” também pode ser lido como estratégia de retórica discursiva: o leitor tem flexibilidade cognitiva para fazer as suas inferências.

Na edição seguinte do mesmo periódico (Nº 8 de 16 de outubro de 1852), Paiva transcreve um artigo originalmente publicado em *O Noticiador Catholico*. Nele, o articulista não nominado traz argumentos que se assemelham muito aos de Paiva, demonstrando filiações ideológicas do padre catarinense com lideranças católicas de outras partes e o quanto o consumo desse tipo de literatura era determinante para a construção do seu repertório argumentativo, que reverberava em diferentes regiões do Brasil. Inclusive, no jornal de número 11 de 06 de novembro de 1852, Paiva informa aos seus leitores que recebera, como ato de cordialidade, exemplares de revistas religiosas semelhantes a que

ele estava publicando das províncias da Bahia e Alagoas. E na edição de número 11, Paiva confirma também o envio de exemplares do seu jornal para outras províncias: “fazemos votos de que o Clero Brasileiro tenha em cada Província um representante na imprensa” eram as intensões expressas no *Noticiador Catholico* impresso na Bahia no número 205 em 02 de outubro de 1852.<sup>278</sup> Em síntese, havia alguma circulação desse tipo de publicação para além das províncias de origem. Esse fator pode ter sido grande indutor de unidade no discurso dos religiosos sobre a Igreja e a política e, do mesmo modo, ter dado a Paiva, e a outros membros do clero de províncias mais distantes, segurança e repertório argumentativo e retórico para os textos de sua autoria. Mais adiante será demonstrado também que Paiva enxergava na imprensa uma verdadeira revolução. Assim, era uma nova e poderosa arma a ser utilizada na defesa de suas posições.

O ponto de vista de que a religião era peça estrutural da formação de boas sociedades, assim como facilitadora da vida de governos, aparece neste artigo do *Noticiador Catholico* republicado por Paiva. O grande mote do referido texto é queixar-se de um certo abandono financeiro que o Estado impôs a Igreja. Uma infraestrutura precarizada – paróquias sobretudo que precisavam de melhorias – é apontado como o grande agente dificultador para que o clero prosseguisse em seu trabalho de docilização de almas para facilitar a gestão estatal. Diz um trecho que nada adianta o governo criar conservatórios de música, liceus, museus e academias de pintura – todos muito importantes para o engrandecimento da alma humana – se as paróquias estiverem em ruínas. Até mesmo “fábricas” são priorizadas pelo governo. O articulista nomeia o que ele está entendendo por “governo”: são as “assembleias”<sup>279</sup>. O Poder Legislativo tinha prerrogativas orçamentárias. É dedutível que a compreensão de Paiva, e do círculo de religiosos com os quais dialogava, do que era governo centra-se no Legislativo sendo ele um profundo conhecedor deste poder depois de tantas vezes alçado à deputação e vereança. Nesse mote, a degradação mais do que responsabilidade da monarquia, do monarca e do Poder Moderador, era do

---

<sup>278</sup> A Revelação: revista religiosa e literária. Nº 11. 06 de novembro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 22 set. 2023.

<sup>279</sup> A Revelação: revista religiosa e litterária. Nº 8 de 16 de outubro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em 22 set. 2023.

próprio corpo social, que via voto, selecionava os corpos legislativos. Desse modo, nota-se que para o padre as instâncias representativas não eram benéficas para o projeto de futuro do país.<sup>280</sup>

Outro artigo bastante sugestivo para a ampliação da compreensão de como o padre entendia as relações entre Estado e Igreja, foi publicado no jornal *A Revelação* em seu número quinze em 04 de dezembro de 1852.

A independência e separação dos poderes espiritual e temporal é essencialmente necessária em um estado, qualquer que seja a sua crença religiosa ou forma de governo que professe. Ela mantém o equilíbrio indispensável na grande missão de felicitar os povos, para a qual concorrem igualmente a Igreja e o Estado. Sem a devida independência o poder mais forte absorveria o mais fraco; e desaparecendo assim o único estorvo, que este poderia opor, quando aquele pretendesse exorbitar, o despotismo, que é filho do orgulho e da ambição, bem depressa faria tremular seu estandarte no seio dessa nação imprevidente. A liberdade da Igreja coopera em grande escala para a liberdade dos povos. A experiência dos séculos nos impele a reconhecê-la também pela mais sólida garantia dos governos. A invasão de um poder nas atribuições e regalias do outro desmoraliza-o a ponto de perder aquele prestígio e consideração, de que não pode prescindir no exercício de sua autoridade. E é a Religião acatada em seus preceitos, respeitada em seus direitos, e independente em seu poder, que os governos costumam recorrer, quando o delírio dos povos, esquecidos de seus deveres, ameaça a existência dos Estados. Nunca o povo francês gozou de menos liberdade, nunca uma nação se viu mais próxima de seu aniquilamento, do que quanto a França proclamada a república nos fins do século passado, banuiu dos seus departamentos a Religião de Jesus Cristo. Entretanto vemos com dor de nosso coração, que estas verdades não recebem todo o acolhimento daqueles, a quem cumpre, fazendo boas leis, ou dando execução as que existem, colocar a Religião em seu verdadeiro posto, a fim de que ela possa derramar os seus preciosos bens no Seio da Sociedade Brasileira. A indiferença, que se observa entre nós quando se trata da Religião, desse grande elemento de prosperidade para uma Nação, tem suas causas, as quais de hoje em diante passamos a discutir em nosso jornal com a franqueza e veracidade, que devem caracterizar o escritor público. Contudo, a invasão do poder temporal no círculo das atribuições espirituais não é o maior mal que pode oprimir a Igreja. A ilustração do Clero, a piedade dos povos, e a prudência do governo, podem obstar aos funestos efeitos, fazendo desaparecer a causa. A falta, porém, de recursos para se ter um Clero ilustrado, o abandono da Religião, máxime da parte daqueles, que constituídos em autoridade, devem ser os primeiros a dar exemplo de respeito e obediência a seus preceitos, a privação dos meios indispensáveis para manutenção do culto, os templos em completa ruína, ou tornados desertos pardieiros para servirem de esconderijo as corujas, a maior parte dos seus ministros privados da descende subsistência, desde que os dízimos, que hoje produzem uma renda considerável para o Estado, e que pertenceram àqueles desde o princípio da Igreja, foram substituídos por uma cônica igual ao ordenado, que hoje vence o contínuo de qualquer Repartição, os paramentos, em que se celebram os ofícios divinos, dilacerados e indignos de tão santo ministério, leis estabelecendo novos deveres civis aos Párocos, cujas as obrigações já são tantas e tão penosas, outras expondo os templos aos maiores desacatos, no sentido, justiça seja feita, de reprimir o furor dos povos nas crises eleitorais, quando a longa experiência demonstra que esse mal é maior do que o que se pretende evitar, finalmente o desprezo

---

<sup>280</sup> Para Paiva, tudo era uma questão de vontade política e social que não necessariamente deveria partir das altas esferas de poder. É emblemático que ele cita no jornal *A Revelação* o caso da vila de São Francisco do Sul, cujo tributo gerido pela câmara municipal no valor de 20 réis por alqueire de farinha negociado era usado para a manutenção do templo e custos do clero local. Tratava-se de uma medida simples que, na posição de Paiva, traria ganhos expressivos para a localidade.

com que se trata a educação moral dos jovens, são essas as causas que podem concorrer muito para o abandono e esquecimento da Religião, e por consequência para a infelicidade temporal e espiritual dos Povos.<sup>281</sup>

Neste artigo, há, portanto, grande explicitação sobre o quanto o Regalismo incomodava Paiva. Não é possível determinar se em seu íntimo o padre não defendia a submissão do Estado a Igreja, afinal, o desequilíbrio de forças estava tão acentuado a favor do primeiro que era mais tático naquele momento demandar isonomia a independência. Há pessimismo em Paiva na medida em que está decidido a alertar uma provável espiral de caos produzida pelo enfraquecimento do catolicismo no tecido social resultante das ações questionáveis do Estado.

Diz Paiva, “A invasão de um poder nas atribuições e regalias do outro desmoraliza-o a ponto de perder aquele prestígio e consideração, de que não pode prescindir no exercício de sua autoridade [...]”. Sugestivo o uso o termo “regalias”. Moraes e Silva define o vocábulo como “Direito majestático, privilégio, prerrogativa”.<sup>282</sup>

Mas é oportuno perceber o quanto de incômodo gerava em Paiva a questão material e financeira. O fato de o pároco e a Igreja não gerirem mais as suas rendas o deixaram perturbado. A constante monopolização dos tributos alcançadas pelo Estado e a parca possibilidade de a Igreja arbitrar sobre os seus rendimentos eram sentidas pelos religiosos que viam piora em sua vida material. Como citado em trecho anterior de outro articulista, ao Estado interessava mais “museus”, “conservatório” e até mesmo “fábricas”. Era um declínio da instituição pela subtração do poder político, do poder financeiro e do poder de conduzir a conduta moral da sociedade. Era a laicização.

A operação mental do padre consiste em, por meio do realismo histórico e da observação do cotidiano, defender a tese de que o enfraquecimento da

---

<sup>281</sup> *A Revelação: revista religiosa e litterária*. Nº 15 de 04 de dezembro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em 26 set. 2023. Neste mesmo volume, na sequência, Paiva se queixa de uma nova situação na qual as câmaras municipais deveriam atestar a frequência dos padres em seus compromissos para assegurar o pagamento de suas cômguas, retirando essa fiscalização das mãos dos Vigários da Vara, cargo a época ocupado por Paiva que está interpretando como excessiva a intervenção do Estado sobre a organização da Igreja, fator que para ele gerava contradição uma vez que o catolicismo era a religião oficial do Brasil.

<sup>282</sup> SILVA, Antônio de Moraes e. **Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente**. Lisboa: Typographia M. P de Lacerda, 1823. Tomo II, p. 551. Disponível em: Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente (senado.leg.br) Acesso em: 04 set. 2024.

religião é produtor de guerras civis e despotismos, tal qual havia se passado na França, como ele interpreta do artigo e tal qual estava ocorrendo na Argentina, conforme ele abordou em sua peça teatral que será abordada na sequência.

Interessante notar que o jornal “A Revelação” pelo próprio título, pretendia abordar aspectos teológicos. Paiva defende que a imprensa deve ser veículo de divulgação teológica na medida em que a circulação de jornais atinge vastas áreas e rincões. Seriam sinais de novos tempos e modos de pregar. As passagens “O Cristianismo, que tem atravessado incólume o espaço de mais de dezoito séculos, triunfando sempre dos ataques e ciladas do filosofismo...”<sup>283</sup> e “a incredulidade dos filósofos trouxe a indiferença aos povos”<sup>284</sup> reforçam posições de um professor de Filosofia Racional e Moral que não lê de forma positiva as obras filosóficas que produziram extensas críticas a Igreja Católica e que instrumentaram a população a ações revolucionárias. Contudo, Paiva produz certa vulgarização do termo filosofia. Ele lança um corte que separa a boa filosofia da má filosofia na medida em que classifica e afirma que “o Cristianismo é uma filosofia divina”<sup>285</sup> estabelecida na história de Cristo e nos textos de Novo Testamento.

Suas posições sobre a imprensa e a filosofia são mais bem descritas por ele em coluna publicada no jornal *A Revelação* de número dez publicado no dia 30 de outubro de 1852. Diz Paiva:

A imprensa, essa preciosa descoberta com que João Gutenberg depois de aturadas vigílias mimoseou a humanidade, foi certamente uma fonte de progresso para as ciências. Sem temor de errar podemos dizer que o ano de 1439 foi um arauto da civilização. E que importantes segredos não nos teriam legado nossos antepassados; que ricos tesouros de ciência teriam sido preservados do vandalismo; que crimes se teriam evitado; quantos males em suma deixariam de ter pesado sobre a humanidade, se o ilustre alemão tivesse existido alguns séculos antes? Sem dúvida a imprensa ocupa o primeiro lugar na ordem das invenções humanas. Porém, das mais belas instituições se tem abusado; e o abuso da imprensa nos a acarretado funestas consequências! Quem poderá contestar que foi abusando deste sublime veículo da verdade, que Voltaire e Rousseau inocularam no coração do povo incauto as perniciosas doutrinas, que arrastaram a França a um abismo de desgraças? Milhões de vítimas sacrificadas ao delírio revolucionário, os deveres mais santos postergados, as vozes da Natureza abafadas, Leis de sangue ecoando nesse recinto donde estava proscrita a Justiça, a inocência sofrendo os horríveis tratos, que ao crime muitas vezes se havia poupado, um trono engolido pelo vórtice da desordem, e os símbolos da Religião arrancados dos Templos e substituídos pelos emblemas de uma razão, que os homens já haviam perdido

---

<sup>283</sup> *A Revelação: Op. Cit.*

<sup>284</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaios oratórios*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007. p. 15.

<sup>285</sup> *A Revelação*: revista religiosa e literária. 04 de setembro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 12 set. 2023.

sem darem por isso; todos estes males, quem duvidará de que foram fermentados pelos escritos desses corypheus, que mais tarde ensanguentaram as páginas da história pátria? Quem poderá contestar, que os venenos, os romances de Eugenio Sue, Alexandre Dumas e outros farsantes modernos a quem os jornalistas sem refletirem tem franqueado um lugar em suas folhas, gravando-lhes IN CAPITE o galante, porém insidioso título de Folhetim, doutrinas que o povo bebe ansiosamente sem pensar que sorve a tragos um peçonha que mais tarde produzirá seus medonhos efeitos; quem poderá contestar, dizemos, que esses escritos que ocultam a imoralidade, e outros elementos destruidores, na beleza de suas frases, na poesia de seus pensamentos, e na sagacidade de seu enredo, preparam, ou pelo menos muito concorreram para o cataclisma por que tem passado a Europa nos últimos anos? Ah! E um negro futuro nos aterra; [...]. E qual o motivo por que a Religião a quase sempre a primeira vítima, contra quem a cegueira e furor dos homens dirigem o alfange? Diremos unicamente: eles atacam a Religião e a proscreveriam da face da terra se a tanto chegasse o seu poder; porque enquanto os homens são religiosos, não podem ser algozes da humanidade E o fim das revoluções políticas é: o suplício de muitos para o interesse de poucos. [...].<sup>286</sup>

A França novamente apareceu. É o contraexemplo mais mobilizado por Paiva e, dessa vez, com menções mais diretas ao Iluminismo como autores nefastos para a humanidade, uma vez que foram os mentores intelectuais das ideias que seduziram a população. A revolução é um “delírio” que produz “desordem” e desmantela o “trono”.

A desestabilização do catolicismo abriu caminho para que a população sorvesse as venenosas ideias que a levariam a ruína. A ausência da religiosidade torna os indivíduos imorais, irascíveis e irreconhecíveis. Furta-lhes a razão que a filosofia de Voltaire e Rousseau argumentavam trazer. E qual é o resultado da revolução política? O despotismo na medida em que produz “o suplício de muitos para o interesse de poucos”.

Por “povo”, Paiva compreende uma massa que, sem a tutela do Estado e da Igreja, instâncias que asseguram “a missão de felicitar os povos”, seria reduzida a uma horda incapaz de autogestão. E cabe a Igreja o papel principal como instância civilizatória, afinal “enquanto os homens que são religiosos, não podem ser algozes da humanidade”.

Voltando a categoria de despotismo, é oportuno iniciar a observação das alegorias apresentadas por Paiva em sua peça teatral de título *Elogio Dramático*. Consiste em uma obra, publicada em outubro de 1852, que tem como pano de fundo os conflitos na Argentina entre Rosas e Urquizas e as comemorações na província de Santa Catarina do sétimo aniversário da visita de D. Pedro II. Essa peça tinha como personagens: o Brasil e o Prata, ambos representados por

---

<sup>286</sup> A Revelação: revista religiosa e literária. Nº 10. 30 de outubro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 22 set. 2023.

indígenas (o brasileiro usando verde e amarelo) - em certo sentido, a escolha visual da personagem aproximava Paiva do romantismo brasileiro e a sua idealização dos povos originários; a Liberdade; o Gênio Tutelar do Império; a Guerra Civil; o Despotismo; a Vitória; e, por fim, um Coro de Virgens.<sup>287</sup>

A personagem do despotismo era descrita com trajes vermelho e preto. a mão direita possuía uma vara com ponta de ferro e na esquerda grossas cadeias para prender os homens. Vermelha era definida no dicionário Moraes e Silva como “a cor do rosto corado de vergonha” e a cor assumida por uma parte do corpo inflamada [vermelhão]<sup>288</sup>. Na primeira vez em que a personagem aparece na peça, na cena seis, há a indicação para que a luz do cenário seja diminuída para fortalecer a sensação de penumbra e falta de nitidez. Diz o Despotismo:

A infernal união [do Brasil com a Liberdade] que ora jurastes  
Para meu extermínio, ... não, não pode  
Prevalecer contra o poder da força,  
Contra os manejos de vulpina astúcia,  
Com que soube dotar-me a Natureza.  
Primeiro, lisonjeio a Liberdade;  
Ajudo a Levantar os seus altares,  
Pelas massas do povo demonstrando  
Quanto da opressão sou inimigo.  
Depois que o popular entusiasmo  
Tomou grau de frenético delírio,  
Eis-me qual Patriarca, ou Pai da Pátria  
Naquele tom com que se fala as turbas  
Mostrando que periga a Liberdade  
Se a Nação reunida a não defende  
Derramando por ela o próprio sangue.  
Essas frases o povo alucinando,  
Grita-se contra feros opressores,  
Sem que exista opressão; e um tal pretexto  
Vai dando ocasião a enormes crimes.  
Neste de oscilação estado horrível,  
Cumpre aos bons cidadãos com leis severas  
Salvar o seu país de tal abismo.  
Mas então clamarei leis e governo  
Nos querem usurpar a liberdade!  
Seus ilegais decretos não se cumpram!  
Toda a soberania está no Povo!...  
Estas palavras agradáveis sempre  
Para lisonjear paixões infrenes  
Calão nos corações profundamente.  
Já grupos se reúnem percorrendo  
De uma cidade as ruas em tumulto,

---

<sup>287</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Elogio Dramático*. Desterro: Typographia Catharinense, 1852.

<sup>288</sup> SILVA, Antônio de Moraes e. **Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente**. Lisboa: Typographia M. P de Lacerda, 1823. Tomo II, p. 840. Disponível em: [Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente](http://diccionario.da.lingua.portugueza.recopilado.de.todos.os.impressos.ate.o.presente) (senado.leg.br) Acesso em: 04 set. 2024.

Dando vivas e morras de mistura.  
Nesta espantosa confusão de coisas,  
Todos supõe que o mal está no Governo:  
Já se muda as formas; mas não muda  
A índole do povo; sempre crédulo.  
Com fé robusta assente a novidade.  
Abaixo os opressores! Gritam todos,  
E viva o defensor de nossos foros!  
Então no meio de festivos vivas  
Eis-me aclamado como Pai da Pátria,  
Pra sufocar esta anarquia horrenda  
Que eu mesmo fometei com negra astúcia  
Como Chefe supremo do Estado  
Cumpre-me por a força ao meu aceno:  
Cárceres, proscricções, ou morte aos grandes  
Aos pequenos porém esta legenda:  
- Minha vontade é a Lei – e desta forma  
O Despotismo é pouco detestado  
Passando por político profundo  
Aos olhos das Nações da sábia Europa  
Vai seu trono firmar sobre as ruínas  
De uma mal entendida Liberdade.<sup>289</sup>

Há em seus versos uma série de alegorias que se referem ao ambiente iluminista francês revolucionário que poderia vir a ser replicado em outras partes de mundo e épocas. Seu medo era de tal cenário se reproduzir na América. A população é um grande pêndulo: se entregue a religião católica, se faz dócil e respeitadora das leis; se seduzida por doutrinas peçonhentas, são capazes de instaurar o caos. Tudo em nome da liberdade, conceito polissêmico e subjetivo que era mobilizado por mal-intencionados que desejam o poder.

Paiva, com essas alegorias, pretende defender a perspectiva de que o Estado deve ser gerido por poucos, em um modelo aristocrático, e afastado de qualquer ampliação de participação. O povo é apresentado por meio de vocábulos com semânticas que o aproximam de um grupo a ser tutelado como “turba”, “alucinado” e em “frenético delírio”. Não há como a razão prosperar nesse amplo segmento da sociedade. Tudo o que resta ao povo é ser civilizado pela Igreja e Estado, para que não se entreguem as falsas doutrinas e coloquem em risco a ordem social.

A manipulação intelectual e ideológica das massas levava-os aos “crimes”, desordens e “paixões infrenes”. A “soberania popular” seria caótica. Somente um Estado e uma Igreja fortalecidos protegiam a ordem e a sociedade

---

<sup>289</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Elogio Dramático*. Desterro: Typographia Catharinense, 1852. pp. 16-18.

da própria sociedade, que facilmente podia empoderar déspotas que agiam sempre com base na dissimulação ao manipularem o conceito de liberdade. A liberdade precisa ser corretamente entendida pelo povo, mas isso não aconteceria de forma intuitiva, mas sim de forma assistida pelo clero.

Lei e governo precisam atuar na contenção do povo que, ao se julgar ator político, produz tumultos desestabilizadores. O povo não é dotado de razão, mas de fé. E como facilmente se deixava influenciar e não sabe distinguir a virtude de astúcia despótica, abraçava os ídolos que com mais força se enraizassem em seus sentimentos. Daí sua concepção da centralidade da Igreja Católica no bom andamento da vida cívica; daí sua consternação contra as ações do Estado que afastavam a Igreja de tão fundamental e sublime missão.

Paiva, em outro trecho de sua peça teatral traz indícios sobre a sua fórmula de forja de um mundo estável. A personagem Liberdade, representada por uma mulher jovem vestida de branco e com uma coroa de flores empunhava em uma de suas mão um cetro e na outra uma gorra. Antônio Moraes e Silva define os dois itens da seguinte forma: o cetro era “uma insígnia que os soberanos têm na mão, no ato da coroação”. Já a gorra, é apresenta como sinônimo de barrete, sendo uma “cobertura de cabeça, antiga, usada ainda pelos tempos de El Rei D. João III e pouco depois. Hoje trazem-no os clérigos com alguma diferença”.<sup>290</sup> Dessa maneira, suas alegorias buscam promover uma associação subjetiva da liberdade com a Monarquia e a Igreja; com o monarca e o clero. Diz a personagem liberdade:

Aqui [no Brasil] respira livre e sempre unido  
Um povo industrioso, rico e forte.  
Aqui jamais opressa a humanidade  
Jungida [submetida] ao carro de feroz tirano  
Arrastará grilhões que nos aviltam [humilham].  
À sombra de uma Lei, que a Liberdade  
À Monarquia uniu em doce abraço,  
Floresce essa Nação abençoada,  
Servindo de modelo ao velho mundo:  
Enquanto o infeliz Prata, que se ufana  
De no seu seio aquecer a Liberdade,  
Depois que seu irmão abandonando  
Livre se proclamou e independente,  
Hoje vertendo lágrimas sem número

---

<sup>290</sup> SILVA, Antônio de Moraes e. **Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente**. Lisboa: Typographia M. P de Lacerda, 1823. Tomo I, p. 280 e 395 & Tomo II, p. 24. Disponível em: [Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente](http://diccionario.da.lingua.portugueza.recopilado.de.todos.os.impressos.ate.o.presente) (senado.leg.br) Acesso em: 04 set. 2024.

Vê seus filhos morrendo em crua guerra;  
Vê com dor a licença sucedendo  
Aos suaves direitos que eu inspiro  
E após instantes fero Despotismo  
Firmar domínio atroz entre seus muros.  
Oh, dos homens cegueira tão funesta!  
Oh, falas egoísmo! Quantos males  
Ávido arrastas sobre um povo incauto!!  
Que importa ter nos lábios Liberdade  
Quando a ambição do mando o peito abraça?  
Que importa ter de povo livre o nome,  
Queimar incenso sobre minhas aras,  
Quando a nação é férrea vontade  
De um cruel Ditador opressa geme?  
Eis a mesquinha sorte, que te coube,  
Ó desditoso Prata! Eis os destinos.<sup>291</sup>

Os versos colocam a associação entre monarquia e liberdade a partir das leis. Nota-se aqui alguma contradição com ideias previamente estabelecidas nas quais Paiva apresenta algum nível de crítica ao Poder Legislativo. É provável que nutrisse confiança no Poder Moderador e mesmo no Conselho de Estado para conter escorregadas legislativas, sobretudo aquelas que impactavam o papel e importância da Igreja e do clero.

Além disso, para além do contraexemplo francês já abordado, Paiva agora apresenta também o contraexemplo platino. Ele chega a sugerir se parte do Prata tivesse se mantido unida ao Brasil, não seu irmão abandonado, teria tido melhor sorte uma vez que aqui se “respirava livre” e “sempre unido” mesmo diante das tentativas separatistas que membros do seu clero fomentaram em um passado não tão distante. Diz ele em outra passagem que “E se os homens despidos de egoísmo/Viver quisessem como irmãos, unidos/Não sofreriam minhas [Guerra Civil] consequências.”<sup>292</sup> O que Paiva está chamando de egoísmo consistia nos movimentos políticos revolucionários buscados por algumas sociedades. Em síntese, movimentos de busca por expansão dos direitos políticos por parte da população ou de imposição oligárquica por parte das elites regionais eram indutores de conflitos civis, conhecidos por Paiva a partir de suas observações quanto aos Farrapos e dos seus estudos históricos. A paz vem da submissão ao Estado monárquico e este revigora a paz na medida

---

<sup>291</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Elogio Dramático*. Desterro: Typographia Catharinense, 1852. pp. 3-4.

<sup>292</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Elogio Dramático*. Desterro: Typographia Catharinense, 1852. p. 34.

em que cria ambiente propício para o trabalho do clero, assegurando seus privilégios e posições no mundo social e político.

Novamente Paiva exprime suas perspectivas de que processos de expansão de participação popular na política não são portadores de finais felizes. O “povo incauto”, ao abraçar um conceito de liberdade tendo no horizonte a liberdade política, abre margem para a chegada de ditadores despóticos ao poder.

Paiva compreendia um imperador como uma espécie de magistrado capaz de produzir justiça. Isso foi perceptível nas questões envolvendo os limites e fronteiras entre o Paraná e Santa Catarina. Ao descrever, em seu *Dicionário*, a localidade de Campo de Palmas, Paiva argumenta que alguns indivíduos oriundos do Paraná acabaram por se apropriar de terras devolutas na região e isso estava sendo usado pelo governo da província do Paraná para pleitear aquelas terras.<sup>293</sup>

Em outro momento, o padre traz que

“Pelo Decreto Nº 3.348 (*sic*) [3.378] de 16 de janeiro de 1865 alterou o Governo Imperial, menos bem informado, os limites entre esta província e a do Paraná, estabelecendo por divisa o rio Uruguai-açú ou Canoas desde sua junção com o Pelotas ou Uruguai-mirim até a embocadura do rio Marombas, e por este até a sua origem, e daqui tirando-se uma linha leste até a Cordilheira. A Assembleia Legislativa Provincial e as Municipalidades todas reclamaram incontinente contra um ato que com manifesta injustiça despojava a província de Santa Catarina de quase um terço de seu território em favor do Paraná, já tão bem aquinhoadas. Felizmente a verdade pôde chegar aos degraus do Trono, e o Aviso de 21 de outubro do mesmo ano suspende a execução daquele decreto.”<sup>294</sup>

Aqui ficam evidentes rescaldos de Antigo Regime uma vez que o soberano foi alçado ao posto de produtor de justiça diante de uma política considerada por Paiva, e certamente por outros membros da oligarquia provincial, falha. É possível sugerir que no caso abordado, o mundo gerido por Conselhos era considerado mais temperado do que o mundo legislativo uma vez que tendia a fortalecer mecanismos que protegiam as províncias menores de potenciais voracidades das grandes províncias. Interessante notar que Paiva enxerga essa proteção no poder Moderador e suas instâncias como o Conselho

---

<sup>293</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. pp. 86-87.

<sup>294</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. p. 26.

de Estado e não em um pacto federativo. Talvez essa escolha tenha se dado pelo esgotamento, uma vez que foi uma reclamação constante da elite provincial a parca representação de Santa Catarina na Assembleia Geral. Em síntese, o Poder Legislativo apresentava limites para atender os interesses provinciais sendo mais factível se recorrer ao Poder Moderador.

Em sua peça teatral, Paiva ressalta a monarquia e o imperador: “O Brasil de uma coroa immarcessível [incorruptível] / Cingida vê a sua fonte augusta”. Augusto é definido por Antônio Moraes e Silva como “grande, respeitável, venerável”.<sup>295</sup> Em outro trecho, traz:

Respira um coração neste retiro! [Brasil]  
Gozar da Liberdade o doce influxo  
Sem temer da licença acerbos perigos  
Ver elevado um trono majestoso  
Sobre mil corações agradecidos;  
Possuir uma coroa refulgente  
Que ofuscando as Nações da prisca Europa  
Faz meu peito inflamar de um justo orgulho;  
Vem em torno de minha formosa prole,  
De nobres sentimentos revestidas  
Que prudência na paz; que valor na guerra  
Sabe mostrar em face ao mundo inteiro;  
Que unindo a Liberdade a Monarquia  
Soube consorciar dois elementos,  
Únicos para a geral prosperidade.<sup>296</sup>

Paiva em sua escrita alegórica define que sem a monarquia, instância concreta, não é possível se atingir a ideia abstrata da liberdade. Vê ele que a América ultrapassou a Europa neste ponto na medida em que o Velho Mundo fora tomado por novas filosofias que retiraram o “incauto povo” dos caminhos da religião. E sem religião não há civismo. Em síntese, para Paiva é agora a América a grande agência civilizadora da política ocidental uma vez que vem conseguindo resistir às mudanças, mantendo tradicionalismos, dentre eles a monarquia. Mas sempre ressaltando a necessidade de vigilância quanto a Igreja, pois se essa sucumbir, sucumbe o seu modelo civilizatório.

---

<sup>295</sup> SILVA, Antônio de Moraes e. **Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente**. Lisboa: Typographia M. P de Lacerda, 1823. Tomo I, p. 244. Disponível em: [Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente](http://diccionario.da.lingua.portugueza.recopilado.de.todos.os.impressos.ate.o.presente) (senado.leg.br) Acesso em: 04 set. 2024.

<sup>296</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Elogio Dramático*. Desterro: Typographia Catharinense, 1852. pp. 5-6.

Se em seus textos publicados no jornal *A Revelação* e mesmo em seus *ensaíes oratórios* Paiva se dedicou a defender o antirregalista por meio da tese de que o Estado depende da Igreja para manter a ordem, aqui em sua peça de teatro há um pendor maior de reforçar as singularidades da monarquia brasileira que não havia criado nada de novo, mas apenas mantinha-se em um trilho que décadas atrás também estavam os Estados europeus. Estado e Igreja são poderes paralelos que deveriam ter uma relação orientada pela ideia de sinergia na qual a Igreja assegurava ao Estado a docilização do corpo social e o Estado garantia a Igreja posição privilegiada e recursos para seguir em sua obra doutrinária e educacional.

Ao longo dos textos lidos de Paiva – nem todos reproduzidos aqui – notou-se o uso de duas estratégias para a construção de argumentos: a primeira delas consistiu em referências escriturais em que por meio de passagens bíblicas, constrói suas posições. A outra foi a de buscar na experiência histórica observada elementos para corroborar suas interpretações de mundo. Em certo sentido, este é um dado que permite classificá-lo como um autor com alguma vocação para a empiricidade e realismo. Contudo, apesar de buscar na História respostas para a gênese de processos, não se pode excluir que sua formação como padre também é ancorada em um determinado tipo de narrativa histórica, atrelada a processos narrados na bíblia, na construção dos seus argumentos.

Portanto, foi possível captar como suas divagações históricas eram construídas e o papel deste recurso narrativo na construção do seu discurso. Um exemplo é a sua leitura sobre como historicamente se construíram as tensas relações entre as comunidades indígenas e os colonos. Esta passagem está inserida em um momento de sua obra *Dicionário* em que narra os primórdios da chegada dos europeus em Santa Catarina. Escreve Paiva:

“Onze anos depois, em 1526 Sebastião Caboto encarregado por Carlos 5º de descobrir o estreito de Magalhães, e o Rio de Prata, a visitou [Santa Catarina] e recebido benignamente pelos índios carijós que habitavam a ilha, retribuiu a hospitalidade com cruel resolução de roubar-lhes os filhos. No ano seguinte, em 1527, Diogo Garcia aí aportou e teve conhecimento minucioso do fato que acabamos de consignar, sendo-lhe referido pelos próprios indígenas, que apesar de queixosos contra os brancos, não deixaram de ministrar-lhes viveres, permutando alguns objetos de que careciam. Bem longe podemos buscar a origem funesta dessa desconfiança e implacável inimizade dos

filhos das matas conosco. Fatos tão desumanos prepararam consequências lastimáveis, e tarde ou nunca nos congregarão.”<sup>297</sup>

Paiva em vários dos seus trechos sempre produziu uma associação entre indígenas com a catequese e civilização. Não fugia, portanto, da forte tradição religiosa da época que via nos indígenas uma criatura a ser conquistada pelo cristianismo. Todavia, o que chama a atenção neste discurso é a construção de um argumento pautado em reflexão histórica. Utiliza-se de ironia ao contrapor a hospitalidade recebida por Caboto com um ato classificado por Paiva como bárbaro, praticado pelo genovês contra as populações indígenas.

O recurso a História foi mobilizado para achar a relações causais para a belicosidade que enxergava nos indígenas de seu tempo e região. A ferocidade nativa vivenciada por Paiva não foi explicada em termos raciais e nem mesmo como características genuínas daquelas sociedades. É importante se reafirmar a escolha de Paiva em sua peça teatral de representar o Brasil e o Prata como indígenas.

O fato de as relações entre europeus e indígenas terem sido inicialmente tensionadas por um navegador não-português que atuava como contratado de um imperador não-português também podem ser indicativos de intencionalidades na construção do discurso. O imperador em questão era o mesmo que havia falhado na contenção do movimento luterano incipiente nas primeiras décadas do século XVI.

A prática de sequestrar indígenas no século XVI com finalidades variadas foi corriqueira. O próprio Colombo manifestou esse desejo de levar indígenas para o rei espanhol para que “aprendessem a falar” <sup>298</sup> e fossem inseridos na cultura europeia. Portanto, muitos dos exploradores europeus não reconheciam nestas ações um sequestro ou “roubo” como classificou Paiva já no século XIX.

É interessante rapidamente avaliar a escolha do verbo “roubar” em detrimento de “sequestrar” ou “raptar”. De acordo com o Dicionário de Antônio de Moraes e Silva, o termo sequestrar era utilizado especificamente para atos de penhora ou tomada de bens, tendo semântica não tão ampla quanto

---

<sup>297</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. pp. 28-29.

<sup>298</sup> Cf. TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

atualmente. Já raptar era um termo de uso exclusivo para descrever atos que envolviam a tomada de indivíduos a força, sobretudo mulheres. Ao passo que roubar era um termo mais polissêmico se referindo tanto a bens quanto a pessoas, contudo também como exemplo de uso no referido dicionário aparece situação relacionada a questão feminina: “roubar a donzela da casa do pai”.<sup>299</sup>

Paiva desejava trabalhar com um antônimo de “resgate” dado a sua percepção negativa diante do fato exposto. Ele enxerga bondade nos indígenas carijós, uma vez que renunciaram a vingança contra a expedição de Diogo Garcia. A bondade e a capacidade de perdoar os tornavam muito próximos daquilo que se esperavam dos cristãos.

Em outro trecho, Paiva produz uma análise destinada ao entendimento de quem são os catarinenses, suas virtudes e as razões históricas de seu parco desenvolvimento provincial:

“Os catarinenses descendendo em sua maioria de colonos açoritas, e de naturais da Capitania de São Vicente são em geral afáveis, hospitaleiros, e religiosos; sinceros e delicados no trato social; bravos e resignados nas vicissitudes da guerra, de quem dado sobejas provas nas campanhas da Cisplatina, do Rio Grande do Sul, e atualmente na do Paraguai; audazes para afrontar os perigos do oceano desde a meninice; pacíficos, amigos dedicados do seu berço natal, talentosos e amantes das letras, e inclinados ao comércio, em cuja carreira muitos se tem distinguido. Filho deste torrão que amamos, e desejamos sinceramente seu engrandecimento, não podemos deixar de confessar, aos catarinenses falta ainda o ânimo para as grandes empresas e o espírito de associação a essa ambição e glória que excita o gênio a multiplicar os pequenos recursos para obter máximos resultados. Estas faltas, porém, devidas talvez ao acanhamento proverbial de nossos antepassados primeiros habitantes deste solo, queremos dizer, efeitos antes da educação que da índole, são assas compensadas com as virtudes que inumeradas sem receio de contestação.”<sup>300</sup>

Como informado anteriormente, Paiva era membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Esta instituição foi fundada em 1827 no espírito do Iluminismo e “congregava no mesmo espaço cientistas, letrados, políticos e homens ligados ao mundo dos negócios”. Ela foi por mais de seis décadas um órgão consultivo do Estado Imperial sendo uma sociedade civil com direito privado e patrocinada pelo Estado. Trata-se, portanto, de uma sociedade

---

<sup>299</sup> SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau reformado e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva*. Lisboa. p. 646. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412> Acesso em: 12 set. 2023.

<sup>300</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. p. 54.

alinhada ao Estado monárquico, que “tinha o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país”.<sup>301</sup>

As razões, para Paiva, de um suposto atraso de Santa Catarina seria fruto de um déficit educacional por parte das gerações anteriores. Déficit esse que ele dedicava a sua vida para minimizar em sua vocação como professor. O “acanhamento proverbial” para além de ser fruto do parco acesso à educação, era responsável pelo precário espírito empreendedor e baixa tecnificação produtiva, em certo sentido limitando a capacidade de comunicação da província com o restante do mundo; pouco capaz, portanto, de se apropriar e ler as vanguardas desenvolvidas em outras partes do mundo. Até mesmo a capacidade de representação no mundo político é impactada pelo “acanhamento proverbial”.

Nota-se também nesta passagem uma operação mental por parte de Paiva de separar o indivíduo em sua conformação comportamental em “índole” e “educação”, entre inato e o que é apreendido com a socialização. É como se houvesse uma vocação do “ser catarinense” relacionada a uma tradição de respeito a lei, ao Estado Imperial e a cidadania de servir nos momentos de necessidade, seja por meio dos serviços militares prestados nas campanhas do Sul ou a abdicação econômica em prol da manutenção de uma logística de guerra – com as constantes fintas cobradas para abastecer as tropas. Ao mesmo tempo, os catarinenses são “religiosos” o que os aproxima mais da predisposição e respeitar as leis e serem cidadãos dóceis as demandas do Estado.

Todos os adjetivos positivos em sua citação são defendidos como componentes estruturais dos quadros demográficos da região. Paiva vê com muita positividade a população local. Os maus elementos geralmente são, em suas passagens, rapidamente reconhecidos como forasteiros. Há, portanto, uma valorização regional mais amplificada do que o nacional. Mesmo não sendo um defensor do federalismo, Paiva conviveu com essas ideias em seu contexto em que o nacionalismo ainda era bastante embrionário. Vale retomar sua visão de uma população mais embranquecida do que informavam os dados oficiais.

---

<sup>301</sup> BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens*. XIII Encontro de História da Anpuh – Rio. p. 3. Disponível em: [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_REVISADO.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGO_REVISADO.pdf) Acesso em: 18 set. 2023.

Em outra passagem do seu *Dicionário*, Paiva nos indica, a partir das suas interpretações históricas, a distinção entre maus governos e bons governos. Para tanto, retoma características de governadores da capitania nos séculos XVIII e XIX. Sobre os exemplos passíveis de críticas, Paiva escreveu:

“Este governo [Coronel Francisco Antonio Cardoso de Meneses] foi uma calamidade para Santa Catarina. O povo viu-se obrigado a trabalhar nas obras públicas, e a fazer exercícios militares, não se dispensando os próprios lavradores, do que resultou o atraso da lavoura e do comércio sobrevivendo a fome para agravar a situação, devido tudo isso as medidas vexatórias do governo. A municipalidade condeou-se em fim da sorte dos habitantes e representou ao governo da Metrópole, que imediatamente fez cessar os exercícios e aliviar o povo dos trabalhos públicos. Este domínio de opressão durou até 12 de junho de 1745, em que tomou posse o novo Governador Tenente Francisco de Sousa Meneses. Não foi, porém, mais feliz o povo com esta mudança: um vexame não menos calamitoso o oprimiu. Para realizar-se um recrutamento de 400 a 500 homens foi mister arrancar aos lavradores seus filhos, pelo que definhou consideravelmente a agricultura. [...]. [Tenente D. Luís Maurício da Silveira] a diuturnidade de sua administração não outorgou a província benefício notável, antes alguns queixumes provocou, partindo a iniciativa do seio da municipalidade. [...]. [Coronel João Vieira Tovar de Albuquerque] gênio assomado que algumas vezes o arrastou a praticar atos de crueldade [...].”<sup>302</sup>

Os pontos/ações de governos passados usados por Paiva para argumentar que se tratava de maus governos predominam em ações arbitrárias que envolviam impactos negativos na produção agrícola. Recrutamentos forçados, sobretudo de lavradores e seus filhos, somado a submissão a servidão coletiva em obras públicas, desestabilizavam a economia e produziam fissuras sociais. Era desejável um governo que pouco impactasse nas liberdades individuais e que auxiliasse o setor produtivo, ou, ao menos, não o atrapalhasse. Cabia aos governos criar ambientes favoráveis a produção e abastecimento adequado de gêneros a fim de evitar quadros de insegurança alimentar ou mesmo prejudicar uma economia predominantemente voltada para atender as demandas do mercado de abastecimento.

Padre Paiva novamente faz memória do recurso colonial de comunicação direta entre câmaras e Coroa, prática típica de Antigo Regime em que a política era bastante organizada a partir da atuação de Conselhos como produtores de justiça contra governantes arbitrários. Apesar dos desenhos institucionais da época de Paiva, em meados do século XIX, nota-se que esse modelo ainda se

---

<sup>302</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. pp. 34-37.

mantinha em seu quadro mental e histórico. Quadro mental reforçado pela própria adoção do Poder Moderador como agente de estabilização política e instância amiga para se recorrer.

Em relação aos dois últimos governadores, Paiva traz dois elementos que merecem atenção: o primeiro consiste em se referir ao governo de D. Luís Maurício da Silveira em que o padre pontua o prazo mais dilatado da sua administração, de 1805 até 1817. Nos séculos XVIII e XIX, os governadores e presidentes de província tinham alta rotatividade. As razões para isso são muitas e uma delas é que a Coroa percebia nessa alta rotatividade um mecanismo de blindagem contra a identificação desses governadores/presidentes com os interesses das elites regionais. Com uma administração de doze anos, D. Luís foi alvo de queixas da comunidade, fato que permite corroborar que nem sempre a longa permanência poderia resultar em alinhamentos com as elites regionais. Por outro lado, destaca-se que o período de administração de Silveira envolve a vinda da família real e os conflitos do Sul entre 1811 e 1813. Já João Vieira Tovar e Albuquerque, que, relembra-se, era compadre de um dos deputados – Francisco de Oliveira Camacho - que ocupou a Assembleia em várias legislaturas junto com Paiva (eram inclusive do mesmo Partido Conservador), foi classificado como portador de “gênio assomado”, constantemente tomado de ira e cólera. Com isso, Paiva reforça uma percepção de que mais do que mão forte, um bom governante deveria ser dotado de temperança e prudência.

Na sequência Paiva exemplifica por meio da História exemplos de bons governos:

[Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara – Coronel Visconde de Mirandella] fez uma administração paternal: chamou o povo disperso [após a invasão espanhola de 1777] animando-o a edificar e prosseguir nos seus trabalhos. Reparou os estragos do inimigo e restabeleceu a ordem e sistema nos tribunais e repartições públicas. Quando pediu demissão a municipalidade pediu e instou com seu Governador para que continuasse na nobre missão de felicitar o povo: porém nada pode demovê-lo de tal resolução. Retirou-se deixando a todos pesarosos e cheios de reconhecimento. [...] [Joaquim Francisco do Livramento] a par da proverbial caridade brilhavam outras virtudes. Animou o comércio, a navegação e a lavoura: licenciou os soldados para se ocuparem dos trabalhos rurais: fez construir novos edifícios e engenhos para o fabrico de açúcar, terminando seu excelente governo a 7 de junho de 1786. Sucedeu a este o Sargento-mór José Pereira Pinto. Hábil militar reparou as ruínas dos edifícios reais: fez aparelhas alguns pequenos vasos para o serviço da marinha: promoveu a agricultura, a plantação de café especialmente, mandando vir plantas do Rio de Janeiro [...]. Não deu execução a ordem bárbara de mandar inutilizar os teares de que se servia a pobreza para o tecido de pano chamado da terra. [...]. [Tenente Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro] organizou as milícias, disciplinou a tropa, e muito concorreu para dar ao povo

certo grau de civilização [...]. [Coronel Joaquim Xavier Curado] durante a sua administração prosperou a província: o comércio animou-se; erigiram muitos edifícios públicos e particulares, e entre aqueles alguns templos. Austero de costumes foi protetor dos pobres e desvalidos, excedendo-se pelo zelo da justiça em alguns atos de severidade de que deixou lembranças duradouras. [...].<sup>303</sup>

Paiva dá neste trecho indicações de características que tornavam um político ocupante de cargo executivo um bom governante: o paternalismo<sup>304</sup> que deveria mesclar com prudência a rigidez com a candura; ser capaz de gerenciar crises, como o caos logo após a invasão espanhola da ilha de Desterro; incentivar a caridade, valor muito caro ao clero católico; incentivar obras públicas, comércio e agricultura; proceder com temperança nos recrutamentos; promover de forma equilibrada a justiça; e estimular a atividade agrícola.

#### 4.5 O clero e a política

Conforme já assinalado, o sacerdócio de Paiva ocorreu durante um período de tensão em Santa Catarina marcado pela Revolta dos Farrapos. Paiva foi agraciado com ordens por ter se mantido fiel a monarquia e teve atuação profissional no seminário gaúcho atuando no processo de ordenamento do clero riograndense. Paiva, portanto, caminhou com habilidade entre as demandas do Estado Imperial assim como pelas diretrizes ultramontanas de contenção do clero em aventuras políticas. Ele publicamente apresentava posições muito moderadas em relação a como o clero deveria se portar do ponto de vista político. Escreveu ele em coluna do Jornal *A Revelação* em 1852:

“Os deveres do pároco para com o governo são de natureza simples: são os de qualquer outro cidadão; a obediência nas coisas justas. Nem se há de apaixonar pelas formas ou pelos cabeças do governo; as formas modificam-se, os poderes mudam de nomes e de mãos; são coisas humanas, transitórias, instáveis por natureza. Mas a religião, governo

---

<sup>303</sup> PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC, 2003. pp. 34-37.

<sup>304</sup> Em uma passagem do jornal *A Revelação*, foi encontrada outra passagem em que Paiva associa bons governos a ideia de paternalismo. Não é um texto escrito por Paiva, mas foi selecionado por ele na condição de editor para compor um volume do seu jornal. Originalmente o texto foi publicado no *Museu Universal*. Diz o excerto: “Havia já treze anos que São Luís regressara de [ilegível], e a França sobre seu paternal governo ia se reestabelecendo das imensas perdas de homens e dinheiro que o Egito absorvera, quando este príncipe empreendeu sua segunda cruzada contra os infiéis.” *A Revelação*: revista religiosa e literária. Nº 40. 25 de junho de 1853. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 04 out. 2023.

eterno de Deus sobre a consciência, está acima dessas vicissitudes políticas. O pároco é o único cidadão, que tem jus e dever de ficar neutro nas contendas e rumores de partidos que dividem entre si os homens e as opiniões, porque não pode pregar senão amor e paz. E para ele, mais do que para todos, os homens são irmãos; é o representante de quem rejeitou que se vertesse uma gota de sangue em sua defesa, dizendo a Pedro que embainhasse a espada. Nas suas relações com as autoridades territoriais, não se esquecerá o pároco da brandura e conciliação; e de que é ele o homem de Deus ao pé do seu altar, na cadeira da verdade [...]. A sua autoridade só intervém para a pacificação e está só se pode alcançar por meios suaves. Qualquer tempestade política que levante ou sobre é um escândalo para o seu rebanho, para o clero e para a pátria.”<sup>305</sup>

Nesse início de anos 1850, Paiva já figurava entre as principais lideranças do clero catarinense. Inclusive sendo dos poucos padres com algum tipo de trajeto político no nível regional. Portanto, em certo sentido, ao trazer orientações de como os membros da Igreja deveriam se portar perante os poderes políticos, Paiva está, entre outros pontos, atuando na construção do seu próprio *ethos* comunitário. “Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato [...]. [...] suas crenças são suficientes para construir uma representação da sua pessoa.”<sup>306</sup>

Há nitidamente alguma margem de ação política prevista em Paiva quando afirma que deve haver obediência as “coisas justas”, demonstrando o quão tênue são as linhas e fronteiras. Afinal nesse tipo de proposição, a ideia de justiça pode fugir da racionalidade e caminhar por um campo subjetivo. São brechas narrativas que garantiriam uma defesa em casos de ser acusado de politicamente atuante.

Chama a atenção as suas orientações contrárias a uma personalização política. Essa visão colide com outras enunciações em que Paiva ressalta biografias políticas, sobretudo de imperadores. Paiva demarcava posições perante seguidores, opositores políticos e até mesmo outros membros do clero que poderiam ser vistos como competidores às suas aspirações de ascensão política e na hierarquia do clero.

De certa maneira, suas posições podem atingir a finalidade de despersonalização no ambiente regional, que ao que tudo indica, era uma

---

<sup>305</sup> A Revelação: revista religiosa e literária. 18 de setembro de 1852. Disponível em: [Hemeroteca \(bn.br\)](http://hemeroteca.bn.br) Acesso em: 12 set. 2023.

<sup>306</sup> AMOSSY, Ruth. *Da noção de retórica de ethos à análise do discurso*. IN: AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 9.

questão mais cotidiana da vida política do padre. Afinal, em 1850 já havia uma monarquia consolidada, com um monarca bastante estabelecido em um ambiente relativamente pacificado. Ao contrário da política provincial que apresentava as suas fraturas conforme atestam os embates veiculados na imprensa da cidade de Desterro no início desta mesma década.<sup>307</sup> Vale destacar que uma das características da imprensa brasileira durante boa parte do século XIX foi o uso extensivo de linguagem violenta e ataques pessoais, mesmo havendo a promessa nas primeiras edições do folhetim de que aquela publicação não se prestaria a esse tipo de empreitada, mas sim se comprometeria com a qualificação do debate público e ampliação do exercício cidadão.<sup>308</sup>

A forma do governo também se metamorfoseava, reconhecia Paiva. Governos primitivos se transformaram em monarquias absolutas. Essas, por sua vez, se reformularam dando origem as monarquias constitucionais e o processo seguiria um curso histórico. Claro que não há nisso indicativos republicanos e muito menos democráticos. Apenas uma percepção de que a longa duração produzia mudanças.

“O pároco é o único cidadão, que tem jus e dever de ficar neutro nas contendas e rumores de partidos que dividem entre si os homens e as opiniões, porque não pode pregar senão amor e paz.” Ao que tudo indica, Paiva se esqueceu que dois anos antes assinou uma carta publicada no jornal *O Novo Íris* em que publicamente rebatia opositores políticos.

“Vendo com a maior indignação que no último número do periódico intitulado *Conciliador*, calúnias bem atrozes são dirigidas a minha pessoa, a pretexto de ser eu um dos redatores do *Novo Íris*, porém com o estudado fim de nodar uma reputação que prezo, e a todo custo procuro manter ilibada; não posso dar ao desprezo como mereciam essas injuriosas arguições partidas de vis caluniadores acobertados com o manto do anonimato. O caráter de que me vejo revestido e a posição que ocupo na sociedade constituem-me hoje mais do que nunca no rigoroso dever de defender-me de tão indignas insinuações lançadas sobre mim por pessoas bem conhecidas nesta capital como vis intrigantes e detratores da alheia reputação, dando destarte a mais autêntica prova da sua imoralidade. Querendo porém responder e não desejando cobrir-me com o véu do anônimo, para não descer ao baixo nível a que se colocaram alguns de meus adversários políticos, a fim de me caluniarem impunemente, rogo a esses senhores que, por amor da justiça, desembanhem suas reticências e como cavalheiros apareçam para saber a quem e como devo responder, sob pena de serem considerados como vis caluniadores, indignos do crédito público e meros instrumentos de um partido que, salvo

---

<sup>307</sup> Chama-se a atenção, sobretudo, para os jornais *O Novo Íris*, do qual Paiva era um dos editores e o periódico *O Conciliador* editado por Marcelino Antônio Dutra. Este último também foi deputado e era adversário político de Paiva.

<sup>308</sup> CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topói, Rio de Janeiro, N° 1, p. 139.

honrosas exceções, emprega por conveniência própria todo o afã em tornar-me odioso aos olhos desta Província onde nasci e sou bem conhecido.”<sup>309</sup>

Sua concepção de justiça/injustiça foi mobilizada para supostamente defender a sua honra contra alguém que ele ainda não sabia quem era, mas viria a descobrir algumas semanas depois se tratar de Marcelino Antônio Dutra, liderança *luzia*, um dos editores do jornal *O Conciliador* e que também foi deputado na assembleia provincial junto com Paiva.<sup>310</sup>

Em 1852 Paiva publicou animado no jornal *A Revelação* que havia lido o livro *Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto-Amazonas*, título muito parecido foi dado pelo próprio Paiva ao seu livro sobre Santa Catarina alguns anos depois.

Sim, enquanto algumas mediocridades procuram hoje inculcar ilustração e alcances políticos, imputando a desmoralização do país à conduta desregrada do seu Clero, como se algumas exceções vergonhosas, de que nenhuma classe está isenta, devessem servir de regra geral; eis que aparece a interessante e curiosa Obra do Ilustre Oficial da nossa Marinha, cuja reputação literária nos põe no rigoroso dever de tributarmos uma homenagem de respeito as suas luzes, e de gratidão a sua liberal e brilhante pluma pelo elogio que faz ao clero brasileiro [...].<sup>311</sup>

Houve nessa leitura certamente alguma inspiração. Esse livro era de autoria de um militar, o Capitão-Tenente da armada brasileira Lourenço da Silva Araújo e Amazonas. Paiva ficou entusiasmado por ter lido alguém de alta respeitabilidade – “um militar viajante, ilustrado, observador e perspicaz” - e que não era vinculado aos quadros da Igreja católica brasileira escrevendo um verbete elogioso sobre os padres brasileiros.

Paiva interpretava que a unidade entre Deus e sociedade estava se rompendo. Essa ruptura passava pelas escolhas políticas. A França e o Prata são, neste sentido, o contraexemplos. No Brasil, setores da elite política estavam dando esses passos. O monarca, ao mesmo tempo em que era acuado, representava uma ilha de salvação. Para isso, era necessário restaurar a força e o peso da tradição do catolicismo dentro do Estado. Restaurar as contribuições do catolicismo para o político frear os ímpetos de laicização, que tanto mal traria

---

<sup>309</sup> O Novo Íris. 26 de abril de 1850. Nº 14. Disponível em: BNDigital Acesso em: 20 set. 2023.

<sup>310</sup> Infelizmente o artigo publicado por Marcelino Antônio Dutra na edição 101 do jornal *O Conciliador* não consta no acervo da Biblioteca Nacional.

<sup>311</sup> A Revelação: revista religiosa e literária. Nº 11. 06 de novembro de 1852. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 22 set. 2023.

a sociedade e as vivências pactuadas. Isso se daria com uma Igreja mais infiltrada no Estado, com a manutenção do clero – não todo ele, mas a maioria que reconhecia essa missão – na reprodução cultural representada pelo sistema educacional e cultos religiosos e na ajuda financeira do Estado a uma Igreja que definhava, aos olhos de Paiva. Em suma, pontos do Estado absolutista de Antigo Regime causavam saudosismo em Paiva. A ideia de um corpo político que adquiria autonomia e se desvinculava frente ao Imperador e a Igreja produziam uma modernização indesejada pelo padre.

## **Considerações finais**

O percurso investigativo desenvolvido nesta tese buscou lançar luz sobre as elites regionais oligárquicas de Santa Catarina no processo de construção do Estado brasileiro entre 1834 e 1851, período marcado por intensas transformações institucionais, políticas e sociais. Ao adotar uma abordagem prosopográfica e comparativa, aliada à análise do ideário político e das práticas institucionais, procurou-se não apenas preencher lacunas da historiografia sobre províncias consideradas periféricas, mas também contribuir para o debate mais amplo acerca da formação do Estado nacional e das múltiplas formas de articulação entre centro e regiões.

A escolha do recorte temporal, que se inicia com o Ato Adicional de 1834 e se estende até o início da década de 1850, permitiu observar um momento de inflexão na história política do Império, quando as assembleias provinciais emergem como espaços de negociação, acomodação e, não raro, de tensão entre projetos locais e diretrizes do poder central. Santa Catarina, embora de menor peso demográfico e econômico, revela-se, à luz dos dados aqui analisados, como um laboratório privilegiado para a compreensão das estratégias de reprodução, adaptação e resistência das elites regionais diante das exigências do novo arranjo institucional.

O estudo prosopográfico da deputação catarinense evidenciou um processo de consolidação institucional da Assembleia Legislativa Provincial, marcado por uma expressiva redução nas taxas de suplência e por uma crescente valorização do mandato parlamentar como ativo político e social. A assembleia, longe de ser mero apêndice do poder central, constituiu-se em arena de disputa e acomodação de interesses, onde se forjaram alianças, se negociaram recursos e se definiram os contornos do projeto civilizatório local. A baixa rotatividade dos mandatos, a predominância de deputados oriundos da capital Desterro e o peso dos militares e comerciantes na composição da elite legislativa apontam para um processo de fechamento e cristalização de grupos dirigentes, ainda que permeável à entrada de forasteiros dotados de capital social e formação reconhecida.

A análise das trajetórias individuais e coletivas revelou que o acesso aos espaços de poder estava fortemente condicionado pela inserção em redes familiares, pela posse de recursos econômicos e pelo domínio de capitais simbólicos, como a formação jurídica ou militar. Os casos dos deputados mais jovens, frequentemente oriundos de famílias tradicionais e com formação fora da província, ilustram a importância das estratégias de reprodução social e da circulação de quadros entre diferentes esferas do poder imperial. Por outro lado, a presença de forasteiros, especialmente bacharéis em Direito, indica que a elite local, embora zelosa de sua hegemonia, reconhecia a necessidade de incorporar quadros externos para suprir carências de formação e ampliar sua capacidade de articulação institucional.

No plano das ideias, a elite catarinense demonstrou adesão a um liberalismo de feição autoritária, no qual as instituições do Estado eram concebidas como instrumentos de controle social e de manutenção da ordem, sobretudo diante dos setores populares e das populações consideradas perigosas. As discussões sobre a questão agrária, a escravidão e a presença indígena revelam um projeto de sociedade pautado na valorização da agricultura, na defesa da propriedade e na busca por mecanismos legais que garantissem a estabilidade das hierarquias sociais. O discurso civilizatório, frequentemente mobilizado para justificar a expansão territorial e a catequese dos indígenas, evidencia a persistência de valores herdados do Antigo Regime, mesmo em meio à retórica liberal e modernizadora.

A comparação com outras províncias, como Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, permitiu situar Santa Catarina em um espectro mais amplo de experiências regionais, evidenciando tanto singularidades quanto padrões compartilhados. A longevidade política dos representantes catarinenses, a abertura relativa a indivíduos de fora e a centralidade da capital na formação da elite contrastam com a maior rotatividade e a dispersão regional observadas em outras províncias. Tais diferenças sugerem que a consolidação de grupos dirigentes e a estabilidade institucional não eram fenômenos uniformes, mas resultavam de combinações específicas de fatores demográficos, econômicos, culturais e políticos.

O diálogo com a historiografia revelou que, embora as interpretações clássicas sobre a formação do Estado brasileiro tenham privilegiado ora o papel de uma elite burocrática centralizada via José Murilo de Carvalho, ora a hegemonia das oligarquias agrárias conforme Ilmar Rohloff Mattos, a realidade catarinense aponta para a existência de arranjos híbridos, nos quais elites regionais e quadros externos coexistiam, negociavam e, por vezes, tensionavam os limites do poder local e central. A análise das práticas institucionais e das estratégias de reprodução das elites sugere que a construção do Estado imperial foi, em grande medida, resultado de pactos, acomodações e disputas entre múltiplos atores, cujos projetos nem sempre convergiam de modo harmônico.

A investigação do ideário político, especialmente a partir da trajetória do padre Paiva, permitiu compreender como as fronteiras entre o religioso, o político e o intelectual eram porosas, e como a atuação desses sujeitos contribuiu para a circulação de ideias e para a construção de uma identidade provincial marcada tanto pelo apego à tradição quanto pela busca de reconhecimento no cenário nacional. O discurso de Paiva, ao mesmo tempo conservador e pragmático, revela as ambiguidades e contradições de uma elite que, embora inserida no processo de modernização política, mantinha fortes vínculos com valores e práticas do Antigo Regime.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se a dificuldade de acesso a fontes primárias completas para todos os deputados, especialmente no que tange a inventários, correspondências e registros pessoais. A análise prosopográfica, embora robusta, poderia ser aprofundada com a incorporação de novas fontes e com o cruzamento de dados relativos à atuação dos deputados em outras esferas do poder, como o executivo provincial, o judiciário e as instâncias municipais. Outra lacuna consiste em não ter aprofundado a compreensão das redes dos deputados via análises de casamento e compadrio. Além disso, a comparação com outras províncias poderia ser expandida, ampliando o espectro de análise e permitindo a identificação de padrões e singularidades por tamanho de províncias, algo ainda pouco explorado pela historiografia.

Também se salienta que há um longo caminho ainda a ser percorrido para se descortinar temas do ideário político local. As filiações ideológicas bem como

os conceitos ainda precisarão ser mais bem explorados e aprofundados em estudos futuros deste ou de outros pesquisadores. Também o aprofundamento da análise das redes de sociabilidade e dos mecanismos de circulação de ideias entre as elites provinciais, bem como o estudo das relações entre elites políticas e outros grupos sociais, como comerciantes, profissionais liberais, religiosos e militares de baixa patente. A investigação das práticas eleitorais, dos conflitos intra-elite e das estratégias de mobilização política pode contribuir para uma compreensão mais nuançada dos processos de construção do poder e das instituições no Brasil oitocentista.

Esta pesquisa buscou oferecer uma contribuição à historiografia sobre a formação do Estado no Brasil ao partir de uma província considerada periférica, Santa Catarina, e de sua elite dirigente. Ao fazê-lo, reforça-se a necessidade de descentralizar a análise histórica, superando visões exclusivamente centradas nas províncias de maior peso econômico e político. Nesse sentido, o estudo confirma que o processo de construção do Estado imperial não se deu de maneira linear ou homogênea, mas resultou de negociações, tensões e acomodações que incluíram também elites regionais menos visíveis, mas fundamentais para a manutenção da unidade nacional.

A adoção da análise prosopográfica como eixo metodológico permite avançar no conhecimento sobre a composição social, política e ocupacional da elite catarinense, oferecendo dados quantitativos e qualitativos que dialogam com pesquisas semelhantes em outras províncias. Ao articular biografias coletivas com a interpretação das ideias políticas em circulação, o trabalho demonstra que a elite provincial não apenas ocupava cargos institucionais, mas também produzia e reproduzia uma cultura política que se alinhava — ou tensionava — com as diretrizes do poder central. Essa perspectiva amplia o repertório de estudos sobre elites regionais, permitindo comparações e revisões críticas de interpretações consolidadas.

Os resultados desta investigação indicam que o Estado imperial brasileiro foi construído a partir de múltiplos arranjos locais e regionais, em diálogo constante com o centro político sediado no Rio de Janeiro. A observação das práticas políticas catarinenses evidencia que o Estado não pode ser compreendido apenas como produto de uma elite burocrática homogênea ou de

uma classe senhorial específica, mas como resultado de interações dinâmicas entre diferentes atores sociais. Dessa forma, a pesquisa reforça interpretações que concebem o Estado imperial como uma construção dialética, marcada pela tensão entre centralização e regionalismos, e contribui para o adensamento do debate sobre a diversidade de experiências que moldaram o Brasil do século XIX.

Por fim, a trajetória da elite regional catarinense, aqui analisada, reafirma a importância de se observar as províncias e suas elites não como meros reflexos das dinâmicas do centro, mas como agentes históricos dotados de projetos próprios, capazes de tensionar, negociar e, por vezes, redefinir os contornos do Estado brasileiro em formação. O estudo das elites regionais, em sua pluralidade e complexidade, segue sendo um caminho profícuo para a compreensão dos processos de construção do poder e das instituições no Brasil oitocentista. A história política regional, ao privilegiar a análise das elites e de suas práticas institucionais, contribui para o desvendamento das múltiplas temporalidades, dos conflitos e das acomodações que marcaram a formação do Estado nacional.

## Apêndice 1 – Algumas discussões sobre o conceito de elites

Entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, desenvolveu-se a chamada Teoria das Elites, sobretudo a partir de Mosca e Pareto, e, posteriormente, Michels. Dentro das discussões acerca da Teoria Política, ela reforçava as reflexões, que naquele momento eram portadoras de certo ineditismo, sobre a existência de uma minoria de governantes - organizada e articulada -, e uma maioria de governados - heterogênea e desarticulada. As relações estabelecidas entre esses dois grupos bem como as estratégias das elites também eram alvos das reflexões da Teoria das Elites.<sup>312</sup>

Estes autores, que podemos classificar como fundadores da Escola Elitista, – apesar de toda a discussão e trocas de acusações entre Mosca e Pareto por uma suposta paternidade da área – foram orientados por um viés ideológico – que permeou o mundo entre 1914 e 1945. Pareto, por exemplo, abraçou o Fascismo por concordar com as premissas dos camisas verdes e por se sentir prestigiado e com maiores possibilidades de galgar espaço na vida universitária de uma nova Itália sob domínio fascista. Neste ambiente intelectual e político conturbado da virada do século XIX e início do século XX, o elitismo surgiu como uma crítica ao socialismo e as democracias liberais.<sup>313</sup>

Estas questões referentes as escolhas políticas destes autores, sobretudo Pareto, até os dias atuais reverberam sobre a Escola Elitista. Seguimos com atenção e zelo a sugestão de Adriano Gianturco de que enquanto acadêmicos parte do nosso trabalho é “analisar teorias, ideias e não pessoas. Utilizar algumas das contribuições de determinados autores, então, obviamente não

---

<sup>312</sup> BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol1. Brasília: UnB, 2016. pp. 385-386.

<sup>313</sup> GRYNSPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 11. O autor reforça que de um conjunto de teses anti-igualitárias e antidemocráticas, a Teoria das Elites se transformou em uma chave realista de interpretação do sistema democrático na medida em que o sufrágio universal não impede a máxima elitista de que uma minoria organizada tem o poder de mando sobre uma maioria desorganizada. A diferença reside no fato de que na democracia a elite é aberta e de tempos em tempos ocorre o revezamento daqueles que ocupam esta posição. O modelo democrático demanda a elasticidade de não tornar as elites refém das massas, mas ao mesmo tempo não permitir que as massas sejam capturadas e mobilizadas pela elite tal qual aconteceu no Nazifascismo. Os modelos políticos anteriores, tal qual a aristocracia, são mais fechadas e os mecanismos de reprodução das elites obedeciam a lógicas diferentes.

significa, de forma alguma, apoiar suas posições políticas”<sup>314</sup>. Contudo, não nos furtamos de olhar a questão com os olhos de historiador. As recepções destas teorias por parte dos grupos no poder devem sim ser refletidas por trazerem luz sobre a força que as ideias em circulação em dado contexto social e político podem ter. Afinal, ideias muitas vezes precedem ações e projetos políticos são construídos primeiro intelectualmente e depois de forma prática. Não só a recepção dos leitores e críticos deve ser ponderada, mas as intenções dos autores não podem ser ignoradas.

Tendo esta bússola, é útil mobilizar a leitura promovido por Arno Mayer sobre este ambiente intelectual de surgimento da teoria das elites:

O darwinismo social e o elitismo brotaram de um único e mesmo solo. Ambos desafiavam e criticavam o iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo “elite”, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades ainda dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural.<sup>315</sup>

O ambiente intelectual, social e político de surgimento da Teoria das Elites reside nas tensões entre os três grandes projetos sociais: democracia e socialismo, e o fascismo ainda em gestação. Pareto, Mosca e seus seguidores se entendiam, portanto, como capazes de produzir um desencantamento do mundo por demolirem, com suas ideias, supostos mitos que consideravam cristalizados, sobretudo aqueles ligados as expectativas quanto ao sufrágio universal e seu poder de transformação. Mário Grynszpan interpreta, por meio da tese de Mayer, que os teóricos das elites da virada do século XIX e início do século XX contribuíram para a manutenção das elites pré-industriais no poder ao elaborarem perspectivas intelectuais que corroíam o sufrágio universal ou mesmo os projetos igualitários, julgando-as como indutores de paroxismo social.<sup>316</sup>

---

<sup>314</sup> GIANTURCO, Adriano. *A ciência da Política: uma introdução*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. pp. 1-2.

<sup>315</sup> MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 276. Destaca-se que a mesma passagem é analisada por Mário Grynszpan. *Op. Cit.* p. 19.

<sup>316</sup> GRYNSPAN, Mário. *Op. Cit.* pp. 19-20.

Raymond Aron também reconhece esta mesma lógica ao abordar o pensamento sociológico de Pareto. Em sua obra *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Aron dedicou um extenso capítulo para analisar a obra do sociólogo italiano que se envolveu com o fascismo. Diz Aron que:

Pareto foi influenciado, numa certa época da sua vida, pelo darwinismo social, isto é, pelas ideias de luta pela vida e de seleção natural aplicadas às sociedades humanas. Foi tentado a explicar as lutas entre classes e sociedade pela luta pela vida; os vencedores, e os sobreviventes, seriam os mais bem-dotados. Mas não se engajou muito nesta interpretação, que considerava por demais mecânica e unívoca. Só guardou dela sua ideia geral, afinal de contas evidente: a ideia de que os sentimentos ou os resíduos não devem estar em contradição muito clara com as condições da sobrevivência. Se os modos de pensar e de sentir são incompatíveis com as exigências da vida coletiva, a sociedade não pode durar. Um mínimo de adaptação entre os sentimentos dos povos e as necessidades vitais é sempre necessário. Sem este mínimo, os povos desaparecem.<sup>317</sup>

A História esclareceu que a adaptação abraçada por Pareto foi o fascismo e sua crença passava por substituir a razão por obediência a um Estado autoritário conduzido por uma pequena nova elite na Itália, apoiada pela classe burguesa ciosa por suprimir uma revolução operária. Em síntese, não faz parte das intenções deste trabalho fechar os olhos para estas questões relativas ao produto social entregue por Pareto e demais teóricos do elitismo no início do século XX. A teoria das elites cumpriu papel de legitimação intelectual de movimentos autoritários e totalitários no século XX, mas seguiremos em busca de algum grau de objetividade intelectual como sugerida por Gianturco.

Já Robert Michels conduziu seus estudos pouco tempo depois de Pareto e Mosca. Seu objeto de estudo foram as agremiações políticas, sobretudo os grupos social-democratas alemães de esquerda. Uma de suas principais formulações foi a *Lei de Ferro da Oligarquia* na qual defende que em todos os grupos existe a tendência em se formar uma oligarquia, ou seja, uma minoria organizada bastante orientada por interesses muito próprios. A formação dessa oligarquia atende as necessidades de burocratização e especialização, sendo que o grupo que compõe esta minoria deseja: i) atingir os objetivos que inicialmente promoveu a arregimentação dos indivíduos que formam esta oligarquia e; ii) se manter na posição de mando. Este segundo objetivo tem peso

---

<sup>317</sup> ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamentos Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. pp. 654-655.

relevante, contudo não o suficiente para afastá-los dos projetos originais do grupo, mas podem com o tempo tornar estes projetos mais moderados e adequados a maturidade social e política do momento.<sup>318</sup>

Nota-se que o conceito de oligarquia é bastante operacional para o raciocínio de Michels: “a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia.”<sup>319</sup> Se levarmos em conta as tipologias aristotélicas das formas de governo, uma monarquia – que é uma forma de governo positiva – pode vir a originar um governo tirânico, considerado em essência ruim. Já este com o tempo será suplantado por um governo positivo aristocrático, mas, quando os membros desta aristocracia substituem o bem comum pelos seus próprios interesses, o resultado é a formação de uma oligarquia, que é por definição uma forma degenerada de governo.<sup>320</sup> Mas talvez a equação deva levar em conta um número maior de variáveis, sobretudo ao reconhecer que Michels não define com clareza o que entende por democracia e oligarquia. Há em sua obra, inclusive, ambiguidades e incoerências nos usos desses conceitos. Talvez fruto do fato de que entre 1911 e 1925 Michels passe de um militante anarco-sindicalista para um membro das fileiras fascistas, trajetória que lembra em alguns aspectos a do próprio Mussolini.<sup>321</sup>

O *lócus* para a gestação da degeneração apontada por Aristóteles é o espaço institucional e as razões para a metamorfose política são dadas pelo desnível entre bem comum e interesses privados ou corporativos. Há, portanto, em Michels uma visão negativa sobre os contornos institucionais assumidos pelas elites, mas não pode ser perdido de vista que sua análise está centrada nos partidos políticos de esquerda e seu repertório lhe serve ideologicamente para fundamentar suas críticas ao socialismo e a democracia.

---

<sup>318</sup> GIANTURCO, Adriano. *Op. Cit.* pp. 12-13.

<sup>319</sup> MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982. p. 282. **Apud:** GRZYNSZPAN, Mário. *Op. Cit.* p. 30.

<sup>320</sup> BOBBIO, Norbert. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, sem data. pp. 35-36.

<sup>321</sup> RIBEIRO, Pedro Floriano. Realismo e utopia em Robert Michels. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2012, v. 20, n. 44 [Acessado 2 Setembro 2021], pp. 31-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400003>>. Epub 21 Maio 2013. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400003>.

A definição de elite como sendo uma minoria organizada que ocupa posições de mando com capacidade de mobilização de recursos e poder apresenta um aspecto generalista. Isto porque ainda não existe um consenso entre os especialistas que se dedicam ao tema capaz de produzir uma conceituação mais circunscrita. Em partes, as dificuldades de circunscrição se devem a vastidão do objeto de estudo. É operacional trabalhar com um conceito mais amplo como o definido pelos primeiros teóricos. A imprecisão é justamente o que garante a instrumentalidade e operacionalidade do conceito no conjunto das abordagens levadas a cabo pelo grupo de pesquisadores. Não há, portanto, como escapar do fato de que os estudos sobre as elites partem da “percepção social que os diferentes atores têm acerca das *condições de desigualdade* dadas aos indivíduos no desempenho dos seus papéis sociais e políticos”.<sup>322</sup>

Com grau de articulação e relativa coesão<sup>323</sup> no interior das elites, a prosopografia se mostrou como uma metodologia frutífera para, na leitura de Stone, mapear as origens da ação política e analisar as afiliações sociais e econômicas dos grupos pesquisados.<sup>324</sup> Grupos estes que reforçam suas posições a partir das suas ações no interior das instituições e acabam por compor aristocracias ou oligarquias.

Nesta direção, a retomada da concepção weberiana de Política qualifica e complexifica o debate:

“Portanto, para nós “política” significa a tentativa de participar do poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre Estados, seja dentro de um único Estado, entre os grupos de pessoas que ele abrange. [...]. Quem faz política ambiciona o poder, seja o poder como meio a serviço de outros objetivos, seja o poder “por si mesmo” para gozar do sentimento de prestígio que somente ele proporciona.”<sup>325</sup>

---

<sup>322</sup> Sobre esta discussão ver a introdução de Flávio Heinz na obra: HEINZ, Flávio M (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 7-15. *Grifos meu*.

<sup>323</sup> O uso da expressão “relativa coesão” é proposital uma vez que não se deve desprezar o potencial de existência de conflitos no interior das elites. Nesse sentido, vale citar o debate entre C. Wright Mills e Robert Dahl e suas respectivas teses monista e pluralística. BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol1. Brasília: UnB, 2016. pp. 385-391.

<sup>324</sup> STONE, Lawrence Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2011, v. 19, n. 39 [Acessado 4 Julho 2021] , pp. 115-137. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>>. Epub 14 Set 2011. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

<sup>325</sup> WEBER, Max. *Escritos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 391.

Nesta trilha, conjuga-se o institucional – como espaço privilegiado para o exercício do poder - com as elites em sua formação oligárquica. Além disso, permite antever que o renascimento da história política, tal qual aclamado por René Remond, envolve o redirecionamento da análise política do homem singular e ilustre, típica do Positivismo da escola metódica, para o grupo social que compõe a elite. Existem aí elementos para inferir que a nova história política estabelece conexões com a história social, sendo frágil pensar essas duas dimensões de forma indissociável.<sup>326</sup>

Estas elites têm no Estado - em seu desenho institucional - um dos seus *loci* para o exercício do poder e imposição de projetos oligárquicos e o método prosopográfico, portanto, é operacional para o desenvolvimento de abordagens da História político-institucional e social das elites. Nas palavras de Stone,

A premissa implícita é que uma compreensão de quem os atores foram levará mais longe a explicação do funcionamento da instituição a que eles pertenceram, revelará os verdadeiros objetivos atrás do fluxo de retórica política e tornar-nos-á mais capazes para entender suas realizações, assim como para interpretar mais corretamente os documentos que produziram.<sup>327</sup>

Nesta pesquisa, o espaço institucional foi o *locus* escolhido para as análises. Independente do grau de unidade e pacificação no interior da elite, é peremptório que os espaços institucionais representam recursos para as elites e estes mesmos espaços em alguma medida são utilizados para proteger interesses, reforçar visões de mundo e tomar a parte pelo todo, ao transformar projetos de grupos minoritários em projetos a serem executados pelo grosso dos indivíduos que viviam nos espaços geográficos que essas elites consideravam seus. Em alguma medida, ao se pensar o Brasil da primeira metade do século XIX, sobretudo nos anos 1830 e 1840 quando ainda estava em curso não só a gênese do Estado, mas também a gestação de uma elite política, o modelo oligárquico presente materializava poderes pessoais e de pequenos grupos que se faziam elites ao tomar assento em espaços institucionais como as

---

<sup>326</sup> OLEGÁRIO, Thaís Fleck. Aportes e limites da prosopografia para o estudo da História. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá – MT, vol. 4, n. 2, jul-dez., 2017.

<sup>327</sup> STONE, Lawrence Prosopografia. Revista de Sociologia e Política [online]. 2011, v. 19, n. 39 [Acessado 4 Julho 2021], p. 120. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>>. Epub 14 Set 2011. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

assembleias legislativas provinciais, mesmo sendo estas espaços em construção e com limites de mando.

Christophe Charle argumentou sobre a influência da sociologia na reconstrução de uma nova abordagem da história política.<sup>328</sup> Neste sentido, apesar do descrédito do político fortalecido com a ascensão intelectual da primeira geração da Escola dos *Annales* como corrente de força na historiografia, é importante reforçar que foram os *Annales* os grandes fiadores para que a comunidade de historiadores buscasse maior diálogo com as outras áreas das ciências sociais. Se por um lado induziu o afastamento do político, por outro, de forma não intencional, reforçou os diálogos que revitalizaram a história política a partir da década de 1960.

As perspectivas atuais da historiografia direcionam no seguinte caminho: um estudo de elites não ambiciona a produção de interpretações totalizantes e muito menos hegemônicas – haja vista as próprias características epistemológicas das ciências humanas. Reconhece-se de antemão que uma abordagem histórica por meio das elites é tão somente uma opção de escala de observação. Em síntese, “o saber sobre o todo passa por um saber prévio sobre suas partes”.<sup>329</sup> Este trabalho, portanto, ao fazer escolhas do ponto de vista teórico-metodológico, objetiva entregar um pedaço do retrato a partir de um ponto de vista circunscrito e localizado, sabendo que a escolha de uma escala de observação, com a exclusão das demais, é incapaz de esgotar a complexidade do objeto de pesquisa.

Em certo sentido, esta postura visa apresentar um posicionamento: há esterilidade no debate que opõe História Política e História Social; História das elites e História vista de baixo. A busca por hierarquizar as diferentes abordagens pode produzir desequilíbrios no longo prazo ao formar no seio do campo acadêmico historiográfico correntes vencedoras e perdedoras. Tal posição é defendida com a observação da trajetória da História Política no século XX: associada ao Positivismo pela escola dos *Annales*, foi tratada com descrédito e seus pesquisadores desencorajados. Com a sua retomada a partir da década de

---

<sup>328</sup> CHARLE, Christophe “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea” In: HEINZ, Flavio M. (org) Por outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

<sup>329</sup> LEPETIT, Bernard. **Sobre a escala na história**. IN: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93.

1960, tem apresentado resultados que contribuem com a complexificação das análises históricas.

Na mesma direção, vale ressaltar as definições de José Murilo de Carvalho<sup>330</sup> ao operar com o conceito de elite em seu trabalho como um grupo que se distingue das massas e ao mesmo tempo de outras elites. É frágil pensar em um grupo aglutinado pelo pesquisador a partir dessa categoria sociológica como desconexo de fatores societários, apesar de apresentarem influência decisiva nas tomadas de decisão. Ou seja, sua ação não ocorre em redomas puramente políticas. São pressionados por demandas sociais ou fenômenos de natureza econômica, que não controlam em sua totalidade e interferem com suas operações políticas. Mais um indício da esterilidade em se separar história política de história social.

A variabilidade de escalas é, portanto, salutar para o debate historiográfico. Alinha-se a uma das conclusões apresentadas por Bernard Lepetit:

A questão de saber em que campo de validade a explicação pode se situar em função da escala de observação escolhida talvez não tenha outra solução a não ser prática. Se existem escalas mais pertinentes que outras para desenvolver certas problemáticas e testar certas hipóteses, é preciso tentar, para cada tema particular, estabelecer tão sistematicamente quanto possível as consequências provocadas pela variação de escala do campo escolhido sobre o conteúdo das grades explicativas. Da determinação empírica dos patamares que separam níveis de observação significativos que fornecem imagens e esquemas de compreensão diferentes da realidade visada, esperar-se-á no máximo regras de correspondência (ou simplesmente tipologias de associações) entre hipóteses e escalas de análises. A apreciação dos efeitos de redução analítica sobre o saber produzido decorre de uma ciência prática.<sup>331</sup>

Diante do exposto, utilizar a elite em sua formatação oligárquica como escala de observação é muito mais um exercício de investigação de quem governa, em um ambiente de construção estatal, do que sobre a gênese e desaparecimento de elites; e a prosopografia se apresenta como um método de identificação das elites.

---

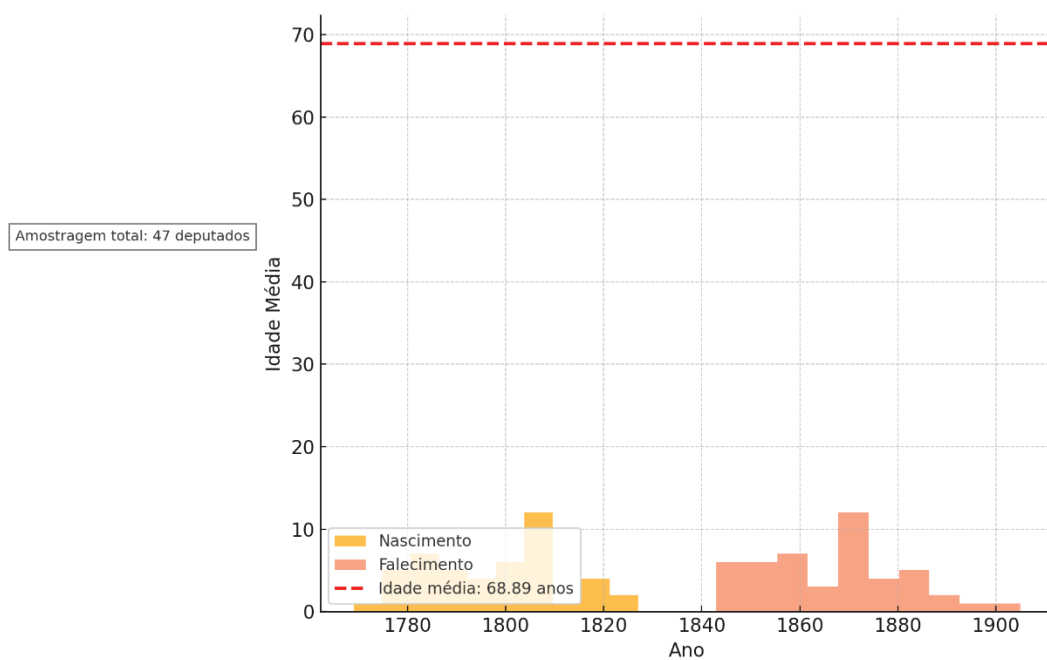
<sup>330</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 20.

<sup>331</sup> LEPETIT, Bernard. **Sobre a escala na história**. IN: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 101.

## Apêndice 2 - Deputados Provinciais - Ordem Decrescente de Idade ao Falecer

| Nome do Deputado Provincial                  | Idade ao Falecer (anos) |
|----------------------------------------------|-------------------------|
| José Joaquim Lopes                           | 91.0                    |
| José Maria Pinto                             | 88.0                    |
| João Francisco Cidade                        | 85.0                    |
| José Mendes da Costa Rodrigues               | 84.0                    |
| José da Silva Mafra                          | 83.0                    |
| Tomás Silveira de Sousa                      | 82.0                    |
| Agostinho Leitão de Almeida                  | 82.0                    |
| José Maria da Luz                            | 81.0                    |
| Polidoro do Amaral e Silva                   | 80.0                    |
| Manuel Marques Guimarães                     | 80.0                    |
| Domingos José da Costa                       | 80.0                    |
| José Silveira de Sousa                       | 80.0                    |
| Joaquim Xavier Neves                         | 79.0                    |
| Manoel Joaquim de Almeida Coelho             | 79.0                    |
| Francisco de Oliveira Camacho                | 78.0                    |
| Patrício Antônio Sepúlveda Everard           | 74.0                    |
| Tomé da Rocha Linhares                       | 73.0                    |
| Fernando Gomes Caldeira de Oliveira Fontoura | 72.0                    |
| Sérgio Lopes Falcão                          | 71.0                    |
| Miguel de Sousa Melo e Alvin                 | 71.0                    |
| Henrique Marques de Oliveira Lisboa          | 70.0                    |
| José Antônio Guerra                          | 70.0                    |
| Francisco José de Oliveira                   | 69.0                    |
| Anacleto José Pereira da Silva               | 69.0                    |
| Antônio Saturnino de Sousa e Oliveira        | 68.0                    |
| Marcos Antonio da Silva Mafra                | 67.0                    |
| José Pereira Sarmiento                       | 66.0                    |
| Francisco de Albuquerque Melo                | 66.0                    |
| João Francisco de Sousa Coutinho             | 65.0                    |
| Mariano Antônio Correia Borges               | 65.0                    |
| José Bonifácio Caldeira de Andrade           | 65.0                    |
| Joaquim Soares de Coimbra                    | 64.0                    |
| Manoel José de Oliveira                      | 64.0                    |
| Joaquim Augusto do Livramento                | 63.0                    |
| João de Sousa Melo e Alvin                   | 62.0                    |
| José da Silva Ramos                          | 62.0                    |
| José Luciano de Oliveira                     | 61.0                    |
| Marcelino Antônio Dutra                      | 60.0                    |
| José Pereira da Costa                        | 60.0                    |
| Manuel Paranhos da Silva Veloso              | 56.0                    |
| José Antônio Rodrigues Pereira               | 56.0                    |
| Antônio Joaquim de Siqueira                  | 54.0                    |
| Jerônimo Coelho                              | 54.0                    |
| João Pinto da Luz                            | 48.0                    |
| Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva            | 48.0                    |
| Silvério Cândido de Faria                    | 47.0                    |
| Carlos Maria Duarte Silva                    | 46.0                    |

Fonte: [Memória Política de Santa Catarina](#)



Fonte: Memória Política de Santa Catarina ([alesc.sc.gov.br](http://alesc.sc.gov.br)).

## Fontes

A Revelação: revista religiosa e literária. Disponível em: Hemeroteca (bn.br) Acesso em: 22 set. 2023.

BENTHAM, Jeremy. *Tratado dos sofismas políticos.*; trad. por Antonio Jose Falcão da Frota. - Santa Catarina: Typ. Provincial, 1838.

BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da lingua portuguesa composto pelo padre D. Raphael Bluteau.* Disponível em: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K) (usp.br) Acesso em: 08 jul. 2024.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. *Obra Completa.* Florianópolis: IHGSC, 2008.

Colecção de Leis da Província de Santa Catarina. Typographia provincial.

DECRETO 157 – 04 de maio de 1842. Disponível em: Legislação Federal - Senado Federal Acesso em: 13 mar. 2023.

Falla, que o Exm. 3º vice-presidente da província de Santa Catarina, o doutor Severo Amorim do Valle dirigiu a Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1º de março de 1849. Desterro: Typographia provincial. Disponível em: [brazil.crl.edu](http://brazil.crl.edu)

Lei Nº 182 de 29 de abril de 1841. Colecção de Leis da Província de Santa Catarina. Vol 2 – 1841-1847. Casa da Memória do Legislativo Catarinense.

Livro de Ofícios da Assembleia Legislativa Provincial para o Presidente de Província (1834-1850). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Ensaio oratórios.* Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Oração de ação de graças que por ocasião da visita de SS.MM. II a vila de São José, no dia 20 de outubro de 1845.* Santa Catharina: Typographia Provincial, 1845.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Dicionário Topográfico, Histórico e Estatístico da Província de Santa Catarina.* Florianópolis: IHGSC. 2007.

PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. *Elogio Dramático em Três Épocas.* Santa Catarina: Typographia Catharinense, 1852.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira.* Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

QUESNAY, François. *Máximas Gerais do Governo Econômico de um Reino Agrícola*. IN: KUNTZ, Rolf (org). **Quesnay: economia**. São Paulo: Ática, 1984. pp. 166-167. Col. Grande Cientistas Sociais.

Registros de batismo da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. Livros IX e X. Anos 1838 a 1839 e 1844 a 1850.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. São Paulo: Edusp, 2019.

AMOSSY, Ruth. *Da noção de retórica de ethos à análise do discurso*. IN: AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais: Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamentos Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. pp. 654-655.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens*. XIII Encontro de História da Anpuh – Rio. p. 3. Disponível em: [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654\\_ARQUIVO\\_ARTIGOREVISADO.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf) Acesso em: 18 set. 2023.

BASILE, Marcello. *Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas*. IN: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, Adriana Pereira. **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. Volume II – 1831-1870. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 61.

BILÉSSIMO, Angelo Renato. *Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Lisboa, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol1. Brasília: UnB, 2016.

BOBBIO, Norbert. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, sem data.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História da política em Santa Catarina durante o Império*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1974.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topói, Rio de Janeiro, Nº 1.

CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas. *Poderes invisíveis versus poderes visíveis no Leviatã de Thomas Hobbes*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 23, pp. 23-41, nov. 2004.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. *Marxismo e Romantismo: entrevista com Michel Löwy*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, vol. 6, Nº 1/2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/19538> Acesso em: 09 out. 2023.

CAVAZZANI, André Luiz. *Tendo o solo por testemunha: população portuguesa na Baía de Guaratuba (c. 1750-1830)*. São Paulo: Alameda, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Os conservadores no Império do Brasil*. Afro-Ásia, 35 (2007), 317-326. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21135/13723> Acesso em: 25 abr. 2024.

CHARLE, Christophe “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea” In: HEINZ, Flavio M. (org) Por outra história das elites. Ensaio de prosopografia e política. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

CIRINO, Raíssa Gabrielle Vieira. *Revisitando a setembrada: disputas e tensões políticas no Maranhão durante a Regência (1831-1833)*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica -CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 39, Jan-Jun, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.1.19> Acesso em: 10 mai. 2023.

COELHO, Tatiana Costa. *Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. Niterói: UFF. Tese de Doutorado, 2016.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Jerônimo Coelho: um liberal na formação do II Império*. Florianópolis: Insular, 2006.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Jerônimo Coelho: um liberal na formação do II Império*. Florianópolis: Insular, 2006.

COSER, Ivo O conceito de federalismo e a idéia de interesse no Brasil do século XIX. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 941–981, 2008.

CUNHA, Rogério Pereira da. *Tem esta povoação sofrido veixames: A câmara de São Francisco do Sul na década de 1820*. Curitiba: UFPR, 2007. Trabalho de conclusão de curso 69f.

CUNHA, Rogério Pereira da. *Juízes, policiais e administradores: elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do Estado no Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850)* / Rogério Pereira Cunha. – Curitiba, 2011. 188 f.

CUNHA, Rogério Pereira da. *Francisco de Oliveira Camacho: a trajetória de um grande proprietário em uma região de abastecimento*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.

CUNHA, Rogério Pereira da. *As letras da fé: formação da Igreja, livros e circulação de ideias na Reforma Protestante*. IN: NICOLAZZI JÚNIOR, Norton Frehse. *500 anos da Reforma Protestante*. Curitiba: Editora Positivo, 2017. pp. 19-33.

DANTAS, Mônica Duarte. *Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 40-47, nov. 2009.

DIAS, Thiago Cancelier. *Questão religiosa catarinense: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864)*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. IN: JANCÓS, István. (Org): **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003. pp. 432-433.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto federativo: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 126.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889)*. Revista de Sociologia Política, vol. 25, nº 62, 2017, pp. 63-91.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIANTURCO, Adriano. *A ciência da Política: uma introdução*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

GOMES, Luciano Costa. *Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836*. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.3, p.593-615, set./dez. 2017.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo do oitocentos*. Vitória: Edifes, 2017.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HEINZ, Flávio & CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. IN: PERISSINOTTO, Renato & CODATO, Adriano (orgs). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

HEINZ, Flávio M (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II – O Brasil Monárquico, Vol. 7. **Do Império a República**. pp. 319-320. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 316-325.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. 376 p. Tese: USP, São Paulo, 2010.

HÖRNER, Erik. *Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX*. In: MARSON, Izabel Andrade & OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Edusp, 2013. pp. 213-240.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. *Modernização e rebeldia: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)*. UnB, 2010. Tese de doutorado. 337p.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e História na Teoria Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

JASMIN, Marcelo. *A viagem redonda de Raymundo Faoro em Os Donos do Poder*. IN: ROCHA, João Cezar de Castro. **Nenhum Brasil Existe: Pequena Enciclopédia**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

KRAUSE, Thiago & SOARES, Rodrigo Goyena. *Império em disputa: coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870)*. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 90.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição a patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LEPETIT, Bernard. **Sobre a escala na história**. IN: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEVI, Giovanna. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LIMA, C. A. M.. ESTADO E FRONTEIRA AGRÁRIA: CAUSAS EXTERNAS DE MORTES NO CENTRO-SUL BRASILEIRO E NO RECÔNCAVO BAIANO (1820-1870). **Almanack**, n. Almanack, 2022 (31), p. ea01020, 2022.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros & CUNHA, Rogério Pereira da. *Trajetórias sociais de proprietários em áreas sulistas de abastecimento na primeira metade do século XIX*. VIII Congresso Brasileiro de História Econômica. Campinas, 2009.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Por um rosário de penitências: ideário político de Nicolau Vergueiro, bacharel, parlamentar, fazendeiro e negociante de grosso trato (1811-1859)*. Curitiba: UFPR, 2023.

LIMA, José Edson Shumann. *A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 2012.

LIMONGI, Fernando. *Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência*. Lua Nova, São Paulo, 91: 13-51, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Sattelzeit diferido da América Ibérica: reflexões sobre uma história dos conceitos políticos fora do mundo europeu. **História do Direito**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 387 - 402, dez. 2020. ISSN 2675-9284. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78736>>. Acesso em: 09 mar. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/hd.v1i1.78736>.

LYNCH, C. E. C.. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, n. 10, p. 314–334, maio 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano*. O Poder Moderador e o pensamento político imperial. 421 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

MALERBA, Jurandir. *Brasil em projetos: História dos sucessos políticos e planos de melhoramento do reino. Da ilustração portuguesa à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

MARIZ, Celso. Memória da Assembléia Legislativa. Edição comemorativa do sesquicentenário da instalação da Assembleia Legislativa. João Pessoa: [s.n.], 1987.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira & CORRÊA, Maria Letícia. *Para uma leitura teórica da historiografia sobre a formação do Estado no Brasil*. ACERVO, RIO DE JANEIRO, V. 25, Nº 2, P. 17-30, JUL./DEZ. 2012.

MARTINS, William de Souza. *O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória franciscana na Corte Joanina (1808-1821)*. **Tempo**, Niterói, UFF, vol. 17, n. 31, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017.

MATTOSO. Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.) *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986. pp. 373-382.

MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vértice; Brasília: CNPq, 1998.

NEEDELL, Jeffrey. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857*. Almanack Braziliense. São Paulo, nº 10, p. 5-22, nov. 2009.

OLEGÁRIO, Thaís Fleck. Aportes e limites da prosopografia para o estudo da História. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá – MT, vol. 4, n. 2, jul-dez., 2017.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. *O tempo da província: revisão bibliográfica crítica da política imperial no Brasil oitocentista*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica (online). Recife, ISSN: 2525-5649, vol. 38, jul-dez, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.2.15> Acesso em: 05 abri. 2024.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PAIVA, Maria Arair Pinto. *A elite política do Ceará provincial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: ED. UFSC, 1995.

PERISSINOTTO, Renato. *Comparação e história na ciência social*. IN: HEINZ, Flávio M. **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e História**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PIAZZA, Walter Fernando. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PIMENTA, Vilmar Douglas de Souza & MASSIMI, Marina. *A Palavra e a Imagem na Pregação do século XVII: Um Sermão de Antônio Vieira*. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20 (1), 2006.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013.

REIS, João José. REIS, J. J. A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia 1824-1840. **Revista de História**, [S. l.], v. 54, n. 108, p. 341-384, 1976. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.105679. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105679>. Acesso em: 9 mar. 2023.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Realismo e utopia em Robert Michels. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2012, v. 20, n. 44 [Acessado 2 Setembro 2021] ,

pp. 31-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400003>>. Epub 21 Maio 2013. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400003>.

ROCHA, João Cezar de Castro. *As origens e os equívocos da cordialidade brasileira*. IN: ROCHA, João Cezar de Castro & ARAÚJO, Valdeci Lopes. **Nenhum Brasil Existe: pequena enciclopédia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. pp. 205-219.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. Volume 1.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, n. 4, p. 5–45, jul. 2012.

SALLES, Ricardo. *Resenha: a velha arte de governar*. Almanack Braziliense, nº 8, novembro de 2008.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Afastemos o padre da política: a despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Reinado*. Mneme – Revista de Humanidades, 12 (29), 2011 – jan-jul.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A Igreja e a construção do Estado no Brasil Imperial*. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. 22 a 26 de julho de 2013.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Dominação local e padrão de liderança: disputa política e organização partidária na província do Maranhão (1840/1857)*. Almanack, Guarulhos, n. 31, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/2236-463331ea01120> Acesso em: 02 mai. 2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O Sistema Oligárquico Representativo da Primeira República*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 1, 2013, pp. 9-37.

SARMENTO, Cléa. *Estabilidade Governamental e Rotatividade de Elites Políticas no Brasil Imperial*. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, 1986.

SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro: o Atheneu provincial*. Florianópolis: UFSC, dissertação de mestrado, 1997.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Camila Borges da. *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: O papel das condecorações na construção do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado Imperial brasileiro*. Almanack Braziliense, Nº 8, 2008.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VARGAS, Jonas. *PELAS MARGENS DO ATLÂNTICO*: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de doutorado: UFRJ, 2013.

VARGAS, Jonas. *Um império de cruzeiros, togas e espadas*: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico. IN: HEINZ, Flávio M. **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra. *Falcão da Frota*. Rio de Janeiro: FGV, s.p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FROTA,%20Falc%C3%A3o%20da.pdf>

WEBER, Max. *Escritos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1994. Vol. 1.